

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE DIREITO



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

**A CRISE ECONÓMICA ANGOLANA E O SEU IMPACTO
NOS CONTRATOS PRIVADOS À LUZ DO ARTIGO 437.º
DO CÓDIGO CIVIL**

Henrique Jay Kossengue

DISSERTAÇÃO

MESTRADO EM DIREITO

= ESPECIALIDADE - DIREITO CIVIL =

LISBOA, JUNHO - 2018

**UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE DIREITO**

**A CRISE ECONÓMICA ANGOLANA E O SEU IMPACTO
NOS CONTRATOS PRIVADOS À LUZ DO ARTIGO 437.º
DO CÓDIGO CIVIL**

Henrique Jay Kossengue

DISSERTAÇÃO

MESTRADO EM DIREITO

= ESPECIALIDADE DIREITO CIVIL =

Orientador: Professor Doutor Dário Moura Vicente

LISBOA, JUNHO - 2018

DEDICATÓRIA

In Memoriam:

Sabina Nambumba (Mãe) e

Arão Lunhoïga Canjaia (Colega e amigo).

Ao meu pai;

À minha esposa (Antonieta);

Às minhas filhas (Mirian e Edissa).

Minha eterna gratidão!

“If you want to make the world a better place,

Look at yourself and make a change”.

Se quiseres fazer do mundo um lugar melhor,

Olhe para ti mesmo e faça a mudança.

= Michael Jackson =

(Man in the mirror)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, de quem tudo começa e tudo termina, pelo dom da vida, pela força, protecção e pelas inúmeras bênçãos que me tem concedido e concede incessantemente. Aos meus pais Paulo e Sabina (de feliz memória), por me terem gerado, cuidado e ensinado a viver. À minha família foguetão da minha motivação e penhor das minhas forças para continuar a lutar, sonhar e acreditar numa realidade melhor. Nobel algum pagaria as longas horas e meses de que a privei da minha convivência. Oxalá este trabalho seja suficiente para justificar. Agradeço os meus irmãos, pela força e pelo seu calor incomensurável.

Ao meu inolvidável orientador, Professor Doutor Dário Moura Vicente, que com a maior felicidade do mundo quis o destino que eu cruzasse seu caminho académico e profissional. Homem de simplicidade, humanismo e erudição irrepreensíveis. Em fim é a encarnação fiel dos valores humanistas. Hoje digo obrigado por tudo que me ensinou, inspirou e inspirará. A minha sempiterna gratidão.

De igual modo agradeço a Direcção da Faculdade de Direito da Universidade José Eduardo Dos Santos, na pessoa do Decano Mestre João Valeriano e seus vices, por ter acreditado e apostado em mim, principalmente por ter permitido e realizado o meu sonho. Que Deus vos pague e o país vos reconheça e compense.

Aos meus admiráveis colegas, meus companheiros de luta e batalhas diárias e com os quais partilhei e partilho ainda momentos e lugares em Lisboa e em Angola. Obrigado pela família e amizade constituída.

A todos aqueles que directa ou indirectamente, moral ou materialmente se têm engajado em ajudar-me nesta espinhosa, mas dócil caminhada académica. A vós todos, *gratia aeterna*, expressão dos ângulos desenhados do meu coração, capaz de manifestar tudo quanto podia dizer uma alma agradecida.

RESUMO

É um facto assente, que a crise económica que graça em Angola desde 2014, causou um impacto muito forte nos contratos privados – especialmente - e em todos os seguimentos da vida da sociedade angolana. Assim, com o presente trabalho procuraremos indagar sobre: Em que medida terá causado desequilíbrios financeiros nos contratos privados em Angola? Quais contratos privados mais atingidos pela crise económica angolana? Que soluções legais o ordenamento jurídico aponta para que se reponha o equilíbrio financeiro dos contratos em causa?

A crise económica trouxe consigo consequências incalculáveis para os contraentes. Com ela:

- Surgiu a crise cambial e de importação de bens e serviços.
- Deu-se a desvalorização da moeda nacional face às moedas de referência estrangeira.
- Assiste-se incumprimento generalizado das obrigações creditícias (crédito mal parado e não só).
- Originou insolvência de devedores e falência das empresas contratantes.
- Aumento dos preços de matéria-prima fundamental à prestação de serviços, o que os tornou mais caros.
- Despedimentos dos trabalhadores, aumento do desemprego.
- Paralisação da execução dos contratos de empreitada por força da subida de preços dos materiais de construção e por falta de liquidez.
- Escassez das matérias-primas essenciais e com custos elevadíssimos.
- Dificuldades de pagamento pelo Estado dos serviços prestados pelas empresas privadas.
- Paralisação dos empréstimos bancários.
- Agravamento da inflação.

Do exposto resulta que, a conjuntura económica do país relegou muitos co-contratantes a um sacrifício gravemente lesivo e anormal.

Palavras chaves: Crise económica angolana, contratos privados, alteração das circunstâncias.

ABSTRACT

It is a fact that the economic crisis in Angola since 2014 has had a very strong impact on private contracts - especially - and on all aspects of the life of Angolan society. Thus, with the present work we will look for:

What impact does the Angolan economic crisis have on private contracts? To what extent will it have caused financial imbalances in private contracts in Angola? Which private contracts most affected by the Angolan economic crisis? What legal solutions does the legal system propose to restore the financial balance of the contracts in question?

The economic crisis brought with it incalculable consequences for the contractors. With her:

- The exchange and import crisis of goods and services emerged.
- The devaluation of the national currency occurred against the foreign reference currencies.
- There is widespread non-compliance with credit obligations (bad loans and not only).
- It originated insolvency of debtors and bankruptcy of the contracting companies.
- Increased prices of raw materials essential to the provision of services, which made them more expensive.
- Dismissal of workers, increase in unemployment.
- Reduction of wages.
- Paralysis of the execution of works contracts due to the rise in prices of construction materials and lack of liquidity.
- Scarcity of essential raw materials at very high costs.
- Difficulties of payment by the State of the services provided by private companies.
- Stopping bank loans.
- Worsening inflation.

It follows from the foregoing that the economic situation in the country has relegated many contractors to a seriously damaging sacrifice.

Keywords: Angolan economic crisis, private contracts, changing circumstances.

ABREVIATURAS E SIGLAS

Apud= Segundo, conforme, citado por

Actual.= Atualizada

Art.º= Artigo

Cfr.= Conferir

Coord.= Coordenador

Colab.= Colaboração

Dispon.= Disponível

Dez.= Dezembro

Ed.= Edição

Edit.= Editora

Ibidem = O mesmo autor, a mesma obra, página diferente.

Idem= O mesmo autor, a mesma obra, a mesma página.

Jan.= Janeiro

Jul.= Julho

N.º= Número

N.ºs= Números

Ob. Cit.= Obra citada

Out.= Outubro

Org.= Organizador, organização

P.= Página

Pp.= Páginas

Proc.= Processo

Refund.= Refundido

Reimp.= Reimpressão

Rev.= Revista

Ss.= seguintes

Set.= Setembro

Trad.= Tradução

V.g.= *Verbi gratia* – por exemplo

Vol.= volume

Vide= Ver, verificar, conferir, segundo

AAFDL= Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa

AGT= Autoridade Geral Tributária

BFDUC= Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

BMJ= Boletim do Ministério da Justiça

BNA= Banco Nacional de Angola

BPC= Banco de Poupança e Crédito

CC= Código Civil

CPLP= Comunidades de Países de Língua Portuguesa

EUA= Estados Unidos da América

FDUP= Faculdade de Direito da Universidade do Porto

FDUL= Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

FDUC= Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

FMI= Fundo Monetário Internacional

INE= Instituto Nacional de Estatística

Kz= kwanza

LGT= Lei Geral do Trabalho

OGE= Orçamento Geral do Estado

OPEP= Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PME'S= Pequenas e Médias Empresas

REE= Recurso Extraordinário

RDC= Revista de Direito Civil

RDS= Revista de Direito das Sociedades

RFDUL= Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

RLJ= Revista de Legislação e Jurisprudência

ROA= Revista da Ordem dos Advogados

STJ= Supremo Tribunal de Justiça – Portugal

TRL= Tribunal da Relação de Lisboa

TRC= Tribunal da Relação de Coimbra

TRG= Tribunal da Relação de Guimarães

TCAN= Tribunal Central Administrativo Norte - Portugal

UCAN= Universidade Católica de Angola

UCP= Universidade Católica Portuguesa

USP= Universidade de São Paulo

UTT= Unidade de Tarifa de Telecomunicações

ZEE= Zona Económica Exclusiva

Índice Geral

Dedicatória	
Agradecimentos	
Resumo	
Abstract	
Siglas e abreviaturas	
Introdução	15

Capítulo I

1. Problematização e contextualização do fenómeno da crise em Angola	
1.1- Impacto sobre as empresas.....	21
1.2- Impacto sobre o Estado.....	26
1.3- Impacto sobre a Sociedade e em particular aos consumidores.....	33
1.4- Impacto sobre os contratos de empreitada	38

Capítulo II

2- Origem e evolução da alteração das circunstâncias	
2.1- Antiguidade.....	49
2.2- Idade média.....	52
2.3- Idade moderna.....	55
2.4- Idade contemporânea.....	56

Capítulo III

3- Um olhar sobre o regime da alteração das circunstâncias na perspectiva comparada	
3.1- Ordenamento jurídico francês.....	60
3.2- Ordenamento jurídico italiano.....	65
3.3- Ordenamento jurídico alemão.....	67
3.3.1 – Teoria da pressuposição.....	68
3.3.2 – Teoria da base do negócio	69
3.4- Ordenamento jurídico brasileiro.....	71
3.5- Ordenamento jurídico português.....	75

Capítulo IV

4- Da incidência do regime da alteração das circunstâncias sobre certos contratos	
4.1 – Contratos de execução contínua ou continuada, de trato sucessivo ou periódicos.....	80

4.2- Contratos gratuitos	86
4.3 – Contratos aleatórios.....	90

Capítulo V

5- Pressupostos e limites da relevância jurídica da alteração das circunstâncias	
5.1- Factores ou requisitos.....	96
5.1.1 – Alteração anormal do contrato.....	97
5.1.2 – Que a alteração anormal provoque lesão para uma das partes do contrato.....	105
5.1.3 – Que a exigência à parte lesada das obrigações por ela assumidas, afecte gravemente os princípios da boa fé.....	108
5.1.4 – Que a exigência da obrigação não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato.....	113
5.2 – Pressuposto negativo da alteração das circunstâncias.....	121
5.2.1 – Mora <i>debitoris</i>	121

Capítulo VI

6- Efeitos da alteração das circunstâncias.....	125
6.1 – Modificação do contrato.....	132
6.2 – Resolução do contrato.....	138
6.3 – O papel da equidade na modificação ou resolução do contrato por alteração das circunstâncias.....	144

Capítulo VII

7- Fundamentos do regime da alteração das circunstâncias	
7.1 – Princípio da certeza e segurança jurídica.....	152
7.2 – Princípio da justiça contratual	156
7.3 – Princípio do equilíbrio contratual.....	160
7.4 – Princípio da tutela da confiança.....	164

Capítulo VIII

8- Figuras afins da alteração das circunstâncias	
8.1 – Cláusula de renegociação ou “ <i>hardship clause</i> ”	172
8.2- A <i>Frustration</i> ou frustração do contrato	177

8.3 – Impossibilidade superveniente da prestação	182
8.4 -Sinopse comparativa das figuras afins a alteração das circunstâncias...	188
Conclusão.....	189
Bibliografia geral	192
Sites e jurisprudência	206
Relatórios económicos de Angola	208

Introdução

A problemática das crises económica e financeira, remonta há vários anos na história universal. Curiosamente, as maiores de que se tem registo histórico têm a mesma conexão geográfica: os Estados Unidos da América (EUA). Referimo-nos concretamente às crises de 1929 (chamada de grande depressão¹) e de 2007-2010 (chamada crise dos *subprimes*²), e esta última, “ainda não superada inteiramente”³, sendo designada por crise mundial.

Sublinhe-se que, sucederam-se outras crises⁴, designadamente: crise asiática de 1997⁵ (Coreia, Indonésia e Tailândia), Russa, de 1998 (crise do Rublo⁶), tecnológica, de 2000 (crise das *pontocom*⁷), o *crash*, de 2001/2002 (com os ataques terroristas às torres gémeas *world trade center* e ao pentágono), e por último, a crise do petróleo, de 2014, afectando

¹ A crise de 1929, que ficou popularmente conhecida como “a grande depressão”, foi uma grande crise económica que persistiu até a segunda guerra mundial, sendo considerada como o pior e mais longo período de recessão económica que o século XX já passou. Entre todas as consequências que a crise trouxe, podemos citar as elevadas taxas de desemprego, a diminuição da produção industrial de diversos países, assim como as drásticas quedas dos PIB's, dos preços de acções, entre outros. Praticamente todo o mundo se viu afectado por este momento difícil, que prejudicou as actividades económicas de vários países. *Vide*, https://pt.wikipedia.org/wiki/Grande_Depress%C3%A3o, ainda, <https://www.estudopratico.com.br/crise-de-1929-resumo-das-causas/>, acesso, 03/05/18.

² Para mais desenvolvimentos, *vide*. António Menezes CORDEIRO, *Tutela do Consumidor dos Produtos Financeiros*, in, ROA, Ano 69 (Jul./Set., Out./Dez.), N.ºs III/IV, Lisboa, 2009, pp. 612 ss. A crise dos *subprimes* (empréstimos imobiliários a famílias de baixos recursos). A causa principal desta crise foi a explosão de uma enorme bolha imobiliária, que proporcionou lucros avultados e imediatos, tendo os bancos estendido hipotecas lixos (*subprimes*) a pessoas sem recursos ou condições de pagá-las, com a expectativa de que o preço dos imóveis se manteria alto por muito tempo. Só que, pouco tempo depois, o mercado imobiliário americano ficou saturado com muita oferta e pouca procura. As hipotecas foram transformadas em títulos e vendidas nos mercados, o que gerou centenas de bilhões de dólares de prejuízo aos investidores.

³ Cfr. Dário Moura VICENTE, *A Crise económica Mundial e os Contratos Internacionais*, RDC, Ano II (2017), N.º 3, Almedina, Coimbra, p. 599.

⁴ Cfr. António Menezes CORDEIRO, *Ob. cit.*, p. 610.

⁵ Em Julho de 1997, a moeda Tailandesa se desvalorizou. Logo depois caíram as de Malásia, Indonésia e Filipinas, repercutindo também em Taiwan, Hong Kong e Coreia do Sul. O efeito desses recuos arrastou as outras economias da região, convertendo-se posteriormente na primeira crise em escala global. O FMI elaborou uma série de pacotes de resgate para salvar as economias mais atingidas e promoveu várias reformas estruturais, *vide*, <https://exame.abril.com.br/mundo/cronologia-criSES-mais-graves-1929-572924/>, acesso, 03/05/18.

⁶ Cfr. *Idem*, O sistema bancário da Rússia entrou em colapso, com uma suspensão parcial de pagamentos internacionais, a desvalorização da moeda e o congelamento de depósitos em divisa estrangeira. O FMI concedeu vários créditos multimilionários para evitar a queda livre do rublo e que os danos fossem irreparáveis no mercado internacional.

⁷ Cfr. *Idem*, Índice Nasdaq, em que, os excessos da nova economia deixaram um rasto de quebras, encerramentos, compras e fusões no mundo da internet e das telecomunicações, e também um grande buraco nas contas das empresas de capital de risco.

particularmente os países membros da OPEP⁸, após o anúncio da exploração em grande escala pelos EUA do gás de xisto, que tem as mesmas características que o petróleo, provocando com efeito, a queda abrupta da cotação do preço do petróleo no mercado internacional. De todas as crises sejam elas (mundiais ou sectoriais), a África nunca ficou imune aos efeitos delas.

Esta última crise do petróleo arrastou completamente para o precipício o sistema económico e financeiro angolano, devido a excessiva petrodependência da sua economia. Desde 2014 aos nossos dias, o desfecho da crise é ainda imprevisível, mas as consequências são sobejamente conhecidas, sentidas e vividas quotidianamente, pelo que o manto dos problemas por ela gerados cobrirá Angola por longo tempo.

Bem sabemos que, nos contratos, “a própria decisão de contratar e a conduta assumida nas negociações baseia-se, na generalidade dos casos, numa projecção de custos, dispêndios e riscos. Deste modo, entre o momento dessa projecção e exoneração do devedor, através do cumprimento, podem ocorrer variadas perturbações”⁹ sobre a base do negócio. A ser assim, podemos afirmar com alguma segurança, que a crise económica angolana, afectou gravemente os contratos privados. Vários são os casos problemáticos de que nos podemos socorrer para demonstrar o impacto causado por ela.

Em 2011, uma empresa de construção civil, celebrou com um fornecedor, um contrato de fornecimento de materiais de construção e acabamentos de interiores, destinados para os vários contratos de empreitada que aquela celebrara. As partes acordaram que o contrato devia ser executado no prazo de 5 anos, ou seja de 2011 a 2016, num valor total de 200 milhões de kwanzas (Kz) (cerca de 747.864 Euros no câmbio actual). Sucedeu no entanto que, no segundo semestre de 2014, verificou-se uma interrupção abrupta no fornecimento dos materiais. Interpelado pelo empreiteiro, o fornecedor alegou

⁸ Vide, <https://pt.wikipedia.org/wiki/>, Fazem parte desta organização: África: Angola, Argélia, Gabão, Guiné Equatorial, Líbia, Nigéria; América do sul: Venezuela e equador; Médio Oriente: Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Irão, Iraque, Kuwait, Qatar; Ásia e Oceania: Indonésia. Estes países, em coordenação com a Rússia, acordaram a redução da oferta do petróleo no mercado internacional como medida para debelar o excesso da oferta.

⁹ Cfr. Catarina Pires MONTEIRO, *Limites dos Esforços e Dispendios Exigíveis ao Devedor para Cumprir*, in, ROA, Ano 76, N.º 1-4 (Jan.-Dez. 2016), Lisboa.

ter dificuldades enormes na importação das matérias-primas e, com efeito, dificuldades de continuar a executar pontualmente o contrato. Para continuar com a execução do contrato, o fornecedor exigiu do empreiteiro o acréscimo de 40% do valor base do contrato, justificando a sua pretensão, por um lado, na escassez e no difícil acesso às divisas para importação e, por outro lado, no agravamento (subida) dos preços dos materiais a nível interno (a inflação), na desvalorização e depreciação da moeda e na conjuntura económica do país. O empreiteiro teima, porém, em não aceitar a proposta de revisão do preço do contrato e, em contrapartida, exige o cumprimento do contrato independentemente das dificuldades que o fornecedor está a atravessar.

Por outra, uma empresa vocacionada ao fabrico de móveis para escritórios e lares, em 2012, firmou com um fornecedor de madeira em touro um contrato de fornecimento deste produto por tempo indeterminado. Com o surgimento da crise, viu diminuir gravemente a sua carteira de clientes, o que forçou a paralisação dos trabalhos da fábrica e, conseqüentemente, a não realização das obrigações contratuais para com o credor.

Diante destas factuais, terão os lesados direito a adaptação ou revisão das modalidades ou condições dos respectivos contratos? Ou então, podem resolver as relações contratuais em causa?

Toda a crise financeira ou perturbação económico-política, em qualquer sociedade, arrasta consigo fenómenos que põem à prova não só sistema económico-financeiro no seu todo, mas também põem à prova o sistema jurídico. E o Direito enquanto emanção cultural e social é chamado a dar respostas aos fenómenos desencadeados pelas alterações sociais, no sentido da regulação jurídica. Ora, o «Direito Privado enquanto parte do Ordenamento jurídico que se prende com as relações particulares, entre privados, que se estabelecem na igualdade ou paridade jurídica, na liberdade ou autonomia»¹⁰, tem um papel destacável na resolução de problemas entre os privados.

Angola experimenta desde meados do ano 2014 uma travessia no “*sahara*”, na sua economia, cuja magnitude atingiu tudo e todos, não deixando de parte como é óbvio, as relações obrigacionais entre os privados e estes para com o Estado ou vice-versa, porém este último despido do seu *ius imperi*.

¹⁰ Cfr. Pedro Pais de VASCONCELOS, *Teoria Geral do Direito Civil*, 7ª ed., Almedina, Coimbra, 2012, p. 5.

Tal facto, deveu-se à queda abrupta da cotação do preço do petróleo no mercado internacional, produto de que depende a pujança da economia angolana dado o seu potencial de exportações e o lugar estratégico que o país ocupa entre membros da OPEP e mormente no mercado africano. Com a queda do petróleo no mercado internacional, as consequências para a vida social dos cidadãos em geral, nas relações contratuais e outras, não tardaram a surgir como uma cascata: crise cambial, crise de importação, desvalorização da moeda nacional, incumprimentos contratuais, desempregos, insolvências, encerramento de empresas por falência, inflação, entre outros problemas.

Diante destes problemas é fácil notar e perceber que «a celebração de contratos é rodeada por circunstâncias variadas. E estas alteram-se, por vezes. Com isso, quer o equilíbrio relativo às prestações, quer o escopo contratual podem ser afectados»¹¹. Além disso, “uma alteração em qualquer situação obrigacional complexa requer uma modificação objectiva seja na posição do credor, seja na do devedor, seja no vínculo”¹².

Com a crise, os contratos privados ficaram “severamente abalados e afectados, o equilíbrio contratual foi posto em causa, como também foram afectadas as bases negociais, o que implicou e ainda implica sacrifícios extremos para as partes obrigadas a realizar as prestações. Além do sacrifício extraordinário, a crise financeira gerou o aumento dos riscos dos contratos e a mora dos devedores; daí a sua repercussão sobre a base negocial¹³. Isto vem confirmar a preposição segundo a qual, numa relação contratual obrigacional, o “credor nem sempre pode contar com a realização ou o pagamento da prestação em todas as circunstâncias”¹⁴. Que fazer quando se alteram as circunstâncias?

Cabe dizer que, sempre que se verificam situações de alteração de circunstâncias, entram em choque dois princípios fundamentais de Direito: o

¹¹ Cfr. António Manuel da ROCHA e Menezes CORDEIRO, *Da Boa Fé no Direito Civil*, Vol. II, edit. Almedina, Coimbra, 1984, p.903.

¹² Cfr. António Menezes CORDEIRO, *Tratado de Direito Civil*, IX (Direito das Obrigações), 2.^a ed. (totalmente revista), Almedina, Coimbra, 2016, p. 417.

¹³ Cfr. José Oliveira ASCENSÃO, *Onerosidade Excessiva por “Alteração das Circunstâncias”*, in, Separata do livro Estudos em Memória do professor Doutor José Dias Marques, edit. Almedina, 2007, p. 523.

¹⁴ Cfr. Manuel A. Carneiro da FRADA, *Crise Financeira Mundial e Alteração das Circunstâncias: Contratos de Depósitos vs. Contratos de Gestão de Carteiras*, in, Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Sérvulo Correia, Vol. III, Coimbra edit., Coimbra, 2010, p. 489.

princípio da autonomia privada e o princípio da boa fé¹⁵. O primeiro obriga as partes a cumprirem pontualmente os contratos livremente celebrados, e o segundo – boa-fé -, nos termos do qual não será lícito a uma das partes exigir da outra o cumprimento das suas obrigações sempre que uma alteração do estado de coisas posterior à celebração do contrato tenha levado a um desequilíbrio das prestações gravemente lesivo para essa parte¹⁶. Por isso é que se diz, que o instituto da alteração de circunstâncias limita os princípios da autonomia da vontade e da *pacta sunt servanda*.

A razão da escolha deste tema funda-se na necessidade de se reflectir sobre o impacto que a crise económica angolana causou nos contratos privados, dado o desequilíbrio pelo qual as relações obrigacionais ficaram sujeitas, o que tornou as prestações dos devedores, e não só, mais pesadas. Além disso, sobressai o facto de persistir, na sociedade angolana, a cultura moral do “deixa só”, grinalda pela falta de cultura jurídica, levando os agentes a submeterem-se na maioria dos casos a sacrifícios contratuais extremos para a execução dos contratos. Outrossim, muitos devedores que se encontravam em situação de mora antes da crise económica, encontraram nesta o pretexto para fugirem dos seus deveres contratuais e não cumprirem com as suas obrigações porque o país está em crise. Hoje em Angola, quando os devedores são interpelados pelos credores para realizarem os pagamentos devidos, a resposta é liminar: estamos em crise. Por outro lado, com este trabalho pioneiro no Direito Civil angolano, pretendemos dar o nosso contributo dogmático, para a interpretação legal, compreensão e aplicação objectiva do instituto da alteração de circunstâncias, de tal sorte que, os sujeitos nas relações obrigacionais recorram aos seus efeitos, sempre que o sacrifício anormal imposto por uma circunstância, assim o justificar. Quiçá tal contributo sirva também de referência para o quotidiano dos magistrados angolanos e dos mandatários judiciais.

¹⁵ Por exemplo, Manuel de ANDRADE, *Teoria Geral da Relação Jurídica*, Vol. I, Livraria Almedina, Coimbra, 1964, p. 4, Relaciona os dois princípios como categorias dos deveres jurídicos: deveres de prestação e deveres acessórios de conduta ou deveres laterais. Os deveres de prestação correspondem ao conteúdo obrigacional do contrato, determinado de acordo com o princípio da autonomia privada; os deveres acessórios de conduta ou deveres laterais, a correspondem a uma complementação do conteúdo obrigacional do contrato fundada no princípio da boa fé.

¹⁶ Cfr. Luís Manuel Teles de Menezes LEITÃO, *Direito das Obrigações*, Vol. II, 9.ª ed., Almedina, Coimbra, 2014, p. 125.

CAPITULO I

1- Problematização e contextualização do fenómeno em Angola

As alterações externas podem, tal como tivemos a ocasião de referir na introdução, constituir um elemento de perturbação grave na estrutura económica das relações jurídicas, *maxime*, quando se trata de relações duradouras ou de longo prazo¹⁷. Estes eventos estranhos à contratação das partes, quando se verificam e afectarem gravemente e de forma anormal a relação obrigacional, criam um profundo desequilíbrio nas prestações correspondentes às partes, o que exigirá uma intervenção [dos contraentes ou do Tribunal] para repor o equilíbrio inicial e assegurar a justiça¹⁸ contratual. Tal é o caso de algumas vezes, os contratos sofrerem desequilíbrios devido a instalação numa dada sociedade de uma crise económico-financeira, pois que, “o contrato não é um fenómeno isolado; ocorre inserido numa realidade social e humana, imerso num ambiente que não pode ser ignorado. A economia do contrato pode ver-se radicalmente alterada por factores que, tantas vezes, as partes não controlam e sobre os quais podem nem sequer ter formado prever”¹⁹. Se assim for, então, atrevemo-nos a afirmar que tal é o caso angolano.

A crise económico-financeira em Angola, está intrinsecamente ligada ao problema da “petrodependência” a que o país durante vários anos se acostou, esquecendo-se de diversificar as fontes de financiamento da sua economia. Em abono da verdade, e para termos noção do quanto peso tem este mineral nas finanças públicas angolana, vale dizer que, [quase] “95% das receitas fiscais necessárias para a elaboração do Orçamento Geral do Estado”²⁰, provêm do petróleo. O mesmo que dizer, que a economia angolana

¹⁷ Cfr. João do Matos Antunes VARELA, *Ineficácia do Testamento e Vontade Conjectural do Testador*, Coimbra edit., Coimbra, 1950, p. 263.

¹⁸ Não falta quem entenda que a palavra justiça é equívoca e cheia de vários significados. Neste sentido, vide José Oliveira ASCENSÃO, *O Direito Introdução e Teoria Geral uma Perspectiva Luso-Brasileira*, 7ª edição, edit. Almedina, Coimbra, 1993, p.182.

¹⁹ Cfr. Carlos Alberto da Mota PINTO, *Teoria Geral do Direito Civil*, 4ª ed., Coimbra edit., Coimbra, 2005, p. 606.

²⁰ Cfr. José Vladmir Fernando da SILVA, *O Impacto do Petróleo na Crise Financeira angolana*, Luanda, 2014, p. 55. Desde 2014 que, com a volatilidade do preço do petróleo nos mercados internacionais, se deu o abaixamento das nossas receitas líquidas apanhando de surpresa o nosso tecido empresarial e estatal ao que concerne as reservas internacionais líquidas e a participação no comércio internacional.

está construída à volta do petróleo. E, olhando para esta realidade, qualquer leigo na matéria de economia, finanças e fiscalidade, pode antever e concluir que qualquer alteração na cotação do petróleo, provoca o desmoronamento de toda a estrutura macro e microeconómica, acarretando consigo consequências fortíssimas nas relações da vida social e nas relações privadas.

Como se pode constatar, pelas dificuldades que Angola atravessa, as consequências do arrefecimento económico, são visíveis em todas esferas económicas do país²¹: quer seja nas empresas, quer para as famílias, na redução do investimento público, no impacto negativo do desempenho macro económico, nas políticas e objectivos macroeconómicos, bem como na produção interna, a inflação, o desemprego, o comércio, assim como na eficiência das políticas cambiais e monetárias, política fiscal e de renda. Ainda com a crise, viu-se crescer, o crédito mal parado, traduzido no incumprimento das prestações pelos devedores para com as entidades credoras. De facto neste capítulo, a situação está cada vez mais preocupante e de difícil solução a curto prazo.

Esquemáticamente, podemos detalhar e contextualizar o impacto da crise económica angolana nos seguintes moldes:

1.1 – Impacto sobre as empresas privadas e sobre os contratos de trabalho:

- **Alteração da modalidade de contratação:** Um dos efeitos gerais da crise económica nas empresas e nos contratos de trabalho consistiu sem sombras de dúvidas na substituição da antiga Lei Geral do Trabalho (LGT), Lei 02/00 de 11 de Fevereiro, pela Lei 07/15, de 15 de Julho, aprovada pela Assembleia Nacional, medida que, a nosso ver, visou atenuar ou amortecer os impactos gravosos da crise neste sector do Direito do trabalho. Como medida de flexibilização, o legislador na nova Lei Geral do Trabalho, salvaguardando a protecção do empregador, proibiu a modalidade de contratação por toda a vida do trabalhador, substituindo-a pela modalidade de contratação por tempo determinado e certo, tal como dispõe o art.º 16.º da nova LGT. As empresas adoptaram, desde então, a modalidade de contratos a termo certo, devido à escassez de meios de pagamentos para fazer face aos desafios que o novo

²¹ Cfr. Idem.

contexto impôs. Mas ainda assim, o impacto foi tão pesado quer para elas próprias, quer para os funcionários.

- **Despedimentos e congelamentos de novas contratações:**

Assistiu-se desde o ano 2015 um cenário de despedimentos, individuais e colectivos de trabalhadores, desde as grandes, às pequenas e médias empresas em todo o território nacional, não acompanhado na maioria dos casos, das respectivas indemnizações a que o trabalhadores teriam direito. Em muitos casos, as empresas prometeram aos trabalhadores despedidos as respectivas indemnizações, todavia, aquelas não chegaram de cumprir o prometido, alegando as razões económicas, dando-se assim, a violação dos dispositivos da LGT, a que nesse capítulo especificamente se refere. Neste capítulo cresce o número de demandas judiciais contra as empresas que assim procederam, não importando para os despedidos a saúde financeira daquela. O que mais chama a atenção é o facto de que, o fenómeno da redução e despedimentos de funcionários nas empresas privadas deu-se em todas as vertentes: desde as concessionárias, consultoras, prestadoras de serviços diversos, fornecedores, retalhistas, grossistas, despachantes, indústria extractiva, banca, telecomunicações, transportes, engenharias, entre tantas.

- **Redução de salários:** As poucas empresas que mantiveram os funcionários até à data presente, tiveram de fazer um exercício aturado de negociação com os trabalhadores a fim de manter os postos de trabalhos e, consequentemente, reduzir os seus rendimentos salariais. Dependendo da dimensão da empresa, a redução do salário para muitos casos oscilou entre os 40 a 60%. Parece-nos que seguiu-se a lógica natural de que mais vale ganhar pouco e sempre, do que não ganhar nada. As pequenas e médias empresas (PEM's), mesmo estando contaminadas pelo fenómeno da crise económica, ainda assim, adoptaram um regime menos gravoso (despedimentos) com os trabalhadores. Tiveram de seguir o mesmo caminho da negociação da redução do salário, pagando abaixo do salário mínimo nacional estipulado legalmente no Decreto Presidencial n.º 91/17, de 07 de Junho, que cifra-se entre 16.500 e 24.754 kwanzas (kz) (62,33 a 93,51 Euros no câmbio oficial). Julgamos que, este critério constitui a manifestação clara da modificação dos contratos de trabalho por força da crise, visando reposicionar o lugar das partes na relação contratual. Este reposicionamento persegue sem sombras de dúvidas a

realização concreta da justiça contratual ante ao surgimento de eventos extraordinários e imprevisíveis.

- **Encerramento das empresas:** a crise gerou o empobrecimento e encerramento das empresas em geral, e especialmente no ramo da indústria transformadora “devido à crise de pagamentos externos, diminuição da produção por carência de matérias-primas e intermédias”²², «Mas também as mil e uma dificuldades em se lançarem novos empreendimentos»²³. O ponto mais alto do encerramento das empresas, desde que se instalou a crise do petróleo em Angola, deu-se no ano de 2016. Mas isso não significa que, o ano antecedente a ele e o posterior não houve encerramento das empresas. Na verdade, foi neste período em que aconteceram mais despedimentos e se rescindiram contratos por superveniência da crise financeira. Com o encerramento de muitas empresas, tanto estas, como os trabalhadores desempregados não conseguiram honrar os compromissos com os diversos credores (sobretudo os bancos), financiadores e intermediários financeiros, despoletando assim, o incumprimento dos créditos. Por exemplo, as concessionárias do mercado automóvel [entre outras concessionárias de materiais diversos] registaram desde o início da crise em 2014 até 2017 uma quebra de 90% das vendas de carros novos, devido à escassez de divisas para fazer face à importação de novas viaturas e principalmente devido à incapacidade financeira dos cidadãos em geral para adquirir novas viaturas, que até então (2018) estão a custar o triplo do que custavam nos anos anteriores a 2014. Hoje, as concessionárias acumulam, por sua vez, uma dívida com fornecedores estrangeiros de 300 milhões de dólares²⁴.

- **Falência e insolvência:** Hoje em Angola, há como que uma situação de “comoriência empresarial”. A crise tornou-se num verdadeiro campo de fuzilamento das empresas. Doutrinalmente entendida, «a insolvência traduz a situação daquele que está impossibilitado de cumprir as suas obrigações, normalmente por ausência da necessária liquidez em momento determinado,

²² Cfr. Universidade Católica de Angola, *Relatório Económico de Angola 2016*, Edit. UCAN, 2017, pp. 112-113.

²³ Cfr. Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, *Programa de Reforma e Modernização da Administração Pública*, Conteúdo e Resultados, 1991 – 2016, Luanda, pp. 27-28 e 31.

²⁴ Vide Quingila Hebo, *Mercado automóvel afunda 90% em quatro anos e acumula dívidas de quase 300 milhões*, disponível em www.expansao.co.ao, acesso 23/03/18, edição imprensa, N.º 465.

ou em certos casos porque o total das suas responsabilidades excede os bens de que pode dispor para as satisfazer»²⁵. Durante longos anos, as empresas privadas, especialmente as de prestação de serviços e de construção civil e obras públicas, entre outras, e sem desprimor por outros parceiros de negócios, tiveram como grande parceiro de negócios o Estado (principalmente), por meio de fornecimento a este último de materiais múltiplos e serviços variados, tendo o facto, permitido o crescimento financeiro das empresas ao longo dos anos até, pelo menos, em 2013. Desde 2014, o Estado deixou de honrar e realizar o pagamento a muitas empresas fornecedoras de inúmeros serviços prestados a ele, por falta e pela diminuição grave de receitas fiscais para os seus cofres. Consequentemente, o incumprimento do Estado, gerou a falta de liquidez das empresas, e falta de liquidez provocou o não cumprimento de outros compromissos contratuais das empresas para com os demais credores (financiadores, outros sujeitos contratuais). Dada a situação de falência e insolvência generalizada, para que a situação não se degrade ainda mais a ritmo vertiginoso, as empresas têm clamado pelo apoio do Estado para que este proceda à recapitalização delas, petição que a nosso ver, não parece viável para o Estado, não obstante as dificuldades que este enfrenta.

- **Crédito malparado:** Desde o surgimento da crise, os bancos comerciais (especificamente), sem olvidar os bancos públicos, acumularam nas suas carteiras excessivo crédito mal parado, pois que, muitos clientes deixaram realizar as prestações a que se obrigaram regularmente a executar, dada a inexistência de condições objectivas (liquidez) para cumprir com tais obrigações. Só para termos uma noção, «em Fevereiro de 2018, o crédito malparado no sector financeiro era equivalente a 31,3% do total de créditos concedido pela banca nacional. De um total de 4, 8 bilhões de kwanzas emprestados, mais de 1,5 bilhões são de crédito vencido ou mal parado. Um (1) em cada três (3) kwanzas emprestados pela banca em Angola são malparados, ou crédito vencido»²⁶. Entre inúmeros clientes encontram-se as empresas. Elas ao longo destes anos de crise económica não têm conseguido

²⁵ Cfr. Luís Manuel Teles de Menezes LEITÃO, *Direito da Insolvência*, 6.ª ed., Almedina, Coimbra, 2015, p. 15.

²⁶ Cfr. Joaquim José Reis, *Um em Cada Três Kwanzas Emprestados pelos Bancos Angolanos estão em Risco*, disponível em, <http://www.expansao.co.ao/artigo/93617/um-em-cada-tr-s-kwanzas-emprestados-pelos-bancos-angolanos-estao-em-risco?seccao=5>, acesso, 13/04/18.

honrar com os compromissos para com os credores (bancos principalmente) e não conseguem pagar os funcionários e colaboradores. Ora, por externalidade negativa, dadas as dificuldades, aqueles trabalhadores que contraíram empréstimos bancários e cuja garantia foi o salário, também deixaram de realizar as prestações para com os credores e financiadores, pelo simples facto de que, deixaram de ter salários porque o empregador não tem liquidez. Tanto os empregados, quanto os empregadores, todos caíram num ciclo de incumprimento generalizado, embora, vale lembrar, que tal não significa exoneração das obrigações. Então, o que se pode fazer para evitar a submissão a pesados sacrifícios e profunda mora *debitoris*? O que resta dos credores? Exigir a realização das prestações ou esperar que a situação melhore?

- **Dívida fiscal:** As empresas viram crescer a dívida fiscal e as correspondentes multas pesadas aplicadas pela Autoridade Geral Tributária (AGT), deixando-as sufocadas – durante estes 4 anos de crise muitas empresas privadas não cumpriram com muitas das suas obrigações fiscais, alegando dificuldades financeiras e não tendo nada a declarar a AGT. Por esta razão, «as associações empresariais têm clamado por uma amnistia fiscal, no sentido de o Estado perdoar as multas e juros de dívidas no período compreendido entre 2012 a 2017, para não precipitar ainda mais centenas e centenas de empresas no vale da falência. Sem a necessária liquidez, as empresas se vêem fustigadas e sufocadas com a actuação da AGT, pedindo por outro lado, a modificação da medida e se possível a revisão da Lei Tributária em vigor²⁷, adaptando-a ao novo contexto. Julgamos que, se o Estado não tiver em conta o problema da redução ou sufoco da carga fiscal às empresas, o índice de desemprego no sector privado vai crescer assustadoramente, e pior do que hoje.

²⁷ Vide, Martins Chambassuco, *Empresários pedem amnistia e defendem a criação de um conselho de auscultação*, disponível em, www.expansao.co.ao, acesso 23/03/18, e edição imprensa N.º 464.

1.2- Impacto sobre o Estado:

- **Redução das receitas fiscais:** com a crise financeira, verificou-se o empobrecimento do Estado devido à redução das receitas fiscais para os cofres públicos. “A queda da cotação do barril de crude no mercado internacional levou à redução das receitas de exportação do petróleo, de 68 mil milhões de dólares para 26 mil milhões de dólares (56,3 mil milhões de euros para 21,6 mil milhões de euros), entre 2013 e 2016”²⁸. A par da diminuição das receitas fiscais, registou-se também a diminuição dos investimentos e, consequentemente, a procura interna²⁹. Assinala-se ainda que, no quarto trimestre de 2017, registou-se a queda 16,48% na arrecadação efectiva da receita fiscal³⁰, comparativamente ao ano 2016. Apesar do aumento significativo das exportações do petróleo bruto (18,35%), ainda assim as receitas fiscais continuam negativas. Nota-se também, a redução das linhas de financiamento externo de crédito devido a instabilidade macroeconómica, a exiguidade dos meios de garantias e desconfiança dos investidores.

- **Dívida Pública:** verificou-se um sobre-endividamento público do Estado, nestes nos últimos 4 anos de crise, visando fazer face às despesas e compromissos sociais. A dívida pública angolana já ultrapassou o nível limite permitido por lei. A título ilustrativo, para o Orçamento Geral do Estado (OGE) 2018, 52% destina-se ao pagamento da dívida pública. Ainda, “o Executivo estima que até ao final do ano a dívida pública atinja o valor de 17.924 mil milhões de kzs (cerca de 77.300 milhões dólares norte-americanos), o que representa 70,8% do PIB previsto para 2018. Este aumento da dívida visa financiar projectos que não forma incluídos no OGE 2018”³¹. Os números da dívida pública angolana parecem assustar até os leigos na matéria.

- **Cortes e contenção das despesas:** Com a crise, surgiram também os cortes nos investimentos ou despesas públicas na ordem dos 90% designadamente: paralisação das obras públicas estruturantes, paralisação da construção das centralidades, reabilitação de estradas (primárias, secundárias

²⁸ Vide, Pedro PARENTE, *Governo angolano com plano de 109 medidas para recuperar a economia*, disponível em, <https://observador.pt>, Acesso, 20/03/18.

²⁹ Vide, Relatório da Deloitte, *Banca em Análise*, pp. 53-54.

³⁰ Vide, Relatório de Inflação IV Trimestre de 2017, Banco Nacional de Angola, p. 8.

³¹ Vide, www.jornaldeangola.sapo.ao, acesso, 11/05/2018.

e terciárias), pontes, hospitais, escolas, barragens hidroelétricas a nível de todo o território nacional. Essa medida visou, muito claramente, conter as despesas face a residualidade das receitas fiscais. Feliz ou infelizmente em Angola os maiores investimentos foram e continuam a ser do Estado, não só, por ser sua tarefa fundamental e vocação primária, mas também, pelo facto de haver em Angola um tecido empresarial fragilizado e subordinado aos investimentos que o Estado fazia e ainda faz, embora, ultimamente, de forma irregular. Prova disso é que, quando o Estado levou a cabo uma série de cortes nos investimentos, muitas empresas e empresários desapareceram e inclusive as instituições públicas ficaram profundamente abaladas com o facto, pois que, não conseguiram honrar com as suas obrigações diante dos fornecedores e prestadores de serviços. Os cortes nos investimentos sentiram-se mais nos sectores petrolífero, mineral e o sector social do Estado, e este ultimo concretamente, nos programas de desenvolvimento agrícola, fomento ao empreendedorismo e apoio à juventude, construção de estradas, barragens, hospitais, escolas, tal como nos referimos lá atrás. Ainda, no sector da saúde, a redução de investimentos provocou e fragilizou vários programas de saúde pública, forçando o encerramento de vários programas de combate à várias endemias e, conseqüentemente, à rescisão de muitos contratos com fornecedores e prestadores de serviços (fornecimento de medicamentos, apetrechamento dos estabelecimentos hospitalares, parecerias público-privadas, serviços de segurança, limpeza, etc). No sector da educação, para além da construção e apetrechamentos das escolas e estabelecimentos similares, o Estado deixou de investir num programa que na nossa visão representava o verdadeiro Estado social, que é o programa de merenda escolar. Este programa envolvia uma cadeia de contratos entre os governos locais e empresas privadas que por sua vez forneciam bens “alimentares” aos alunos do ensino primário com vista a combater a fome e promover a aceleração escolar. Na medida em que tais contratos vigoravam, proporcionava-se um clima de solvabilidade, empregabilidade e de potenciação do poder de compra do cidadão e geral, o que gerou a celebração de vários contratos privados. No sector minério e industrial, assistiu-se à paralisação da construção de indústrias chaves (cimento, materiais de construção) e os negócios a eles conexos. Ainda forçou a paralisação do mega projecto

industrial do país chamado Zona Económica Exclusiva (ZEE), na província de Luanda.

- **Orçamentos Gerais Revistos:** Como sabemos, o petróleo representa o motor da economia angolana. Devido à sua importância, só em 2014 por exemplo, o crude angolano contribuiu para os cofres do Estado em receitas fiscais com cerca de 72% percentuais, 48% do Produto interno Bruto (PIB) e com 98% das exportações. Ora, a redução das receitas fiscais obrigou a Revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano 2015 [e 2016], reduzindo o preço de referência do petróleo, de 81 para 40 dólares³². E hoje, apesar de, o preço do crude no mercado internacional oscilar entre 68 a 70 dólares, o OGE de 2018 foi elaborado com base no preço de referência de 45 dólares norte americanos.

- **Estagnação económica:** assistiu-se a uma desaceleração da economia e estagnação do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), sobretudo nos anos 2015 e 2016. Apontam-se ainda como factores de degradação do crescimento económico de Angola: o decréscimo do consumo privado e investimento público, a escassez de divisas e a dificuldades de obtenção do crédito bancário³³. Segundo o Relatório sobre a inflação do IV trimestre de 2017, do Banco Nacional de Angola, comparativamente ao ano 2016, a perspectiva do crescimento do PIB foi de 0,94% para 2017, em termos reais, o que corresponde à uma aceleração [ligeira] da actividade económica nacional face a 2016 de 0,81%³⁴.

- **Austeridade:** o Estado impôs limites às importações e definiu quais os produtos (especialmente da cesta básica, medicamentos) e serviços prioritários e não prioritários para importação. A limitação de importações afectou gravemente a actividade de muitas empresas privadas e operadores comerciais, “degolando-as”. Procedeu à contenção ou mesmo cortes nas transferências internacionais. A implementação do programa de austeridade permitiu a criação de instrumento programáticos como: o Plano Intercalar, programa de redimensionamento e reestruturação do sector empresarial público e do Programa de Estabilidade Macroeconómica (PME) para fazer face

³² Vide, Bruna RIBOLDI, *Entenda a Crise angolana: os efeitos da baixa do petróleo na economia do país*, disponível em, www.conexaolusona.org, acesso, 20/03/18.

³³ Vide, Relatório da Deloitte, *Banca em Análise*, p. 53.

³⁴ Vide, Relatório de Inflação IV Trimestre de 2017, Banco Nacional de Angola, p. 8.

à crise. “Dentro do plano intercalar, o Executivo está a preparar a implementação do processo de privatização de empresas públicas até Abril de 2018”³⁵.

- **Redução das subvenções:** o Estado reduziu significativamente as subvenções dos preços dos combustíveis, energia, água, telecomunicações, que doravante passaram a ser suportados pelo consumidor final.

- **Novos impostos e actualização das taxas:** para fazer face aos serviços mínimos e às despesas, o Estado implementou o chamado Imposto Predial Urbano (IPU) e a taxa de recolha de lixo endossada nas facturas de água e luz. Prevê-se outrossim, a implementação do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) no próximo ano 2019.

- **Forte actuação da Autoridade Geral Tributária (AGT):** a AGT depois de longos anos de passividade, deixando os contribuintes quase que numa situação de “*lesse fair, lesse passe*” fiscal, passou a desempenhar um papel mais activo na fiscalização, cobrança dos impostos e a aplicação de multas pesadas às empresas (especialmente) e aos demais contribuintes. Uma atitude de total inflexibilidade para com os contribuintes. Procedeu ainda, ao aumento das taxas de circulação, apesar do estado degradante da malha rodoviária com justificações na incapacidade financeira do Estado e no facto de, na óptica daquela instituição, ser a altura para proceder a actualização. Para o ano 2017 a AGT decidiu aumentar as taxas de circulação em todas as categorias de veículos automóveis na ordem dos 22, 6%, por força da inflação, em comparação com o ano 2016³⁶, sem no entanto, ter em conta a capacidade económica dos contribuintes e o estado lastimável da malha rodoviária.

- **Intervenções legislativas:** foram aprovados muitos pacotes legais, como é o caso da nova Lei dos Contratos Públicos (Lei 09/16, de 16 de Junho), Lei do Fomento Empresarial, Decreto Presidencial n.º 91/17, de 07 de Junho, que regula o salário mínimo nacional referente aos sectores do comércio e da indústria extractiva, Lei Geral do Trabalho, Lei 09/16, de 16 de Junho. Através de uma parceria público-privada, foi criada em 2017 por Decreto Presidencial

³⁵ Vide, Hermenegildo Tchিপilica, *Lista de empresas públicas a privatizar fica concluída em Abril*, disponível em, www.expansao.co.ao, acesso 22/03/18.

³⁶Cfr. http://www.angop.ao/angola_pt_pt/noticias/economia/2018/0/1/Alteracao-regime-taxa-cambio-BNA-destaque-semana,994b1d07-dfab-4cfe-bff6-cf8199e0712a.html, consultado aos 26/02/2018.

uma instituição denominada RECREDIT, com a finalidade de comprar todo o crédito mal parado dos bancos públicos (principalmente) e muito excepcionalmente privados. Ainda, o Decreto 274/17, que proibiu, o corte, circulação e transportação de madeira em toro e serrada, em todo o território nacional, forçando a cessação (com efeitos imediatos) da campanha de exploração florestal³⁷ até ao dia 31 de Janeiro de 2018. O que muito se debateu foi: como ficam os contratos celebrados pelos exploradores e fornecedores de madeira para com os seus clientes? E a madeira já explorada? Os pagamentos recebidos e os produtos não entregues?

Por outro lado, através do Aviso N.º 2/2018, de 02 de Março, publicado em Diário da República, o Estado, por meio do Banco Nacional de Angola (BNA), obrigou os bancos angolanos a elevar o valor mínimo do capital social para 7.500 milhões de kwanzas (28,4 milhões de euros) até 31 de Dezembro de 2018. Esta decisão veio a triplicar uma outra exigência feita no ano de 2013, que fixava o capital mínimo em 2.500 milhões de kwanzas (cerca de 9,5 milhões de euros, à taxa de câmbio actual). O objectivo, segundo o documento, passa pelo "asseguramento de níveis adequados de solvabilidade e de liquidez e promover a consolidação da banca"³⁸, afectada pela crise económica, financeira e cambial desde finais de 2014.

- **Outras Medidas:** o Estado criou o Programa de Estabilidade Macroeconómica, diminuiu ou se não mesmo acabou com o número elevadíssimo de empresas de prestação de serviços de consultoria, procedeu ao levantamento e revisão/modificação de todos os contratos de empreitadas de obras públicas e de prestação de serviços com base na Lei 09/16, de 16 de Junho. Aliás, por força desta lei, o Despacho Presidencial, N.º 36/18, de 02 de Abril, determina que o Ministro da Construção e Obras Públicas deve avaliar os contratos de empreita, fiscalização, e consultorias de obras públicas celebrados de 2013 a 2017 que estejam paralisadas, e autoriza a renegociar os prazos

³⁷ Para além da proibição, o incumprimento da decisão por parte dos operadores do sector florestal ficará sujeito as seguintes sanções: apreensão e confisco a favor do Estado do produto e dos meios e equipamentos utilizados na sua transportação, pagamento de multas e a recusa de renovação da licença, pelo Ministério da Agricultura e Florestas.

³⁸ Cfr. <https://www.dn.pt/lusa/interior/bancos-angolanos-tem-ate-final-do-ano-para-triplicar-capital-social-minimo-9170567.html>, acesso, 02/05/18. Ainda, Joaquim José Reis, *BNA Obriga bancos a triplicarem capital social mínimo*, in, http://expansao.co.ao/artigo/91975/bna-obriga-bancos-a-triplicarem-capital-social-minimo?seccao=exp_merc, acesso, 02/05/18. O incumprimento do Aviso sobre o capital mínimo, acarretará a perda da licença da actividade bancária.

para a execução dos referidos contratos. Ainda, levou a cabo a depreciação da moeda nacional face às moedas estrangeiras (USD e Euro). Ainda, injectou vários milhões de Euros para a recapitalização do maior banco público (Banco de Poupança e Crédito - BPC). «Em 4 (quatro) intervenções do Estado no BPC, em menos de 2 (dois) anos, saíram dos cofres públicos 568,8 mil milhões de kwanzas equivalentes a 3.186 milhões de dólares norte-americano»³⁹.

- **Crise cambial, desvalorização e inflação:** A situação dos cambiais no país constitui o grande calcanhar de aquiles para o Estado desde que se instalou a crise. De 2014 a meados de 2018 assistiu-se uma crise cambial profunda e grave. Mas o pico da desvalorização do kwanza face ao dólar norte-americano deu-se em 2016. A desvalorização do kwanza face ao dólar norte-americano e ao euro levou a um aumento dos custos das importações⁴⁰ e toda uma gama de serviços e produtos. Mas ainda assim, a escassez de dólares norte americanos, tornou abismal a diferença entre o câmbio oficial do Banco Nacional da Angola e o do mercado paralelo. São a causa de muito sofrimento de angolanos e angolanas que se encontram na diáspora (quer seja para estudo, como para tratamento de saúde), causa da especulação de preços, causa da inflação, e depreciação do kwanza. De acordo com o relatório do Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE), o ponto mais alto da inflação no país desde a crise, deu-se entre Janeiro e Dezembro de 2016 (12 meses), onde os preços em Angola subiram praticamente 42%. Ao passo que, no relatório publicado em Janeiro de 2018, sobre o comportamento da inflação, nos últimos 12 meses (2017) ela foi de 23,90%⁴¹ segundo a mesma instituição. Apesar do valor percentual situar-se abaixo, comparativamente ao ano 2016, ainda assim a situação económica que o país atravessa não tem sido abonatória para o alcance do equilíbrio dos preços. Mantém-se a tendência veloz de subida da inflação e com fortes reflexos na vida concreta e com

³⁹ Cfr. Joaquim José Reis, *Um em Cada Três Kwanzas Emprestados pelos Bancos Angolanos estão em Risco*, disponível em, <http://www.expansao.co.ao/artigo/93617/um-em-cada-tr-s-kwanzas-emprestados-pelos-bancos-angolanos-estao-em-risco?seccao=5>, acesso, 13/04/18.

⁴⁰ Vide, Relatório da Deloitte, *Banca em Análise*, p. 55.

⁴¹ Vide, dados disponíveis em, www.ine.gov.ao, acesso 26/03/18. No mesmo sentido, vide, www.bna.ao

tendências a piorar. Os preços dos bens e serviços vão variando ao exemplo dos ponteiros de um relógio. Num dia um preço, e no outro dia, outro preço.

- **No plano da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) e internacional** – quando a economia angolana esteve em plena ascensão, a CPLP ganhou bastante com as externalidades do crescimento, principalmente aqueles países membros que não produzem nem exploram petróleo, mas que dependiam das exportações do crude angolano. A crise angolana reduziu drasticamente as trocas comerciais entre os países lusófonos, ficando assim comprometidos bilhões e bilhões de dólares com a importação do petróleo angolano. De entre os países que ressentiram-se da crise angolana, destacam-se o Brasil e Portugal. Este último com mais de 1.200 empresas portuguesas a operar em Angola e com elas centenas e centenas de portugueses, sobretudo no ramo da construção civil e obras públicas, viram-se forçadas a encerrar as suas empresas e repatriar muita mão-de-obra portuguesa com as consequências dele adveniente, devido às dificuldades de repatriamento de capitais, limitação de importação, dificuldades económicas, paralisação da execução dos contratos, entre outros motivos. Ou seja, a crise angolana contaminou a sobrevivência de muitas empresas portuguesas. Não nos podemos esquecer que, Angola é o quarto maior importador de Portugal, com um total de 2,4 milhões de euros anuais⁴². Aliás, lembremo-nos do diferendo que envolve trabalhadores portugueses e a empresa angolana IMOSUL, que não consegue honrar com os compromissos contratuais. No caso Brasileiro, as empresas e empresários daquele país, actuando nos ramos da indústria agro-alimentar e no ramo da construção de obras públicas e civis, tomaram o mesmo destino. As trocas comerciais reduziram de forma grave afectando muitas empresas privadas que, por sua vez, tinham contratado inúmeros angolanos que infelizmente ficaram desempregados. A nível internacional a crise gerou o afastamento e a desconfiança dos investidores internacionais, comparativamente a períodos anteriores à crise.

⁴² Vide, Bruna RIBOLDI, *Entenda a Crise angolana: os efeitos da baixa do petróleo na economia do país*, disponível em, www.conexaolusona.org, acesso, 20/03/18. Já em Portugal, para além das relações comerciais, há também uma preocupação com os mais de 200 mil nacionais que lá vivem.

1.3- Impacto sobre a sociedade e em particular sobre os consumidores:

- **Custo de vida:** os consumidores têm vindo a lutar e a debater-se nestes quatro anos de crise com o fenómeno do aumento do custo de vida gritante que em contrapartida gerou a diminuição do poder de compra das famílias.

- **Cesta básica:** apesar de ser a primeira medida do Estado, durante estes anos, dar alta prioridade a importação dos produtos da cesta básica, ainda assim, verifica-se ano após ano, mês a mês, o aumento exponencial dos preços dos produtos da cesta básica e das taxas de consumo.

- **Bancos comerciais:** em geral, os bancos mantiveram as taxas de juro nos primeiros meses da crise e posteriormente foram se efectuando o agravamentos naturais das taxas (até ao ano de 2017). Limitaram o levantamento da moeda estrangeira, face a escassez e à orientação do Banco Nacional; congelaram a concessão de todo tipo de crédito quer para as empresas, quer para os particulares. A nosso ver, tal decisão deveu-se não só pelo impacto da crise, como também, pela incapacidade de solvabilidade dos devedores, por ainda não liquidarem as suas dívidas anteriores; em contrapartida viram crescer a carteira do crédito mal parado. A título ilustrativo, “no final de 2016, o crédito vencido ou malparado nos bancos de Angola atingiu um total 639.071 milhões de kwanzas (3.392 milhões de euros), o equivalente a 17,6% por cento do crédito total concedido pelo sistema bancário à economia”⁴³, ao passo que, em 2017, “a crise fez triplicar o volume de crédito vencido nas mãos dos bancos angolanos, em mais 30% do total dos empréstimos concedidos naquele ano, com cinco instituições em incumprimento do rácio de solvabilidade obrigatório”⁴⁴. No entanto, apesar do crescimento do crédito mal parado, a actividade bancária tem sido a que mais

⁴³ Cfr. http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/economia/2017/6/27/Angola-Credito-malparado-ultrapassa-AKz-639-milhoes,d9d7fcd1-c958-4121-a0d6-ec4e1e956154.html, no mesmo sentido, <https://www.dn.pt/lusa/interior/credito-malparado-em-angola-sobe-para-quase-34-mil-meuro-ate-final-de-2016-8615448.html>, acesso, 02/05/18.

⁴⁴ Cfr. <https://www.dn.pt/lusa/interior/bancos-angolanos-tem-ate-final-do-ano-para-triplicar-capital-social-minimo-9170567.html>, acesso, 02/05/18.

cresce nestes anos de crise, referem os relatórios sobre a banca (Deloitte e do BNA). Os bancos impuseram aos clientes limites diários de levantamento da moeda nacional, sobretudo nos bancos públicos e houve ainda, a proibição e imposição de enormes burocracias para o levantamento da moeda estrangeira, e as transferências ficaram gravemente inviabilizadas o que prejudicou de que maneira a vida dos cidadãos; E em Janeiro de 2018 com a depreciação do kwanza e a consequente implementação das bandas cambiais pelo Banco Nacional de Angola, os bancos comerciais passaram a adoptar um sistema de taxa de juros flutuante até 2%, cumprindo assim com as exigências do Programa de Estabilização Macroeconómica (PEM) traçado pelo Governo para o ano 2018, tendo como ideia de fundo, a defesa segundo a qual, com a taxa de câmbio flutuante o próprio mercado se auto-equilibrará. Ainda, os bancos foram obrigados a elevar o valor mínimo do capital social de 2.500 milhões de kwanzas (cerca de 9,5 milhões de euros, à taxa de câmbio actual), para 7.500 milhões de kwanzas (28,4 milhões de euros) até ao final do ano 2018.

- **Especulação de preços:** com a crise, despoletou-se também o mecanismo de aproveitamento e oportunismo comercial, levada a cabo pelos comerciantes, fornecedores, revendedores, grossistas e retalhistas com vista a obtenção do lucro fácil devido a escassez dos bens e serviços. A especulação dos preços por agentes comerciais baseou-se, segundo eles, na justificação da dificuldade do acesso aos cambiais por via oficial bancária, sendo o mercado paralelo o único recurso e fonte para a aquisição das moedas, e por outro lado, devido às dificuldades de importação. Muitos preços chegaram a ultrapassar os 100% do valor tido como normal. Comparativamente a Dezembro de 2017, os primeiros meses de 2018, só para dar exemplo, os preços dos produtos da cesta básica tiveram uma variação média de subida de 1,7% a 47,4%, segundo o Instituto de Preços e Concorrência, afecto ao Ministério das Finanças⁴⁵. Os preços estiveram acima do permitido pela lei que consagra os sistemas de preços livres e vigiados (Decreto Lei N.º 206/11, de 29 de Junho).

- **Depreciação salarial:** mesmo que o Executivo não tenha feito a redução oficial dos salários, a força do aumento exponencial da inflação e a

⁴⁵ Vide, semanário Expansão, N.º 457, de 26/01/2018, pp. 3-4. Na subida de preços regista-se mais nos sectores do comércio, energia e águas, combustíveis, telecomunicações, transportes colectivos e personalizados e na educação.

escassez de produtos da cesta básica, provocaram a derrocada do poder de compra dos consumidores. Consequência principal reflectiu-se na dificuldade de poupança e na manutenção do salário para realização de despesas preponderantemente alimentares.

- **Aumento das taxas de serviços básicos:** verificou-se o agravamento das taxas dos serviços de água, luz, gás, telecomunicações e transportes, que passaram a ser suportados pelos consumidores, constituindo assim para estes, um verdadeiro sufoco nas suas balanças de pagamentos familiares.

- **Ensino privado e público:** deu-se o aumento das taxas de propinas no ensino privado e público, causando conseqüentemente, desistências e abandono escolar. As escolas privadas com base na justificação da elevação geral do custo de vida causado pela crise, subiram especulativamente os preços das propinas com aumento até 200%. Hoje, por exemplo, em Luanda, dos reajustes feitos às taxas de propinas, o preço mínimo mensal ronda entre os 28.000 kwanzas (cerca de 105,78 euros ao câmbio actual) a um máximo de 950.000 kwanzas trimestral (cerca de 3,588 euros ao câmbio actual). Só para ilustrar, no colégio angolano de Talatona, a matrícula para os novos alunos no ano lectivo 2018 passou de 100.000 kwanzas (cerca de 377,77 euros ao câmbio actual) para 270.000 kwanzas (cerca de 1.019,99 euros ao câmbio actual). E a propina que nos anos anteriores custava 130.000 kwanzas (cerca de 491,11 Euros) passou a custar 402.500 kwanzas (cerca de 1.520,54 euros)⁴⁶. Deste exemplo, podemos imaginar as conseqüências advenientes do impacto da crise económica para as famílias. De igual modo, no sector público foram actualizadas as tabelas de emolumentos (todos os períodos) e propinas no ensino pós-laboral com base na justificação das incipientes e reduzidas dotações orçamentais, a carência dos materiais de uso corrente, entre outros motivos. Diferentemente do rumo que o ensino privado tomou, as instituições estatais tiveram alguma “prudência” na fixação das novas tabelas de emolumentos. Assim, as propinas que há cinco anos para cá custavam 12.000 kz (45,33 euros), no ano lectivo 2018 passaram a custar 15.000 Kz (56,67

⁴⁶ Vide, Alexandre Lourenço, *Preços disparam nos colégios privados com aumentos até 200%*, Semanário Expansão, N.º 457, de 26/01/2018, p.8.

Euros) na quinta região académica, afecta à Universidade José Eduardo dos Santos.

- **Telecomunicações:** pela sua finalidade, as telecomunicações têm uma importância fundamental devido ao papel que eles desempenham concretamente na coesão social e na garantia da qualidade de vida das populações⁴⁷. Os contratos de prestação de serviços de telecomunicações não ficaram poupados do impacto da crise. Tal facto, obrigou as operadoras, a procederem à modificação dos preços ou das tarifas praticadas anteriormente, com base na justificação da desvalorização da moeda nacional, escassez de divisas e aumento dos custos operativos, de modos a se ajustar as tarifas ao contexto económico em que se vive no país. Assim, o Instituto Angolano das Comunicações (INACOM), decidiu alterar a Unidade de Tarifa de Telecomunicação (UTT) de 7,2 kwanzas (0.03 cêntimos) por cada 1 UTT, para 10 kwanzas (0,04 cêntimos), ou seja, 2,8 Kzs mais caro para o cliente, tarifa que passou a ser aplicada aos consumidores angolanos pelas operadoras da rede móvel e fixa⁴⁸, sendo que, por exemplo, o cartão de 125 UTT's que custava 900 kwanzas (cerca de 3.46 euros ao câmbio actual) passou a custar 1250 kwanzas (cerca de 4.80 Euros), com a particularidade da flutuação do câmbio. Isso deixou os consumidores (clientes) numa posição de extrema fragilidade e de um imponente sacrifício.

- **Transportes:** em termos gerais, o transporte ocupou, ocupa e ocupará nas nossas vidas (pessoal e social), um lugar marcadamente distinto. A distinção encontra-se, indubitavelmente, pelo seu carácter essencial à vida da colectividade. Ademais, o fenómeno da globalização tem, de algum modo, justificado aquela essencialidade, permitindo as deslocações das pessoas e bens de um lugar para outro, graças aos transportes. Hoje, “independentemente das migrações por razões económicas, sociais ou pessoais, as pessoas viajam em negócios, em estudos ou em lazer. Todo o dia-a-dia depende de uma rede de transportes em perfeito e permanente

⁴⁷ Cfr. Eduardo Paz FERREIRA, *Serviços de Interesse Económico e Europa Social: o Caso das Telecomunicações*, in, Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Sérvulo Correia, Vol. IV, Coimbra edit., 2010, p. 613.

⁴⁸ Vide, Orlando Borges, *A subida dos preços das telecomunicações trará desvantagens para os dois lados*, disponível em, <http://Club-k.net>, consultado, 06.03.2018

funcionamento, em incontável miríade de actos jurídicos especializados, a tanto destinados”⁴⁹.

- **Transporte terrestre:** Em Angola, a rede de transporte, veio a recrudescer depois dos acordos de paz. Nos anos posteriores, isto é, de 2002-2008, houve um programa governamental de grande magnitude que visou, a reparação da maioria das estradas nacionais, caminhos-de-ferro e aeroportos que ligam as 18 províncias. A reabilitação destas infra-estruturas, teve um efeito positivo na vida privada dos cidadãos, que se reflectiu, não só no exercício da liberdade de locomoção das pessoas, mas também, no nascimento de empresas de transporte de pessoas e bens (nas mais diversas modalidades) em todo o território nacional. Como era/é expectável, este *boom* gerou mais emprego e exigiu a modernização dos meios, serviços e o atendimento da demanda dos utentes/consumidores.

Com o surgimento da crise, em 2014, o sector privado dos transportes reagiu imediatamente com a medida de revisão dos preços de transportação de pessoas e bens, influenciada pela actualização e subida dos preços dos derivados do petróleo (gasolina, gasóleo e outros) feita pelo executivo angolano, nos primeiros dias dos anos 2015 e 2016. Na base da subida, o executivo justificou, ter chegado a altura do Estado deixar de subvencionar os aqueles derivados para a garantia das despesas públicas. A partir de então, os as transportadoras de transportes terrestres começaram a praticar quase que “preços livres”. Reviram, aumentaram e fixaram novos preços acima dos 100%, comparativamente ao período antes da crise (2008 - 2013), sem infelizmente o utente e/ou consumidor⁵⁰, não ser tido, nem achado. Aliado a este facto, destaca-se questão que se prende com o elevado custo com a manutenção das viaturas de transporte, não obstante haver inflação dos preços dos acessórios daquelas, dificuldades de importação de novas viaturas por escassez de divisas, perda considerável das frotas de transportação e por fim o impacto da crise económica neste sector particular. Tal episódio constituiu para

⁴⁹ Cfr. António Menezes Cordeiro, *Introdução ao Direito dos Transportes*, in, ROA, ano 68, Lisboa (Jan. 2008), p. 140.

⁵⁰ Cfr. Jorge Morais CARVALHO, *Manual de Direito do Consumo*, 4ª ed., edit. Almedina, Coimbra, 2017, p. 21. Os conceitos de utente e consumidor, parece não serem sinónimos. Para o primeiro caso, a figura de utente é mais comum nos serviços públicos, ao passo que o consumidor é toda a pessoa singular que adquire bens e serviços sem fins comerciais ou profissionais. Porém, ambos os conceitos têm um ponto de encontro que é, a protecção que é conferida ao adquirente do bem ou do serviço.

as operadoras de transporte terrestre ocasião bastante para a revisão unilateral dos preços praticados, com a justificação de que, para se chegar às capitais das províncias os percursos tornaram-se mais longos e perigosos e as rotas tiveram de ser desviadas, ampliando-se o tempo de viagem. As viagens tornaram-se mais longas.

- **Aviação civil:** No campo da aviação, com a escassez de divisas, a companhia Árabe *Fly Emirates*, pôs fim (extinguiu) o contrato celebrado com o Ministério dos Transportes e o Conselho de Administração da TAAG, por dificuldades de repatriamento de capitais (divisas). As demais companhias aéreas comerciais, e não só, adoptaram a política da venda dos bilhetes com a moeda do país do ponto de partida. Por exemplo, são os casos da TAP e TAAG, que antes da crise aceitavam a compra do bilhete em Angola e Portugal em kwanza, mesmo que o ponto de partida seja diferente. Mas a crise veio mudar tudo e até agravar os preços à medida da flutuação das taxas de câmbios.

Concretamente, a TAAG (companhia aérea nacional) foi obrigada também a proceder a actualização dos preços dos seus serviços, à medida da oscilação das taxas de câmbios, por um lado, e alegando, por outro lado, a manutenção dos custos operativos. Tanto nas viagens ou rotas a nível nacional como internacionais, os preços estão, tendencialmente cada vez mais a subir e a sofrerem revisões. Por força do impacto da crise, o Conselho de Administração da TAAG foi obrigado a cancelar determinadas rotas tidas como não rentáveis e reforçar com meios aéreos, aquelas que mais garantiam retornos/lucros à empresa pública.

1.4- Impacto sobre os contratos de empreitada:

Em termos gerais, após o conflito armado que assolou o país por mais de 30 anos, em 2002 Angola nasceu para uma nova era da sua história, configurada pela abertura de uma nova página do livro, que tem vindo a ser escrito, até então. O novo capítulo, se eternizou com a assinatura dos acordos de paz de 4 de Abril de 2002. Nos anos subsequentes, começou a corrida para transformar Angola num “canteiro de obras”. A imensidão das obras, estendia-se desde as públicas às obras privadas ou civis: novas centralidades nas

principais sedes provinciais, surgimento de novos bairros no âmbito do programa da autoconstrução dirigida, nascimento de várias actividades de prestação de serviço, entre outros. O movimento fértil nesta área específica fez com que nascessem várias empresas de construção civil⁵¹, que infelizmente, desde 2014, acabaram por ser “degoladas” pela crise económica, que gerou não só, a instabilidade financeira e dos meios de pagamento, como também, escasseou e encareceu os materiais de construção civil, desacelerou o ímpeto de inúmeras obras, reduziu os empreiteiros e donos das obras a incapacidade financeira, bem dizer, à pobreza. Só para termos uma ideia, «A construção passou a assumir, depois de 2006, uma importância crescente para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) do país (...), no entanto, não esteve imune aos efeitos da crise financeira e económica e a sua contribuição para o PIB baixou de 11%, 2 em 2014 para 8,7% em 2016»⁵². Aliás, a par de outros contratos, os contratos de empreitada constituem um meio forte de criação de postos de trabalhos, quer directos e indirectos. Hoje há extremas dificuldades para dar continuidade às obras que vinham sendo executadas, antes e durante a maré da crise. Mas, resumidamente podemos afirmar que o impacto da crise nos contratos de empreitadas desenrolou-se nos seguintes termos:

-Modificação dos contratos de empreitada pelo Estado: Nas empreitadas de obras públicas, as mais visadas e derrubadas pela crise, o Executivo aprovou a nova Lei dos Contratos Públicos Lei 09/16, de 16 de Junho, com vista a adequa-la à conjuntura económica do país. Devido ao impacto da crise neste sector específico, tendo-se verificado o abandono das obras pelos empreiteiros, o Estado procedeu à revisão ou modificação dos contratos de empreitadas públicas, nos termos do art.º 363.º (da Lei dos Contratos Públicos) e de prestação de serviços e nos casos mais graves procedeu à resolução convencional dos contratos, nos termos do art.º 325.º da mesma Lei. Esta Lei veio estabelecer que, para a modificação do contrato de empreitada pública é necessário o preenchimento dos seguintes requisitos: a)

⁵¹ Como durante o conflito armado, as atenções estavam viradas para a sobrevivência, era expectável que o número de pessoas singulares que se dedicavam ao ramo da construção de obras civis aumentasse exponencialmente. A par das empresas, também nasceram vários pedreiros, como os designamos em Angola.

⁵² Cfr. Universidade Católica de Angola, *Relatório Económico de Angola 2016*, edit. UCAN, 2017, p. 127. Depois de ter apresentado em 2014 o seu nível mais elevado de produtividade bruta aparente, a construção tem vindo a perder eficiência. Consequentemente, os ganhos da produtividade têm vindo a diminuir, de 5,8% em 2014, para 2,9% em 2016.

que haja alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar, desde que não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato e a exigência de manutenção das obrigações assumidas seja contrária à boa fé⁵³; b) que haja razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes.

- **Abandono das obras:** muitas empresas abandonaram as obras a que se obrigaram a construir por falta de dinheiros para dar continuidade à elas, pelo encarecimento dos materiais essenciais para construção, por falência e insolvência; hoje, muitas delas encontram-se em situação de mora *debitoris* com os respectivos financiadores ou donos de obras. Facto curioso é o de que, muitos contratos de empreitada civil foram celebrados antes da crise quando o país detinha um dos maiores e melhores indicadores das economias que mais cresciam no mundo e em África. Com base na robusta capacidade de liquidez, na altura, muitos contratos foram celebrados tendo como modalidade de preço, o preço à prestações. Os donos de obras antes da crise realizaram as primeiras prestações e por força da crise já não conseguem realizar as outras prestações, mas os empreiteiros, na maioria dos casos, já cumpriram com 80% dos contratos e já não conseguem avançar mais por falta de meios monetários.

- **Renegociação contratual:** muitos sujeitos contratantes cujas prestações ficaram gravemente desequilibradas solicitaram dos seus co-contratantes maior flexibilização e chegaram mesmo a propor o aumento ou a redução dos preços, não obstante, haver escassez de matérias-primas essenciais e a depreciação da moeda nacional (o dinheiro já não tem o mesmo valor comparado ao momento da celebração do contrato).

A exemplo de uma catástrofe social ou natural que acarreta consigo inúmeras consequências, desde as inundações, desabamentos, erosões, destruições, fome, entre outros males à sociedade e ao homem em particular, assim também, «uma crise financeira apresenta sempre uma multiplicidade de consequências nocivas para os contratos celebrados com os sujeitos

⁵³ Nesta alínea, parece-nos que a Lei seguiu o critério da base do negócio do art.º 437.º do Código Civil e da teoria da imprevisão para o Direito Administrativo.

[contratantes]»⁵⁴. Este fenómeno faz com que o Direito esteja a altura de acompanhar a realidade social, económica e política de uma determinada comunidade e responder às exigências e desafios que aquela realidade coloca⁵⁵, ainda mais, em tempos de turbulência económica grave em que o fenómeno tomou conta de tudo e de todos, o que decerto, exige que o Direito não fique atrás.

Duas questões fundamentais podem ser levantadas:

Da contextualização sócio-económica feita sobre o impacto do fenómeno da crise económica angolana, o que há de jurídico e que seja de interesse para o Direito Civil em geral, e a este trabalho em particular? Juridicamente, como é que os sujeitos contratantes e a sociedade em geral devem reagir perante a crise?

Para a primeira questão, podemos encontrar traços bastantes para aferir dos aspectos sócio-económicos, os aspectos jurídicos, nomeadamente: surgimento de um evento anormal e imprevisível que estrangulou as relações contratuais, e que serviu de causa de desequilíbrio e desproporção das prestações. Tal circunstância anormal, impôs o sacrifício económico e abalou a base dos contratos, tendo causado:

- Mora *debitoris*, tanto das empresas, quanto dos particulares ou vice-versa contra os seus credores, arrastando-se sem um período de fácil previsão;
- Desequilíbrio económico das prestações;
- Incumprimentos creditícios dos vários contratos de execução continuada ou de trato sucessivo. Por exemplo, há inúmeros cidadãos que contraíram créditos bancários, e não só, que deram como garantia os seus salários e em último caso o do avalista. Sucedeu que, tanto devedor quanto o seu avalista perderam o emprego e ficaram sem salário para continuar a realizar as prestações. O mesmo se pode dizer das empresas. É caso para dizer, como fica?

⁵⁴ Cfr. Manuel Carneiro da FRADA e Mariana Fontes da COSTA, *Sobre os Efeitos de Crises Financeiras na Força Vinculativa dos Contratos*, in, XX Estudos comemorativos dos 20 anos da FDUP, Vol. II, Almedina, 2017, p. 178.

⁵⁵ Cfr. Marcelo Rebelo de SOUSA e Sofia GALVÃO, *Introdução ao Estudo do Direito*, Lisboa, 2000, p. 12.

- Despedimentos forçados, causando ruptura das relações contratuais de trabalho, sem a devida indemnização. Como sabemos, a principal consequência da indemnização consiste em proporcionar a paz jurídica. Ela não só repara a perda do posto de trabalho⁵⁶ como também serve para reparar, ainda que minimamente, o dano causado pelo acto.
- Encarecimento, escassez e subida abrupta dos preços das matérias-primas essenciais à execução dos contratos (sobretudo nos contratos de empreitada e de prestação de serviços), causando sérios danos aos devedores.
- A paralisação forçosa e imprevisível dos contratos de empreitada por carência financeira, despoletando assim, desequilíbrio das prestações da parte que dela sofre, abandono das obras e dos serviços dele dependentes.
- A dificuldade que os credores têm de exigir as obrigações em situações obvias de encerramento das empresas e não só, falência ou insolvência, traduzidos claramente no dever de consideração pelos direitos e interesses da contraparte, remetendo tal conduta a bitola da boa fé;
- Depreciação ou desvalorização (instabilidade) da moeda nacional que fez com que, no estado actual, as prestações estejam a custar três vezes mais caras do que o momento da celebração do contrato, tornando-as excessivamente onerosa, criando desta forma lesões e danos da parte de quem esteja sacrificada. É o caso de quem, por exemplo, há cerca de 4 anos para cá tenha contraído um crédito em moeda estrangeira, ter que realizar a prestação hoje, o equivalente ao triplo em kwanza. Ora, não está aqui um caso típico de conduta desleal, desonesta e irrazoável, de quem exige tal cumprimento? não está aqui firme a violação do princípio da boa fé?
- Depreciação significativa grave dos salários dos trabalhadores, que no âmbito de consumo gerou o problema de fazer face ao pagamento dos serviços básicos sociais (transporte, telecomunicações, energia e águas);

⁵⁶ Cfr. Bernardo da Gama Lobo XAVIER, *Compensação por Despedimento*, in: Revista de Direito e Estudos Sociais, Ano, 53, n.ºs 1-2 (Jan.-Jun. 2012), Almedina, p. 69.

- Aumento excessivo das rendas habitacionais, que gerou o abandono e o êxodo dos centros urbanos para as zonas periféricas;

Diante do exposto, é natural questionar, se é de maior interesse a manutenção dos contratos ou a sua extinção? Modificação ou resolução?

Julgamos que cada caso determinará o caminho a seguir, *maxime*, por causa das peculiaridades de cada tipo contratual e o entendimento do intérprete-aplicador ou do julgador, sendo que, o restabelecimento do equilíbrio perdido será a bandeira e a sobrevivência (manutenção) dos contratos num momento de elevada conturbação económica.

Atente-se no seguinte caso:

No Huambo, um empreiteiro celebrou em finais de Dezembro de 2013, dois contratos de empreitada para a construção de 6 casas destinadas a habitação familiar, no prazo de 18 meses. Ficou acordado também, que o valor global da obra era de 485.000 USD (Dólares norte-americanos), a ser pago em três prestações (fundações, levantamento de paredes e acabamentos). O dono da obra preferiu realizar já no momento da celebração e conclusão do contrato, o pagamento das duas primeiras prestações, restando apenas a última. Acontece porém que, imprevisivelmente em 2014, instalou-se a crise económica em Angola, que encareceu gravosamente os materiais de construção e tornou-os muito escassos. Na tentativa de dar solução do conflito contratual por via extrajudicial, o dono da obra exige que o empreiteiro conclua com a obra, e por sua vez, o empreiteiro condiciona o cumprimento do contrato com o aumento de 35% do valor global.

Juridicamente, como é que os sujeitos contratantes e a sociedade em geral devem reagir perante a crise?

Na verdade, as respostas são diversas, se se tiver em conta os vários seguimentos da vida social. Para o Direito, sustenta Menezes Cordeiro, «numa situação de crise, os diversos contratos e demais estruturas jurídico-sociais devem comportar-se como uma teia amortecedora: cabe-lhes redistribuir e difundir o risco, de modo a que os diversos agentes absorvam, em termos tanto quanto possível comportáveis, os danos ou os menores lucros ocasionados»⁵⁷. Ou seja, as partes contratuais devem fazer o esforço e adoptar condutas

⁵⁷ Cfr. Menezes CORDEIRO, *Tratado de Direito Civil*, IX, 2ª ed., Almedina, Coimbra, 2016, p. 577.

tendentes a minimizar os danos causados pela crise e lutar pelo restabelecimento do equilíbrio económico do contrato, não olvidando com efeito, a redistribuição do risco. As partes têm de estar dispostas a consentir sacrifícios correspectivos, de tal sorte que, se elimine ou atenuie a desproporcionalidade das prestações. Na realidade, não se trata de um exercício fácil, mas é um exercício possível tendo em conta as exigências da boa fé.

A teia amortecedora, chamada à colação pelo ilustre civilista, é semelhante a figura da “régua lésbica”, flexível e adaptável a qualquer superfície. E é justamente esta, a função do amortecedor: adaptar-se e manter o equilíbrio a toda a superfície ou vicissitudes que possam pôr em causa a estabilidade da estrutura central. Esta estrutura é, com toda a certeza, a base do contrato. Na vertente do Direito, a teia amortecedora, impõe às partes contratantes e ao intérprete-aplicador a consideração pelos princípios fundamentais do Direito Civil, que vão guiar e ditar o caminho da solução justa, ante a distribuição do risco e a minimização dos danos causados pela alteração das circunstâncias. Tais princípios são: a boa fé (« enquanto regra de conduta, a observar pelas pessoas no cumprimento das suas obrigações»⁵⁸), a equidade, a justiça contratual, entre outros.

Certamente, a ideia de que, em tempos de crise, os diversos contratos devem incorporar as características de uma teia amortecedora, não se verificará assim para todos os contratos. É que, por natureza, certos «contratos comportam uma rigidez intrínseca: quando incorram em novas circunstâncias, repercutem o encarecimento daí resultante em apenas uma das partes. Noutros casos, elas tornam-se de funcionamento inviável, seja por inalcançabilidade dos seus objectivos, seja por desrazoabilidade no funcionamento. Noutros, finalmente, eles potenciam desequilíbrios extrínsecos, ampliando-os contra uma das partes»⁵⁹. Isto significa que, nem todos os contratos possuem a característica de flexibilização ou adaptação a todas as situações. Em caso de emergir circunstâncias anormais, dada a rigidez que lhes é intrínseca, colocam uma das partes numa posição difícil e de elevados

⁵⁸ Cfr. Menezes CORDEIRO, *O Princípio da Boa-Fé e o Dever de Renegociação em Contextos de “Situação Económica Difícil”*, in, II Congresso de Direito de insolvência, Catarina Serra (Coord.), Almedina, Lisboa, 2013, p.15.

⁵⁹ Cfr. Menezes CORDEIRO, *Tratado de Direito Civil*, IX, 2ª ed. p. 577.

encargos. Outros há que, por força da gravidade do impacto das novas circunstâncias tornam-se inexecutáveis e irrealizáveis, pois que, perderam a razão para a prossecução do objectivo que rodeou a celebração do contrato. Ainda, certos contratos são causadores de desequilíbrios alheios à vontade das partes, aumentando ainda mais estes contra uma delas. Ou seja, casuisticamente se saberá se é ou não possível o casamento de tais características. Determinados contratos, pela sua natureza rígida obrigarão uma das partes a suportar necessariamente o sacrifício adveniente; outros porém, determinarão a perda ou não do interesse contratual; ao passo que noutros, a desproporção se estenderá à contraparte.

E o que fazer nestas situações específicas? Deixar que as coisas estejam assim, por respeito à autonomia das partes? Ou então a obediência ao princípio da vinculatividade?

Pensamos que a resposta é negativa. É necessário fazer mais. «Pede-se que os tribunais intervenham [não para substituir as partes, mas sim, para exercer a sua função de encontrar solução mais ajustada à situação, aliás, a justa composição dos litígios nos parece ser tarefa precípua dos tribunais]. E o instituto civil de recurso é, para estes casos, o da alteração das circunstâncias»⁶⁰. Por meio dele, o juiz terá de ter em conta os institutos da boa fé, da equidade e o princípio da justiça contratual. Deve-se acrescentar que, “não são as vontades dos contraentes que se equilibram; são as prestações recíprocas, as quais formam, as duas, um conjunto unido, uma espécie de todo orgânica como os pratos de uma balança que oscilam em volta de um centro que os torna solidários”⁶¹.

A crise económico-financeira angolana que surgiu em meados do ano 2014, talhou como faca de dois gumes a história económica do país, e deixa sem sombras de dúvidas, um forte legado para reflexões futuras. Ela veio colocar ao sistema jurídico-civilista angolano vários desafios ou várias partidas:

Em primeiro lugar, em todos os momentos de instabilidade, desequilíbrios e anormalidades supervenientes, o Direito é chamado a exercer a sua função típica de regulador e ordenador da vida social. Uma função que

⁶⁰ Cfr. Idem, p. 577.

⁶¹ Cfr. Inocêncio Galvão TELLES, *Aspectos Comuns aos Vários Contratos*, Separata da RFDUL, vol. VII, Lisboa, 1950, p. 35

necessita de se flexibilizar às flutuações das circunstâncias que se vão sucedendo ao longo do tempo e por vezes com alta velocidade. Esta adaptação do jurídico às circunstâncias sócio-económicas, permite que se entrecruzem de modo firme ilações ou provisões económicas e opções de natureza política⁶².

Em segundo lugar, a actual crise financeira coloca um grandioso desafio aos tribunais angolanos e a toda máquina judicial, se tivermos em linha de conta a variedade de contratos privados que uma vez desequilibrados por força da alteração económica, reclamam justiça concreta, reclamam o equilíbrio da balança contratual. Fazem parte destes desafios: a interpretação da *lex contractus*, a justiça contratual, a boa fé, a equidade... e tantas outras questões inerentes a contratualidade privatística.

Um terceiro desafio, a exemplo do que se disse anteriormente, é o de que, a queda abrupta da cotação do petróleo no mercado internacional, provocou inúmeras consequências para a vida social dos cidadãos em geral, e nas relações contratuais. Por exemplo, os arrendatários [nas novas centralidades] viram-se confrontados com inúmeras dificuldades⁶³, chegando mesmo ao ponto de abandonar imóveis e preferir arrendar habitações mais baratas nas chamadas zonas primitivas ou de origem. Ou seja, os preços de arrendamento, aliados as taxas de luz, água e gás encareceram de tal forma que os arrendatários preferiram abandonar os imóveis para outros lugares.

Diante desta factualidade, é fácil notar e perceber que «a celebração de contratos é rodeada por circunstâncias variadas. E estas alteram-se, por vezes. Com isso, quer o equilíbrio relativo às prestações, quer o escopo contratual podem ser afectados»⁶⁴. Ora bem, por razões supramencionadas, os contratos privados ficaram abalados e o equilíbrio contratual foi posto em causa, como também foram afectadas as bases negociais, o que implica sacrifícios supervenientes para as partes obrigadas a realizar as prestações. Esse

⁶² Cfr. Manuel A. Carneiro da FRADA, *Crise Financeira Mundial e Alteração das Circunstâncias: Contratos de Depósitos vs. Contratos de Gestão de Carteiras*, in, Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Sérvulo Correia, Vol. III, Coimbra edit., Coimbra, 2010, p. 454.

⁶³ Cfr. Luís Telles de Menezes LEITÃO, *O impacto da Crise financeira no Regime do Crédito a Habitação*, in, JULGAR, n.º 25 – Janeiro/Abril 2015, Coimbra edit., Coimbra, 2015, p.49.

⁶⁴ Cfr. António Manuel da ROCHA e Menezes CORDEIRO, *Da Boa Fé no Direito Civil*, Vol. II, Almedina, Coimbra, 1984, p.903.

fenómeno provocou, além do sacrifício superveniente e extraordinário, o aumento dos riscos do contrato e a mora dos devedores, tal como referido anteriormente; daí a sua repercussão sobre a base negocial⁶⁵. Isto vem confirmar a preposição segundo a qual, numa relação contratual obrigacional, o “credor nem sempre pode contar com a realização ou o pagamento da prestação em todas as circunstâncias”⁶⁶.

A ser assim, não será a crise económico-financeira angolana em si a causa da alteração das circunstâncias?

Não se vislumbra, achamos nós, haver uma resposta estanque ou unânime, pois que, o assunto em causa suscita respostas multívocas. Porque de facto, muitas destas circunstâncias podem ser desencadeadas até mesmo por ondulações de índole política, como também de índole social ou económica alheias, normalmente, à previsibilidade dos contraentes. Julgamos que nenhum contrato privado escapa às alterações de circunstâncias. Desta feita, pode-se afirmar que a prevalecente crise económico-financeira que Angola atravessa constitui uma alteração “anormal, estrutural e grave”⁶⁷ na evolução da sua economia e na estabilidade das relações obrigacionais.

Normalmente, «no momento da celebração de um contrato as partes têm em conta a realidade objectiva que os envolve, plurifacetada e integrando elementos económicos, jurídicos, sociais e políticos. É com base nela que se forma a sua vontade negocial e se assumem obrigações do contrato. O equilíbrio de interesses tem em conta essa realidade»⁶⁸, da qual depende necessariamente a eficácia e a vida do contrato.

A alteração das circunstâncias põe em contrapeso dois princípios fundamentais que constituem a contratação privada: o princípio da autonomia privada e o da boa fé. O primeiro, estabelece as regras da realização ponto por ponto das prestações dos acordos livremente celebrados; e o segundo, servindo de prumo nas relações contratuais, nos termos dos qual não será lícito a um dos contraentes obrigar ao outro a realização das suas obrigações sempre que um evento anormal e externo ao momento posterior à celebração

⁶⁵ Cfr. José Oliveira ASCENSÃO, *Onerosidade Excessiva por “Alteração das Circunstâncias”*, separata do livro Estudos em Memória do professor Doutor José Dias Marques, Almedina, 2007, p. 523.

⁶⁶ Cfr. Manuel A. Carneiro da FRADA, Ob. Cit., p. 489.

⁶⁷ Cfr. Ibidem, p. 494.

⁶⁸ Cfr. Ibidem, p.482.

do contrato leve a um desequilíbrio das prestações que lese de forma grave essa parte⁶⁹.

Assim, com este tema procuramos saber, que impacto a crise económica angolana tem nos contratos privados? Ou seja, nos propomos indagar em que medida a crise económica angolana gerou/gera alteração das circunstâncias, capazes de influenciar o equilíbrio dos contratos privados?

O analisar deste problema coloca assim um tema de Ciência do Direito no sentido próprio do termo: a Ciência da resolução de casos concretos⁷⁰ que emergem na sociedade.

Uma chamada de atenção que se impõe previamente fazer, é a seguinte: no geral o Direito angolano, salvo numa ou noutra matéria, assemelha-se ao Direito português. Ainda mais, no que concerne ao Direito Civil e ao tema de que nos propomos abordar neste trabalho. Por isso, não havendo sobre o tema em causa, doutrina e jurisprudência publicadas em Angola, utilizar-se-ão, com necessárias adaptações, para o Direito angolano, a doutrina e a jurisprudência portuguesas. Aliás, os artigos estruturantes sobre a temática no Código Civil angolano coincidem no “comprimento e na largura” com o Código Civil Português, pelo que, se não houver qualquer especificação, entenda-se a referência como do Código Civil angolano.

⁶⁹ Cfr. Luís Manuel Teles de Menezes LEITÃO, *Direito das Obrigações*, Vol. II, 10^a ed., Almedina, Coimbra, 2016, p. 123.

⁷⁰ Cfr. Menezes CORDEIRO, *Da Alteração das Circunstâncias*, in, *Estudos em Memória do Professor Doutor Paulo Cunha*, Lisboa, 1989, p. 309.

CAPÍTULO II

2- Génese e evolução da figura da alteração de circunstâncias

A dinâmica da vida, mostra-nos de múltiplas formas, não ser possível, hoje, estudar o Direito positivo sem, concomitantemente, se proceder ao estudo histórico-jurídico da figura⁷¹ que se aborda. Aliás, pode afirmar-se que a progressiva tomada de consciência da historicidade do Direito é uma das maiores conquistas do pensamento jurídico moderno⁷². Num trabalho como este, faz todo o sentido fazer uma incursão histórica daquilo que se está a abordar. Não é por mera vaidade, nem tão pouco se torna num avolumar da informação doutrinal, mas sim por exigência do rigor científico. É que, abordar uma figura como a alteração das circunstâncias, é imperativo falar necessariamente da sua génese, metamorfoses e que destaque ela possui hodiernamente na vida dos contratos privados, dado o seu alcance e função a que o Direito civil lhe reserva.

Ademais, o problema da alteração das circunstâncias e sua importância para a execução e cumprimento das obrigações assumidas é um problema antigo que sempre tem ocupado os juristas⁷³. Vamos focar esta abordagem em três vertentes: idade antiga, idade média e da idade contemporânea aos nossos dias.

2.1 – Antiguidade

Desde a antiguidade, a influência do tempo na estabilidade ou instabilidade das convenções jurídicas era, com efeito, já razão de preocupação. A título de exemplo, já no Código de *Hamurabi*, por volta de 1.700 a.C., na “Lei 48 encontrava-se a seguinte disposição – “*Se alguém tem um débito a juros e uma tempestade devasta o campo ou destrói a colheita, ou*

⁷¹ Cfr. Pedro de ALBUQUERQUE e Miguel Assis RAIMUNDO, *Direito das Obrigações (Contratos em Especial)*, Vol. II, Almedina, Coimbra, 2012, p. 9; vide ainda, Cabral de MONCADA, *Elementos de História do Direito Romano*, Vol. I, edit. Coimbra, Coimbra, 1923, p. 9 e ss.

⁷² Cfr. Menezes CORDEIRO, *Ciência do Direito e Metodologia Jurídica nos Finais do século XX*, Separata da ROA, Lisboa, 1989, pp. 11 e 12; Pedro de ALBUQUERQUE, *A Representação Voluntária em Direito Civil (Ensaio de Reconstrução dogmática)*, 2004, Almedina, Coimbra, p. 22, nota 17.

⁷³ Cfr. Heinrich Ewald HÖRSTER, *A Parte Geral do Código Civil Português – Teoria Geral do Direito Civil*, Almedina, Coimbra, 1992, 576.

por falta d'água não cresce o trigo no campo, ele não deverá nesse ano dar trigo ao credor, deverá modificar sua tábua de contrato e não pagar juros por esse ano."⁷⁴

Como é vistoso, desde a antiguidade, as consequências do decurso do tempo na execução dos contratos teve e tem um lugar de especial consideração⁷⁵. Já referimos anteriormente que, os eventos externos podem causar mudanças supervenientes que maculam o equilíbrio das relações jurídicas e afectar assim, a função para a qual o contrato foi celebrado, ainda mais, se for o caso de contratos de execução continuada. E muitas vezes, tais efeitos provocam alterações criadoras de injustiças ou oneram excessivamente o *solvens* ou avantajam excessivamente o *accipiens*.

Dito assim, podemos afirmar que, a regra da eficácia jurídica das alterações das circunstâncias era desconhecida como um princípio no Direito romano, não por se tratar de alterações de qualquer tipo, mas por estar em jogo um princípio geral. Os romanos tinham ciência da relevância do princípio nas situações humanas das modificações fácticas. Assim entendiam porque o seu pensamento filosófico e jurídico, não era sistematizado⁷⁶.

Apesar da assistemática, na idade antiga, concretamente no Direito romano, já existiam alguns textos escritos que faziam alusão à problemática da alteração das circunstâncias sempre que um facto superveniente surgisse após a conclusão do contrato.

Por Ex. *Determinava-se a rescisão antecipada da locação, se o proprietário demonstrasse ter necessidade de servir-se pessoalmente da coisa locada ou se quisesse repará-la*⁷⁷... Paulo afirmava que: «*In stipulationibus id tempus spectatur quo contrahimus*» – o que interessa nos contratos não é o

⁷⁴ Cfr. José-Ricardo Pereira LIRA, *A Onerosidade Excessiva no Código Civil e a Impossibilidade de Modificação Judicial dos Contratos Comutativos sem Anuência do Credor*, in, Revista de Direito Renovar, Vol. 44-45, Ano 2009, disponível em, <http://www.loboeibeas.com.br/en/archives/1747>, acesso 30.03.17.

⁷⁵ Cfr. Alfredo José Rodrigues Rocha de GOUVEIA, *Teoria da Imprevisão nos Contratos*, RFDUL, suplemento de Alunos – V, Lisboa, 1958, p. 10.

⁷⁶ Cfr. António Manuel da ROCHA e Menezes CORDEIRO, *Da Boa Fé no Direito Civil*, Vol. II, p. 940.

⁷⁷ Cfr. Alfredo José Rodrigues Rocha de GOUVEIA, Ob. Cit., p. 10.

momento da execução, mas o momento da convenção. Africanus⁷⁸ afirmava: «*tacite enim enesse haecconventio stipulationi videtur si in eadem causa maneat*» – o que significa que, parece existir uma cláusula tácita, segundo a qual a obrigação executa-se, se subsistir a mesma situação que existia no momento da celebração; ou melhor, ninguém pode ser obrigado a realizar prestações se as circunstâncias não forem idênticas a que existiam no momento da celebração do contrato. Nestes trechos textuais da época, é fácil notarmos a ideia da cláusula *rebus sic stantibus*, pois que, os efeitos do contrato dependiam da manutenção dos eventos que rodearam a celebração do contrato.

Muitos destes textos encontrados no Direito romano, careciam de clareza e objectividade, pois que, eram bastante generalistas, o que fez com que não tivessem um cunho jurídico; ou seja, numa linguagem *in midio* ou então prudente, pode-se afirmar que o direito romano não teve, certamente, uma nítida ideia da cláusula *rebus sic stantibus*, porém não a desconheceu completamente⁷⁹, isto é, não obstante haver alguns escritos textuais naquele período, curiosamente, não existia uma disposição ou comando legal que previsse ou então consagrasse taxativamente a “necessidade de manutenção do estado de facto como condição de subsistência dos vínculos jurídicos”, mas tal era afirmado nas obras de carácter moral e filosófico⁸⁰. Entre os escritos ou obras morais e filosóficas, destacaram-se os de Cícero, de Séneca e entre outros:

Desta feita, Cícero⁸¹ defendia que: «*o dever se modifica com o decurso do tempo, não devendo ser respeitadas as promessas que se tornem inúteis para aquele a quem foram prometidas, nem as que prejudicam o promitente mais do que beneficiam aquele a quem foram prometidas*». Dito do outro modo, Isto significa que se interpretarmos a expressão “dever” como obrigação, podemos entender que os nossos compromissos “promessas” muitas vezes podem ser forçados pelo próprio tempo a alterar-se tanto do lado do promitente

⁷⁸ Num texto *de solutionibus et liberationibus*, D.XLVI.3.38, *apud*, Amílcar Freire Dos SANTOS, *Teoria da imprevisão no Direito Privado*, Dissertação de Licenciatura em ciências Histórico-jurídicas, Lisboa, 1947, p.8.

⁷⁹ Cfr. Luis A. Carvalho Fernandes, *A Teoria da Imprevisão no Direito Civil Português* (Reimp.), edit. Quid Juris?, Lisboa, 2001, p. 18.

⁸⁰ Cfr. Alfredo José Rodrigues Rocha de GOUVEIA, *Ob.Cit*, p. 11.

⁸¹ *Vide*, *De Officiis*, Livro. I, Cap.10, e Livro III, cap.25, *apud*, Carvalho FERNANDES, *Ob. Cit.*, p. 19; Rocha de GOUVEIA, *Ob. Cit.*, p.11.

como do lado do promissário no concernente aos prejuízos e benefícios. Quer dizer. O binómio, prejuízos e benefícios, é muito importante para que haja uma satisfatória e eficaz realização da promessa. Pelo menos, é o que podemos extrair do trecho Ciceriano, apesar da sua carga moral,

Séneca⁸², por sua vez, embasa a sua ideia na seguinte expressão: «*omnia esse debent eadem quae fuerunt cum promiterem ut promitentis fidem teneas*, o que traduzido significa: *só fica infamado de inconstante aquele que faltar ao prometido, subsistindo as coisas no estado do momento da promessa, e de que mudando estas, pode exonerar-se da promessa*»; quer dizer, para que se exija o cumprimento ao promitente, é necessário que as circunstâncias sejam as mesmas ou se conservem iguais ou intactas ao tempo da celebração. Lá está novamente, embora na vertente moral, a chamada de atenção de, as promessas serem afectadas pelo decurso do tempo.

Estes escritos de Séneca e Cícero e tantos outros moralistas e filósofos, são a tradução firme de que na antiga Roma, não se desconhecia completamente a cláusula *rebus sic stantibus*, apesar de não ter merecido uma consagração legal expressa, todavia estava ínsita nos escritos/obras filosófico-morais. Prova disso é que tais obras vieram a iluminar doutrinas que pregaram o renascimento da cláusula nos séculos subsequentes.

2.2 – Idade média

Foi na idade média que a cláusula *rebus sic stantibus* ingressou na literatura jurídica, ou seja, deu-se uma grande viragem, passando de uma concepção puramente moral e filosófica, para uma concepção exclusivamente jurídica, na época do chamado “*ius comune*” europeu. Esta árdua viragem ou tarefa, a família jurídica romano-germânica deve aos canonistas (teólogos cristãos), glosadores e pós-glosadores⁸³.

Reza a história que, “a doutrina da cláusula *rebus sic stantibus* teve o mérito de ter sido formulada pela primeira vez por Teutonicus, na glosa ao

⁸² Vide, *De Beneficiis*, Livro IV, cap. 35, *apud*, Carvalho FERNANDES, Ob. Cit., p. 19; Rocha de GOUVEIA, Ob. Cit., p.11.

⁸³ Cfr. Carvalho FERNANDES, Ob. Cit., p.19; Rocha de GOUVEIA, Ob. Cit., p. 11; JAIME AUGUSTO CARDOSO DE GOUVEIA, *Da Responsabilidade Contratual*, edição do autor, Tipografia da Seara Nova, Lisboa, 1933, pp. 502-503; Menezes CORDEIRO, *Da Alteração das Circunstâncias*, p. 300; Carneiro da FRADA, Ob. Cit., p. 482.

Decreto de Graciano, em se pode ler: «*Ergo semper subintelligitur haec conditio, si res in eodem statu manserit*», que significa - «*Portanto subentende-se sempre a condição de que as coisas permanecerão no mesmo estado*». Posteriormente, Baldo de Ubaldis se encarregou de expandir a cláusula às promessas em geral⁸⁴.

Entre os canonistas (moralistas) que se destacaram em fazer progredir os pensamentos de Cícero e Sêneca, tendo chegado às semelhantes inferências, destacam-se: Graciano, Bartolomeu di Brescia e São Tomás de Aquino “o Dr. *Angelicus*”⁸⁵. Estes célebres autores os seus pensamentos integraram o Direito canónico de tal forma que os tribunais eclesiásticos passaram a aplicá-los⁸⁶.

Ainda na idade média, emergiu um amplo movimento que começou no século XII e prosseguiu até ao século XIII, partindo dos estudos dos *glosadores*. Ingente acção, exigiu a fundação de uma nova escola de juristas conhecida por “*pós-glosadores*” ou “*Comentaristas*”, cujo trabalho baseava-se grandemente em desenvolver comentários e emitir opiniões orientadas para a aplicação do “*Corpus Juris Civilis*” como alicerce da vida jurídica daquela época⁸⁷. Segundo vários autores⁸⁸, foi no século XII que a alteração de circunstâncias ganhou relevância jurídica, graças a contribuição dada pelos teólogos cristãos. A sua divulgação deve-se a *Bártolo de Sassoferrato*⁸⁹, quem liderou diversos estudos sobre o direito romano que tiveram a finalidade de transformá-lo em direito em vigor – e se encarregou pela ampla expansão da designação que perduraria, de cláusula *rebus sic stantibus*⁹⁰. Segundo esta

⁸⁴ Vide, *Decretum Gratiani*, C.22, q. 2, c. 14, *apud*, Dário Moura VICENTE, *Crise Económica Mundial e os Contratos Internacionais*, p. 601.

⁸⁵ S. Tomás de Aquino na sua clássica obra, *Summa Theologica*, depois de afirmar que “*toda a mentira é pecado*”, sustenta que, *aquele que promete fazer alguma coisa, se tem intenção de fazê-lo não mente...; se, depois não faz o prometido actua sem fidelidade..., devendo, porém, ser desculpado se se verificar uma das seguintes razões: se o prometido for manifestamente ilícito ou se mudaram as condições das pessoas e dos negócios*. Vide, *Summa Theológica*, L. II, 2, 110, 3.

⁸⁶ Cfr. Rocha de GOUVEIA, Ob. Cit., pp. 12-13.

⁸⁷ Vide, <http://penaldere.blogspot.pt/2013/06/los-glosadores-y-los-postglosadores.html> acesso 22.03.17

⁸⁸ Cfr. Carvalho FERNANDES, Ob. Cit., p.21; Rocha de GOUVEIA, Ob. Cit., p. 13; Jaime Augusto Cardoso de GOUVEIA, Ob. Cit., p. 503; Menezes CORDEIRO, *Da Alteração das Circunstâncias*, p. 300;

⁸⁹ Cfr. Bártolo de Sassoferrato (1313-1357), com a obra, *Opera Omnia*, Veneza, 1602, 11,40. Associa-se também nesta epopeia Baldo de Ubaldis (1327-1400).

⁹⁰ Cfr. António Manuel da ROCHA e Menezes CORDEIRO, *Da Boa Fé no Direito Civil*, p. 944.

cláusula, «a vigência do contrato dependia da manutenção do *statu quo* próprio do momento da conclusão, sem o qual a eficácia dos pactos ficava comprometida»⁹¹. Por outro lado, Bártolo chegou a declarar que, *em todos os casos de renúncia, presume-se a cláusula rebus sic stantibus*⁹². E ainda, ele «veio a admitir condicionar o contrato à manutenção do estado de coisas subjacente à sua celebração, extinguindo-se este, portanto, sempre que se verificasse este estado de coisas»⁹³. Como se vê, a tónica reside na manutenção das circunstâncias em que o contrato foi concluído.

Desta feita, Antunes Varela⁹⁴ sustenta que, com o propósito de remover as soluções injustas derivadas da aplicação do princípio do equilíbrio contratual ou da intangibilidade dos contratos, os pós-glosadores⁹⁵ inauguraram, claramente, a tese que advogava sobre a necessidade de implicitamente se inserir em todos os contratos de execução continuada/duradouros a cláusula segundo a qual os contratantes ficam vinculados ao contrato apenas enquanto persistir o ambiente objectivo vigente à data da celebração do negócio - «*Contractus qui habent tractum sucessivum et dependentiam de futuro*»⁹⁶ *rebus sic stantibus intelliguntur*⁹⁷. Ou seja, a *rebus sic stantibus* passa a servir ou a exercer a função de “amortecedor que limita a autonomia da vontade”⁹⁸ das partes sempre que houver alteração grave dos seus interesses contratuais, de modo a tutelar o equilíbrio das prestações

⁹¹ Cfr. Menezes CORDEIRO, *A Crise e a Alteração de Circunstâncias*, in, RDC, N.º 1, (2016), Almedina, p. 12. A celebração dos contratos era sempre acompanhada da preposição *rebus sic stantibus*. A concepção geral da cláusula não permitiu, na época, dar respostas às seguintes questões: se ela devia ser reportada à vontade das partes, ou ao próprio Direito objectivo, quais os requisitos exactos da sua verificação e eficácia, quais os seus efeitos concretos nos convénios atingidos.

⁹² Cfr. Amílcar Freire Dos SANTOS, *Teoria da imprevisão no Direito Privado*, Lisboa, 1947, p. 9.

⁹³ Cfr. Luís Manuel Teles de Menezes LEITÃO, *Direito das Obrigações*, Vol. II, 10.ª ed., p. 123.

⁹⁴ Cfr. João do Matos Antunes VARELA, *Ineficácia do Testamento e Vontade Conjectural do Testador*, Coimbra edit., Coimbra, 1950, pp. 263 – 264.

⁹⁵ O expoente mais proeminente e influente entre os post-glosadores, foi sem dúvida Bártolo de Sassoferrato (1313-1357), quem liderou diversos estudos sobre o direito romano que tiveram a finalidade de transformá-lo em direito em vigor. Vide, <http://penaldere.blogspot.pt/2013/06/los-glosadores-y-postglosadores.html>, acesso 22.03.17.

⁹⁶ Cfr. João do Matos Antunes VARELA, Ob. Cit., pp. 263 – 264.

⁹⁷ Cfr. Carneiro da FRADA, Ob. Cit., p. 483.

⁹⁸ Cfr. Gisele LEITE, *A Evolução Doutrinária do Contrato*, in, Âmbito Jurídico, Rio Grande, X, n. 45, Set. 2007, disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?nlink=revista_artigos_leitura&artigo_id=2302>, acesso em, Março de 2017.

dos contraentes, sempre que, por razões imprevisíveis, uma delas se tornou excessivamente onerosa.

Em suma, e como afirma Galvão Telles, “com os glosadores e pós-glosadores foi afirmada a existência da chamada cláusula *rebus sic stantibus*, inerentes aos contratos de longa duração, por força da qual tais contratos só se manteriam em vigor enquanto perdurasse o estado de coisas em cujo contexto haviam sido celebrados”⁹⁹.

Apesar do mérito dado aos pós-glosadores – a Bártolo e seus discípulos – pelo trabalho divulgativo da cláusula até a sua consideração e relevância pela doutrina da época, ainda assim, a cláusula *rebus sic stantibus* sabia à demasiada generalização, imprecisão e falta de eficácia, isto é, era ainda de concretização difícil.

2.3 – Idade Moderna

Só nos séculos XVII e XVIII, surgiram juristas sobretudo italianos e alemães que, com os seus estudos profundos, tiveram o mérito de determinar e delimitar o âmbito de aplicação da cláusula *rebus sic stantibus*, de definir os requisitos da relevância da alteração superveniente das circunstâncias e concretizar os respectivos efeitos¹⁰⁰. Quanto ao âmbito de aplicação da cláusula foram feitas duas limitações: a primeira, consistiu em excluir os contratos que não sejam de execução continuada ou de trato sucessivo e, a segunda, os contratos aleatórios¹⁰¹.

Quanto aos juristas italianos que excluíram a cláusula do seu âmbito de aplicação no campo dos contratos destacaram-se entre outros: *Menochio*¹⁰² - que «pronunciou-se com o fundamento de que, não é lícito uma parte mudar a vontade da outra»; *Mantica*¹⁰³, «afirmou que só deve considerar-se existente

⁹⁹ Cfr. Inocêncio Galvão TELLES, *Manual dos Contratos em Geral*, Refundido e atualizado, 4ª ed., Coimbra edit., Coimbra, 2002, pp. 337-338.

¹⁰⁰ Vide, OSTI, *La Così detta Clausola Rebus Sic Stantibus nel suo Sviluppo Storico*, Revista de Diritto Civile, 1912, p. 1 e ss; Pfaff, *Die clausel rebus sic stantibus*, apud Festschrift für Unger, 1898, p. 221; Rocha de GOUVEIA, Ob. cit., p. 13; Jaime Augusto Cardoso de GOUVEIA, Ob. Cit., p. 504.

¹⁰¹ Cfr. Jaime Augusto Cardoso de GOUVEIA, Ob. Cit., p. 504.

¹⁰² Vide, MENOCHIO, *De Praesumptionibus*, Veneza, 1617, L. VI, praes. XXXVII, n-ºs 31 e segs, apud, Rocha de GOUVEIA, Ob. Cit., p.13.

¹⁰³ Vide, MANTICA, *De Tacitis et Ambiguis Conventionibus*, 1661, L.II, T. IV, n-ºs 91 a 98, apud, Rocha de GOUVEIA, Ob. Cit., p.14.

nos contratos a cláusula *rebus sic stantibus*, desde que a lei presuma erro ou a natureza do contrato o exija...».

A Alemanha deu, a exemplo dos juristas italianos, passos de delimitação precisa da cláusula. Nesta empreitada delimitativa do perfil da cláusula, destacaram-se os jusracionalistas¹⁰⁴: Grotius, *Carolus Philippus Kopp* e *J. H. Eberhard*, entre outros sem esquecer obviamente Puffendorf.

*Carolus Philippus Kopp*¹⁰⁵, investigando a cláusula na linha naturalista e civilista, defendeu que, “num negócio normal, há sempre uma certa álea, que sujeita as partes numa relação contratual a perdas e ganhos, contudo, situações externas podem determinar o interesse delas, através de circunstâncias que pertençam a *status negotii*. *Eberhard*¹⁰⁶, versando a cláusula sob prisma do direito civil, sustentou que o âmbito e a eficácia de um contrato/“negócio”, depende do escopo e das circunstâncias que rodearam o nascimento do contrato/“negócio”. Razão pela qual, a cláusula *rebus sic stantibus* tem o seu móbil de ser nas circunstâncias anormais ou supervenientes que tenham repercussão nas prestações contratuais¹⁰⁷.

2.4 – Idade contemporânea

No final do século XVIII e início do século XIX, com o movimento humanista e a elevação da liberdade individual consubstanciada no princípio da autonomia privada, deu-se o declínio da cláusula *rebus sic stantibus*, tanto na Itália como na Alemanha. Mas ainda assim, a cláusula chegou a ser consagrada nos Códigos Civis Prussiano, Austríaco¹⁰⁸ e por último no código de Maximiliano¹⁰⁹, ao prever este último no n.º 3.º do parágrafo 12, título IV,

¹⁰⁴ Cfr. Menezes CORDEIRO, *Da Boa fé*, p. 948.

¹⁰⁵ Vide, *Carolus Philippus KOPP, Dissertatio Inauguralis de Clausula Rebus Sic Stantibus Secundum Ius Naturale tum Civile* (1750) §§ III-V (6 e 7), p. 23, *apud*, Menezes CORDEIRO, *Da Boa fé*, p. 948; Rocha de GOUVEIA, *Ob. Cit.*, p.14.

¹⁰⁶ Cfr. Menezes CORDEIRO, *Da Boa fé*, p. 949.

¹⁰⁷ Cfr. Antunes VARELA, *Ob. Cit.*, p. 265.

¹⁰⁸ Cfr. Dário Moura VICENTE, *A Crise Económica Mundial e os Contratos Internacionais*, p. 602. O Código Civil Prussiano, acolheu a cláusula apenas no que respeita ao pré-contrato, dispondo o parágrafo 936 o seguinte: «O acordo de celebração futura de um contrato apenas é vinculativo se tanto no momento da conclusão como nos aspectos essenciais do contrato estiverem determinados e entretanto as circunstâncias não se alterarem de tal forma que, por força disso, fique frustrada a finalidade expressamente estipulada ou determinada a partir das circunstâncias ou se perca a confiança de uma ou outra das partes».

¹⁰⁹ Chamado também como Código Bávaro. Outros códigos consagraram a teoria da cláusula. É o caso do Código Prussiano de 1794, que no parágrafo 377 dispunha: «*fora dos*

capítulo 15, o seguinte¹¹⁰: todos os vínculos [obrigacionais] contêm em si tacitamente a *cláusula rebus sic stantibus*; assim, tais vínculos só se tornam inválidos pela modificação da coisa sobre a qual recai a obrigação, desde que se verifiquem os três requisitos seguintes: a) mora de facto ou culpa do devedor, b) imprevisibilidade do facto, c) desconhecimento do facto pelo devedor.

Mesmo com a redução legal da cláusula nos Códigos Civis atrás referidos, a maioria dos doutrinadores começou a manifestar cada vez mais o desinteresse à sua aceitação, procurando limitar os casos em que seria aplicável¹¹¹. E até houve esquecimento dela, devido a sua generalidade doutrinária, falta de clareza e mormente por ser muitas vezes confundida com as teorias do erro, da lesão e da condição, apresentando-se menos favorável à sua admissão¹¹². Era o prenúncio da decadência da cláusula enquanto tal. Com a quebra do Direito comum europeu, a cláusula passou a trilhar caminhos distintos nos vários países¹¹³ continentais.

Por conseguinte, percorrido o itinerário histórico da cláusula *rebus sic stantibus*, cabe fazer uma resenha do essencial histórico da cláusula, os seus efeitos nas obrigações contratuais e o seu impacto no proporcionamento do equilíbrio e justiça contratual. Assim vimos que, cláusula *rebus sic stantibus*:

- Nasceu numa concepção doutrinária puramente moral e filosófica, levada a cabo por pensadores da época no Direito Romano, porém com conteúdo impreciso e genérico;
- Com os canonistas a cláusula passou a ser aplicada nos tribunais eclesiásticos;
- Com o movimento de glosadores e pós-glosadores, cláusula *rebus sic stantibus* passou da esfera de aplicação puramente filosófico-moral,

casos de efectiva impossibilidade, o cumprimento de um contrato não pode, em regra, ser recusado por modificação de circunstâncias»; Parágrafo 378: «Todavia, se por uma modificação imprevista se tornou impossível a prossecução do fim último de ambas as partes, expressamente declarado, ou resultante da natureza do contrato, pode cada uma delas rescindir o contrato, desde que ainda não tenha sido cumprido».

¹¹⁰ Cfr. Rocha de GOUVEIA, Ob. Cit., p.19; Carvalho FERNANDES, Ob. Cit., pp. 26-27.

¹¹¹ Cfr. Arnoldo Madeiros da FONSECA, *Caso Fortuito e Teoria da Imprevisão*, 3ª ed., edição Revista Forense, Rio de Janeiro, 1958, p. 199.

¹¹² Cfr. Carvalho FERNANDES, Ob. Cit., p. 25; Amílcar Freire Dos SANTOS, Ob. Cit., pp. 10-11.

¹¹³ Cfr. Inocêncio Galvão TELLES, Ob. Cit., p. 338. No mesmo sentido Menezes CORDEIRO, *A Crise e a Alteração de Circunstâncias*, in, RDC, pp. 12-13 ss.

para o âmbito de aplicação jurídica, tendo Bártolo e seus seguidores exercido papel preponderante para a sua divulgação.

- Nos séculos XVII e XVIII, surgiu um grupo de juristas alemães e italianos, que procuram estabelecer os limites de aplicação da cláusula *rebus sic stantibus*, assim como os seus efeitos.
- No século XIX ela cai no esquecimento e passou a ser estudada de modo distinto nos diversos ordenamentos jurídicos europeus.

CAPÍTULO III

3- Um olhar sobre o regime da alteração de circunstâncias na perspectiva comparada

A indagação de um instituto jurídico, como o da alteração das circunstâncias, acarreta consigo um grande interesse no sentido de saber como o instituto foi ou é encarado nos outros ordenamentos jurídicos, visto que, no tema pregresso cuidamos de desenvolver a origem e evolução da mesma. O nosso propósito, consiste em saber, que relevância os ordenamentos jurídicos atribuem à alteração das circunstâncias? Qual a sua posição dentro de cada ordem jurídica?

Não é estranha no meio jurídico, a afirmação segunda a qual, «o Direito é realidade cultural: uma obra humana dirigida à realização de certos valores, tributária da ideia de justiça, das vicissitudes históricas, das religiões, dos costumes e da idiossincrasia de cada povo; ou seja, o Direito é também diversidade de expressões culturais»¹¹⁴. Se o Direito é cultura e diversidade, então, é justificável que o instituto da alteração das circunstâncias seja estudado sob ponto de vista de algumas “culturas jurídicas”, pois de contrário, pode tornar-se numa figura incompreensível.

No declínio do século XVIII, nasceu na Europa um grande movimento que marcou profundamente a história do Direito - conhecido por movimento de codificação. E por codificação entende-se como «processo cultural e histórico pelo qual se tornou possível a realização dum produto tendo por qualidades reunir a sucessão de normas de Direito – de forma coerente e sistemática – que se apresenta como exaustivo, tratando de todas as relações jurídicas possíveis numa matéria»¹¹⁵. Com a implantação do movimento de codificação, os pensamentos ou doutrinas iluministas e *jusracionalistas* tinham preparado o terreno para o novo capítulo jurídico. Porém, o movimento de codificação, também pôs em causa todo o esforço feito para a implantação do *Ius commune*. Foi a partir de então, que a figura da alteração das circunstâncias começou a

¹¹⁴ Cfr. Dário Moura VICENTE, *Direito Comparado*, Vol. I, 3ª ed., Almedina, Coimbra, 2015, p.18; no mesmo sentido, Menezes CORDEIRO, *Da Alteração das Circunstâncias*, Ob. Cit., p. 298.

¹¹⁵ Cfr. André Jean ARNAUD, *O Pensamento Jurídico Europeu*, edit. Internacional, Lisboa, 1995, p. 129.

ter tratamento parcelado/separado, ou seja, o seu desenvolvimento passou a obedecer ao critério “geográfico” – se assim podemos dizer. Para evitar divagações, vamos concentrar a nossa abordagem nos seguintes ordenamentos jurídicos: França, Itália, Alemanha, Brasil e por último Portugal.

3.1- Ordenamento jurídico francês

O Direito Francês, guardando a tradição do humanismo - [consubstanciado no respeito e valorização do homem] - negou durante muitos anos qualquer relevância, no campo civil, à alteração de circunstâncias¹¹⁶. Essa força hostil à figura no campo civil, sustenta o professor Dário Moura Vicente, é tributária da revolução francesa que, como é do nosso conhecimento, universalizou as ideias de liberdade, igualdade e solidariedade. Ademais, a revolução proclamou como princípios basilares: a liberdade individual, a separação de poderes e a garantia da propriedade privada. De igual modo, consagrou-se a lei como fonte de Direito e na sua máxima extensão a liberdade de contratar¹¹⁷.

Tal amplitude, se podia encontrar consagrada no art.º 1134.º, 1º parágrafo do *Code Civil* de 1804: «*Les conventions légalement formées tiennent lieu de loi à ceux qui les ont faites* », ou seja, as convenções fazem lei entre as partes¹¹⁸, o que desde já na nossa visão, pressupõe ser corolário do princípio da vinculatividade ou da força obrigatória do contrato. Está aqui demonstrada a intangibilidade do princípio da liberdade contratual e do chamado princípio do dogma da vontade na sua máxima força e a completa ignorância da figura da alteração de circunstâncias. Dito de outro modo, foi/é a manifestação de um silêncio absoluto da alteração das circunstâncias.

À partida, e como ficou expresso no preceito supra, em matéria civil, a modificação e a resolução do contrato em caso de alteração superveniente de circunstâncias em que as partes basearam a decisão de celebração do contrato, não eram admitidas no ordenamento jurídico francês, salvo, se se

¹¹⁶ Cfr. Menezes CORDEIRO, *Da Alteração das Circunstâncias*, p. 301.

¹¹⁷ Cfr. Dário Moura VICENTE, *o Lugar dos Sistemas Jurídicos Lusófonos entre as Famílias Jurídicas*, in, IUSTITIA, Revista da Faculdade de Direito da Universidade Independente de Angola “Democracia e Estado de Direito”, n.º1, UnIA Edit., 2013, pp. 163-164.

¹¹⁸ Cfr. Ibidem, p. 164.

tratasse de contratos administrativos¹¹⁹. A não admissão no Direito privado da alteração de circunstâncias, deveu-se ao apego absoluto ao respeito literal pelos contratos¹²⁰ “*Force obligatoire du contrat*”. Isto revela, por si só, que há [houve] no Direito francês o primado à regra da não intervenção do Estado nas relações privadas, e o respeito do dogma da vontade¹²¹, tal como foi anteriormente referido.

A propósito dos contratos administrativos, existe na jurisprudência francesa, o propalado caso: *Gaz de Bordeaux*¹²², onde, o *Conseil d’État* estabeleceu o entendimento de que, estes contratos podem ser revistos em duas situações: em caso de *fait du prince* (quando o Estado “Administração” através do seu *ius imperi* altera individualmente os deveres contratuais a que a contraparte está adstrita) e em caso de *imprévision* (quando surge um evento grave e imprevisto que põe em causa o equilíbrio financeiro do contrato)¹²³.

Nesta lógica, teve-se em conta duas situações nos contratos¹²⁴ administrativos: a) saber se o desequilíbrio é temporário, ou então, b) saber se o desequilíbrio é definitivo. Na hipótese de o desequilíbrio do contrato ser temporário – o tribunal determinará que as partes procedam à revisão/renegociação das cláusulas do contrato; em caso de desacordo, o contraente lesado terá direito à indemnização, tudo para que o equilíbrio financeiro do contrato seja restabelecido. Nos casos em que o desequilíbrio do contrato é definitivo, qualquer contraente pode requerer ao tribunal a extinção da relação contratual, ficando o contraente público sem a obrigação de ressarcir à contraparte.

Duas notas apenas, podem ser extraídas desta jurisprudência: a primeira (desequilíbrio temporário) - que consiste no direito à revisão do acordo

¹¹⁹ Cfr. Dário Moura VICENTE, *Crise Económica Mundial e o Contratos Internacionais*, p. 603; *Idem*, *O Lugar dos Sistemas Jurídicos Lusófonos entre as Famílias Jurídicas*, p. 164.

¹²⁰ Cfr. Menezes CORDEIRO, *A Crise e a Alteração das Circunstâncias*, p. 13.

¹²¹ Cfr. Dário Moura VICENTE, *Direito Comparado*, Vol. I, 3ª ed., p. 19 ss.

¹²² Cfr. Eduardo dos Santos JÚNIOR, *A Imprevisão ou Alteração das Circunstâncias no Direito Privado Francês e as Perspectivas de Evolução em face dos Projectos de Reforma do Direito das Obrigações no Code Civil*, in, *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda*, Vol. VI, ed. FDUL, Coimbra edit., 2012, p. 480. Nas páginas seguintes podem encontrar-se os demais exemplos de jurisprudência francesa. *Vide*, *Conseil d’État*, 30 de Março de 1916, p. 25 e ss, notas de M. HAURIOU.

¹²³ Cfr. Dário Moura VICENTE, *Crise Económica Mundial e o Contratos Internacionais*, p. 603.

¹²⁴ Cfr. Maurício Almeida PRADO, *Le “hardship” Dans le Droit Du Commerce International*, Bruxelles, 2003, pp. 20 e 31.

celebrado, o que se fosse no nosso ordenamento jurídico chamar-se-ia – modificação; a segunda (desequilíbrio definitivo) – que consiste na extinção do vínculo obrigacional, que nos remete à figura conhecida por nós, a chamada resolução.

Diante desta realidade, qualquer pessoa podia questionar-se por que razão as coisas foram assim na ordem jurídica francesa?

A resposta é simples. Segundo Menezes Cordeiro¹²⁵, o ordenamento jurídico francês, tem [teve] dum lado, uma jurisprudência muito apegada a regra rígida de respeito literal pelos contratos, no direito privado; por outro lado, ela apegava-se [apegava-se] também na recusa do reconhecimento da eficácia jurídica à alteração das circunstâncias que tenha rodeado a celebração dos contratos, apesar da forte influência que as situações anormais (convulsões políticas, económicas, sociais...), exercem no equilíbrio inicial de vários contratos privados. Com base nisso, é fácil vislumbrar que, a renegociação contratual por mudança das circunstâncias em que se fundou a vontade de celebração do contrato privado, no Direito francês, não é [era] possível.

Na realidade, na doutrina francesa uma previsão legal de revisão do contrato por alterações anormais e substanciais sobrevindas à sua celebração não está [estava] legalmente consagrada¹²⁶. Isso implica, que o credor tem [tinha] de pontualmente realizar as prestações devidas ao credor. Razão pela qual, na sua redacção original, o Código Civil francês apenas conferiu relevância à ausência e ao rompimento do equilíbrio entre as prestações contratuais nos casos de *force majeure* e de *lésion* (força maior e lesão); não no de *imprévision*¹²⁷. Este bloqueio deveu-se a certa rigidez do pensamento dogmático preso nas teias da exegese¹²⁸. Quer dizer, apesar do impacto que a primeira e segunda guerras mundial, grande depressão, terem causado enormes alterações nas relações privadas, a jurisprudência francesa, nega-se [negou-se], a grosso modo, a admitir que o contrato deixe de ser executado pelo facto de se alterarem substancialmente as condições económicas e

¹²⁵ Cfr. Menezes CORDEIRO, *Da Alteração das Circunstâncias*, p. 301-302.

¹²⁶ Cfr. Jean CORBONNIER, *Droit Civil*, Tomo 4: *Les Obligations*, 22^a ed., Paris, 2000, pp. 280-281. *Vide* também, decisão de 6 de Março de 1876 da *Cour de Cassation*, no conhecido caso do canal de *Craponne* também referenciado como de *Gallifet Cassation Commune de Pélissanne*.

¹²⁷ Cfr. Dário Moura VICENTE, *Ob. Cit.*, p. 602.

¹²⁸ Cfr. Menezes CORDEIRO, *Ob. Cit.*, p. 302.

sociais em que foi celebrado¹²⁹. Esta ideia de incolumidade contratual diante das situações supervenientes graves, buscou sempre a sua força nas razões de ordem política e de segurança¹³⁰. Planiol, Ripert e Esmein, defenderam ao longo dos anos que, “ao estipular o conteúdo numa relação contratual futura, cada um dos contraentes quis assegurar-se contra as eventuais alterações do mercado, dos produtos ou dos serviços”¹³¹. Na nossa visão, independentemente do ambiente que envolveu esta concepção doutrinária, achamos que nem sempre é assim. Há sempre situações que escapam ao controlo das partes.

O que levou então, durante muitos anos, a não aceitação na ordem jurídica francesa da alteração das circunstâncias no *Code Civil*?

Segundo Santos Júnior¹³², as causas de rejeição explicativas, da não aceitação da alteração de circunstâncias e no reverso a manutenção do princípio da intangibilidade dos contratos são as seguintes:

- ✓ A primeira razão é a de que, a alteração de circunstâncias não teve acolhimento no *Code Civil* de 1804, porque o pensamento da época e as vozes da revolução que preocupadas com a legalidade, levantavam desconfiança dos poderes dos juízes. A maioria destes juízes, tomava decisões de conveniência.
- ✓ O liberalismo que veio a consagrar o princípio da autonomia da vontade, condescível por meio da liberdade de celebração, fixação e estipulação do conteúdo contratual.
- ✓ Receio de favorecer a má fé do devedor disposto a libertar-se das suas obrigações, ou ainda, o receio de agravar a vida económica com a inexecução do contrato (em casos de às vezes haver encadeamento de contratos uns nos outros), donde a resolução de um deles pode prejudicar o cumprimento dos outros¹³³.
- ✓ Outra causa explicada, consiste em que os contraentes para não serem afectados por situações supervenientes, próprios da vida, devem passar

¹²⁹ Cfr. Adriano Paes Da Silva Vaz SERRA, *Resolução ou Modificação dos Contratos por Alteração das Circunstâncias*, Separata do Boletim do Ministério da Justiça (BMJ), nº 68.º, Lisboa, 1957, p. 9.

¹³⁰ Cfr. Jean CARBONIER, *Ob. Cit.*, p. 286.

¹³¹ Cfr. Adriano Paes Da Silva Vaz SERRA, *Ob. Cit.*, p. 10.

¹³² Cfr. Eduardo dos Santos JÚNIOR, *Ob. Cit.*, p. 484.

¹³³ Cfr. Adriano Paes Da Silva Vaz SERRA, *Ob. Cit.*, p. 9-10

a precaver-se, fixando nos contratos, cláusulas de *hardship*, designadas algumas vezes em França, com cláusulas de salvaguarda ou de revisão ou de adaptação, porque as partes tendo por base a autonomia da vontade, estipularam-nas livremente, razão pela qual elas têm validade judicial¹³⁴.

Desde o ano de 2005, deu-se início a um amplo movimento de reforma no capítulo das obrigações, levado a cabo pelos civilistas franceses, com vista a tornar o *Code Civil* actual. Tanto é assim que, o projecto de reforma do Direito das Obrigações de 2008 veio admitir, dentro de certos limites, a possibilidade de uma adaptação ou resolução *ope judicis* do contrato em caso de alteração das circunstâncias, no art.º, 136.º. Finalmente, na reforma do *Code Civil* de 2016, triunfou a proposta do art.º 136.º do projecto de 2008, o qual passou a dispor no art.º 1195.º do novo *Code Civil* de 2016 o seguinte¹³⁵:

«Se uma alteração de circunstância imprevisível aquando da conclusão do contrato tornar a sua execução excessivamente onerosa para uma parte que não teria aceitado assumir o respectivo risco, esta pode pedir uma renegociação do contrato ao seu contratante. Ela continua a executar as suas obrigações durante a sua renegociação. /Em caso de recusa ou fracasso da negociação, as partes podem convencionar a resolução do contrato, na data e nas condições que o determinarem, ou pedir de comum acordo ao juiz que proceda à sua adaptação. Na falta de acordo de um prazo razoável, pode o juiz, a pedido de uma parte, rever o contrato ou pôr-lhe termo, na data e nas condições que fixar»

Com o novo artigo acima mencionado, consagrou-se expressamente no *Code Civil* a teoria da imprevisão “*imprevision*”. Assim, da leitura feita ao art.º 1195.º, do novo Código Civil francês, podemos fixar, como pressuposto de invocação da alteração de circunstâncias por imprevisão os seguintes:

- Que a alteração seja imprevisível;
- Que torne a execução excessivamente onerosa para uma das partes;
- Que esta não aceite assumir o risco do contrato;

¹³⁴ Cfr. Jacques GESTHIN/Cristophe Jamim/Marc Billiau, *Les Effets du Contrat*, in, *Traité de Droit Civil sous la direction de Jacques GESTHIN*, 3ª ed., Paris, 2001, p. 381 e ss.

¹³⁵ Cfr. Dário Moura VICENTE, *A Crise Económica Mundial e os Contratos Internacionais*, p. 604. Como justificação desta alteração legislativa, afirma-se no relatório da *ordonnance* n.º 2016-131, que aprovou a reforma: «A França é um dos últimos países da Europa que não reconhece a teoria da imprevisão como causa moderadora da força obrigatória do contrato. Esta consagração, inspirada no Direito comparado e nos projectos de harmonização europeus, permite lutar contra os desequilíbrios contratuais de monta que sobrevenham no decurso da execução do contrato, em conformidade com o objectivo da justiça contratual prosseguido pela *ordonnance* »

- Que a parte excessivamente onerada peça a renegociação do contrato ou convencie com a contraparte a sua resolução, ou então, a sua adaptação pelo tribunal;
- Na falta de acordo, pode o tribunal rever o contrato, desde que tal seja solicitado por um dos contraentes, ou então anular o contrato.

Neste último ponto o Código Civil francês mostra, tão claramente que, o tribunal pode substituir as partes no que tange a revisão do contrato por formas a ajustá-lo às novas circunstâncias, rompendo assim com a orientação jurisprudencial de mais de um século de existência¹³⁶. Sublinhe-se que o art.º1195.º, tem carácter supletivo e pode ser afastada por estipulação contratual¹³⁷.

3.2- Ordenamento jurídico italiano

Na Itália, o Código Civil de 1865, não previa a figura da alteração de circunstâncias e consequentemente, não admitiu a sua eficácia jurídica. Tal deve-se ao facto de, a doutrina francesa da época ter exercido grande influência naquele país. Tudo apontava que o problema da alteração de circunstâncias seria apenas uma mera sapiência ou um mero apêndice que passaria à margem da história, se por acaso, não houvesse sentenças judiciais a aplica-la.

Quer dizer, nos anos subsequentes, concretamente no longo ano de 1900¹³⁸ no ordenamento jurídico italiano, a jurisprudência já dava sinais da sua aceitação, porém na linha da equidade. Assim, a decisão de «*Cass Torino* de 16 de Agosto de 1900, veio a afirmar segundo Barsanti que, apesar dos contratos legalmente formados terem a força de lei [demonstração clara do art.º 1134.º do *Code Civil* Francês], era assente desde a jurisprudência romana, que, por força da equidade, eles deviam ser entendidos *rebus sic stantibus*»¹³⁹. Neste texto jurisprudencial, é possível verificar a existência de algum desvio subtil ao princípio da intangibilidade dos contratos “privados” francês,

¹³⁶ Cfr. Ibidem, p. 605.

¹³⁷ Cfr. Fabre-MAGNE, *Droit des Obligations*, Vol. I, 4ª ed., Paris, 2016, p. 560.

¹³⁸ Cfr. Amílcar Freire Dos SANTOS, *Teoria da Imprevisão no Direito Privado*, Lisboa, 1947, p.11.

¹³⁹ Cfr. Menezes CORDEIRO, *Da Boa Fé*, p. 981.

admitindo-se por via jurisprudencial, o recurso a equidade em caso de superveniência para o estabelecimento do equilíbrio contratual.

A Itália não passou à margem das consequências nefastas das duas grandes guerras mundiais. Apesar disso, nem com a influência delas a alteração das circunstâncias teve aceitação na jurisprudência, no concernente ao reconhecimento exoneratório do devedor, pois que, a exoneração deste só acontecia, em situações de «caso fortuito»¹⁴⁰. «Mas esta situação veio a alterar-se um tanto, por razões científico-culturais. A forte pressão da doutrina alemã (mormente Windscheid – Teoria da pressuposição), levaram a doutrina [italiana] a admitir a revisão dos contratos, por superveniência»¹⁴¹. E assim, nasceu no Código italiano de 1942 o artigo 1467.º, que dispõe:

Nos contratos de execução continuada ou periódica ou ainda de execução diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa pelo verificar de ocorrências extraordinárias ou imprevisíveis, pode a parte que dava tal prestação pedir a resolução do contrato, com efeitos estabelecidos no art. 1458.º (efeitos do contrato).

A resolução não pode ser pedida se a onerosidade integrar a álea do contrato. A parte contra a qual é pedida a resolução pode evitá-la oferecendo modificar equitativamente as condições de contrato.

Com a consagração no código italiano do art.º 1467.º, surge no mundo jurídico a teoria da onerosidade excessiva¹⁴². Uma teoria nova, cujo caminho se desviou completamente da concepção francesa da teoria da imprevisão¹⁴³. A partir de então, nasceu um novo paradigma que consiste em considerar que, os contratos não são absolutamente intangíveis, afinal sempre que haja uma ocorrência imprevisível, podem ser revistos ou resolvidos, sem necessidade de inserir no contrato uma cláusula de *hardship* ou de adaptação, a exemplo do direito Francês. Por exemplo, à luz do artigo supra, nos contratos bilaterais, a modificação só tem lugar, a pedido da parte demandada; nos contratos unilaterais, pode a parte requerer a redução da prestação ou a modificação da forma da sua execução em termos de equidade; no contrato de empreitada, o

¹⁴⁰ Cfr. Idem, p.981.

¹⁴¹ Cfr. Menezes CORDEIRO, *Da Alteração das Circunstâncias*, p. 303.

¹⁴² A onerosidade excessiva da prestação tanto pode decorrer do aumento do custo de um objecto como da perda do valor da contraprestação a que lhe corresponde. Vide Dário Moura VICENTE, *Crise Económica Mundial e os Contratos Internacionais*, p. 613.

¹⁴³ Cfr. Menezes CORDEIRO, Ob. Cit., p. 304.

código admite que, o empreiteiro ou dono da obra, podem requerer a revisão do preço, quando por circunstâncias imprevisíveis, o custo dos materiais ou da mão-de-obra hajam aumentado ou diminuído por forma, a determinarem um aumento ou redução superior ao décimo preço ajustado¹⁴⁴

Em suma, por força do artigo 1467.º do Código Civil italiano, só os contratos de execução continuada ou diferida, é que cabem neste preceito e consequentemente, admitem a resolução ou modificação por onerosidade excessiva pela ocorrência de eventos ou circunstâncias extraordinárias e imprevisíveis. Todavia, a verificação de tais eventos não pode integrar a *álea* normal do contrato.

3.3- Ordenamento jurídico alemão

Foi na Alemanha onde o instituto da alteração de circunstância teve maior desenvolvimento doutrinal. Aliás, como afirma Menezes Cordeiro, «o Direito alemão surge, nesta panorâmica, como campeão no domínio da alteração de circunstâncias»¹⁴⁵. A cláusula *rebus sic stantibus* foi rejeitada pela comissão que se encarregou de redigir o BGB e com ela também não teve acolhimento a teoria da pressuposição de Bernhard Windscheid¹⁴⁶. No entanto, a jurisprudência chegou a recupera-la no período da grave crise económica causada pelas duas guerras. Por exemplo, graças a jurisprudência, explica Luís Silveira¹⁴⁷, que 1925 os tribunais vieram a permitir a revalorização de certas dívidas civis, atingidas pela desvalorização monetária causadas pela guerra de 1914-1918, todavia, com base na boa fé e na cláusula *rebus sic stantibus*.

Foi no período do pós-guerra, que o Tribunal do Império, proferiu a 21 de Setembro de 1920 (num caso de aresto), a célebre decisão, que declarou que : por força do princípio da boa fé consagrado no § 242 do BGB, torna-se injusto exigir o cumprimento da obrigação contratual, quando por alteração de circunstâncias, a prestação devida se tenha transformado, na perspectiva

¹⁴⁴ Cfr. Dário Moura VICENTE, *Crise Económica Mundial e os Contratos Internacionais*, pp. 613-614.

¹⁴⁵ Cfr. Menezes CORDEIRO, *A Crise e a Alteração de Circunstâncias*, p. 14.

¹⁴⁶ Cfr. Dário Moura VICENTE, *Ob. Cit.*, p. 606.

¹⁴⁷ Cfr. Luís Novais Lingnau Da SILVEIRA, *Teoria da Imprevisão nos Direitos Civis Alemão e Português – Tentativa de confronto*, Dissertação apresentada à Faculdade de Direito de Lisboa, ano Lectivo 1961/1962, p. 80 e ss.

económica, noutra “*completamente diferente daquela que as partes haviam originariamente pensado e querido*”¹⁴⁸. Estava assim aberto um novo capítulo para a consideração do princípio geral da boa fé nos eventos perturbadores que acarretavam consigo situações de injustiças nas relações obrigacionais.

Por isso, num clima marcado pela incerteza e instabilidade, [e como ficou patente, a cláusula *rebus sic stantibus* foi rejeitada] e a alteração das circunstâncias foi retomada, em contacto com a teoria da pressuposição de Windsheid e da base do negócio através de Oertmann¹⁴⁹.

3.3.1 - Teoria da pressuposição

A teoria da pressuposição, constituiu a primeira tentativa de resolução do problema da alteração das circunstâncias após o período dos glosadores. Entende-se por pressuposição – «a conexão psicológica existente entre a declaração emitida e as circunstâncias tidas como certas pelo declarante, e sem as quais a sua vontade negocial não se teria formado»¹⁵⁰, ou seja, a declaração de vontade só é eficaz se se mantivessem as circunstâncias que o declarante pressupôs. A pressuposição podia comportar, tanto eventos/factos passados, presentes (hipóteses de alteração de circunstâncias na constância do contrato) como futuros, desde que resultem pelo menos, das circunstâncias do negócio, cujos efeitos tinham de merecer ciência da contraparte¹⁵¹.

Mas, mais tarde, apesar do sucesso que a doutrina teve, a teoria da pressuposição veio a cair por terra e, conseqüentemente, não encontrou acolhimento desejado no BGB de 1896, pelas suas inúmeras deficiências na sua aplicabilidade. Por esta razão, “a doutrina [e jurisprudência] alemã rejeitou-

¹⁴⁸ Cfr. Dário Moura VICENTE, Ob. Cit., p. 606. “*Sendo o dever de cumprimento e o direito ao cumprimento regidos, nos termos do § 242 do BGB, pelo princípio da boa fé, não seria devido nem exigível o cumprimento de um contrato se, em consequência de uma alteração completa das circunstâncias, a prestação contratualmente devida se houvesse transformado, do ponto de vista económico*”.

¹⁴⁹ Cfr. Menezes CORDEIRO, *Da Alteração das Circunstâncias*, p. 307

¹⁵⁰ Cfr. Antunes VARELA, *Ineficácia do Testamento e Vontade Conjectural do Testador*, Coimbra edit., Coimbra, 1950, p. 273, – é vulgar, o emprego do vocábulo *pressuposição* para designar a própria representação psicológica da circunstância considerada como certa; No mesmo sentido, Carvalho FERNANDES, *Teoria da Imprevisão no Direito Civil*, p. 60; Carneiro da FRADA, *Crise Financeira Mundial e Alteração das Circunstâncias*, p. 483; Menezes CORDEIRO, *Da Boa Fé*, p. 970.

¹⁵¹ Cfr. Carvalho FERNANDES, Ob. Cit., p. 60; Menezes CORDEIRO, *Da Boa Fé*, pp. 970-971.

a, por considerar que a pressuposição colocava em causa a segurança jurídica na contratação”¹⁵²

3.3.2- Teoria da base do negócio

A teoria da base negocial “foi desenvolvida por *Oertmann* em 1921, logo à seguir à catástrofe económica e social desencadeada pelas consequências da primeira grande guerra mundial, sendo assim fruto do respectivo condicionalismo conjuntural”¹⁵³. A base do negócio segundo *Oertmann*, consiste na representação psicológica duma das partes, reconhecida e não contestada pela contraparte ou na representação comum aos vários interessados no negócio, acerca da existência ou do advento de determinadas circunstâncias, sobre a base das quais se constrói a vontade do agente¹⁵⁴.

Três notas se podem extrair nesta noção de base do negócio: a primeira – consiste em o declarante conhecer mentalmente a sua declaração e expressa-la à outra parte; a segunda – a declaração tem de merecer aceitação da contraparte (s); a terceira – estas representações incidem sobre a ideia segundo a qual, a base de negócio (a vontade das partes) está rodeada de determinadas circunstâncias que podem existir no momento ou vir a surgir após a sua constituição.

Mas esta teoria não ficou imune às críticas, por ter um pendor puramente subjectivista. Mas ainda assim, a jurisprudência seguiu a vertente subjectivista da base do negócio e uso-a para resolver muitos conflitos na época¹⁵⁵. Modernamente, foi fixado o pendor objectivista da base do negócio, graças a contribuição de Karl Larenz^{156, 157}. Assim, na óptica do autor, verifica-

¹⁵² Cfr. Menezes LEITÃO, *Direito das Obrigações*, Vol. II, 10ª ed., p. 124.

¹⁵³ Cfr. Heinrich Ewald HÖRSTER, *A Parte Geral do Código Civil Português – Teoria Geral do Direito Civil*, p. 577.

¹⁵⁴ Cfr. Dário Moura VICENTE, *Ob. Cit.*, p. 607; no mesmo sentido, vide, Antunes VARELA, *Ineficácia do Testamento e Vontade Conjectural do Testador*, p. 286; Carvalho FERNANDES, *Teoria da Imprevisão no Direito Civil Português*, p. 63. Luís Novais Lingnau Da SILVEIRA, *Teoria da Imprevisão nos Direitos Civis Alemão e Português*, p. 93; Menezes LEITÃO, *Ob. Cit.*, pp. 124-125.

¹⁵⁵ Mais tarde, a jurisprudência veio afastar a sua aplicação, devido aos obstáculos que a pressuposição subjectiva impõe em delimitar a relevância dos motivos da declaração.

¹⁵⁶ Cfr. Karl LARENZ, *Base del Negocio Jurídico e Cumplimiento de los Contratos*, trad. De Carlos Fernandez Rodrigues, Editorial Revista de Direito Privado, Madrid, 1956, pp. 224-225.

¹⁵⁷ Cfr. Heinrich Ewald HÖRSTER, *Ob. Cit.*, p. 578. Para Kegel a base negocial objectiva pode dividir-se em: Pequena e grande. Estamos perante a alteração da grande base

se «a supressão da base objectiva do negócio» quando ocorra, em consequência de uma alteração imprevista de circunstâncias, uma perturbação da equivalência das prestações ou a frustração do fim do contrato. À parte lesada assiste então, com fundamento no princípio da boa fé, o direito à modificação do contrato ou à sua resolução^{158, 159}. Ora, surge aqui o reconhecimento definitivo - tanto da doutrina quanto da jurisprudência - da eficácia à alteração de circunstâncias, em nome da boa fé.¹⁶⁰ É como afirma Franz Wieacker: A jurisprudência civilista alemã mostrou-se suficientemente adulta para satisfazer as exigências que as cláusulas gerais colocam à “obediência inteligente” do juiz quando ela, a partir das crises da primeira guerra mundial, começou com uma calma e reflectida ponderação, a preencher as cláusulas gerais com uma nova ética jurídica e social e, assim, a adaptar à evolução social¹⁶¹. Reside aqui, o mérito do reconhecimento da alteração de circunstâncias na jurisprudência alemã como fruto da evolução social.

Hodiernamente, após a reforma operada no capítulo das obrigações, e como coroar dos esforços doutrinários e da jurisprudência, o BGB de 2002, reconheceu expressamente a teoria da base do negócio no § 313, ao estabelecer o seguinte:

- 1- *Quando as circunstâncias que constituíram a base do negócio do contrato se houverem alterado gravemente depois da conclusão deste, e se as partes não o tivessem concluído ou o tivessem concluído com outro conteúdo caso tivessem previsto esta alteração, pode ser exigida a adaptação do contrato, desde que, tendo em conta todas as circunstâncias do caso concreto, em especial a repartição contratual ou legal do risco, não seja exigível a uma das partes a vinculação ao contrato inalterado.*
- 2- *É equiparada a uma alteração de circunstâncias a situação em que se revelem erradas representações essenciais que tenham estado na base do contrato.*
- 3- *Quando a adaptação do contrato não seja possível ou exigível a uma das partes, pode a parte lesada resolver o contrato. Nas relações obrigacionais duradouras, opera o direito de denúncia em lugar do direito de resolução.*

negocial nos casos em que a alteração afecta a existência social das partes. São os casos de: depreciação essencial ou desmoronamento do valor da moeda; alterações imprevisíveis da legislação, guerra, revoluções ou catástrofes naturais de alcance geral.

¹⁵⁸ Cfr. Dário Moura VICENTE, Ob. Cit., p. 607.

¹⁵⁹ Cfr. Karl LARENZ, Ob. Cit., p. 11.

¹⁶⁰ Cfr. Menezes CORDEIRO, *A Crise e a Alteração de Circunstâncias*, p. 15.

¹⁶¹ Cfr. Franz WIEACKER, *História do Direito Privado Moderno*, 2ª ed., Trad. portuguesa de António M. Botelho Hespanha, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1967, p. 537

Segundo o professor Dário Moura Vicente, do exposto resulta que, preferência da lei alemã em caso de alteração de circunstâncias, recai em primeiro lugar, pela adaptação dos contratos e em último caso, a resolução ou a denúncia, que só podem ter lugar quando aquela não seja possível ou exigível a uma das partes. Assim, são pressupostos de invocação da alteração das circunstâncias no ordenamento jurídico alemão os seguintes¹⁶²:

- Que as circunstâncias em causa constituam a base do contrato, ainda que não se encontrem nele expressamente referidas;
- Que as circunstâncias hajam sofrido uma alteração grave;
- Que as partes não tivessem concluído o contrato, ou não o tivessem concluído nas mesmas condições, se tivessem previsto esta alteração;
- Que não seja exigível à parte lesada a vinculação do contrato nos termos iniciais;

3.4- Ordenamento jurídico brasileiro

O código Civil Brasileiro de 1916, acompanhou, a exemplo da Itália, a mesma orientação do código Napoleónico de 1804, ao não prever e consagrar de forma expressa a cláusula da imprevisão nos contratos privados, nas situações em que um acontecimento imprevisível ponha em causa o equilíbrio contratual. Apenas admitiu-a, a exemplo do *Code Civil*, só para os contratos administrativos¹⁶³. O ordenamento brasileiro respeitou e conservou por largos anos o dogma da vontade e intangibilidade dos contratos. Mas, pouco e pouco, desde os anos 30, a jurisprudência foi dando sinais evidentes e firmes na flexibilização da autonomia da vontade e a necessidade de intervenção judicial para a reposição da justiça contratual, em caso de onerosidade excessiva. Esta percepção originou do entendimento de que, em certas situações, “a execução pontual dos contratos, ocorrido o risco imprevisto, faz deflagrar um conflito angustiante, um choque excessivamente brutal entre o Direito e a justiça, a equidade e a observância cabal das convenções”¹⁶⁴.

¹⁶² Cfr. Dário Moura VICENTE, Ob. Cit., pp. 608-609.

¹⁶³ Cfr. Arnaldo Madeiros da FONSECA, *Caso Fortuito e Teoria da Imprevisão*, 3ª ed., edição Revista forense, Rio de Janeiro, 1958, p. 293 e ss.

¹⁶⁴ Cfr. Orozimbo NONATO, *Aspectos do Modernismo Jurídico*, in, Boletim do Instituto da Ordem dos Advogados, Vol. VIII, p. 107.

A exemplo dos países europeus, o Brasil, não passou à margem do impacto que as duas grandes guerras mundiais causaram na ordem económica e social, e que por sinal reflectiram-se imenso no seu sistema jurídico, o que exigiu a adopção de mecanismos para atenuar a dureza de normas, cuja aplicação integral conduziria a claras injustiças¹⁶⁵. A caminhada jurisprudencial, no que tange à revisão dos contratos por imprevisão, foi se robustecendo, passo a passo, sustentada pela doutrina jurídico-civilista e a respectiva produção legislativa¹⁶⁶ de época a época. Nesta tarefa, o Supremo Tribunal Federal¹⁶⁷ teve um papel crucial na transição da concepção do Código de 1916, que silenciou a cláusula da revisibilidade dos contratos, quando surgem eventos imprevisíveis e que onerem excessivamente as partes ou uma delas.

O ano de 1990, constituiu um marco jurídico fundamental, no que concerne a admissão ou aceitação da alteração das circunstâncias por imprevisão ou onerosidade excessiva. Com a aprovação, em 1990, do Código de Defesa do Consumidor, o legislador brasileiro consagrou expressamente, a possibilidade de revisão dos contratos em caso de onerosidade excessiva, nas relações consumeristas¹⁶⁸, ou seja, nas relações de consumo.

Mercê desta admissão, o art.º 6.º do Código de Defesa do Consumidor, inciso V, prevê como direitos básicos do consumidor: *a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou a sua revisão em razão dos factos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas*.

O legislador brasileiro, demonstrou nesta disposição, a necessidade de em nome da justiça social e em nome da equidade, tutelar a parte mais fraca

¹⁶⁵ Cfr. Arnaldo Madeiros da FONSECA, Ob. Cit., p. 200.

¹⁶⁶ Vide, Aiston Henrique de SOUSA, *Modificação do Contrato por Decisão Judicial – Onerosidade Excessiva por Alteração das Circunstâncias no Direito português e brasileiro*, FDUL, Lisboa, 2006, p. 16. É o caso por exemplo das leis: 6.649, de 16 de Maio de 1979 – Locações de imóveis residenciais – que estabeleceu um sistema de reajuste de alugueis na proporção da variação do valor nominal da obrigação reajustável do tesouro nacional, ocorrida entre os meses de entrada em vigor do antigo e do novo salário mínimo; Lei n.º 6.899, de 08 de Abril de 1991 – Lei processual que estabelece o sistema de reajustes automáticos de correcção de dívidas; lei n.º 4.380, de 21 de Agosto de 1964 e Lei n.º 6.423, de 17 de Junho de 1977, ambas disciplinando a política económica, estabelecendo formas de reajustes das prestações em geral; Lei 8.245/91 – lei inquilinária – dispõe a revisão judicial do aluguel a fim de ajustá-lo ao preço do mercado.

¹⁶⁷ Vide, por exemplo, Recurso Extraordinário – RE 55516 – Guanabara, de 18/06/64, Relator, Ministro Cândido Motta.

¹⁶⁸ Cfr. Paulo Roberto Roque António KHOURI, *Onerosidade Excessiva Superveniente no Direito Brasileiro*, FDUL, Lisboa, 2005, p. 12.

nos contratos standardizados, ante a prévia elaboração das cláusulas contratuais pela parte que, *ab initio*, possui “posição avantajada”.

Nos termos do artigo anterior, o legislador brasileiro teve, não só em conta, a posição vulnerável do consumidor, como também, a necessidade da sua maior protecção, razão pela qual, afastou nos contratos de consumo, o requisito da extraordinariedade e imprevisibilidade do evento como pressuposto da revisão do contrato¹⁶⁹. Paulo Khouri, vai mais longe, ao defender que, a circunstância de o art.º 6.º apenas prever a revisão do contrato a pedido do consumidor não exclui que ela possa ter lugar a pedido do co-contratante deste, contanto que, se encontrem preenchidos os requisitos para o efeito estabelecidos nas disposições citadas do código civil¹⁷⁰

Após a relativização do princípio da Autonomia privada e da intangibilidade dos contratos no âmbito das relações de consumo, o Código Civil de 2002, veio no capítulo das obrigações, *maxime* nos art.ºs 317.º, 478.º-480.º, a consagrar a revisibilidade dos vínculos contratuais por alteração de circunstâncias, conforme artigos abaixo indicados:

317.º, - Quando, por motivos imprevisíveis, sobrevier a desproporção manifesta entre o valor e a prestação devida e do momento de sua execução, poderá o juiz corrigi-lo, a pedido da parte, de modo que assegure, quanto possível, o valor real da prestação.

478.º, - Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato. Os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data da citação.

479.º - A resolução poderá ser evitada, oferecendo-se o réu a modificar equitativamente as condições do contrato.

480.º - Se nos contratos as obrigações couberem a apenas uma das partes, poderá ela pleitear que a sua prestação seja reduzida ou alterada, de modo a executá-la, a fim de evitar onerosidade excessiva.

Apresentados os artigos, resta agora extrair a essencialidade do seu conteúdo concentrando-nos exclusivamente nos art.ºs 317.º e 478.º do CCB:

O artigo 317.º, vem justamente dizer que, sempre que houver desproporção entre o valor da prestação pecuniária no momento inicial e o que

¹⁶⁹ Cfr. Cláudia Lima MARQUES, *Contratos no Código de Defesa do Consumidor. O Novo Regime das Relações Contratuais*, 8ª ed., São Paulo, 2016, p. 1055.

¹⁷⁰ Cfr. Paulo Roberto Roque António KHOURI, *Direito do Consumidor. Contratos, Responsabilidade Civil e Defesa do Consumidor em Juízo*, 4ª ed., São Paulo, 2009, p. 95.

ela tem no momento em que é devida a sua realização, permitindo-se ao juiz corrigi-la em ordem a assegurar o seu valor real¹⁷¹.

O artigo 478.º, consagra expressamente a teoria da onerosidade excessiva. E por onerosidade excessiva, entende-se o evento que embaraça e torna dificultoso o adimplemento da obrigação de uma das partes, proveniente ou não de imprevisibilidade da alteração circunstancial (evento extraordinário e imprevisível), impondo manifesta desproporcionalidade entre a prestação e a contraprestação, com dano significativo para uma parte e consequente vantagem excessiva (enriquecimento sem causa) para a outra, em detrimento daquela¹⁷², e comprometer, desta maneira, a execução equitativa do contrato.

Assim, nos termos do art.º 478, do CCB, são requisitos para invocação da onerosidade excessiva: a) existência de um contrato de execução contínua ou duradouro; b) que haja um evento extraordinário e imprevisível; c) que o evento cause onerosidade excessiva da prestação a uma das partes; d) que cause extrema vantagem para a contraparte.

Opostamente, ao que o art.º 1467.º do *Code Civile* itliano preceitua, o art.º 478.º, do CCB, não exige, expressamente, a onerosidade excessiva que exceda a *álea normal* do contrato; porém, defende o professor Dário Moura Vicente, esta exigência deve ser tida como implícita no referido preceito, na medida em que nele se requer que a onerosidade da prestação decorra de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis¹⁷³.

Nota-se claramente, o novo Código Civil brasileiro adoptou como regra, a revisão do contrato e como excepção a resolução¹⁷⁴. Não falta quem defenda e entenda haver, a exemplo do art.º 437/2 do Código Civil português e angolano, uma espécie de concurso electivo de acções, ou então, a

¹⁷¹ Cfr. Dário Moura VICENTE, *Crise Económica Mundial e os Contratos Internacionais*, p. 616.

¹⁷² Cfr. AAVV, *Novo Código Civil Comentado*, Ricardo Fiuza (Coord.), 6.ª ed., edit. Saraiva, São Paulo, p. 299.

¹⁷³ Cfr. Dário Moura VICENTE, Ob. Cit., pp. 16-17. Como nota Oliveira Ascensão, não é extraordinário o que está dentro dos riscos normais do contrato. Fim de citação. Ainda, no art.º 478.º do CCB, não figura o requisito formulado no art.º 437.º do Código Civil [angolano], de que as exigências das obrigações assumidas pela parte lesada se mostre contrária à boa fé. A razão explicativa desta diferenciação, consiste em que, o art. 478.º do CCB, é tributário do Código italiano, ao passo que, o art.º 437.º, teve a sua inspiração na jurisprudência alemã, que desenvolveu a figura partindo do cláusula geral do § 242 do BGB.

¹⁷⁴ Cfr. Beatriz Lavares da SILVA, *Cláusula Rebus Sic Stantibus/ou Teoria da Imprevisão Revisão Contratual*, CEJUP, Belém, 1989, p. 50.

coexistência de acções (resolutiva ou modificativa) à disposição e escolha da parte para fazer valer o seu direito em Juízo¹⁷⁵.

3.5- Ordenamento jurídico Português

O ordenamento jurídico português não passou à margem dos acontecimentos dos séculos XVIII, XIX e XX, até porque, tais acontecimentos ajudaram a sedimentar ou formar aquilo que é hoje a alteração das circunstâncias previsto e consagrado no art.º 437.º do Código Civil. Fala-se, “que nenhuma das ordenações (Afonsinas, Manuelinas e Filipinas) anteriores ao Código de [Seabra], consagrava qualquer disposição legal que regule, ainda que em termos gerais, a alteração das circunstâncias diante das quais os negócios jurídicos hajam sido estipulados”¹⁷⁶.

No Direito Civil português, o debate sobre a alteração de circunstâncias pode ser focado em três vertentes nomeadamente: o código de Seabra, o anteprojecto de Vaz Serra e por último o código de 1966. No primeiro, influenciado pela doutrina francesa, a alteração de circunstâncias ficou silenciada; e no segundo, fez a inserção da figura no anteprojecto, e por último culminando com a sua consagração no código de 1966, isto, depois de várias alterações ao “anteprojecto” até atingir a versão final¹⁷⁷.

Em 1960, Vaz Serra, apoiando-se na doutrina da base negocial, elaborou o anteprojecto do Código Civil, no qual fazia incluir no capítulo das obrigações, a proposta de quatro artigos que consagravam a alteração das circunstâncias, com seguinte epígrafe: *Resolução ou modificação do contrato por alteração de circunstâncias*¹⁷⁸. Porém, segundo Rodrigues Bastos¹⁷⁹, “as revisões ministeriais alteraram profundamente a proposta de Vaz Serra.

¹⁷⁵ Cfr. Frederico Ricardo de Almeida NEVES, *Alteração das Circunstâncias; Efeitos Gerais e alguns Aspectos Processuais*, Edições Bagaço, Recife, 1999, p. 30.

¹⁷⁶ Cfr. Luís Novais Lingnau Da SILVEIRA, Ob. Cit., p. 28 e ss.

¹⁷⁷ Cfr. Jacinto Fernandes Rodrigues BASTOS, *Das obrigações em Geral – Segundo o Código de 1966*, Vol. I (art.ºs 397.º a 472.º), 1971, p. 121 e ss.

¹⁷⁸ Cfr. Vaz SERRA, *Resolução ou Modificação dos Contratos por Alteração das Circunstâncias* (Trabalhos preparatórios do código Civil de 1966), BMJ, n.º 68, 1957, pp. 92-96. Art.º 1.º - Admissibilidade

1- Se se alterarem as circunstâncias em que as partes fundaram a sua decisão de contratar, e daí resulta o desaparecimento da base do contrato, em tais condições que seria gravemente contrário à boa fé, vista, no seu conjunto, a situação do caso e tidos em conta os usos de negócios, exigir o cumprimento dele, pode a parte, que é vítima da alteração das circunstâncias, obter a resolução ou a modificação do próprio contrato. 2- A parte, contra a qual

Assim, sucintamente, até ao acolhimento definitivo da alteração de circunstâncias no Código Civil actual, é possível distinguir, no ordenamento jurídico português 5 (cinco) orientações que constituem o percurso histórico¹⁸⁰:

1ª – Negativista¹⁸¹ – marcado pelo absoluto silêncio e a irrelevância da cláusula no Código de Seabra, em contraste, com o destaque dado ao princípio da autonomia da vontade e da *pacta sunt servanda*.

2ª – Tendência de admissão da alteração de circunstâncias¹⁸² – marcada pela atribuição da sua relevância à casos esporádicos, acolhendo algumas especificidades do art.º 702.º do Código de Seabra – que imputava o

se pretende a resolução do contrato, pode requerer que, em vez dela, o contrato seja modificado; 3 - A modificação só é admissível quando for conforme com a presumível intenção das partes ou com a boa fé; 4- O disposto neste artigo não se aplica se o devedor estava em mora quando a alteração se produziu, mas sim se o cumprimento foi retardado devido a impossibilidade temporária da prestação, não imputável ao devedor. No caso de prorrogação do prazo por decisão das partes, depende da finalidade dessa prorrogação a aplicação do preceituado no presente artigo. 5- Se a alteração das circunstâncias estiver compreendida nas flutuações normais do contrato ou for abrangida pela finalidade dele, não se admite a resolução ou a modificação, de que trata o presente artigo. Os contratos aleatórios podem ser resolvidos ou modificados quando a alteração das circunstâncias exceder apreciavelmente todas as flutuações previsíveis na data do contrato; mas a resolução ou a modificação, não se admitem por uma causa quando as partes se sujeitaram a efeitos análogos aos desta, resultante de outras causas. O contrato de seguro de vida pode ser resolvido ou modificado de acordo com a legislação especial; 6- À alteração superveniente das circunstâncias equipara-se, para os efeitos declarados neste artigo, a inexistência, na data do contrato, das circunstâncias que lhe serviram de base, se essa inexistência só mais tarde se tornou conhecida e a parte, que dela quer prevalecer-se, não era obrigada a conhecê-la na data do mesmo contrato.

¹⁷⁹ Cfr. Rodrigues BASTOS, Ob. Cit., pp. 121-131. O caminho legislativo que levou até a formação do art.º 437.º, teve mais uma paragem: desta vez, os n.ºs 1 a 3 e 5 da proposta de Vaz Serra, foram reduzidos a um único preceito, que era o art.º 393.º com o seguinte teor¹⁷⁹: *Condições de admissibilidade da resolução: 1- A alteração anormal das circunstâncias em que as partes tenham fundado a decisão de contratar confere à parte lesada a faculdade a faculdade de requerer a resolução do contrato, desde que a exigência da obrigação por ela assumida se afaste sensivelmente dos critérios de razoabilidade que devem presidir às relações entre os contraentes e que não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato que celebrou. 2- A parte contrária pode opor-se à resolução, aceitando a modificação do contrato que, segundo os mesmos critérios de razoabilidade, o juiz venha a fixar;*

Esta alteração simplificada jogou um papel preponderante na versão final do vigente regime do art. 437.º do CC. No mesmo sentido, Carvalho FERNANDES, *Teoria da Imprevisão no Direito Civil Português*, p. 252.

¹⁸⁰ Cfr. Menezes CORDEIRO, *Da Alteração das Circunstâncias*, pp. 310-311; Inocêncio Galvão TELLES, *Manual dos Contratos em Geral*, p. 340; Menezes CORDEIRO, *Da Boa fé no Direito Civil*, pp. 909-912.

¹⁸¹ Cfr. Vaz SERRA, *Caso Fortuito e de Força Maior e a Teoria da Imprevisão*, BFDUC, Vol. 10, 1929, p. 197; Pires de LIMA e Antunes VARELA, *Noções Fundamentais de Direito Civil* (Reimp. 1973), Vol. I, p. 308; Freire Dos SANTOS, *A Teoria da Imprevisão no Direito Privado*, ROA, Ano 10, p. 242 e ss; Dias MARQUES, *Teoria Geral do Direito Civil*, Vol. II, 1959, pp. 180-181. Porém, Vaz SERRA e Antunes VARELA vieram a recuar da posição negativista.

¹⁸² Cfr. Barbosa de MAGALHÃES, *A Teoria da Imprevisão e o Conteúdo Clássico da Força Maior*, GRLx, 37 (1923), pp. 129-131; Contra: Paiva BRANDÃO, *Considerações sobre o Problema da Imprevisão*, Suplemento 17, BFD (1944), pp. 173-262 e 230-231,

contrato ao mutuo consenso das partes: havendo alterações das circunstâncias desapareceria o consenso, e logo, o contrato.

3ª - Publicista¹⁸³ – marcada pela aceitação no Direito Administrativo da teoria da imprevisão, desenvolvida pela jurisprudência do Conselho de Estado francês.

4ª- Aproximação do institucionalismo bettiano¹⁸⁴ – marcada pelo recurso à doutrina de Ferrara e Betti, que postulava o Direito das obrigações como marcado pela ideia de cooperação.

5ª – Influência da doutrina alemã – consubstanciada na recepção e recurso à teoria da pressuposição de *windsheid*¹⁸⁵, e mais tarde com a recepção directa da teoria da base do negócio^{186,187}

Foi por influência da doutrina e da jurisprudência germânicas que o instituto da alteração de circunstâncias, através da recepção da teoria da base do negócio, foi incluído definitivamente no Código Civil de 1966¹⁸⁸, criado pelo Decreto-Lei 47.344, de 25 de Novembro de 1966.

Hoje o regime da alteração de circunstâncias está expressamente consagrado no capítulo II, subsecção VII com a epígrafe (Resolução ou modificação do contrato por alteração das circunstâncias), nos específicos artigos 437.º a 439.º. Assim, o artigo 437.º, do Código Civil prevê:

1- *«Se as circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar tiverem sofrido uma alteração anormal, tem a parte lesada direito à resolução do contrato, ou à modificação dele segundo juízos de equidade, desde que a exigência das obrigações por ela*

¹⁸³ Cfr. Marcelo CAETANO, *Manual de Direito Administrativo*, Vol. I, 1973, p. 623 e ss; Alfredo Rocha de GOUVEIA, *Do Instituto da Superveniência ou a Teoria da Imprevisão nos Contratos Cíveis*, (1956-1957, dactilografado), p. 164 e ss; *Idem*, *Da Teoria da Imprevisão nos Contratos Cíveis*, Suplemento da RFDUL, nº 5, 1958, p. 170 e ss; Barbosa de MAGALHÃES, *Ob. Cit.*, p. 129 e ss; Rei MAIA, *Direito Geral das Obrigações*, 1929, p. 476; Cunha GONÇALVES, *Tratado de Direito Civil*, Vol. IV, 1931, pp. 531 e ss.

¹⁸⁴ Cfr. Carvalho FERNANDES, *Teoria da Imprevisão no Direito Civil Português*, 1963, pp. 87-91.

¹⁸⁵ Cfr. Guilherme MOREIRA, *Instituições de Direito Civil*, Vol. I, 1907, p. 496 e ss; J. G. Pinto COELHO, *Das Cláusulas Acessórias dos Negócios jurídicos*, 1910, Vol. I, p. 170 e ss.

¹⁸⁶ Vide, Manuel de ANDRADE, *Teoria Geral da Relação Jurídica*, Vol. II, edit. Almedina, Coimbra, 1960, p. 403 e ss, Cabral de MONCADA, *Lições de Direito Civil*, Vol. II, 2ª ed., edit. Coimbra, Coimbra, 1957, p. 397 e ss;

¹⁸⁷ Cfr. Antunes VARELA, *Ineficácia do Testamento e Vontade Conjectural do Testador*, p. 263 e ss; no mesmo sentido, Vaz SERRA, *Resolução ou Modificação dos Contratos por Alteração das Circunstâncias* (Trabalhos preparatórios do código Civil de 1966), BMJ, n.º 68, 1957, p. 5 e ss

¹⁸⁸ Cfr. Menezes CORDEIRO, *Da Alteração das Circunstâncias*, p. 312.

assumidas afecte gravemente os princípios da boa fé e não esteja coberta pelos riscos todos do contrato. 2 – Requerida a resolução, a parte contrária pode opor-se ao pedido, declarando aceitar a modificação do contrato nos termos do número anterior»

CAPÍTULO IV

4- Da incidência do regime da alteração de circunstâncias sobre certos contratos

Em linhas gerais, podemos afirmar que o contrato só é, enquanto tal, se houver harmonização de interesses, e esses por sua vez sirvam de vínculo às partes, de tal sorte, que regule a vida delas na relação jurídico-obrigacional estabelecida. Não se trata de qualquer vínculo, trata-se daqueles vínculos que de acordo com a ordem jurídica têm a aptidão de “produzir os efeitos”¹⁸⁹ jurídicos desejados. Imperam neste processo vinculativo, a observância de princípios fundamentais do Direito privado: Autonomia privada, a *pacta sunt servanda*, a boa fé, a confiança, entre outros. Porém, esses princípios não são de todo absolutos. Podem ceder, porque reconhecem-se-lhes alguma flexibilização, por causa do imperativo da justiça e equilíbrio do contrato em caso de alteração das circunstâncias.

Assim, «diz-se alteração das circunstâncias a situação na qual um contrato regularmente celebrado venha a ser colocado numa situação superveniente de grave desequilíbrio, por se ter modificado o circunstancialismo existente à data da sua conclusão»¹⁹⁰. Dito assim, a verificação de uma alteração de circunstâncias, coloca em causa a justiça e o equilíbrio económico dos acordos juridicamente vinculativos.

Podemos questionar o seguinte: que tipos contratuais podem o instituto da alteração das circunstâncias incidir?

Esta figura, pela sua vocação natural, incide em determinadas tipologias contratuais designadamente:

- a) Contratos de execução continuada
- b) Contratos gratuitos
- c) Contratos aleatórios

Atente-se à particularidade de que, nestas tipologias contratuais, se após a conclusão do contrato deixar de se verificar o ambiente que rodeou a base do negócio, estar-se-á diante de uma alteração das circunstâncias que

¹⁸⁹ Cfr. Luís Humberto Clavaria GOSÁLBEZ, *Actos y Contratos Gratuitos en el Derecho Cubano y en el Español*, in, Revista General de Legislación y Jurisprudencia, época III, nº 2, Abril-junho, 2010, p. 201.

¹⁹⁰ Cfr. Menezes CORDEIRO, *A Crise e a Alteração de Circunstâncias*, p. 11.

determinaram a estipulação contratual¹⁹¹ e, certamente, um dos sujeitos contratuais vai ser lesado e sofrerá os danos causados por esta alteração. De forma metódica, vamos levar a cabo uma abordagem do essencial de cada modalidade contratual acima designadas.

4.1 - Contratos de execução contínua ou continuada, de trato sucessivo ou periódico

Sustenta a doutrina que, «de entre as codificações mais representativas, terá sido o *Código Civil italiano* o primeiro a consagrar as regras gerais especificamente endereçadas ao fenómeno das obrigações de execução continuada ou periódica, nomeadamente nos seus art.ºs 1360.º/2 (excepção à retroactividade da condição resolutiva), 1373/2 (*recesso unilaterale*), 1458/1 (efeitos da resolução entre as partes)»¹⁹²

“O contrato de execução contínua ou continuada, consiste numa actividade ou abstenção que se prolonga ininterruptamente, durante um período mais ou menos longo e caracteriza-se pela forma como o seu cumprimento é levado a efeito, prolongando-se no tempo periódico ou reiteradamente com trato sucessivo”¹⁹³. No fundo, e de forma concisa, trata-se de contratos cuja execução da obrigação “arrasta-se” por um intervalo temporal longo e cuja realização do cumprimento renova-se ciclicamente.

Para Menezes Cordeiro, dá-se execução contínua – quando o contrato exige uma actuação permanente, *quotidie et singulis momentis* ou, pelo menos, quando juridicamente, o cumprimento vá decorrendo sem quebras de continuidade; e a execução é sucessiva – sempre que num contrato, o

¹⁹¹ Cfr. A. Ferrer CORREIA e Lobo XAVIER, *Contrato de Empreitada e Cláusula de Revisão: Interpretação e erro; Alteração das Circunstâncias e Aplicação do art. 437.º do Código Civil*, in, Separata da Revista de Direito e Economia, n.º 1, Janeiro/Junho, Coimbra, 1978, p. 116.

¹⁹² Cfr. Fernando A. Ferreira PINTO, *Resolução do Contratos Duradouros*, in, Edição Comemorativa do Código Civil, Elsa Vaz de Oliveira e Fernando Oliveira e Sá (Coord.), Universidade Católica edit., Lisboa, 2017, p. 463. Na Alemanha estes contratos só tiveram consagração legal com a *AGB-Gesetz* de 1976, daí transitando para o *BGB* na reforma de 2001-2002 (§ 313, secção III, e o § 314 – preceitos inovadores que se referem à denúncia por alteração das circunstâncias e à denúncia com justa causa, no âmbito das relações obrigacionais duradouras).

¹⁹³ Cfr. Acórdão do STJ de Portugal (Proc. 07B2759) de 27/09/2007, relator (Gil Roque). São casos de contratos de locação (art.º 1022.º e ss do CC), os contratos de fornecimento de bens e serviços (gás, água, electricidade). No primeiro contrato, o inquilino utilizou o locado e no segundo, o consumidor gastou os produtos fornecidos, dando como contra-partida uma prestação mensal pelo uso e pelos produtos que consumiu.

cumprimento vá operando em momentos distintos, separados de tempo por períodos juridicamente relevantes¹⁹⁴. E é justamente destes contratos de execução continuada ou diferida, que o artº 437.º diz respeito¹⁹⁵.

As linhas gerais das duas noções consistem em: no primeiro caso, não há interrupção da realização da prestação no sentido de que o cumprimento das obrigações vai nascendo e renascendo, ao passo que, no segundo caso, a realização da obrigação assemelha-se a um cenário de anda e pára, anda e pára e assim sucessivamente.

À luz deste preceito, o surgimento das circunstâncias imprevisíveis ou extraordinárias nos contratos de execução contínua, diferentemente daquelas que rodearam o ambiente da celebração do contrato entre as partes contratantes podem, “em determinados casos, produzir o colapso do equilíbrio interno do contrato, podem converter em excessivamente gravosa a prestação que pesa sobre uma das partes”¹⁹⁶. Na verdade, sempre que uma das partes estiver excessivamente sobrecarregada/onerada, avulta na relação entre elas uma situação de injustiça, desvantagem e enorme sacrifício relativamente àquela que tinha a obrigação de cumprir. Nestes precisos casos, faz todo o sentido o recurso ao art.º 437.º, como “remédio destinado a restabelecer o equilíbrio que inicialmente existiu entre as partes contratantes e que, devido à ocorrência das circunstâncias imprevisíveis no momento de contratar, ficou destruído”¹⁹⁷.

Uma questão que se pode levantar, consiste em saber quais os contratos que devem ser considerados de trato sucessivo ou de execução periódica?

Importa realçar antes que, «os actos e negócios jurídicos podem ter: uma eficácia instantânea que se esgote no acto de celebração (troca manual ou compra e venda a pronto pagamento e com entrega imediata, a compra de um bilhete para o cinema) ou então ter eficácia duradoura que não se esgote

¹⁹⁴ Cfr. Menezes CORDEIRO, *Tratado de Direito Civi*, Vol. II, Tomo I, Almedina, Coimbra, 2009, p. 524. É exemplo de um contrato contínuo, o contrato de depósito nos termos dos art.ºs 1185.º -1187.º; E de um contrato sucessivo, o contrato de locação nos termos dos art.ºs 1038.º, al.a) do Código Civil.

¹⁹⁵ Cfr. Oliveira ASCENSÃO, *Onerosidade Excessiva por Alteração das Circunstâncias*, ROA, n.º 63, p. 632.

¹⁹⁶ Cfr. María Paz Sánchez GONZÁLEZ, *Alteraciones Económicas y Obligaciones Contractuales: La Ccláusula Rebus Sic Stantibus*, editorial Tecnos, Madrid, 1990, p. 9.

¹⁹⁷ Cfr. Idem, p. 9.

no próprio acto de celebração e que perdure no tempo mais ou menos longamente»¹⁹⁸. É nesta última, em que se enquadra a matéria de que ora nos ocupamos.

Desta feita, fazem parte dos contratos de execução continuada:

- ✓ Contratos de fornecimento a longo prazo de matérias-primas;
- ✓ Determinados contratos ou negócios de empreitada^{199,200} com base no agravamento das prestações sofridos pelo fornecedor ou pelo empreiteiro²⁰¹;
- ✓ Contratos de fornecimento de bens e serviços (energia eléctrica, gás, água, telecomunicações);
- ✓ Contratos que pela sua natureza e por estipulação entre as partes a prestação se prolongue no tempo²⁰²: é o caso do contrato de trabalho (art.º 1152.º do CC, art.º 3.º, n.º 2 da LGT), contrato de seguro, contrato de locação (seja na modalidade de arrendamento ou aluguer) tal como dispõe o artigo 1022.º e ss do CC, contratos de sociedade²⁰³ (art.º 980.º do CC).

¹⁹⁸ Cfr. Pedro Pais de VASCONCELOS, *Teoria Geral do Direito Civil*, 6ª ed., edit. Almedina, Coimbra, 2010, p. 357.

¹⁹⁹ Acerca do contrato de empreitada como de execução continuada ou periódica, o entendimento jurisprudencial considera que, como regra, e exceptuadas as empreitadas de manutenção, o contrato de empreitada não é um verdadeiro contrato de execução continuada ou periódica. *Vide*, Acórdão do TRL, Proc. N.º 9688/2007-2, de 07/02/2008, Ezaguy Martins (Relator), disponível em <http://www.dgsi.pt>

²⁰⁰ A respeito do contrato de empreitada como contrato de execução continuada, *vide* Menezes CORDEIRO, *Direito das Obrigações*, 2ª Ed., Vol. 3, AAFDL, Lisboa 1991, pp.433 e 434. Defende que, embora por via de regra, a execução da empreitada se protele no tempo, e nessa medida se assemelhe aos contratos com prestações permanentes, “por outro lado, não se pode considerar como um verdadeiro contrato de execução continuada ou periódica, porque cada acto singular de execução realizado pelo empreiteiro não satisfaz uma parte correspondente do interesse do comitente, que só se realiza plenamente com a entrega da obra”. Para o autor, só no caso da empreitada de “conservação/manutenção, é que estaremos diante de um verdadeiro contrato de execução continuada. “A empreitada é um contrato que pode ter prestações de execução prolongada. Prossegue afirmando que, trata-se de uma categoria intermédia entre a tradicional bipartição de prestações instantâneas e permanentes”.

²⁰¹ Cfr. Antunes VARELA, *Ineficácia do Testamento e Vontade Conjectural do Testador*, p. 265.

²⁰² Cfr. Pedro Pais de VASCONCELOS, *Teoria Ob. Cit.*, p. 357.

²⁰³ Cfr. Luís Teles de Menezes LEITÃO, *Direito das Obrigações*, Vol. I, 14ª ed., Almedina, Coimbra, 2017, p. 131.

- ✓ Na nossa visão, parece-nos que a locação financeira ou *leasing*^{204,205} cabe perfeitamente na classificação dos contratos de execução continuada, se tivermos em linha de conta a sua finalidade.

O mais importante na identificação e diferenciação de uma obrigação como de execução contínua ou de trato sucessivo consiste no facto de, o cumprimento integral estar dependente de um período de tempo, durante o qual a prestação ciclicamente se renova ininterruptamente. “Tal acontece porque as obrigações duradouras dirigem-se à satisfação de necessidades permanentes ou continuadas do credor, traduzindo-se a função práctico-económica da obrigação no apaziguamento de interesses permanentes dele e, para esse efeito, do ponto de vista jurídico, o cumprimento tem de se protelar de modo contínuo ou repetido”²⁰⁶

Podemos até questionar-nos, de que forma alteração das circunstâncias pode atingir de modo anormal, imprevisível, lesivo e danoso os contratos de execução contínua ou sucessiva acima referidos?

Vale lembrar que, O que torna singular as relações obrigacionais duradouras é a circunstância de nelas o tempo assumir uma função essencial, a que o direito reconhece uma específica relevância jurídica: a duração e a persistência temporal da obrigação que é decisiva para a estrutura geral da prestação²⁰⁷. Tenhamos em conta algumas breves ilustrações conceituais e dogmáticas, para aferirmos o essencial do seu enquadramento na figura em estudo.

Por definição legal, **o contrato de trabalho** – é entendido como aquele pelo qual uma pessoa se obriga, mediante retribuição, a prestar a sua actividade intelectual ou manual a outra pessoa, com ou sem retribuição; ou

²⁰⁴ Cfr. José Carlos Moitinho de ALMEIDA, *A Locação Financeira (Leasing)*, in: Separata do Boletim do Ministério da Justiça (BMJ), N.º 230, Lisboa, 1973, pp. 5 e ss; Rui Pinto DUARTE, *A Locação Financeira (Estudo jurídico do Leasing)*, edit. Danubio Lda, Lisboa, 1983, 69.

²⁰⁵ «Locação financeira ou *Leasing* – é o contrato pelo qual uma das partes se obriga, mediante retribuição, a ceder à outra o gozo temporário de uma coisa, móvel ou imóvel, adquirida ou construída por indicação desta, e que o locatário poderá comprar, decorrido o prazo acordado, por um preço nele determinado ou determinável mediante simples aplicação de critérios nele aplicável». Esta modalidade contratual exige a existência de sociedades financeiras (sociedades de *Leasing*), para tornar concreto o seu funcionamento prático. Vide Inocêncio Galvão TELLES, *Manual dos Contratos em Geral* (Refundido e Actualizado), 4ª ed., Coimbra edit., Coimbra, 2002, p. 500.

²⁰⁶ Cfr. Fernando A. Ferreira PINTO, *Resolução dos Contratos Duradouros*, p. 465.

²⁰⁷ Cfr. Idem.

ainda, é aquele pelo qual o trabalhador se obriga a colocar sua actividade profissional à disposição do empregador, dentro do âmbito da organização e sob direcção e actividade deste, tendo como contrapartida uma remuneração, tal como dispõem os art.ºs, 1152.º do CC e 3.º, n.º 2 da LGT de Angola. Subjaz aqui a ideia segundo a qual o contrato de trabalho gera obrigações que se prolongam ou protelam no tempo²⁰⁸. Na essência, à luz das duas noções legais, o contrato de trabalho repousa sobre o seguinte tripé²⁰⁹: a) prestação de uma actividade; b) subordinação jurídica ou direcção da actividade por outrem; c) retribuição ou remuneração.

Este contrato poderá ser afectado pela alteração das circunstâncias sempre que, um evento anormal influencia gravemente o conteúdo e extensão das obrigações dos sujeitos contratantes (base negocial), quer seja, por quem detém a direcção da actividade ou por quem esteja obrigado à prestação da actividade (no caso, o empregador e o trabalhador), causando lesão ao programa contratual querido pelas partes. Ou seja, quando um evento anormal, estranho e imprevisível interrompe o prolongamento (tempo, prazo) natural do contrato querido pelas partes e torna excessivamente oneroso a prestação de uma delas, colocando em causa o elemento remuneração. V.g, em caso de, por impacto da crise económica e financeira se dar: a perda abrupta de clientes, traduzida na quebra do consumo e consequentemente o abaixamento nas vendas, queda abrupta dos lucros, a interrupção das importações por falta de divisas ou por desvalorização da moeda, a insolvência²¹⁰ ou falência (veja-se o caso do banco *Lehman Brothers* nos EUA durante a crise dos *sub-primes*), provocando, destarte, danos para ambas as partes.

Nestas situações concretas, podem as partes, por força do princípio da vinculatividade exigir, ainda assim, o cumprimento pontual do contrato? Não

²⁰⁸ Cfr. Pedro Romano MARTINEZ, *Direito do Trabalho*, 4ª ed., Almedina, 2007, p. 292.

²⁰⁹ Cfr. Luís Manuel Teles de Menezes LEITÃO, *Direito do Trabalho*, 3ª ed., Almedina, Coimbra, 2012, p. 96; no mesmo sentido, João Leal AMADO, *Contrato de Trabalho*, 4ª ed., Coimbra edit., Coimbra, 2014, pp. 65-71.

²¹⁰ Recordemo-nos, por exemplo, da crise do *sub-primes*, espoletada na Califórnia de 2007 – 2010, que acabou por fazer cair em insolvência o 4.º maior banco de investimento dos Estados Unidos da América, *Lehman Brothers* com mais de 10.000 trabalhadores e a perda de um valor de centenas de biliões de dólares. Para mais desenvolvimento, vide Menezes CORDEIRO, *A crise e a Alteração de Circunstâncias*, p. 8; Idem, *A crise Planetária de 2007/2010 e o Governo das Sociedades*, RDS (2009), pp. 263-286; *A Tutela do Consumidor de Produtos Financeiros e a Crise Mundial de 2007/2010*, ROA, Ano 69, N.º III/IV, Lisboa, 2009 (Jul./Set., Out./Dez.), pp. 603-632.

será contrário à boa fé se um trabalhador exigir salários (remuneração) a um empregador falido e insolvente por força da crise financeira?

A última questão levantada também vale para a posição do empregador. Julgamos que não há uma resposta que possa servir de panaceia para todos os casos. Há que analisar casuisticamente cada situação.

Contrato de seguro - é aquele em que o tomador do seguro se obriga, mediante retribuição, a realizar pagamentos em dinheiro (prémios) a uma entidade (seguradora), em caso de ocorrência eventual de qualquer acontecimento²¹¹. Assim, há no contrato de seguro dois elementos fundamentais a considerar: o pagamento do prémio (obrigação do tomador do seguro) e a assunção do risco (obrigação da seguradora). Todo o contrato de seguro, é muito claramente um contrato de risco. O contrato de seguro surge assim para proteger²¹² o tomador do seguro, contra os riscos que um eventual acontecimento danoso pode causar. Neste contrato, em caso de ocorrência de uma circunstância anormal que faça com que o risco ultrapasse as balizas ou limites naturais (muito acima ou muito em baixo) admissíveis para o contrato, as partes podem socorrer-se dos efeitos da alteração de circunstâncias²¹³.

«O **contrato de fornecimento** pode definir-se como o acordo pelo qual uma das partes se obriga a prestar contínua ou periodicamente coisas de certo género, mediante o correlativo preço»²¹⁴. Significa dizer que, no contrato de fornecimento está patente a ideia segundo a qual, o credor/fornecedor está adstrito à obrigação de sucessivamente/continuadamente realizar prestações independentes uma das outras; e do lado do devedor impõe-se a obrigação de continuadamente pagar o preço devido a cada prestação.

Quid iuris se ocorrer um evento imprevisto pelas partes?

Colocada assim a questão, a respeito dos contratos de fornecimento de bens e serviços (energia), lembra-nos o caso de aresto referente a um contrato

²¹¹ Cfr. Menezes CORDEIRO, *Direito dos Seguros*, 2ª ed. (Revista e atualizada), Almedina, 2016, p. 481; no mesmo sentido, Francisco Guerra da MOTA, *O Contrato de Seguro Terrestre*, Vol. I, p. 21.

²¹² Cfr. Maria Clara LOPES, *Seguro Obrigatório de Responsabilidade Automóvel*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p. 15.

²¹³ Cfr. Menezes CORDEIRO, *Direito dos Seguros*, pp. 544, 761-762.

²¹⁴ Cfr. Inocêncio Galvão TELLES, *Aspectos Comuns aos Vários Contratos*, in: separata da RFDUL, Vol. VII, 1950, p. 72.

celebrado em 1912 e julgado em 1920, pelo Tribunal do império Alemão²¹⁵, em que a autora se obrigara a facultar à ré a utilização de certas instalações de que era proprietária e, conseqüentemente, fornecer-lhe a energia que a ré precisava para o funcionamento da indústria naquelas instalações. Por causa do aumento exponencial do preço do carvão, ocorrido na Alemanha depois da I Guerra Mundial, os encargos suportados pela autora com o cumprimento do contrato passaram a superar largamente o preço estipulado, excedendo dez vezes o valor anual do contrato. A autora exigiu a nulidade do contrato ou a revisão do preço acordado. O Tribunal deu por procedente, a pretensão da autora, baseando sua decisão no princípio da boa-fé. Sustentou ainda, que seria manifestamente injusto que as conseqüências do surto inflacionista ocorrido depois da guerra, imprevisível para qualquer das partes ao tempo da conclusão do contrato, fossem suportadas pela autora. Com base no precedente jurisprudencial germânico, podemos afirmar que, em caso de surgimento de circunstâncias não previstas pelas partes, mas que geram sacrifícios, desproporcionalidade e desequilíbrio das prestações, afigura-se injusto e de má-fé exigir as prestações à parte lesada.

4.2 - Contratos gratuitos

O instituto da alteração das circunstâncias também incide sobre os contratos gratuitos, isto é, estes contratos podem ser afectados também pelos eventos imprevistos. E entende-se por **contratos gratuitos**, “aqueles em que à prestação principal não corresponde uma contrapartida, em cujo conteúdo se estipula uma atribuição patrimonial unilateral”²¹⁶. Ou seja, são aqueles em que uma das partes obtém vantagem sem sacrifício algum, ao passo que a outra sofre o resultado oposto²¹⁷. Assim verifica-se nestes contratos, que um dos co-contratantes proporciona ao outro, uma vantagem patrimonial sem qualquer contraprestação ou corresponsivo²¹⁸. Neles vigora, como característica

²¹⁵ Cfr. Dário Moura VICENTE, *A Crise Económica Mundial e os Contratos Internacionais*, pp. 606-607.

²¹⁶ Cfr. Pedro Pais de VASCONCELOS, *Teoria Geral do Direito Civil*, 6ª ed., pp. 447-448.

²¹⁷ Cfr. Luís Humberto Clavaria GOSÁLBEZ, Ob. Cit., p. 203.

²¹⁸ Cfr. Antunes VARELA, *Das Obrigações em Geral*, Vol. I, 10.ª ed., Almedina, Coimbra, 2003, p. 404.

especial, o *animus donandi ou animus beneficiandi*²¹⁹. A atribuição patrimonial atrás referida, corresponde claramente, a toda a vantagem avaliável em dinheiro²²⁰. Desta feita, o traço axial do contrato gratuito consiste na atribuição de um benefício a um sujeito, sem que este sofra sacrifício algum. É a chamada liberalidade ou acto liberatório. O exemplo concreto do tipo contratual em estudo, é a doação (especificamente) e o empréstimo não remunerado²²¹. Nada obsta, analisando os artºs 1129 e 1157º-1158²²² do CC, que o comodato e o mandato sejam também qualificados, a par da doação, como gratuitos²²³. O mesmo se pode dizer dos contratos de mútuo e depósito²²⁴ gratuitos (em casos muito específicos), quando não haja obviamente qualquer contrapartida.

Então como podemos aferir a gratuidade ou não gratuidade dos contratos ora exemplificados?

Há gratuidade, quando o acto for realizado com uma particular intenção ou causa, que é de proporcionar uma vantagem à outra parte, e esta procede com consciência e vontade de receber essa vantagem sem o correspectivo sacrifício²²⁵. Quer dizer, a gratuidade deve definir-se em função do sacrifício (ou custo) apenas para uma só das partes e da vantagem (ou benefício) apenas para outra²²⁶.

Segundo o disposto no art.º 940.º, n.º1, do Código Civil, *a doação é o contrato pelo qual uma pessoa, por espírito de liberalidade e à custa do seu património, dispõe gratuitamente de uma coisa ou de um direito, ou assume uma obrigação, em benefício do outro contraente.*

²¹⁹ Cfr. Manuel A. Domingues de ANDRADE, *Teoria Geral da Relação Jurídica*, Vol. II, Livraria Almedina, Coimbra, 1983, p. 56; no mesmo sentido, Carlos Alberto da Mota PINTO, *Teoria Geral do Direito Civil*, 4ª ed., Coimbra edit., Coimbra, 2012, p. 401.

²²⁰ Cfr. Inocêncio Galvão TELLES, *Manual dos Contratos em Geral*, p. 480.

²²¹ Cfr. *Idem*, p. 480.

²²² O art.º 1129.º dispõe que, o comodato é o contrato gratuito pelo qual uma das partes entrega à outra certa coisa, móvel ou imóvel, para que sirva dela, com a obrigação de a restituir; e o art.º 1158.º consagra que, o mandato presume-se gratuito, quando tiver por objecto actos que o mandatário pratique sem profissionalismo.

²²³ Cfr. Antunes VARELA, *Ensaio sobre o Conceito do Modo*, edit. Atlântida, Coimbra, 1955, pp. 115-116 e 121.

²²⁴ Cfr. Luís Teles de Menezes LEITÃO, *Direito das Obrigações*, Vol. I, 9ª ed., p. 210.

²²⁵ Cfr. Carlos Alberto da Mota PINTO, *Teoria Geral do Direito Civil*, p. 401.

²²⁶ Cfr. Menezes CORDEIRO, *Tratado de Direito Civil Português*, I, Parte Geral, Tomo I, *Introdução. Doutrina Geral. Negócio Jurídico*, 3ª ed., Almedina, Coimbra, 2005, p. 473.

Duas notas nos chamam atenção neste preceito: a primeira prende-se com o facto de que a doação tem de ser feita com espírito de liberalidade²²⁷, pois que, de contrário não será; a segunda, consiste em que a coisa ou o direito sujeito à doação seja parte integrante do património do doador, pois o contrário, tratar-se-á de doação de coisas ou direitos alheios nos termos do art.º 956.º.

As liberalidades, segundo Galvão Telles, são a fonte de empobrecimento, actual e futuro, para o património de um dos sujeitos, e de enriquecimento para o património do outro²²⁸, no sentido de que, o sujeito que dá (um direito, uma coisa) diminui o seu património e o sujeito que recebe aumenta o seu património. Variadas podem ser as razões que concorrem para que um doador realize ou pratique um acto com espírito de liberalidade²²⁹, designadamente: a) por altruísmo (para fazer o outro feliz), b) gratidão (troca livre de uma dívida passada por uma dívida actual), c) aprovação social (para atrair simpatias ou aumentar a reputação), d) egoísmo (na expectativa estratégica de retribuição a prazo pelo donatário, através de favor pessoal ou de vantagem comercial, com mais ou menos equilíbrio). Julgamos que, na base de tudo ou de todos os motivos encontra-se, indubitavelmente, o *animus donandi ou animus beneficiandi*. Nestes específicos contratos, a ideia geral que se pode reter é a de que, sempre que uma circunstância imprevista (razão de problemas) colocar em causa a subsistência da doação, é necessário proteger e dar valor em maior medida, aos interesses de terceiros e os do doador, do que os do donatário²³⁰, defende Mota Pinto.

O **comodato**, tal como versa o art.º 1129.º, é o *contrato gratuito, pelo qual uma das partes entrega á outra certa coisa, móvel ou imóvel, para que se sirva dela, com a obrigação de a restituir*. Ou seja, é o contrato onde não há, a cargo do comodatário, prestações que constituam o equivalente ou o correspectivo da atribuição efectuada pelo comodante. Porém, se em troca do uso da coisa, o comodatário promete alguma prestação, não se dá o comodato,

²²⁷ A intenção liberal reside apenas na consciência e vontade negocial de dar e receber uma prestação, uma vantagem, sem contrapartida no todo ou em parte. Sustenta Manuel de ANDRADE, *Teoria Geral da Relação Jurídica*, Vol. II, p.56.

²²⁸ Cfr. Inocência Galvão TELLES, Ob. Cit., p. 481. Há liberalidades por morte, realizadas por meio de um testamento, e liberalidades em vida, feitas por meio de doações.

²²⁹ Cfr. Carlos Ferreira de ALMEIDA, *Contratos III. Contratos de Liberalidade, de Cooperação e de Risco*, 2ª ed., Almedina, Coimbra, 2013, p. 34.

²³⁰ Cfr, Carlos Alberto da Mota PINTO, Ob. Cit., p. 400.

mas sim dá-se arrendamento ou aluguer²³¹, consoante se trate de coisa móvel ou imóvel. Assim, o objecto do comodato é a coisa móvel ou imóvel, entregue ao comodatário para que dela usufrua durante o prazo estipulado no contrato e a restitua tão logo se extinga ele. O comodato enquanto contrato celebrado no interesse do comodatário (beneficiário), a sua gratuitidade não impede que o comodante imponha a realização determinados encargos ao comodatário (*vide* art.º 963.º), sempre que estes se destinem à manutenção, cuidado e conservação da coisa comodada. Tal não significa que seja uma contrapartida.

Nos termos do art.º 1158.º do CC, a lei dispõe que, o **mandato** presume-se gratuito, excepto se tiver por objecto actos que o mandatário pratique por opção. «A gratuitidade era a nota essencial do mandato no Direito romano»²³². O mandato gratuito é aquele em o mandatário celebra o contrato com o mandante sem contrapartida pelos serviços realizados, beneficiando deste modo, o mandante. Nos termos da lei, é por meio da presunção²³³ que se aferirá a gratuitidade do mandato. Ou seja, o carácter oneroso ou gratuito²³⁴ depende do facto de haver ou não retribuição para a actividade que o mandatário exerce. Apesar da presunção legal, nada contende com a gratuitidade o direito que o mandatário tenha ao reembolso das despesas feitas e à indemnização do prejuízo que tenha sofrido com o exercício do mandato²³⁵.

Neste sentido, nos contratos gratuitos, o impacto da alteração das circunstâncias manifesta-se quando, a equação económica, tal como foi querida pelas partes, é quebrada. “Quando as circunstâncias anormais põem em causa o equilíbrio económico, o instituto enquanto tal funciona, quer o contrato seja oneroso ou gratuito. Assim, por exemplo, uma permissão gratuita

²³¹Cfr. Pires de LIMA e Antunes Varela, *Código Civil Anotado*, Vol II, 4ª ed. (colab. de M. Henrique Mesquita) Revista e actualizada, Coimbra edit., Coimbra, 1997, p. 742, anotações ao art. 1129.º. Adiantam os ilustres civilistas que, apesar de gratuito, regra geral, o comodato na deixa de ser um contrato bilateral imperfeito, pois, envolve obrigações, não só para o comodatário, mas também para o comodante.

²³² Cfr. Manuel Januário Da Costa GOMES, *Contrato de Mandato*, AAFDL, Lisboa, 1990, p. 23.

²³³ Cfr. António Santos JUSTO, *Manual de Contratos Cíveis – Vertentes Romana e Portuguesa*, edit. Petrony, 2017, p. 390.

²³⁴ Segundo Menezes LEITÃO, *Das Obrigações*, Vol. I, 14ª ed., 2017, p. 199 – afirma que a qualificação dos contratos entre gratuitos e generosos, algumas vezes, pode colocar problemas especiais no caso de o contrato instituir relações triangulares. É o caso por exemplo, do contrato a favor de terceiro (art. 443.º), o promitente que realiza a prestação ao terceiro não recebe qualquer contrapartida deste, mas pode vir a recebê-la do promissário. Daqui resulta que a onerosidade e gratuitidade são conceitos de relação, tendo em contra as atribuições patrimoniais realizadas e não os sujeitos contratuais.

²³⁵ Cfr. Pires de LIMA e Antunes Varela, *Ob. Cit.*, p. 790, anotações ao art. 1158.º.

de uso de um imóvel pode ser revista ou resolvida se as circunstâncias extraordinárias tornarem excessivamente onerosa para o concedente a manutenção do vínculo”²³⁶. O que quer dizer que, o conjunto de circunstâncias que constituem ou rodearam a celebração e constituição do negócio jurídico, rompeu-se ou fracturou-se. E a fracturação vai implicar, com efeito, o sacrifício de um dos contraentes e conseqüentemente vai gerar uma desproporcionalidade nas prestações.

4.3 – Contratos aleatórios

Contrato aleatório é aquele em que, tal como o nome indica, o seu próprio tipo contém em si uma *álea*, ou seja, contém um risco que dá ao contrato o seu sentido jurídico e influencia o seu regime e a concretização da sua disciplina. Portanto, todo contrato aleatório é de risco²³⁷. Para Menezes Cordeiro, o contrato é aleatório quando, no momento da sua celebração, sejam desconhecidas as vantagens patrimoniais que dele derivem para as partes²³⁸. E para Menezes Leitão, o contrato diz-se aleatório, quando pelo menos, uma das atribuições patrimoniais se apresente como incerta, quer quanto à sua existência, quer quanto ao seu conteúdo²³⁹; aliás, «o conteúdo económico do contrato está na dependência de um facto incerto (*álea*) quanto à sua verificação (*incertus an*) ou quanto ao momento dessa verificação. Esta incerteza toma a sua expressão na expectativa que se tem de ganhar mas também do risco que se corre para perder»²⁴⁰. Em todos os contratos aleatórios os contraentes estão sujeitos a *álea* de obter desvantagem (perda) sobre o objecto do contrato, como obter vantagem (ganho). São exemplo: contratos de jogo e aposta nos termos do art.1245º do CC, contrato de seguro contra riscos ou contra terceiros, o contrato de reporte, renda vitalícia (art. 1238.º) e o contrato de *swap* de taxas de juro.

²³⁶ Cfr. Oliveira ASCENSÃO, *Onerosidade Excessiva por Alteração das Circunstâncias*, p. 524.

²³⁷ Cfr. Pedro Pais de VASCONCELOS, *Teoria Geral do Direito Civil*, 6ª ed., p. 449.

²³⁸ Cfr. Menezes CORDEIRO, *Tratado de Direito Civil*, II, 4ª ed., com a colob. De António Barreto Menezes Cordeiro, Almedina, Coimbra, 2014, p. 111. Explica o autor que, esse desconhecimento, que dá a margem de *álea*, deve ser da própria natureza do contrato, em moldes tais que ele não faça sentido de outra forma.

²³⁹ Cfr. Menezes LEITÃO, *Ob. Cit.*, p. 200.

²⁴⁰ Cfr. Inocêncio Galvão TELLES, *Ob. Cit.*, pp. 483. A incerteza sobre o significado patrimonial do contrato tem de existir no momento da celebração do contrato, ainda que pouco depois venha a desaparecer (*vide*, p. 484).

Contratos de jogo e aposta – são aqueles em que somente um dos contraentes alcança um benefício, mas é incerto a qual das partes tal benefício aproveitará²⁴¹. Cada uma das partes é consumida ou movida pela esperança ou probabilidade de beneficiar da prestação. Vivemos hoje uma revolução digital vem tomando conta de tudo e todos, influenciando, a nossa vida, nossas decisões e atitudes, projecções e etc. Os contratos de jogo e aposta tornaram-se hoje num negócio muito rentável. Aliás, basta ver o número de empresas e os aplicativos de apostas desportivas e não só, que lucram milhões e milhões de dólares. Fazem parte destes contratos em específico: *euromilhões*, *jackpot*, *totaloto*, *totobolas*, e as apostas desportivas entre outras. Segundo Galvão Telles, os jogos e apostas só podem dar origem a obrigações judicialmente exigíveis quando autorizados por lei especial e praticados em lugares legalmente autorizados²⁴². Por exemplo, se se fizer uma aposta sobre um jogo de futebol com hora, data e equipas determinadas, apesar da incerteza da quem ganhará o jogo, havendo 30 minutos antes do jogo uma catástrofe natural que derrube o campo, lesando os apostadores, não haverá aqui razões para a judicialização?

Contrato de seguro contra riscos ou contra terceiros

Tal como referimos anteriormente, aquando da abordagem dos contratos de execução continuada, ficou claro que, o objecto do contrato de seguro, consiste na cobertura de determinados riscos por uma seguradora e a protecção do tomador do seguro contra eventos incertos, desde que este último se obrigue a realizar as prestações (prémios, valor do seguro) e em contrapartida a seguradora assumo o dever de pagar em caso de ocorrência de um evento incerto, nos termos devidos no contrato. Genericamente, “os seguros podem cobrir riscos relativos a coisas, bens imateriais, créditos e outros direitos patrimoniais (seguros de danos) ou riscos relativos à vida, à saúde e à integridade física de uma pessoa (seguro de pessoas)”²⁴³.

Concretamente, o contrato de seguro contra riscos ou contra terceiros, destina-se a cobrir o risco da ameaça ao património do tomador do seguro por força de um acontecimento incerto e lesivo, involuntário, que cause danos a

²⁴¹ Cfr. Ibidem, p. 483.

²⁴² Cfr. Idem, nota 437.

²⁴³ Vide, <http://www.asf.com.pt>, acesso, 10/04/2018.

terceiros. Quer dizer, o contrato de seguro contra terceiros cobre o risco de surgir uma obrigação de indemnizar terceiros por danos causados pelo tomador de seguro, por pessoas, coisas e objectos subordinados ou dependentes dele. Por isso, nada impede que seja levantado o problema da alteração de circunstâncias sempre que, ponderadas as coisas, o risco tenha ultrapassado o que era previsto e previsível pelos contraentes e que para o efeito, seja razão para a onerosidade excessiva para uma das partes.

Entende-se por **swap** (troca, permuta) – «o contrato pelo qual as partes se obrigam ao pagamento recíproco e futuro de duas ou mais quantias pecuniárias, na mesma moeda ou em moedas diferentes, numa ou várias datas predeterminadas, calculadas por referência a fluxos financeiros associados a um activo monetário subjacente, geralmente uma determinada taxa de câmbio ou de juro»²⁴⁴. Quer dizer, *swap* ou permuta financeira, é o contrato através do qual uma parte transfere o risco (*álea*) económico inerente a um activo para outra parte, em troca de uma remuneração²⁴⁵. No fundo, neste tipo de contrato, está insito o compromisso de cada uma das partes, entregar a outra um certo valor pecuniário, periodicamente²⁴⁶, durante a vigência do contrato. Por isso é que lhe chamam «*snowball swaps*» “bola de neve”²⁴⁷. Diante do exposto, podemos perceber e concluir claramente que, o *swap* é um verdadeiro contrato aleatório, na linha de compreensão de que é o risco e a incerteza que servem de causa e objecto contratuais²⁴⁸. A incerteza dos acontecimentos e os riscos que eles causam aos instrumentos financeiros, faz com as pessoas, empresas celebrem este tipo de contrato.

Podem os contratos aleatórios, enquadrar-se no instituto da alteração das circunstâncias?

É sabido por nós que, todo o contrato encerra em si, um risco ou uma *álea*, ligada necessariamente a natureza do tipo contratual. Ora, o instituto da

²⁴⁴ Cfr. José Engrácia ANTUNES, *Os Instrumentos Financeiros*, 3ª ed., Almedina, Coimbra, 2017, p. 207; Para mais desenvolvimento, vide, Maria Clara CALHEIROS, *O Contrato de Swap*, Coimbra edit., Coimbra, 2000.

²⁴⁵ Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal, Processo N.º1387/11.5TBBCL.G1, de 10/10/2013, Granja Fonseca (Relator), disponível em, www.dgsi.pt

²⁴⁶ Cfr. Menezes Cordeiro, *A Crise e a Alteração de Circunstâncias*, p. 36.

²⁴⁷ Cfr. Dário Moura VICENTE, *Crise Económica Mundial e os Contratos Internacionais*, p.600.

²⁴⁸ Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães (TRG), Processo N.º 1387/11.5TBBCL.G1, de 31/01/2013, Conceição Bebucho (Relator), disponível em, www.dgsi.pt.

alteração das circunstâncias, enquadra-se também nos contratos aleatórios, pois que, apesar do risco de que as partes tenham consciência²⁴⁹ no momento da celebração do contrato, ainda assim, havendo ou surgindo circunstâncias anormais que aumentem o risco para além do rectângulo natural do contrato, estaremos sem sombras de dúvidas, diante da alteração de circunstâncias a que o regime legal do art.º 437.º se refere. Daí a sua relevância. Não haverá equilíbrio do contrato se a parte que suporta o risco fica excessivamente onerada. No caso do *swap*, havendo a descida (ou subida) das taxas de juro, de grande magnitude ou proporção imprevisível, a tal ponto de criar um profundo e grave desequilíbrio das prestações, pode, ponderadas e analisadas as situações, o artigo acima enquadrar-se. Aliás, Os contratos de *swap*, nas suas diversas variantes, não estão imunes aos efeitos que podem emergir da aplicação do art.º 437.º do CC, “embora o factor aleatório seja neles mais visível do que noutras operações financeiras, atenta a maior dificuldade de prever os fenómenos susceptíveis de se repercutirem nos efeitos decorrentes da sua execução, nem assim se justifica que sejam excluídos do âmbito de protecção dessa norma”²⁵⁰.

²⁴⁹ Por exemplo, num contrato de seguro, as partes desconhecem da ocorrência e o montante do dano que a seguradora, eventualmente poderá suportar. *Vide*, Menezes CORDEIRO, *Tratado de Direito Civil*, II, 4ª ed, p. 111.

²⁵⁰ Cfr. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal, Processo N.º 540/11.6TVLSB.L2.S1, de 22/06/2017, Tomé Gomes (Relator), disponível em: www.dgsi.pt

CAPÍTULO V

5- Pressupostos e limites da relevância jurídica da alteração das circunstâncias

O instituto da alteração das circunstâncias tem uma clara conexão com o tempo nas relações contratuais privatistas, na medida em que, quanto mais longa for a duração do contrato, mais sujeito este fica à superveniências imprevistas e imprevisíveis²⁵¹. Por esta razão, uma crise financeira gera sempre várias consequências lesivas para os contratos celebrados pelas partes²⁵², *maxime*, os de longa duração ou de execução continuada ou sucessiva

A problemática da alteração das circunstâncias, enquanto influência do tempo nos contratos, já foi durante vários séculos, palco de inúmeras discussões, isto, desde os tempos do Direito Comum até aos finais do século XIX e início do século XX, quando foi consagrado nos variados Códigos Civis da família jurídica romano-germânica. Tal necessidade da consagração da alteração das circunstâncias, teve o seu embasamento na importância do carácter social conferido ao contrato, por sinal, «acolhida pelo Direito alemão, que postula, um certo equilíbrio das prestações contratuais, na falta do qual é dado ao tribunal interferir na regulação operada pelas partes em ordem a repô-lo»²⁵³ sempre que um evento imprevisto e anormal, ponha em causa a estabilidade do contrato.

Assim, na doutrina do Direito, «diz-se alteração de circunstâncias a situação na qual um contrato regularmente celebrado venha a ser colocado numa situação de grave desequilíbrio, por se ter modificado o

²⁵¹ Cfr. Alexandra LEITÃO, *O Tempo e a Alteração das Circunstâncias Contratuais*, disponível em, https://www.icjp.pt/sites/default/files/media/o_tempo_e_a_alt._das_circ._contratuais-2.pdf. No mesmo Sentido, Rui MEDEIROS, *O Controlo de Custos nas Empreitadas de Obras Públicas através do Novo Regime de Trabalhos de Suprimento de Erros e Omissões e de Trabalhos a Mais*, in, *Estudos de Contratação Pública - II*, Pedro Gonçalves (org.), Coimbra edit., Coimbra, 2010, p. 461.

²⁵² Cfr. Manuel Carneiro da FRADA e Mariana Fontes da COSTA, *Sobre os Efeitos de Crises Financeiras na Força Vinculativa dos Contratos*, in, *Estudos Comemorativos dos 20 Anos da FDUP*, Vol. II, 2, Almedina, Coimbra, 2017, p. 178.

²⁵³ Cfr. Dário Moura VICENTE, *Direito Comparado*, Vol. II (Obrigações), edit. Almedina, Coimbra, 2017, p. 250. Nos sistemas da *Common Law*, avulta uma concepção liberal, que toma como paradigma o contrato comercial e põe o acento tónico na liberdade das partes de autodisciplinarem os seus interesses, acautelando se necessário eventuais alterações de circunstâncias e prevendo as respectivas consequências.

circunstancialismo existente à data da sua conclusão»²⁵⁴. À luz desta noção, numa situação de crise financeira e económica, com maior probabilidade, verifica-se alteração de circunstâncias em que se fundou a conclusão do contrato, onerando excessivamente um dos sujeitos contratantes, dado o grave desequilíbrio das prestações.

A ocorrência de circunstâncias anormais coloca problemas difíceis designadamente: a parte sacrificada gravosamente deverá cumprir o contrato nos termos e condições idênticas ao momento da sua celebração? Ou pode dar por extinta a relação contratual? O contrato pode ser ajustado ou modificado às novas circunstâncias? Pode a parte não onerada exigir o cumprimento pontual e integral do contrato? Não se locupletará à custa da outra? O que as partes devem fazer para a reposição do equilíbrio?

Mais questões podiam ser erigidas a respeito do tema, todavia, estas parecem ser axiais. Vejamos então, os mecanismos que a lei dispõe para dar respostas a estas e outras questões.

Para que numa relação jurídico-obrigacional uma das partes invoque a alteração das circunstâncias, é necessário o preenchimento de determinados pressupostos ou requisitos. Ou seja, o art.º 437.º funda-se em certos factores que servem de sustento para a aferição de circunstâncias, cuja verificação, põem em causa a base negocial, não faltando porém, quem reconheça ao art.º 437.º, contendo uma previsão complexa²⁵⁵ e cuja interpretação varia de autor para autor, como veremos abaixo. Este preceito exige ainda que, “a realização ou cumprimento do contrato não sejam imediatos; pelo menos, uma das prestações, ou uma parte das prestações, deve ser realizada no futuro. Assim, há um intervalo de tempo, entre a conclusão do contrato e o seu cumprimento integral”²⁵⁶. O certo é que, e como ficou claro, as circunstâncias desempenham um papel importante no estabelecimento do significado do contrato e o modo como os seus efeitos jurídicos se produzem²⁵⁷ na esfera jurídica dos sujeitos contratante.

²⁵⁴ Cfr. Menezes CORDEIRO, *A Crise e a Alteração de Circunstâncias*, p. 11.

²⁵⁵ Cfr. Pedro Pais de VASCONCELOS, *Ob. Cit.*, p. 369.

²⁵⁶ Cfr. Heinrich Ewald HÖRSTER, *Ob. Cit.*, p. 579.

²⁵⁷ Cfr. Carlos Ferreira de ALMEIDA, *Contratos IV*, Almedina, Coimbra, 2014, p. 111.

5.1 – Factores ou requisitos

Não há muita unanimidade na fixação dos requisitos determinantes acerca da interpretação do dispositivo do art.º 437.º do Código Civil. Se não vejamos. Para Oliveira Ascensão bastam três factores ou requisitos²⁵⁸:

- a) Os termos contratuais sofreram uma alteração anormal.
- b) Em virtude de factos supervenientes
- c) Eventos extraordinários e graves; ainda, a alteração tem de estar coberta pelos riscos próprios do contrato

Para Pires de Lima e Antunes Varela bastam dois factores²⁵⁹:

- a) Que haja alteração anormal das circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar.
- b) Que a exigência da obrigação à parte lesada afecte gravemente os princípios da boa fé contratual e não esteja coberta pelos riscos do negócio;

Nos parece comum entre muitos autores portugueses o entendimento da existência de 5 (cinco) factores²⁶⁰:

Resulta do art.º 437.º a exigência dos seguintes requisitos para a aplicação da alteração das circunstâncias:

- a) Uma alteração das circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar;
- b) O carácter anormal desta alteração;
- c) Que essa alteração provoque uma lesão para uma das partes do contrato;
- d) Que a lesão seja de tal ordem que se apresente como contrária à boa fé e à exigência do cumprimento das obrigações assumidas;

²⁵⁸ Cfr. Oliveira ASCENSÃO, *Onerosidade excessiva por alteração das circunstâncias*, ROA, ano 65, n.º 3, (Dez. 2005), pp. 632 – 633.

²⁵⁹ Cfr. Pires de LIMA e Antunes Varela – *Código Civil Anotado*, Vol. I, 4ª ed., p. 413 e ss, comentários ao art. 437; no Mesmo sentido, Inocêncio Galvão TELLES, *Manual dos Contratos em Geral*, pp. 343-344.

²⁶⁰ Cfr. Menezes LEITÃO, *Direito das Obrigações*, Vol. II, 10ª ed, Almedina, Coimbra, 2016, p. 129; Dário Moura VICENTE, *Direito Comparado*, Vol. II (Obrigações), pp. 235 e ss, *idem*, *Crise Económica Mundial e os Contratos Internacionais*, in, RDC, Ano II (2017), N.º 3, pp. 602 e ss; Mais desenvolvimento: António Menezes CORDEIRO, *Da Alteração das Circunstâncias*, in, Estudos em memória do Prof. Doutor Paulo Cunha, 1989, pp. 293 e ss, *idem*, *A Crise e a Alteração de Circunstâncias*, RDC, N.º1 (2016), Almedina, Coimbra, pp. 7-63; Manuel Carneiro da FRADA e Mariana Fontes da COSTA, *Sobre os Efeitos de Crises Financeiras na Força Vinculativa dos Contratos*, in, Estudos Comemorativos dos 20 Anos da FDUP, Vol. II, Almedina, Coimbra, 2017, pp. 175 – 203; Manuel Carneiro da FRADA, *Crise Financeira Mundial e Alteração de circunstâncias: Contratos de Depósito vs. Contratos de Gestão de Carteiras*, Separata da ROA, Ano 69, III/IV, 2009, pp. 678 e ss.

e) A alteração não pode ser aplicada aos contratos já executados;

Questão importante, prende-se com o facto de saber, se à luz do n.º 1 do art.º 437.º, os requisitos acima são ou não de verificação cumulativa? Estará a lei suficientemente clara a respeito?

Não falta quem tenha um entendimento afirmativo da verificação cumulativa dos requisitos. Nesta linha de pensamento destaca-se Romano Martinez, para quem, os requisitos supra apontados e previstos no n.º 1, do art.º 437.º são de verificação cumulativa, pelo que faltando algum ou alguns deles, não se pode recorrer ao instituto da alteração das circunstâncias²⁶¹. O acórdão da Relação de Lisboa de 03/07/13 faz assentar positivamente a verificação cumulativa dos requisitos²⁶². Do mesmo modo, a verificação da mora do lesado no momento em que a circunstância anormal se deu, afasta a aplicação da figura da alteração das circunstâncias.

Como podemos ver a análise interpretativa dos ilustres civilistas, com a atribuição devida do mérito para cada um deles, é possível encontrar neles pontos comuns²⁶³, sem extrapolar os limites da elasticidade que o próprio preceito contém. Resta-nos abordar na essência, aquilo que constituem as traves-mestras ou pressupostos para a aplicação do regime da alteração de circunstâncias.

5.1.1 - Alteração anormal do contrato

Ao falar de alteração anormal das circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar, a norma do artigo 437º do Código Civil quer,

²⁶¹ Cfr. Pedro Romano MARTINEZ, *Da Cessação do Contrato*, Almedina, Coimbra, 2005, p. 154.

²⁶² *Vide*, Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa (TRL), Processo N.º 648/2007-1, de 03/07/2007, Rui Vouga (Relator), disponível em, www.dgsi.pt. Para que a alteração das circunstâncias pressupostas pelos contraentes conduza à resolução do contrato ou à modificação do respectivo conteúdo, exige o citado art. 437º que se achem reunidos cumulativamente os requisitos [constantes nele].

²⁶³ *Vide*, Vaz SERRA, anotações ao acórdão do STJ de Portugal de 06.04.1978, Costa Soares (Relator), *in*, Revista de Legislação e Jurisprudência, Ano 111, n.º 3631, p. 346. Para o autor, o art.º 437.º é admissível desde que se verifiquem três condições: a) Alteração anormal das circunstâncias que as partes fundaram a decisão de contratar, b) a exigência das obrigações afectar gravemente o princípio da boa fé, c) não estar coberto pelos riscos próprios do contrato o cumprimento da obrigação impostas ao lesado.

manifestamente, mencionar às modificações contra as quais, pelo seu carácter imprevisto, as partes não possam e não devam acautelar-se.²⁶⁴.

Poderá uma queda abrupta da cotação do barril de petróleo no mercado internacional ser considerada uma circunstância anormal ou extraordinária?

Nem toda alteração possui relevância ou aptidão jurídica digna de caber no preceito do art.º 437.º, mas sim, aquela alteração de circunstâncias que, não cabendo no ambiente que constituiu o centro da contratação das partes, atinge a base do contrato de forma grave, causando danos a uma delas. Aliás, como afirma Menezes Leitão, “são apenas relevantes as alterações das circunstâncias existentes à data da celebração do contrato, e que tenham sido causais em relação à sua celebração pelas partes. Não relevam por isso o erro, nem circunstâncias que, apesar da sua existência, não se apresentem como consequência em relação à celebração do contrato”²⁶⁵. Ou seja, «para que uma alteração seja relevante tem de passar pelo crivo da repercussão sobre a base do negócio»²⁶⁶, causando alteração no *statu quo* na altura existente²⁶⁷, traduzido num impacto relevante ou de grande vulto sobre o contrato.

A ideia principal é a de que, a alteração das circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar para ser relevante tem de ser anormal²⁶⁸. Com efeito, uma alteração só se considera anormal quando «produz um sobressalto, um acidente, no curso ordinário ou série natural dos acontecimentos»²⁶⁹. Neste sentido podemos perceber que, a normalidade constitui a regra da execução dos contratos e a anormalidade, a excepção. Tanto é assim que, segundo Hörster, esta alteração tem de verificar-se no futuro, depois da conclusão do contrato, sendo anormal, incalculável e imprevista. Ou seja, a sua concretização sai sempre do curso regular das coisas²⁷⁰.

²⁶⁴ Cfr. Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, Processo n.º 1167/10.5TBACB-E.C, de 05/11/13, José Avelino Gonçalves (Relator), disponível em, www.dgsi.pt.

²⁶⁵ Cfr. Menezes LEITÃO, Ob. Cit., p. 129.

²⁶⁶ Cfr. José Oliveira ASCENSÃO, *Onerosidade Excessiva por Alteração das Circunstâncias*, ROA, ano 65, n.º3, p. 633.

²⁶⁷ Cfr. Vaz SERRA, Anotações ao acórdão do STJ de Portugal de 06.04.1978, p. 346.

²⁶⁸ Cfr. João Calvão da SILVA, *Contratos Bancários e Alteração das Circunstâncias*, in, BFDUC, Vol. 90, Tomo II, Coimbra, 2014, p. 558.

²⁶⁹ Cfr. Almeida COSTA, *Direito das Obrigações*, 7ª ed. Almedina, Coimbra, 1998, p. 286.

²⁷⁰ Cfr. Heinrich Ewald HÖRSTER, Ob. Cit., p. 579.

Há quem entende e defende, que a expressão “alteração anormal” é por si só incompleta e pouco esclarecedora, sendo necessário para a sua clarificação o recurso aos outros trechos do artigo 437.º. Nesta senda, encontra-se Oliveira Ascensão, para quem a alteração é anormal quando não estiver coberta pelos riscos próprios do contrato, isto é, quando é extraordinária e imprevisível²⁷¹. Na verdade, nos parece, não ser este o entendimento que a larga maioria dos civilistas lusos acolhe, se tivermos em linha de conta o que foi dito supra. Tal é a razão pela qual Pais Vasconcelos, chama a atenção «não dever ser confundida a anormalidade com imprevisibilidade»^{272,273}, pois que, há circunstâncias que podem ser previsíveis sem que deixem de ser anormais²⁷⁴. Posição adversa é assumida por Almeida Costa, para quem, “o critério da anormalidade coincide nos resultados, via de regra, com a imprevisibilidade”²⁷⁵. Mais além, Carvalho Fernandes defende que, se a alteração for normal, tal significa também que ela é previsível, sendo indiferente que as partes não a tenham previsto. A previsibilidade ou imprevisibilidade poderá ser aferida da interpretação do contrato ou negócio²⁷⁶. É essencial, porém, que as circunstâncias anormalmente alteradas após a celebração do contrato tenham servido de base à decisão de contratar²⁷⁷, na lógica de que não é qualquer alteração de circunstâncias para ser valorada como anómala. Não obstante a lei não definir o conceito de anormalidade, o certo é que, “esta requer sempre

²⁷¹ Cfr. José Oliveira ASCENSÃO, Ob. Cit., p. 634;

²⁷² Cfr. Pedro Pais de VASCONCELOS, Ob. Cit., p. 372.

²⁷³ Posição contrária é defendida pelo professor Dário Moura Vicente, para quem, a alteração para além de ser anormal, deve ser imprevisível. Prossegue afirmando que, se as partes contavam ou deviam ter contado, por exemplo, com a diminuição temporária da procura de determinados serviços ou produtos, em razão da alternância normal dos ciclos económicos, o art.º 437.º não se aplica. Vide Dário Moura VICENTE, *Crise Económica Mundial e os Contratos Internacionais*, p. 611.

²⁷⁴ Cfr. Pedro Pais de VASCONCELOS, Ob. Cit., p. 372 – se tudo o que é normal é previsível, já o mesmo não sucede ao contrário, ou seja, nem tudo o que é anormal é imprevisível. O anormal pode ser imprevisto e mesmo imprevisível, mas também pode ser previsto. Ex. é norma que um candidato às presidências ganhe ou perca as eleições; não é normal que haja revolução social ou instabilidade económica. Conclui o autor que, o regime estatuído no art.º 437.º do código Civil, não é relevante a previsibilidade nem a imprevisibilidade, mas antes a normalidade ou anormalidade

²⁷⁵ Cfr. Almeida COSTA, *Direito das Obrigações*, 7ª ed., p. 286. No mesmo sentido, Menezes LEITÃO, *Direito das Obrigações*, vol. II, 10ª ed., 6, p. 129; Menezes CORDEIRO, *Da Alteração das Circunstâncias*, p. 355; Carvalho FERNANDES, *A Teoria da Imprevisão no Direito Civil Português*, p. 290 – expõe que, os códigos civis italiano (art.º 1467.º) e grego (art.º 388.º), referem-se mesmo cumulativamente a estes dois requisitos (anormalidade e imprevisibilidade).

²⁷⁶ Cfr. Carvalho FERNANDES, *A Teoria da Imprevisão no Direito Civil Português*, 2001, p. 290, nota n.º 77.

²⁷⁷ Cfr. Pires de LIMA e Antunes VARELA, *Código Civil Anotado*, p. 413.

uma alteração inesperada face ao curso normal dos acontecimentos e com um impacto expressivo no contrato”²⁷⁸. Por exemplo – é previsível que haja quedas ou altas de taxas de juro, mas se ultrapassarem os mínimos e os máximos enquanto riscos naturais do contrato, pode haver anormalidade ao ponto de causar desequilíbrio grave das prestações.

Dito isto, importa saber quais os eventos cuja verificação têm a probabilidade de serem qualificados como circunstâncias anormais?

Menezes Cordeiro elenca um conjunto de circunstâncias cuja verificação podem ser qualificados como anormais, designadamente²⁷⁹:

- A revolução – em termos simples, pode ser entendida como uma mudança repentina, em tão curto espaço de tempo, nos fundamentos organizacionais de uma sociedade ou comunidade. Tais mudanças podem dar-se a nível político, económico, científico. As revoluções têm e exercem enorme influência nos vários seguimentos da vida civil. A ideia que fica é a de que, quando abruptamente surge uma revolução, as relações privadas não são poupadas das consequências nefastas.
- A guerra – é um acontecimento que tem na sua base a disputa de interesses entre dois ou mais grupos, cuja motivação consiste em cada um derrotar, aniquilar e dominar o adversário. Com a guerra, nada funciona, os seguimentos e a organização social ficam fora de controlo, e a subsistência das relações contratuais perdem sentido e tornam-se inexecutáveis. Basta que nos lembremos das consequências das duas guerras mundial na Europa ocidental e das várias guerras civis e fratricidas nos vários pontos do globo (África e médio oriente). Por exemplo, foi devido as consequências nefastas da I guerra mundial que o Tribunal do Império Alemão proferiu a célebre decisão de 21 de Setembro de 1920, num caso relativo a aresto²⁸⁰.
- Alteração nos pressupostos de facto que determinaram a celebração do negócio²⁸¹.

²⁷⁸ Cfr. Manuel Carneiro da FRADA e Mariana Fontes da COSTA, *Sobre os Efeitos de Crises Financeiras na Força Vinculativa dos Contratos*, p. 185.

²⁷⁹ Cfr. Menezes LEITÃO, *Direito Ob. Cit.*, p. 129.

²⁸⁰ Cfr. Dário Moura VICENTE, *Direito Comparado*, Vol. II, pp. 232-233.

²⁸¹ É o que pode acontecer por exemplo, a alguém que celebra um contrato de exploração de um hotel 5 estrelas situado junto de um aeroporto com muito tráfego e por conta disso, beneficiando de muita afluência dos utentes dos seus serviços. Mas, com o tempo,

- Alterações legislativas completamente inesperadas – é o caso de surgir uma lei que proscrisse a importação ou exportação de certos produtos, ou então, que proíba a demolição de certas residências. No caso angolano, devido a desvalorização da moeda e a escassez de divisas, aliada a incapacidade dos fornecedores responderem à pressão interna de procura pelos produtos e prestação de serviços básicos, o Executivo angolano teve que intervir legalmente restringindo e determinando os produtos e serviços essenciais ao país durante a crise. Para o efeito, teve que seleccionar um certo número de importadores para importação de bens de primeira necessidade (cesta básica e medicamentos). Ainda, agravou as taxas de importação de produtos que o mercado interno já produzia. Isso levou a que os comerciantes e fornecedores alterassem o seu *modus operandi*, virando as suas atenções para aquilo que se produziu internamente. Tal ambiente foi fértil aqueles estivessem à mercê da sua sorte. Muitos deles faliram.
- Uma crise económica e financeira pode provocar, a nosso ver, alterações anormais, ao ponto de causar desequilíbrios graves nos contratos privados. Ou seja, “nada permite arredar poder uma crise financeira consubstanciar uma dessas alterações”²⁸², defende Carneiro da Frada.

Se realmente, uma crise pode constituir uma alteração anormal das circunstâncias, então, é legítimo levantar as seguintes questões:

Em que medida a ocorrência da crise económica em Angola é, por si só, fundamento para a revisão, alteração ou resolução dos contratos?

Pode um devedor com dificuldades financeiras alegar a crise económica como justificação para não pagar um empréstimo e pretender ver os seus contratos revistos?

Será que, a quebra do preço do petróleo, a diminuição das receitas fiscais do Estado, o aumento repentino dos preços, a desvalorização abrupta da moeda nacional, a problemática da escassez de divisas, a perda do poder de

procede-se à construção de um outro aeroporto num outro lugar, o que fez diminuir e desviou o tráfego aeroportuário e consequentemente os utentes do hotel. Logo, dá-se a quebra dos rendimentos e já não se consegue pagar a renda acordada aquando da celebração do contrato de exploração.

²⁸² Cfr. Manuel Carneiro da FRADA e Mariana Fontes da COSTA, *Sobre os Efeitos de Crises Financeiras na Força Vinculativa dos Contratos.*, p. 179.

compra, a insolvência dos devedores, os inadimplementos creditícios, são elementos bastantes para a alteração dos contratos? Ou então, estes elementos podem ser considerados como alterações de grande vulto? Sim ou não?

É verdade que existem nas relações contratuais domínios que as partes conseguem influenciar, controlar e prever. No entanto, também é verdade, que existem situações nas relações obrigacionais, estranhas à vontade das partes e que escapam completamente do domínio, influência e controlo delas. São as chamadas circunstâncias imprevistas, extraordinárias e anormais que podem onerar excessivamente uma das partes. Provavelmente, faz parte destas circunstâncias a crise económica angolana.

Estamos cientes de que, a ocorrência de uma crise económica acarreta consigo riscos a todos os níveis, a cujos danos nenhum sujeito contratante pode fugir dela à custa e sacrifício do outro, nem tão pouco pode ser sinónimo para a obtenção de vantagens extraordinárias de um, em prejuízo dos interesses do outro.

Será que a ocorrência da crise económica em Angola é, por si só, fundamento para a revisão, alteração ou resolução dos contratos? É bastante para ser considerada como alteração das circunstâncias de grande vulto?

Certamente, para um economista, contabilista, para um sociólogo, para um consumidor sem poder de compra, para uma empresa com dificuldades financeiras, para um devedor inadimplente e que não consegue pagar o empréstimo, a crise constitui sim, razão bastante para a revisão ou resolução dos contratos em jogo.

O que diria o jurista? Responderia afirmativa ou negativamente?

Na verdade, o quadro macroeconómico e a realidade social em Angola levanta uma teia intrincada de inúmeras interrogações que dificultam o jurista de dar uma resposta cabal, estanque e concludente. Há inúmeros problemas contratuais causados pela crise que, em muitos casos, «não podem ser resolvidos com uma resposta afirmativa ou negativa geral, em função do tipo de contrato, mas ponderados perante o concreto contrato, o seu concreto regime de risco e a sua concreta ordenação de interesses»²⁸³. Para o jurista

²⁸³ Cfr. Catarina Pires MONTEIRO, *Limites dos Esforços e Dispendios Exigíveis ao Devedor para Cumprir*, in, ROA, Ano 76, N.º 1-4 (Jan.-Dez. 2016), Lisboa, p. 132.

dar uma resposta afirmativa ou negativa sobre a questão, tem de ter em conta o juízo de ponderabilidade. Ou seja, tem de ponderar vários factores como o de saber: qual é a magnitude da crise? As partes foram ou não capazes de prevê-la? A sua influência ultrapassa as expectativas criadas e geradas a partir do momento da celebração do contrato?

Porque pode acontecer que, «o problema não seja de alteração das circunstâncias, mas sim de interpretação ou integração do negócio jurídico; ou que, figurando em abstracto, um problema de alteração das circunstâncias, a distribuição contratual do risco não justifique a modificação ou resolução do contrato»²⁸⁴.

Ora, a actual crise económica que Angola vive, com as consequências dela conhecidas, pode constituir, tal como fizemos referência anteriormente, um problema e uma circunstância «anormal, estrutural e grave»²⁸⁵ a contar com o modo abrupto do seu surgimento. Até os mais pessimistas analistas não conseguiram prevê-la.

Mas, chama-se atenção, não é qualquer ou simples alteração. Aliás a respeito, já a jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal, fixou o entendimento de que, «é necessário que haja uma correlação directa e demonstrada factualmente nos autos entre a crise económica geral e a actividade concreta de determinado agente para que se possa falar de uma alteração anormal das circunstâncias»²⁸⁶, isto é, não basta a ocorrência de uma crise para ser requerida a resolução ou modificação dos contratos. Tem de haver uma relação de causalidade entre a crise e o desequilíbrio das prestações, e este desequilíbrio tem de ser de grande vulto ou proporção.

Assim entendido, a crise económica não pode tornar-se em ocasião de aproveitamento para que os co-contratantes invoquem a alteração das circunstâncias sem fundamentos e ao seu bel-prazer, nem tão pouco deve servir de escapatória para a não realização das prestações a que as partes

²⁸⁴ Cfr. *Ibidem*, p. 133.

²⁸⁵ Cfr. Manuel A. Carneiro da FRADA, *Crise Mundial e Alteração das Circunstâncias*, in, ROA, Ano 69, N.ºs III/IV, (Jul./Set., Out./Dez. 2009), p. 683.

²⁸⁶ Vide, Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça Português (STJ), de 10.01.2013, Processo 187/10.4TVSLSB.L2.S1, Orlando Afonso (Relator), disponível em, www.dgsi.pt. A respeito da crise financeira de 2008, a lei considera necessário que a alteração das coisas fosse imprevisível: há imprevisibilidade quando apenas iniciado o acontecimento não seja previsível o desenvolvimento futuro.

estão obrigadas, com base na justificação comum (em Angola) de que estamos em crise.

Tendo em conta a natureza, a dimensão, as causas da crise económica e financeira angolana, se os efeitos dela “transcenderem em muito a esfera de actuação e de controlo dos agentes económicos, pode perfeitamente [ela em si] representar uma alteração anormal das circunstâncias presentes ao tempo da conclusão dos diversos contratos celebrados pelos sujeitos”²⁸⁷.

Por isso, o aumento repentino dos preços, a desvalorização abrupta da moeda nacional, a problemática da escassez de divisas, a perda do poder de compra, a insolvência dos devedores, os inadimplementos creditícios, o devedor com dificuldades financeiras para pagar o empréstimo, entre outros problemas, só podem ser fundamento para a revisão, alteração ou resolução dos contratos em causa, se a crise tiver nestes um impacto específico e anormal. Ou seja, é preciso provar nos autos que a crise causou um impacto específico, negativo e anormal no contrato. Só assim faz sentido porque, crises há muitas e podem não causar impacto anormal e negativo no contrato.

Aliás, para que um facto seja relevante para efeitos de alteração das circunstâncias é necessário que seja anormal e cause lesão de grande envergadura na esfera jurídica da contra-parte que dela sofre. A determinação da envergadura da lesão para efeitos do art.º 437.º do CC, terá de ser feita no caso concreto, podendo o intérprete-aplicador ou julgador ter como paradigma, a lógica do contrato, bem como as circunstâncias estruturantes e condicionantes que rodearam a celebração da base do negócio, não olvidando com efeito, a interpretação acurada e apurada e o juízo de ponderação.

Para além das circunstâncias acima descritas (a revolução, a guerra, alteração do ambiente de negócio, alterações legislativas inesperadas, uma crise económica e financeira), Pires de Lima e Antunes Varela²⁸⁸, adoptando uma classificação mais objectiva ou concreta, sublinham que, avultam entre as alterações anormais de circunstâncias, que o art.º 437.º abrange, as seguintes:

- ✓ A desvalorização abrupta e excessiva da moeda;

²⁸⁷ Cfr. Manuel A. Carneiro da FRADA, *Crise Mundial e Alteração das Circunstâncias*, p. 684.

²⁸⁸ Cfr. Pires de LIMA e Antunes VARELA, *Ob. Cit.*, p. 413.

- ✓ A falta ou encarecimento inesperado de certas matérias-primas utilizadas no fabrico de determinados artigos;
- ✓ O descrédito ou a desconfiança lançada sobre certo produto, que provoca o súbito abaixamento da sua venda ou aparecimento de um substituto, muito mais económico, desse produto;
- ✓ A valorização anormal de certa obra ou tipo de obras;
- ✓ A desvalorização de um prédio mercê do corte inesperado de uma via de comunicação, ou a alteração de um plano de urbanização.

Portanto, como se pode notar, as alterações irrelevantes ou simples, de pequena dimensão, não têm cabimento no preceito do n.º 1, do art.º 437.º, ou seja, não podem ser consideradas como alteração anormal de circunstâncias. Só as circunstâncias imprevisíveis, extraordinárias e que oneram excessivamente uma das partes, é que possuem a probabilidade de serem qualificadas como anormais.

5.1.2- Que a alteração provoque lesão para uma das partes do contrato

Historicamente, a figura da lesão tinha consagração expressa nas Ordenações Afonsinas em 1446, Manuelinas em 1521 e Filipinas em 1603, vindo a ser derogada no Código de Seabra²⁸⁹. Com o surgimento do Código Civil de 1966, o legislador acabou por não consagra-la expressamente. Porém, apesar de não merecer consagração no Código Vigente, é possível encontrar com clarividência as suas manifestações nos outros institutos²⁹⁰: a usura ou negócios usurários (art.º 282.º), a alteração das circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar (art.º 437.º), os limites à execução das obrigações (art.ºs 566.º e 829.º), a proibição dos pactos leoninos (art.º 994.º) e na redução equitativa da cláusula penal, no caso de serem manifestamente excessiva (art.º 812.º), contratos de adesão de que resulte um desequilíbrio nas prestações gravemente atentatório da boa fé.

²⁸⁹ Cfr. Adriano Marteleto GODINHO, *A Lesão no Novo Código Civil Brasileiro*, Mandamentos editora, Belo Horizonte, 2008, pp. 86 e 87.

²⁹⁰ Cfr. José de Oliveira ASCENSÃO, *Teoria Geral do Direito Civil*, Vol. IV, Relações e Situações Jurídicas, Lisboa, 1993, p. 222; no mesmo sentido, Dário Moura VICENTE, *Direito Comparado*, Vol. II, p. 214.

Nas relações jurídico-obrigacionais, a lesão ocupa um lugar de destaque, pois que, ninguém parte para a celebração de um contrato sabendo, de antemão, que estará lesado no decurso da execução do contrato. Ademais, de acordo com o princípio da liberdade contratual as partes antes de executarem o contrato, elas modelam, estipulam o regime contratual. Alcançado o acordo de vontades, de igual modo, fixa-se a corresponsabilidade de vantagens e sacrifícios.

A lesão (do latim *laesio* = ferir, danificar, prejudicar) – consiste no rompimento do equilíbrio contratual, condicionando assim, a realização da justiça dentro do contrato, o que põe em causa a sua subsistência²⁹¹. Assim entendido, o rompimento do equilíbrio do contrato pressupõe o nascimento do dano, ou seja, um dos contraentes será mais sacrificado que o outro, e por isso, sofre o dano, sofre a lesão, devido à desproporcionalidade das prestações. E quando assim acontece, a contraparte tira vantagens manifestamente excessivas, enriquecendo sem justa causa com o sofrimento da outra.

Nada tem de relevante, se ocorrida uma alteração na relação contratual ou obrigacional, ela por si só não for suficientemente forte ao ponto de causar lesão a um dos contraentes. Ou seja, «uma alteração que não provoque prejuízos, no domínio contratual, a um dos celebrantes é, naturalmente irrelevante»²⁹²; só será relevante, a lesão que sirva de causa ao surgimento de um desequilíbrio entre as prestações contratuais²⁹³, na razão de uma delas passar, por exemplo, a valer muito mais do que a outra²⁹⁴. Enquanto houver equilíbrio contratual não se pode falar de lesão, tão pouco de prejuízo de alguma das partes. Aliás, é sinal de que há “saúde contratual”, há igualdade nas prestações. O contrário é sofrimento. O desequilíbrio no entendimento Miguel Reale, «é algo que torna o contrato destituído de sentido e absurdo o

²⁹¹ Cfr. José de Oliveira ASCENSÃO, Ob. Cit., p. 221. Particularmente relevante era a situação no domínio da chamada lesão enorme. Era assim caracterizada a lesão quando o desequilíbrio ultrapassava 50% do valor da contraprestação, caso em que a lesão produzia efeitos automáticos.

²⁹² Cfr. Menezes CORDEIRO, *Da Alteração das Circunstâncias*, p. 355.

²⁹³ Cfr. Menezes LEITÃO, *Direito das Obrigações*, vol. II, 10.^a ed., p. 130

²⁹⁴ Cfr. Dário Moura VICENTE, *Crise Económica Mundial e os Contratos Internacionais*, pp. 611-612. É o caso de por exemplo, da desvalorização abrupta e significativa da moeda, o encarecimento dos materiais com que o empreiteiro tem de construir a obra, a subida vertiginosa dos salários, que torna excessivamente onerosa, quer no plano patrimonial, quer no pessoal de uma das partes.

vínculo negocial, esvaziando-o de seu conteúdo económico, com "encargos brutalmente desproporcionais às vantagens auferidas»²⁹⁵.

“Calcula-se que o dano deve ser de grande envergadura, para desencadear a aplicação do remédio extraordinário do art.º 437.º /1”²⁹⁶. Na realidade, para que o dano lesivo se torne de grande envergadura é necessário que se traduza na desproporção da contra-prestação de uma das partes, porque, ninguém celebra um contrato sinalagmático para se sacrificar em favor da contraparte. Ou seja, «um contrato não pode servir de instrumento para um contratante almejar lucro exagerado em detrimento da outra parte»²⁹⁷. Por isso, há que repor o equilíbrio perdido com verificação da circunstância extraordinária, pois que, se não houver a correcção do desequilíbrio superveniente, estaremos, indubitavelmente, diante de uma injustiça²⁹⁸ contratual e da violação dos ditames da boa fé.

Só para ilustrar, pode haver lesão sempre que num contrato de trato sucessivo ou de execução contínua de fornecimento de peças sobressalentes, no decurso da execução do contrato haja uma queda abrupta dos preços ou uma hiper-inflação, provocado por uma circunstância anormal, tornando insuportáveis as prestações do fornecedor. Ou, o reverso, a contraparte paga preços excessivos pelo fornecimento.

Portanto, a figura da lesão manifesta-se sempre que houver desigualdade ou disparidade entre “a vantagem obtida pela contraparte e o sacrifício empreendido para obtê-la”²⁹⁹. Duas notas conclusivas podem ser retiradas: a primeira, consiste em que, para que haja lesão para efeitos de alteração das circunstâncias, é necessário haver desproporção acentuada nas prestações; ao passo que a segunda, o desequilíbrio económico gera desigualdade das posições contratuais das partes. Quer a primeira, quer a segunda, se for suficientemente demonstrada ou provada a

²⁹⁵ Cfr. Luiz Philipe Tavares de Azevedo CARDOSO, *A Onerosidade Excessiva no Direito Civil Brasileiro*, USP, 2010, p.102.

²⁹⁶ Cfr. Menezes CORDEIRO, Ob. Cit., p. 355.

²⁹⁷ Cfr. Maira Cauhi WANDERLEY, *Equilíbrio Económico do Contrato*, disponível em, <https://jus.com.br/artigos/34444/o-equilibrio-economico-do-contrato>, acesso, 16/04/18.

²⁹⁸ Cfr. Caio Mário da Silva PEREIRA, *A Lesão nos Contratos*, 5ª ed., edit. Forense, Rio de Janeiro, 1993, p. 109, e ss; No mesmo sentido, Pedro Camargo de Souza EIRÓ, *Do Negócio Usurário*, Almedina, Coimbra, 1990, p. 122.

²⁹⁹ Cfr. Ambroise COLÍN e Henri CAPITANT, *Curso Elemental de Derecho Civill*, Tomo 1 e 2, edit. Reus, Madrid, 1941, p.176.

desproporcionalidade ou o desequilíbrio, e a correspectiva injustiça, a parte lesada pode socorrer-se dos efeitos que o art.º 437.º prevê. Aristóteles sintetiza o que atrás foi dito: “é justo o que é proporcional”, equilibrado.

5.1.3 - Que a exigência, à parte lesada, das obrigações por ela assumida, afecte gravemente os princípios da boa fé

A boa fé, apesar de ser um conceito indeterminado e genérico, ela em si constitui um dos pilares do Direito Civil, *maxime*, do Direito contratual, pois que, serve de prumo de conduta das partes nas relações contratuais. Aliás, ela é o fundamento dos chamados “princípios sociais contratuais”, cujo objectivo consiste a todos os níveis, adequar os contratos aos valores ético-jurídicos vigentes³⁰⁰. Muitas regras do Direito Civil foram criadas à luz da boa fé, de modos a fazer prevalecer o bom senso nas relações entre as pessoas³⁰¹

Para que a boa fé esteja gravemente abalada pela alteração das circunstâncias, exige-se que o dano sofrido seja de grande envergadura ou de grande vulto, tendo em conta, obviamente, o valor do contrato em jogo³⁰². É o caso de por exemplo, num direito de crédito, constituir contrário à boa fé e abuso de direito, o credor exigir a prestação numa situação em que os limites relativos ao equilíbrio das prestações no contrato se encontram ultrapassados³⁰³. Ademais, tal atitude piora ainda mais a condição de quem se encontra excessivamente onerado. Tal é a razão de o instituto de alteração das circunstâncias “situar-se no ponto de encontro entre a segurança na estabilidade das relações contratuais com o princípio da boa-fé que domina o direito das obrigações”³⁰⁴.

Nos termos do art. 437.º, a boa fé vai manifestar-se³⁰⁵:

- ✓ Na determinação das circunstâncias que desencadeiam todo o processo de alteração;

³⁰⁰Cfr. Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 11/02/2014, Processo N.º 1198/12.0TBCVL.C1, Jorge Arcanjo (Relator), disponível em, www.dgsi.pt.

³⁰¹ Cfr. Eduardo Vera-Cruz PINTO, *O Conceito Romano de Obligatio e a Definição Legal de Obrigação no Código Civil Português*, in, *Interpretatio Prudentium*, I, 2016, I, THDULisboa, Lisboa, p. 270.

³⁰² Cfr. Menezes CORDEIRO, Ob. Cit., p. 357.

³⁰³ Cfr. Menezes LEITÃO, Ob. Cit., p. 130

³⁰⁴ Cfr. Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, Processo n.º 1167/10.5TBACB-E.C, de 05/11/13, José Avelino Gonçalves (Relator), disponível em, www.dgsi.pt.

³⁰⁵ Cfr. Menezes CORDEIRO, Ob. Cit., pp. 355-357.

- ✓ Na concretização da anormalidade da alteração;
- ✓ No prejuízo verificado;
- ✓ Na área em que se deu o prejuízo;
- ✓ No comportamento geral das partes.

A boa fé, está presente nos preliminares, na formação, na realização dos contratos e após o cumprimento da obrigação (*culpa post pactum finitum*), surgindo e actuando como «fonte e deveres especiais de conduta, exigíveis em cada caso concreto de acordo com a natureza da relação jurídica e com a finalidade visada pelas partes»³⁰⁶. Mais ainda, entre os ditames da boa fé inclui-se o dever de actuação leal, honesta e razoável por parte dos contraentes, tanto nos preliminares e na conclusão do contrato como na execução das obrigações deles decorrentes; ou então, o dever de consideração pelos direitos, bens jurídicos e interesses legítimos da outra parte³⁰⁷. Cada situação fáctica concreta determinará a necessidade ou não de a boa fé ser levantada ou chamada no caso de alteração de circunstâncias.

A boa fé é hoje um princípio fundamental da ordem jurídica, especialmente importante no capítulo das relações civis e, no geral, de todo o Direito privado. Ela manifesta a preocupação da ordem jurídica pelos valores ético-jurídicos da comunidade, pelas particularidades da situação concreta a regular e por uma juridicidade social e materialmente fundada. A consagração da boa fé corresponde, pois, à superação de uma perspectiva positivista do Direito, pela abertura a princípios e valores extra-legais e pela dimensão concreto-social e material do jurídico que perfilha³⁰⁸. Ela actua “em nome e em protecção da necessária segurança das relações jurídicas que induz à estabilidade dos contratos”³⁰⁹.

³⁰⁶ Cfr. Almeida COSTA, *Direito das Obrigações*, 7ª ed., p. 95.

³⁰⁷ Cfr. Dário Moura VICENTE, *Crise Económica Mundial e os Contratos Internacionais*, p. 611.

³⁰⁸ Cfr. António Pinto MONTEIRO, *Sumários de Introdução ao Estudo do Direito*, ed. policopiada (em harmonia com as Lições do Doutor Castanheira Neves), Coimbra, 1978, p. 85 e ss; Castanheira NEVES, *Lições de Introdução ao Estudo do Direito*, ed. policop., Coimbra, 1968-1969, pp. 76 e ss e 152 e ss.

³⁰⁹ Cfr. Acórdão do Supremo Tribunal de Portugal (STJ), de 13/11/14, Processo N.º 138/2001.S1, Mário Mendes (Relator), disponível em www.dgsi.pt.

Segundo Moreira Alves, «a função da *Bona fides* consistia, no Direito romano, em exigir que os contratantes actuassem sem dolo e segundo o critério de relações leais, exigindo comportamento honesto e positivo»³¹⁰.

Entendemos que, a mesma função que a figura desempenhou na antiguidade, continua a desempenhá-la hoje, embora, sublinhe-se, com mais força. A exemplo do que se disse anteriormente, ressalta-se neste pensamento a ideia de que as relações contratuais devem pautar-se por deveres de lealdade e honestidade, e mormente da “confiança” que devem presidir a relações negociais³¹¹. E esta confiança consistirá sem sombras de dúvidas, na crença de que cada parte realizará a conduta devida para que se alcance o resultado da relação contratual.

A boa fé se ajusta hoje numa visão do Direito em conformidade com o Estado de Direito Social, intervencionista e preocupado por corrigir desequilíbrios e injustiças, para lá das meras justificações formais, razão pela qual, ela assume uma importância muito grande do domínio dos contratos³¹². É no domínio dos contratos em que ela manifesta a sua função correctora e equilibradora das relações obrigacionais, sempre que, o ambiente que norteou a sua celebração tenha perdido sentido em razão da extraneidade ou anormalidade de um evento, que torna gravoso o seu cumprimento, apelando à ponderação. Ali está a manifestação da concepção social do contrato.

Como refere Judith Martins-Costa, os deveres impostos pela boa fé, podem ser «principais e secundários, laterais e instrumentais. É com base nisso, que a boa fé é fonte de deveres jurídicos da relação obrigacional: deveres de prestação, quando ligados ao interesse da prestação; deveres de protecção quando ligados ao interesse de protecção contra danos ao património ou a pessoa do outro figurante da relação jurídica»³¹³. Nesta lógica, “os deveres de protecção são extensíveis a outros sujeitos não intervenientes na celebração de um contrato desde que ligados por um particular nexo ao da

³¹⁰ Cfr. José Carlos Moreira ALVES, *A Parte Geral do Projecto de Código Civil Brasileiro*, edit. Saraiva, S. Paulo, 1986, pp. 120-121.

³¹¹ Cfr. Menezes CORDEIRO, *Tratado de Direito Civil*, vol. IX, edit. Almedina, Coimbra, 2014, p. 166.

³¹² Cfr. Carlos Alberto da Mota PINTO, *Ob. Cit.*, pp. 124-125.

³¹³ Cfr. Judith MARTINS-COSTA, *A Boa Fé no Direito Privado: Critérios Para a sua Aplicação*, edit. Marcial Pons, S. Paulo, 2015, p. 218 -219.

prestação ou à própria execução desta prestação”³¹⁴. Em face destes deveres, no âmbito da alteração de circunstâncias supervenientes, impõe-se a obrigação de, em nome da *bona fide*, a contraparte não piorar ainda mais a situação/condição em que se encontra a parte afectada com a alteração anormal das circunstâncias. Inteligentemente, o legislador, a fim de atribuir a gravidade da alteração anormal de circunstâncias, teve de recorrer ao princípio da boa fé. A própria lei determina com precisão, no art.º 437.º, n.º1, *in fine* que, é crucial que “ a exigência das obrigações por ela assumidas afecte gravemente os princípios da boa fé.

Uma questão que se pode erigir é a seguinte: quando é que vamos perceber que a conduta da contraparte está ou não em conformidade com a boa fé, tal como reza o art.º 437.º?

O mecanismo do art.º 437.º, deve funcionar nos casos em que o desequilíbrio da justiça contratual for tal que uma pessoa de bem, séria e honesta – de boa fé – se absteria de exigir o cumprimento rigidamente e sem ter em conta à alteração ocorrida. A boa fé impediria, nessas circunstâncias, a exigência do cumprimento e a desconsideração da alteração das circunstâncias³¹⁵. Um contraente que se preze em uma pessoa média, um *bonus pater familiae*, se absteria de adoptar uma conduta de vulnerabilização da posição do lesado em nome do princípio da *pacta sunt servanda*.

Por exemplo, parece-nos não ser de bem, exigir a um empreiteiro terminar com a obra num momento em que as matérias-primas essenciais estão caríssimas, ou se lhe exija que importe tais materiais nesta altura em que há escassez de divisas e há desvalorização da moeda, por força da crise económica. É facto que, as partes não previram que à data da celebração do contrato haveria inflação grave. O facto estava longe das previsões e das circunstâncias em que ambas fundaram a decisão de contratar. Quer dizer, «não passou sequer pela cabeça dos interessados que o *status quo* se modificaria»³¹⁶. Nestes casos, só com recurso à boa fé é que se pode

³¹⁴ Cfr. Manuel Carneiro da FRADA, *Contrato e Deveres de Protecção*, Coimbra edit., Coimbra, 1994, p. 71.

³¹⁵ Cfr. Pais VASCONCELOS, *Teoria Geral do Direito Civil*, 7ª ed., Almedina, Coimbra, 2012, p. 321-322.

³¹⁶ Cfr. Inocência Galvão TELLES, *Manual dos Contratos em Geral*, p. 244.

encontrar uma saída para a manutenção, equilíbrio e reposição da justiça contratual.

No exemplo acima, a superveniência em si ou a perturbação contratual dela adveniente, não é contrária à boa fé. “ É antes a actuação típica de uma pessoa de boa fé, como padrão de honestidade e de seriedade, que permite aferir da gravidade da perturbação da justiça do contrato”³¹⁷, ou seja, como diz *Lacombière*, em nome da boa fé, o credor não pode exigir do devedor prestações tornadas ruinosas por virtude de factos supervenientes³¹⁸ ou anormais.

Há quem defenda que a boa fé não é de reconhecer para ser invocada nas questões de influência do tempo nos contratos. Tal é o caso de Oliveira Ascensão. O autor opõe-se à consagração da boa fé como requisito positivo da aplicação da alteração das circunstâncias. Afirma que, no art.º 437.º, a boa fé foi trazida para fora do seu âmbito próprio, pois no plano objectivo – ela traduz-se em regras de conduta³¹⁹. Adianta ainda que, continuar a recorrer à boa fé havendo preceito legal, é anacrónico. Não se regula a conduta valora-se directamente o conteúdo; o que está em causa é, o prejuízo ao equilíbrio ou justiça do conteúdo e é em decorrência de este merecer a apreciação negativa que se chega à impugnabilidade da relação, no sentido da resolução ou modificação desta³²⁰. Se tivermos em linha de conta o que vimos anteriormente, parece-nos que, o que está em causa na invocação da boa fé é a própria conduta de não piorar a posição do outro contraente gravemente afectado pela desproporção económica das prestações num negócio jurídico causado por um evento de que as partes não se acautelaram ou não se precaveram na altura da conclusão do contrato.

Contrariamente ao que defende Oliveira Ascensão, para Menezes Cordeiro, o dever de agir de boa fé projecta nas obrigações, a necessidade de respeitar vectores fundamentais do sistema jurídico, com realce para a tutela

³¹⁷ Cfr. Pais VASCONCELOS, Ob. Cit., p. 322

³¹⁸ Cfr. LACOMBIÈRE, *Traité Pratique et Théorique des Obligations*, Vol. I, n.º 5, p. 331.

³¹⁹ Cfr. Oliveira ASCENSÃO, *Onerosidade Excessiva por Alteração das Circunstâncias*, ROA, p. 636. O fundamento da boa fé foi um expediente dos intérpretes germânicos, na ausência da previsão legal.

³²⁰ Cfr. Ibidem, pp. 636–637.

da confiança³²¹ e a materialidade das situações subjacentes, avultando ainda um certo equilíbrio entre a posição das partes³²². Alias, o art.º 437.º, constitui, uma manifestação e concretização do princípio geral da boa fé³²³.

Para Vaz Serra, «a resolução ou modificação do contrato se fundam no princípio da boa fé: não procede segundo a boa fé o contraente que exige do outro uma prestação que a alteração tornou inexigível»³²⁴. Assim, a exigência de uma obrigação assumida pela contraparte será contrária à boa fé, por exemplo, se der origem ao enriquecimento sem causa de uma das partes à custa alheia ou se o sacrifício imposto a uma das partes não justificar por um interesse legítimo da outra³²⁵. Julgamos que, quando a prestação se torna inexigível por razão de um evento externo, é justificável, consoante cada caso concreto, o recurso à resolução ou modificação com base na boa fé, tal como a lei prevê no art.º 437.º, n.º 1, porque já não existe o equilíbrio contratual. Nestes casos, falarão mais alto os imperativos da justiça.

5.1.4- Que a exigência da obrigação não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato

Apesar da autonomia e liberdade para celebrar contratos, o homem por natureza, não tem a capacidade de prever todas as circunstâncias futuras. Neste âmbito, “as circunstâncias apontam para a interdependência no contrato entre o que é estritamente jurídico e o ambiente físico e social em que o acordo se estabelece e projecta para o futuro”³²⁶. Há sempre um manto de incerteza a pairar nos planos e projectos que perduram no tempo, sobretudo no que tange à execução dos contratos. Neste particular, entre a celebração ou conclusão do

³²¹ Cfr. Carlos Alberto da Mota PINTO, Ob. Cit., p. 127, o princípio da confiança é uma manifestação da boa fé. Trata-se, no fundo, de acolher a ideia de que, em certos casos, deve relevar juridicamente a confiança justificada de alguém no comportamento de outrem, quando este tiver contribuído para fundar essa confiança e ela se justifique igualmente em face das circunstâncias do caso concreto.

³²² Cfr. Menezes CORDEIRO, *Da Boa Fé*, II, 1984, pp. 1170-1171.

³²³ Cfr. Menezes CORDEIRO, *Tratado de Direito Civil*, IX, 3ª ed., Almedina, Coimbra, 2017, p. 688

³²⁴ Cfr. Vaz SERRA, *Resolução ou Modificação por Alteração das Circunstâncias*, separata do BMJ, n.º 68, Lisboa, 1957, p. 17; Carvalho FERNANDES, *Teoria da Imprevisão no Direito Civil Português*, p. 35.

³²⁵ Cfr. Dário Moura VICENTE, *Crise Económica Mundial e os Contratos Internacionais*, p. 629.

³²⁶ Cfr. Carlos Ferreira de ALMEIDA, *Contratos IV*, p. 114.

contrato, a sua execução e cumprimento, podem surgir eventos que tornem o contrato insuportável para uma das partes, diminuindo ou aumentando o risco.

Todo o contrato rege-se na sua base pelos princípios da autonomia privada, da liberdade contratual, de estipulação. Com base nisso, os contratantes ao harmonizarem os seus interesses criam condições objectivas para a conclusão ou celebração do contrato. O mesmo que dizer “o contrato resulta sempre do acordo das partes”³²⁷. Aliás, como afirma Carvalho Fernandes, o contrato é por excelência, um acto de autonomia privada, em que domina o jogo da livre actuação das partes, abrindo às portas, um campo de composição autónoma de interesses, que pode acarretar para uma delas, determinadas consequências geradas pelas alterações futuras das circunstâncias³²⁸.

Queremos chamar atenção de que, o instituto da alteração das circunstâncias limita os princípios da autonomia privada e da *pacta sunt servanda*, pois que estes, exigem que o contrato seja cumprido tal qual foi concluído, ao passo que, na alteração de circunstâncias, nem sempre o credor poderá contar com o cumprimento da obrigação em todas as situações. Assim é, porque, o comércio jurídico comporta um certo grau de incerteza³²⁹. Deste modo, “qualquer contrato implica a assunção de riscos pelas partes”³³⁰. As partes ao comprometerem-se a executar o contrato, assumem, necessariamente, que dividem ou repartem os prejuízos advenientes dele. Haverá tantos riscos, quanto as tipologias contratuais. É comum na dogmática civilista o estabelecimento da distinção entre *álea* e risco, embora, reconheça-se, que seja uma distinção meramente doutrinal.

Diz-se *álea* – um facto incerto quanto à sua verificação (*incertus an*) ou quanto ao momento dessa verificação (*incertus quando*)³³¹; e uma circunstância é aleatória sempre que, projectada para o futuro, é incerto o seu

³²⁷ Cfr. Werner FLUME, *El Negocio Jurídico- Parte General Del Derecho Civil*, Tomo II, 4ª, (Trad. De José Maria González y Esther Gómez Calle), edit. Fundación Cultural del Notariado, Madrid, 1998, p. 706.

³²⁸ Cfr. Carvalho FERNANDES, Ob. Cit., pp. 267-268.

³²⁹ Cfr. Manuel António Carneiro da FRADA, *Crise Financeira Mundial e Alteração das Circunstâncias: Contratos de Depósitos vs Contratos de Gestão de Carteiras*, ROA, Ano 69 (Jul. – Dez.), Lisboa, 2009, p. 677.

³³⁰ Cfr. José Lebre de FREITAS, *Contrato De Swap Meramente Especulativo - Regimes de Validade e de Alteração de Circunstâncias*, disponível em, <http://www.oa.pt/upl/%7B24d07a7e-a1e3-4f43-b06a-300e112c9896%7D.pdf>, acesso, 16/04/18.

³³¹ Cfr. Inocência Galvão TELLES, Ob. Cit., p. 483.

resultado³³², possibilitando, desta forma, o surgimento de uma situação favorável ou desfavorável ao interesse de uma pessoa³³³; diz-se risco – a possibilidade de verificação de um evento incerto³³⁴, ou seja, é a probabilidade de verificação de «um prejuízo que alguém suporta como titular de uma posição jurídica»³³⁵. Menezes Cordeiro, define o risco como o conjunto de regras que imputam, a alguma das partes, o dano superveniente resultante da alteração³³⁶ [de circunstâncias].

Feita esta incursão, podemos extrair como linhas guias que, *Álea* – indica assim, um estado de onde é de esperar e de temer a ocorrência de uma provável obtenção de vantagem e a provável verificação de uma perda. Ao passo que o risco – exprime o perigo da incerteza ou ocorrência de um evento danoso³³⁷ e prejudicial.

Nesta vertente, não restam dúvidas de que, todo o contrato envolve, para ambas as partes, um risco maior ou menor, traduzido no risco próprio, a que os contratantes estão sujeitos. Por isso, para efeitos de alteração de circunstâncias só se atribui relevância ao risco que for manifestamente superior e não se mostrar conforme com a *álea* normal do contrato³³⁸. Todo o risco que não exceder a *álea* normal do contrato não é digno de se lhe atribuir relevância. Para que tenha relevância, é necessário que seja qualificado como extraordinário.

Do exposto resulta que, no decurso da vida do contrato, várias são as vicissitudes que podem ocorrer e enfermá-lo, e que de uma maneira ou de outra, podem ou não estar inerentes ao próprio contrato. Aliás, tal é a razão pela qual a teoria do risco parte. Segundo ela, o dano é suportado pela esfera jurídica onde se verifique: “*casum sentit dominus*”, “*the loss lies where it falls*”. O que significa que, genericamente, nas relações jurídicas a margem de risco

³³² Cfr. Adalberto Pimentel Diniz SOUSA, *Risco Contratual, Onerosidade Excessiva e Contratos Aleatórios*, Juruá edit., Curitiba, 2015, p. 23.

³³³ Cfr. Ibidem, p. 24.

³³⁴ Cfr. Margarida Lima REGO, *Contrato de Seguro e Terceiros*, Coimbra edit., Coimbra, 2010, p. 69.

³³⁵ Cfr. Baptista MACHADO, *Risco e Mora do Credor*, in, RLJ, Anos 116.º (1983-1984), 117.º (1984-1985), pp. 166 ss e 13 ss.

³³⁶ Cfr. Menezes CORDEIRO, *Tratado de Direito Civil*, IX, 2ª ed., edit. Almedina, Coimbra, 2016, p. 532.

³³⁷ Cfr. Miguel Nuno Pedrosa MACHADO, *Sobre Cláusulas Contratuais Gerais e Conceito de Risco*, in, Separata da RFDL, Lisboa, 1988, p. 59.

³³⁸ Cfr. Inocência Galvão TELLES, Ob. Cit., p. 347, nota, 317.

é, simultaneamente, margem de lucro: o dano numa esfera é, comumente, uma mais-valia noutra³³⁹. A finalidade do risco consiste em «assegurar, de maneira mais uniforme possível, a compensação de um desequilíbrio»³⁴⁰. Ou seja, podemos dizer, que há dum lado, o “risco de prestação” que onera devedor, e por outro lado, o “risco de cooperação” que recai sobre o credor³⁴¹.

Tanto duma como de outra maneira, em alguns casos, tais riscos podem pôr em causa a subsistência e a conseqüentemente realização pontual dos contratos. Tendo como fim o asseguramento mais uniforme possível e a compensação de um desequilíbrio, ocorrido o risco imprevisto, ele faz deflagrar um conflito angustiante, um choque excessivamente brutal entre o Direito e a justiça, a equidade e a observância cabal das convenções³⁴². Especificamente, a doutrina e jurisprudência portuguesas consideram que, “o carácter aleatório de um contrato não subtrai o regime da alteração de circunstâncias, se ultrapassada essa álea”³⁴³. A temática do risco e da sua repartição tem gerado acesos debates na doutrina, mormente, no que concerne à alteração das circunstâncias.

Vejamos o seguinte exemplo: pode o comprador de uma máquina de lavar, requerer a resolução ou modificação do contrato de compra e venda, fundando a sua pretensão na subida das tarifas de energia eléctrica?

Bem, achamos que não é possível ser realizada a pretensão do comprador, pois que o risco pertence só a ele, até porque, o vendedor não tem nada a ver com as tarifas de energia eléctrica. Parte-se sempre da ideia de que, «não é anormal o que está dentro dos riscos normais do contrato»³⁴⁴. E

³³⁹ Cfr. Menezes CORDEIRO, *Tratado de Direito Civil*, IX, 2.^a ed., p. 531; Idem, *Da Alteração das Circunstâncias*, in, Estudos em Memória do Professor Doutor Paulo Cunha, p. 318.

³⁴⁰ Cfr. Miguel Nuno Pedrosa MACHADO, Ob. Cit., pp. 62-63. O

³⁴¹ Para mais desenvolvimentos, vide, João Baptista MACHADO, *Risco Contratual e Mora do Credor*, in, Obra Dispersa, Vol. I, Scientia Iuridica, Braga, 1991, pp. 274-275.

³⁴² Cfr. Orozimbo NONATO, *Aspectos do Modernismo Jurídico*, in, Boletim do Instituto da Ordem dos Advogados, Vol. VIII, Rio de Janeiro, p. 107.

³⁴³ Cfr. Manuel Carneiro da FRADA e Mariana Fontes da COSTA, Ob. Cit., p. 189 (o problema da delimitação dos riscos próprios do contrato assumiu especial pertinência em Portugal na sequência da crise de 2008, a propósito da possibilidade de aplicação do regime da alteração superveniente de circunstâncias a contratos de *swap* de taxas de juro, em consequência do acentuado aumento da onerosidade que estes assumiram para as entidades que os subscreveram, atenta a baixa continuada de juros na zona Euro); vide, Vaz SERRA, *Resolução ou Modificação dos Contratos por Alteração das Circunstâncias*, p. 332 e ss; Almeida COSTA, *Direito das Obrigações*, 12.^a ed. Almedina, Coimbra, 2009, p. 344.

³⁴⁴ Cfr. Oliveira ASCENSÃO, *Onerosidade por Alteração das Circunstâncias*, ROA, ano 65, p. 633

por outra razão, pelo facto da compra e venda ser um contrato de execução instantânea, ela não cabe na previsão do art.º 437.º.

Para qualificar risco para efeitos de alteração das circunstâncias é fundamental fazer três tipos de juízos: «qualitativo, quantitativo e temporal»³⁴⁵. No primeiro juízo, é axial questionar em que medida a equação económica da prestação extravasou o limite do risco inerente ao contrato e que os contratantes assumiram; no juízo quantitativo, ter-se-á em conta as circunstâncias da celebração do contrato «como a qualidade das partes, o tipo de contrato e o ambiente em que ocorreu a relação entabulada entre as partes, e os usos do local da contratação»³⁴⁶; no juízo temporal – avaliar-se-á a prestação no intervalo entre a época em que o contrato foi celebrado e o momento em que surgiu a circunstância anormal, imprevisível, onerosa e excessiva; também é necessário ter em conta «a oscilação na relação entre, de um lado, os custos e vantagens previsíveis da prestação, no momento da conclusão, e, de outro, os custos e vantagens efectivos, no momento da sua execução»³⁴⁷. Assim, se num contrato de fornecimento, ocorrer queda abrupta dos preços das matérias-primas ou o agravamento dos preços acima do assumido pelas partes, parece-nos que há lugar para realizar os três juízos.

O fio condutor acerca do risco, baseia-se na ideia geral da máxima latina, segundo a qual: “*Ubi commoda, ibi incommoda*”, o que significa em termos simples que, quem tira proveito de alguma coisa, terá de arcar também com as consequências. Ou seja, “se o Direito atribui a um sujeito, uma vantagem, é justo que corra, contra ele, a possibilidade de dano superveniente casual”³⁴⁸, o que quer dizer que, só deve suportar o risco toda a pessoa que esteja auir dos benefícios da coisa ou objecto em causa, sob pena de se incorrer em injustiças.

Várias são as normas que, no código civil, versam sobre o risco. É o caso do art. 796.º, n.º 1, que dispõe o seguinte:

³⁴⁵ Cfr. Adalberto Pimentel Diniz de SOUSA, Ob. Cit., p. 38.

³⁴⁶ Cfr. Judith Martins COSTA, *Comentários ao Novo Código Civil: Do Direito das Obrigações, do Adimplemento e da extinção das Obrigações*, Vol. 5, Tomo I, edit. Forense, Rio de Janeiro, 2005, p. 308.

³⁴⁷ Cfr. Francisco Paulo de Crescenzo MARINO, *Direito dos Contratos*, Classificação dos Contratos, edit., Forense, S. Paulo, 2009, p. 41.

³⁴⁸ Cfr. Cfr. Menezes CORDEIRO, *Tratado de Direito Civil*, IX, 2ª ed., p. 535.

Nos contratos que importem a transferência do domínio sobre certa coisa ou que constituam ou transfiram um direito real sobre ela, o perecimento ou a deterioração da coisa por causa não imputável ao alienante corre por conta do adquirente.

Neste art.º está ínsita a longaeva máxima latina *res domino suo perit*, que significa, quando tem sob seu domínio certa coisa ou então um direito real, em caso de danos, o risco é imputável ou corre por conta dela, por ser a pessoa que tem a propriedade de direitos sobre ela. Em estreita relação com ao art.º 796.º, encontra-se o art.º 807.º que estabelece o seguinte:

Pelo facto de estar em mora, o devedor torna-se responsável pelo prejuízo que o credor tiver em consequência da perda ou deterioração daquilo que deveria entregar, mesmo que estes factos lhe não sejam imputáveis.

Como tivemos oportunidade de ver, o art.º 807.º, consagra o princípio ou regra da inversão do risco, no caso de haver retardamento do pagamento por culpa do devedor.

Tal como versam os artigos antecedentes, facilmente se pode perceber que, cada contrato (que incida ou não num direito real ou de crédito), especialmente quando a sua execução se prolonga no tempo, comporta sempre um certo risco, de ganho ou de perda, pondo a cargo de um dos contraentes contingências de maior ou menor vantagens ou perdas³⁴⁹. Assim, as partes ao celebrarem qualquer tipo contratual, presume-se, que estejam cientes dos riscos que o contrato comporta, independentemente do surgimento de eventos anormais. Mas isso não quer dizer que a distribuição do risco seja uniforme. Esta ausência de horizontalidade na repartição do risco, deriva do facto de as próprias “normas jurídicas estabelecerem os critérios de distribuição do risco, havendo situações em que a *álea* é posta predominantemente a cargo de uma das partes, ao passo que, nos outros casos, se verifica dentro de certos limites. O problema da delimitação do risco, em cada contrato, tem de ser resolvido em sede de interpretação da lei, sem exclusão do recurso à interpretação do contrato”³⁵⁰.

³⁴⁹ Cfr. Carvalho FERNANDES, Ob. Cit., p. 268.

³⁵⁰ Cfr. Ibidem, p. 269.

Para evidenciar o papel das normas jurídicas no estabelecimento dos critérios de distribuição, além dos art.ºs 796.º e 807.º, Menezes Cordeiro³⁵¹, traça um quadro sinóptico e explicativo. Vejamos o que dispõem as outras regras: na locação, o risco corre por conta dos dois intervenientes, nos termos gerais, (art.ºs 1040.º e 1093.º); no comodato, o risco corre por conta do comodante, com cedências ao comodatário, (art. 1136.º, n.ºs 1 e 2); no mútuo, o risco corre por conta do mutuário, (art.º 1144.º); no depósito, o risco corre nos termos gerais por conta do depositante, (art. 1188.º, n.ºs 1 e 2); na empreitada, o risco de perda ou deterioração da coisa corre por conta do proprietário, salvo em caso de mora, em que se dá a inversão, (art.º 1228.º).

Poderá um fornecedor - distribuidor de derivados do petróleo, requerer a resolução ou modificação do contrato de fornecimento, com base numa catástrofe natural que destruiu a principal via terrestre, forçando-o a contornar e percorrer trajecto mais longo do que o normal para chegar ao local de entrega da coisa?

Julgamos que, não estando incluído no contrato como risco uma catástrofe natural, a questão formulada acima parece-nos suscitar a discussão sobre a normalidade ou anormalidade do risco. Para determinar os riscos de um dado contrato, em consonância com o que foi dito a respeito dos três juízos, é fundamental, que o intérprete tenha em conta as circunstâncias que serviram de base para celebração do contrato, um exercício que impõe a viagem ao tempo e ao ambiente que rodeou a sua conclusão, designadamente: o contexto económico, político, legislativo, financeiro e social, etc. Será a partir destes elementos, que ter-se-ão em conta quais os riscos inerentes ou não ao contrato e quais devem ser tidos como imprevisíveis, anormais ou extraordinários, que com efeito, oneram excessivamente um dos contraentes. Giandomenico «entende que um dos elementos necessários para se avaliar a margem de risco normal é a circunstância concreta em que o contrato foi celebrado, a valoração segundo a consciência do momento, a incidência de elementos legislativos atípicos, a regra do tipo contratual, a autonomia

³⁵¹ Cfr. Menezes CORDEIRO, Ob. Cit., pp. 534-535.

privada»³⁵². No fundo, deve ser considerado e valorado todo o ambiente que rodeou a celebração do contrato.

Quando, o Código Civil, no art. 437.º, n.º 1, excluiu do âmbito da alteração das circunstâncias o estar “*coberto pelos riscos próprios do contrato*”, pretendeu ressaltar as regras referentes à distribuição do risco, conferindo face a elas, natureza supletiva ao regime de superveniência³⁵³. Assim, dada a supletividade, as normas de risco não são meros axiomas, elas correspondem a imperativos de justiça, resumida na máxima *ubi commoda ibi incommoda*, e são necessárias por exigência de segurança das sociedades técnicas modernas³⁵⁴. A tarefa de distribuição do risco deverá assim obedecer a cada modalidade contratual, tendo em consideração, como foi referido anteriormente, toda a conjuntura que envolveu o ambiente que levou a conclusão do contrato e aqueles que envolvem a sua execução. “Cada contrato tem a sua individualidade própria, pois a vida contratual pode e é muito dinâmica. Assim, para descobrirmos quais são os riscos próprios do contrato, teremos de fazer uma análise casuística dos elementos do contrato”³⁵⁵ de acordo com os juízos de qualidade, quantidade e tempo.

Ora, o risco a que o art.º 437.º faz referência, é aquele que ultrapassa as linhas limítrofes da *álea* regular do contrato em jogo, desencadeia um sacrifício económico excessivo na realização da prestação para uma das partes. Não basta somente que o risco ultrapasse as linhas demarcadas do próprio contrato, como também, tem de causar prejuízo e surgir durante a execução do contrato e não no contrato executado, no sentido de que, «depois do cumprimento, tudo quanto se alegue pertence aos riscos próprios do contrato»³⁵⁶. Tanto é assim que, havendo alteração imprevisível, do ambiente contratual, exigir-se o cumprimento do contrato, além de constituir uma violação grave do princípio da boa-fé, passa a ser impermissível a inclusão dentro dos riscos assumidos, pois que, a realização coactiva despoleta graves

³⁵² Cfr. Giovanni di GIANDOMENICO, *Il Contratto e l’Alea*, Cedam Ed., Padova, 1987, p. 300.

³⁵³ Cfr. Menezes CORDEIRO, *Da Boa Fé*, Vol. II, p. 1094.

³⁵⁴ Cfr. Menezes CORDEIRO, *Tratado de Direito Civil*, IX, 2.ª, p. 536.

³⁵⁵ Cfr. Idem.

³⁵⁶ Cfr. Menezes CORDEIRO, *Da Alteração das Circunstâncias*, pp. 358-359.

prejuízos que ultrapassam a *álea* normal no contrato³⁵⁷. E a *álea* normal, é como vimos, “ a órbita na qual ocorrem as oscilações de valor causadas pelas flutuações regulares e normais do mercado. Não é preciso que venha expressa no contrato, mas, as partes contratantes têm de assumi-la”³⁵⁸. Estaremos em sede da *álea* extraordinária do contrato, quando uma circunstância imprevisível e extraordinária tornar os riscos anormais a ponto tal, de causar desproporção das prestações que as partes na conclusão do contrato na assumiram.

5.2- Pressuposto negativo da alteração das circunstâncias

5.2.1- Mora debitoris

Em termos simples, a mora consiste na não realização da prestação no prazo marcado; ou seja, verifica-se um atraso no cumprimento da prestação, imputável ao devedor, pelo facto de “no momento da prestação, esta não ter sido realizada”³⁵⁹. No Direito Romano, consiste no retardamento verificado na realização da *solutio* ou da *satisfactio*³⁶⁰; É uma falta temporal do cumprimento³⁶¹, porque, a obrigação não foi cumprida no tempo, no lugar ou na forma devidos³⁶².

Tomemos por exemplo, a seguinte questão hipotética: A (empresário) celebra com B (empreiteiro) um contrato construção e manutenção de um centro comercial no prazo de 10 meses. No entanto, 18 meses depois, B voltando das longas férias, decide dar continuidade à empreitada. Porém, para

³⁵⁷ Cfr. Leonardo Gomes de AQUINO, *A Cláusula de Hardship no Contrato Internacional*, Dissertação de Mestrado na área de Ciências Jurídico-Empresariais, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2005, disponível em, <http://estadodedireito.com.br/os-riscos-proprios-do-contrato-02-semana-da-coluna-descortinando-o-direito-empresa/l>, acesso, 16/04/18.

³⁵⁸ Cfr. Adalberto Pimentel Diniz SOUSA, Ob. Cit., p. 34.

³⁵⁹ Cfr. Menezes CORDEIRO, *Tratado de Direito Civil*, Vol. IX, 2ª ed., edit. Almedina, Coimbra, 2016, p. 224.

³⁶⁰ Cfr. António Alberto Vieira CURA, *Mora Debitoris no Direito Romano Clássico* (Contributo para o seu estudo), Coimbra, 2003, p. 130. Na linguagem jurídica actual, utilizam-se aquelas expressões, no cumprimento de uma obrigação (ou na realização de uma prestação), ou na aceitação de uma prestação; e, por outro lado, à necessidade de que se trate de um atraso dependente de um comportamento do devedor ou do credor (consoante se trate da mora dquele ou deste)

³⁶¹ Cfr. Pedro Romano MARTINEZ, *Direito Das Obrigações*, Programa 2010/2011 – Apontamentos, 3.ª ed., AAFDL, Lisboa, 2011, p. 319. *Idem*, *Cumprimento Defeituoso, Em Especial na Compra e Venda e na Empreitada*, edit. Almedina, Coimbra, 1994, p. 141.

³⁶² Cfr. Sílvio RODRIGUES, *Direito Civil, Parte Geral, das Obrigações*, Vol. II, 4.ª ed., edit. Saraiva, S. Paulo, 1973, pp. 271- 272.

dar continuidade à empreitada, verifica que houve uma subida geral e gravosa dos preços dos materiais essenciais de construção, o que encarece a obra e torna desproporcional a realização da obrigação. E pretende o empreiteiro modificar ou resolver o contrato. Assiste-lhe esse direito?

Face à hipótese, vejamos o que o art.º 438.º estabelece:

A parte lesada não goza de direito de resolução ou modificação do contrato, se estava em mora no momento em que a alteração das circunstâncias se verificou.

Como se pode notar, o próprio preceito legal encarrega-se de excluir a invocação da figura da alteração das circunstâncias quando, se no momento em que esta surgiu, o lesado não cumpriu ou não realizou a obrigação a que estava adstrito.

Para Menezes Leitão, o art.º 438.º exige uma situação de mora efectiva³⁶³. Dito do outro modo, para que o art.º 437.º seja atendido tem de se verificar a ausência de mora³⁶⁴. O que quer dizer que, “a parte não pode invocar em seu benefício a alteração das circunstâncias se a sua mora foi causal para que aquela relação fosse atingida por essa alteração, quando portanto se tivesse cumprido, a relação obrigacional estaria já extinta”³⁶⁵.

Pelo que parece, é vistosa a displicência do empreiteiro no que tange ao cumprimento dos prazos contratuais acordados. Pelo facto de ter perdido o tempo para cumprir, a parte em mora é obrigada, por imperativo de justiça contratual, a suportar como risco seu, a degradação das circunstâncias posterior ao tempo do cumprimento³⁶⁶. Assim é, porque, a mora do devedor gera uma inversão do risco da prestação, tal como vem previsto no art.º 807.³⁶⁷, pelo que, se o devedor, por causa que lhe seja imputável, não cumprir na data aprazada, assume o risco de verificação de posteriores consequências

³⁶³ Cfr. Menezes LEITÃO, *Direito das Obrigações*, Vol. II, 10ª ed., p. 131, nota 299, onde o autor refere também que, a impossibilidade temporário de cumprimento (art. 792.º) não exclui o recurso à alteração das circunstâncias.

³⁶⁴ Cfr. Carvalho FERNANDES, *A Teoria da Imprevisão no Direito Civil Português*, Reimp. Com nota de actualização, edit. Quid Iuris, Lisboa 2001, p. 291.

³⁶⁵ Cfr. Oliveira ASCENSÃO, Ob. Cit., p. 646.

³⁶⁶ Cfr. Pais VASCONCELOS, *Teoria Geral do Direito Civil*, 6ª ed., p. 374.

³⁶⁷ Art. 807.º, n.º 1: *Pelo facto de estar em mora, o devedor torna-se responsável pelo prejuízo que o credor tiver em consequência da perda ou deterioração daquilo que deveria entregar, mesmo que lhe não sejam imputáveis.*

do desequilíbrio contratual³⁶⁸. Ora bem, o art.º 438.º manifesta-se com clarividência, como corolário do art.º 437.º, uma vez que, a alteração das circunstâncias supõe, na realidade, uma modificação verificada entre o momento da celebração do contrato e o momento em que as obrigações deles emergentes devem ser cumpridas, na lógica de que, quem se coloca em mora não pode aspirar a qualquer tutela resultante de factos supervenientes³⁶⁹, isto é, o devedor não é digno de alegar a alteração das circunstâncias como fundamento para a modificação ou resolução do contrato. “Contudo, quando a alteração seja de tal monta que, não obstante a mora, a exigência da obrigação afecte gravemente os princípios da boa fé, a modificação deve impor-se”³⁷⁰, defende Menezes Cordeiro.

O exemplo acima, configura justamente um contrato de execução contínua ou sucessiva porque, entre a celebração do contrato e a sua conclusão há um espaço temporal que medeia os dois momentos. Imaginemos que, 70% da empreitada já tenha sido cumprida faltando apenas 30%; Será justo o devedor pedir a resolução ou modificação do conteúdo contratual de todas as prestações ou apenas as que não foram realizadas, não obstante, estar em mora?

Oliveira Ascensão³⁷¹ defende que, o art.º 438.º parece justificar uma interpretação restritiva. Vale adiantar que, cada caso é um caso e, a viabilidade de solução de cada situação de Direito depende não só da capacidade dos seus intérpretes, como também da vontade das partes contida no contrato em jogo. Para Pais Vasconcelos, é justo que a parte suporte o risco da realidade no que respeita à prestação em mora, mas não perca o poder de pedir a resolução ou a modificação do contrato no que respeita às prestações ainda não vencidas ou em relação aos quais não estivesse em mora ao tempo da alteração das circunstâncias³⁷², pelo que, mais uma vez, nenhum “problema se teria suscitado se o contrato houvesse sido pontualmente cumprido. A

³⁶⁸ Cfr. Menezes LEITÃO, Ob. Cit., p. 131. Na nota 300, o autor explica que, consequentemente, o art.º 438.º é igualmente explicável pela subsidiariedade da alteração das circunstâncias relativamente às regras de distribuição do risco.

³⁶⁹ Cfr. Pires de LIMA e Antunes VARELA, *Código Civil Anotado*, 4ª ed., p. 415.

³⁷⁰ Cfr. Menezes CORDEIRO, *Direito das Obrigações*, Vol. II, AAFDL, 1980, p. 149.

³⁷¹ Cfr. Oliveira ASCENSÃO, *Direito Civil – Teoria Geral*, II, *Acções e Factos Jurídicos*, 2ª ed., Coimbra edit., Coimbra, p. 423. Para Pais Vasconcelos, o preceito é mais amplo na sua letra do que a *ratio legis* justifica.

³⁷² Cfr. Pais VASCONCELOS, Ob. Cit., p. 375

constituição em mora, torna-se assim, num factor impeditivo dos benefícios decorrentes do direito a alteração ou modificação do contrato por alteração das circunstâncias”³⁷³. Ademais, “permitir ao devedor invocar alterações das circunstâncias verificadas na situação de mora resultaria em termos objectivos num prémio concedido por uma falta contratual, uma vez que se o devedor tivesse cumprido em tempo, o contrato já estaria executado, ficando assim excluído o recurso à alteração das circunstâncias”³⁷⁴. Deste modo, tal como advogam Pires de Lima e Antunes Varela, o devedor só poderá pedir a resolução ou modificação do contrato se a alteração for anterior à mora. Sendo a alteração posterior à mora, admitir a resolução ou modificação do contrato, seria uma situação de coroação da injustiça, pois que, a mora se traduziria numa clara vantagem do devedor, pelo facto de já não estar obrigado a realizar a prestação devida. Independentemente do mérito da formulação, salvo melhor entendimento, parece-nos haver aqui um espaço de aceso debate.

A par da regra, constante do art.º 438.º, que fixa a mora *debitoris* como factor delimitativo dos efeitos da alteração das circunstâncias, excepcionalmente, a lei, num contrato promessa, e em sede da acção de execução específica, permite que, *a requerimento do faltoso, a sentença que produza os efeitos da sua declaração negocial possa dar lugar à modificação nos termos do art. 437.º, nunca à resolução, ainda que a alteração das circunstâncias seja posterior à mora, ex vi, art. 830.º, n.º 3, do CC.*

Nos termos do número 3 deste artigo, “a mora só é fundamento de resolução, quando se converta num incumprimento definitivo derivado da perda de interesse da prestação ou da falta de realização desta no prazo razoável fixado pelo credor”³⁷⁵.

³⁷³ Cfr. Inocêncio Galvão TELLES, *Manual dos Contratos em Geral*, p. 348.

³⁷⁴ Cfr. Menezes LEITÃO, *Ob. Cit.*, p. 131.

³⁷⁵ Cfr. Abílio NETO, *Código Civil Anotado*, 15ª ed., Ediforum, Lisboa, 2006, p. 405 e

CAPÍTULO VI

6- Efeitos jurídicos da alteração de circunstâncias

Temos a convicção de que, quando se celebra um contrato, é de maior interesse das partes que a sua execução obedeça aos cânones da normalidade, e que a natural correspondência entre a prestação e a contraprestação não seja afectada por nenhuma circunstancialidade que os contraentes não tenham previsto.

O próprio instituto da alteração das circunstâncias serve de limitação dos princípios que regem o contratualismo privado: Princípio da autonomia privada, que impõe a liberdade escolha e estipulação na celebração dos contratos, da pontualidade, que exige a realização da prestação de forma pontual e o princípio da *pacta sunt servanda* ou da vinculatividade. Em qualquer circunstância contratual a boa fé não pode ser olvidada, pois exige das partes a adopção de determinadas condutas, antes, durante e depois da execução do contrato, de tal sorte que, seja alcançada a justiça contratual, que exige a necessidade de na relação contratual existir equilíbrio entre a prestação e a contraprestação.

O problema de que passamos a ocupar-nos consiste em saber, se uma vez celebrado o contrato, e se ocorrer alteração das circunstâncias existentes à data dessa celebração, que torne o contrato mais gravoso para uma das partes, deve esta, mesmo assim cumpri-lo, tal como foi ajustado ou pode dá-lo sem efeito ou, pelo menos, satisfazê-lo em termos menos onerosos³⁷⁶. Quando surge uma circunstância que torna difícil o cumprimento de uma obrigação, impondo manifesta desproporcionalidade entre a prestação e a contraprestação, com comprovados danos para uma das partes e vantagem excessiva para outra, sem dúvidas não haverá execução equitativa do contrato³⁷⁷. As partes são convocadas a tudo fazerem para repor o equilíbrio das prestações aproximando-as ou ajustando-as à nova realidade. No nosso ordenamento jurídico, é reconhecidamente sabido que a alteração das circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar pode

³⁷⁶ Cfr. Inocêncio Galvão TELLES, Ob. Cit., p. 337.

³⁷⁷ Cfr. AAVV, *Código Civil Anotado*, Regina Beatriz Tavares da Silva (Coord.) e Ricardo FIUZA, 9.^a ed., edit. Saraiva, S. Paulo, 2013, p. 465.

conduzir a dois efeitos, tal como dispõe o art.º 437.º: à resolução ou modificação dos contratos.

Analizados que foram os requisitos fundamentais do art.º 437.º, passamos agora a nos debruçar sobre as consequências que as alterações anormais podem causar, e quais os remédios que a lei prevê para que as partes contratantes lancem mão. Ora, vejamos o postula o número 1 artigo em causa:

1– Se as circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar tiverem sofrido uma alteração anormal, tem a parte lesada direito à resolução do contrato ou à modificação dele segundo juízos de equidade...

Segundo Pires de Lima e Antunes Varela, resolução ou modificação do contrato é admitida [na lei] em termos propositadamente genéricos, para que, em cada caso, o tribunal atendendo a boa fé e a base do negócio, possa conceder ou não resolução ou modificação³⁷⁸. Do exposto, resulta evidente que a produção dos efeitos não se dá automaticamente. Há que fazer um exercício que encaminhe a um juízo casuístico do negócio jurídico afectado.

Como afirma Menezes Cordeiro, estes efeitos, não parece que devam produzir-se, sem mais; obedecem antes à escolha da parte prejudicada ou da outra, pois, o razoável é que se verifiquem consoante o que for mais consentâneo com a finalidade do contrato e as outras circunstâncias atendíveis³⁷⁹. Isto significa que, a finalidade do contrato e o equacionar das demais circunstâncias, criam e determinam as condições para as partes seleccionarem o efeito que mais convier à situação em causa.

Uma alteração das circunstâncias em qualquer que seja a situação ou relação obrigacional simples ou complexa, exige por sua vez, uma mudança concreta, seja na posição de credor, seja na do devedor, seja no vínculo. Por isso é que, a manutenção da identidade de uma obrigação depende, fundamentalmente, da conservação da prestação³⁸⁰. E a conservação, implica estabilidade ou então equilíbrio. Com efeito, se se alterou de forma gravosa, em virtude da alteração das circunstâncias o equilíbrio do contrato, de tal sorte

³⁷⁸ Cfr. Pires de Lima e Antunes Varela, *Código Civil Anotado*, Vol. I, 2ª ed., (colab. de Henrique Mesquita), Coimbra edit., Coimbra, 1979, p. 363.

³⁷⁹ Cfr. Menezes CORDEIRO, *Tratado de Direito Civil*, II, 4.ª ed., edit. Almedina, Coimbra, 2014, p. 259; Vaz SERRA, anotações ao acórdão do STJ de Portugal de 06.04.1978, Costa Soares (Relator), *in*, Revista de Legislação e Jurisprudência, Ano 111, n.º 3631, p. 348.

³⁸⁰ Cfr. Menezes CORDEIRO, *Ob. Cit.*, p. 259.

que, se tornou excessiva ou desmedidamente onerosa, é justo que a parte que se sinta sacrificada ou lesada e se sinta prejudicada com o desequilíbrio, possa pedir a resolução do contrato ou, ao menos, uma modificação das suas cláusulas³⁸¹. A própria lei cria como que um ambiente de alternatividade colocada à disposição das partes.

Tal como estabelece a lei no art.º 437.º, a parte lesada pode pedir a resolução ou modificação do contrato, como mecanismo de reacção contra o impacto que a alteração das circunstâncias causou a ela. A lei parece colocar, alternadamente, ao dispor dos contraentes os dois efeitos. Ainda, como defende Galvão Telles, caso os contraentes queiram evitar um litígio, podem fazê-lo mediante transacção preventiva ou extrajudicial se chegarem a acordo sobre os seus termos tal como dispõe o art.º 1248.º e ss; em caso de não haver transacção, a parte lesada poderá lançar mão à resolução ou à modificação, conforme lhe aprouver³⁸².

A questão é: haverá alguma hierarquia, entre a modificação ou resolução, nos termos do art.º 437.º?

O que prevêem os demais ordenamentos jurídicos da família romano-germânica?

No ordenamento jurídico brasileiro, a larga maioria da doutrina defende que, a regra é a revisibilidade dos contratos e como excepção a resolubilidade³⁸³. Este privilégio dado à revisão deriva da força da concepção social do contrato. Dai a preferência pela revisão do que pela resolução. A adopção pela doutrina brasileira, da revisão do contrato como regra, adveio da conjugação dos postulados dos art.ºs 317.º, 478.º e 479.º, do Novo Código Civil Brasileiro:

³⁸¹ Cfr. Vaz SERRA, *Resolução ou Modificação dos Contratos por Alteração das Circunstâncias*, Lisboa, 1957, p. 9.

³⁸² Cfr. Inocêncio Galvão TELLES, Ob. Cit., p. 345. O lesado optará, naturalmente pela resolução quando o negociado sofra completa subversão ou frustração, e pela modificação quando se trate de corrigir simples desequilíbrios ou distorções.

³⁸³ Cfr. AAVV, *Código Civil Anotado*, Regina Beatriz Tavares da Silva (Coord.) e Ricardo FIUZA, 9.ª ed., edit. Saraiva, S. Paulo, 2013, p. 465 ss. Munir KARAM, *Da Teoria da Imprevisão nos Contratos Bancários*, in, Revista dos Tribunais, N.º 638, p. 56 No mesmo sentido, Adalberto Pimentel Diniz SOUSA, Ob. Cit., p. 177 ss, e 184 - 185. «O direito das obrigações privilegia o princípio da conservação dos contratos, de modo que é possível afirmar que, do ponto de vista económico-social, seria preferível rever a resolver o contrato, privilegiando-se, ainda, a tentativa de conciliação entre as partes, o que permite afirmar que, mesmo pretendida a resolução, é possível que se decida pela revisão e continuidade do contrato».

Art.º 317.º: *Quando, por motivos imprevisíveis, sobrevier desproporção manifesta entre o valor da prestação devida e o do momento da sua execução, poderá o juiz corrigi-lo, a pedido da parte, de modo que assegure, quanto possível, o valor real da prestação.*

Art.º 478.º: *Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato...*

Como se pode notar, os dois artigos reportam o mesmo problema, que é o desequilíbrio causado por um evento imprevisível e extraordinário, que é bastante para provocar a desproporção excessiva das prestações e afectar a base do negócio. Tal como defende Wladimir Falcão Cunha, não existem distinções entre a onerosidade excessiva prevista no art.º 478.º, e a desproporção manifesta entre o valor da prestação devida e o do momento de sua execução prevista no art.º 317.º. Qualquer delas pode servir de base para a revisão judicial do negócio jurídico. Eis a razão da adopção da teoria revisionista moderna, virada para a revisão fundada na destruição da relação de “equivalência material”³⁸⁴ das prestações contratuais, por conta de evento futuro e imprevisível”³⁸⁵. Aliás, os dois dispositivos legais propiciam o pedido de revisão do contrato, diante da alteração da base do negócio, com o propósito de alcançar a manutenção do equilíbrio entre as prestações fixadas pelas partes³⁸⁶. Por esta razão entende-se, tal como defende Regina Beatriz da Silva, ser característica precípua da teoria da imprevisão a modificação das prestações para salvar a utilidade do contrato, ao passo que, o recurso à resolução só faz sentido no caso de a contraparte perder o interesse da prestação³⁸⁷. Não falta, entre doutrinários brasileiros, quem defenda que o novo Código Civil Brasileiro teria adoptado o critério da alternatividade consagrada no Código Civil Português, no art.º 437.º, para permitir que a parte sacrificada exerça o direito de escolha, optando pela resolução ou modificação.

³⁸⁴ Cfr. Rodrigo Toscano de BRITO, *Equivalência Material dos Contratos*, edit. Saraiva, S. Paulo, 2007, p. 100. Independentemente da existência do facto imprevisível, deve-se prestigiar o equilíbrio objectivo da contratação, sinalagma genético e funcional

³⁸⁵ Cfr. AAVV, *Código Civil Anotado*, Regina Beatriz Tavares da Silva (Coord.) e Ricardo FIUZA, p. 321-322. Este entendimento foi proposto e apresentado durante a IV jornada de Direito Civil, promovida pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho Federal, no ano 2006

³⁸⁶ Cfr. Adalberto Pimentel Diniz SOUSA, Ob. Cit., p. 178.

³⁸⁷ Cfr. AAVV, Ob. Cit., p. 465.

No ordenamento jurídico italiano, em caso de onerosidade excessiva, a lei prevê no art.º 1467.º do *Codice Civile*, que a parte afectada tem o direito à resolução do contrato e não a modificação. Eis o que estabelece o artigo em causa³⁸⁸:

1- Nos contratos de execução continuada ou periódica ou ainda de execução diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa pelo verificar de ocorrências extraordinárias e imprevisíveis, pode a parte que deva tal prestação pedir a resolução do contrato, com os efeitos estabelecidos no art.º 1458.º (effeti della risoluzione – efeito da resolução); 2- A parte contra a qual é pedida a resolução, pode evitá-la oferecendo modificar equamente as condições do contrato.

Na lei alemã, a preferência dos efeitos da perturbação da base do negócio, recai sobre a adaptação (modificação) do contrato, em caso de alteração das circunstâncias, havendo lugar à resolução ou denúncia quando aquela (modificação) não seja possível ou exigível a uma das partes, tal como vem consagrado no § 313, do BGB de 2002 (Perturbação da base do negócio)³⁸⁹:

1- Quando as circunstâncias que constituíram a base do negócio do contrato se houverem alterado gravemente depois da conclusão deste, esse as partes não o tivessem concluído ou o tivessem concluído com outro conteúdo caso tivessem previsto esta alteração, pode ser exigida a adaptação do contrato, desde que, tendo em conta todas as circunstâncias do caso concreto, em especial a repartição contratual ou legal do risco, não seja exigível a uma das partes a vinculação ao contrato inalterado.

2- (...)

³⁸⁸ Cfr. António Menezes CORDEIRO, *Tratado de Direito Civil Português*, Vol. II, Direito das Obrigações, Tomo IV, Edit. Almedina, Coimbra, 2010, p. 271 ss. Vide Francesco MACARIO, *Eccessiva Onerosità, Riconduzione Ad Equità e Poteri del Giudice*, FI, 1990, p. 565 e ss. Ainda *Codice Civile*, Libro Quarto, Sezione III, Giufre editore, 2003, p. 324. Art.º, 1467.º: *1- Nei Contratti a esecuzione continuata e periodica ovvero a esecuzione differita, se la prestazione di una delle parti è divenuta eccessivamente onerosa per il verificarsi di avvenimenti straordinari e imprevedibili, la parte che deve tale prestazione può domandare la risoluzione del contratto, con gli effetti stabiliti dall'articolo 1458; 2- La risoluzione non può essere domandata se la sopravvenuta onerosità rientra nell'alea normale del contratto; 3 – La parte contro la quale è domandata la risoluzione può evitarla offrendo di modificare equamente le condizioni del contratto.*

³⁸⁹ Cfr. Dário Moura VICENTE, *Direito Comparado*, Vol. II (Obrigações), p. 234; António Menezes CORDEIRO, *Da Modernização do Direito Civil*, Vol. I, Aspectos Gerais, Almedina, Coimbra, 2004, p. 114.

3 - Quando a adaptação do contrato não seja possível ou exigível a uma das partes, pode a parte lesada resolver o contrato. Nas relações obrigacionais duradouras, opera o direito de denúncia em lugar do direito de resolução.

No Direito português, o debate sobre a prevalência dos efeitos da alteração de circunstâncias da base do negócio, consagrado no art. 437.º, fez erigir duas correntes:

A primeira, defende o critério da “optatividade ou alternatividade”³⁹⁰, em que é dada à parte prejudicada com o desequilíbrio da alteração das circunstâncias, a liberdade de “solicitar”³⁹¹, “seleccionar”³⁹² ou “escolher”³⁹³ a resolução ou modificação do contrato. Destacam-se: Almeida Costa, Carvalho Fernandes e Vaz Serra. Para esta corrente há como que um concurso dos dois efeitos da alteração de circunstâncias.

A segunda corrente, por sinal maioritária e dominante, dá preferência e acolhimento à modificação do contrato. Destacam-se entre outros: Menezes Cordeiro³⁹⁴, Dário Moura Vicente³⁹⁵, Pais Vasconcelos³⁹⁶, Ribeiro de Faria³⁹⁷, Carneiro da Frada³⁹⁸, Nuno Manuel Pinto de Oliveira³⁹⁹ e Oliveira Ascensão⁴⁰⁰.

³⁹⁰ Nossa formulação.

³⁹¹ Cfr. Mário Júlio Almeida COSTA, *Direito das Obrigações*, 12.ª ed., Almedina, Coimbra, 2009, pp. 347-348 ss; «O lesado é livre de solicitar a resolução do contrato ou a modificação equitativa das suas cláusulas». “Quando o tribunal (...) se encontre em face da alternativa da resolução ou da revisão, caberá optar pelo primeiro caminho, sempre que, diante da alteração das circunstâncias, o contrato tenha perdido a sua razão de ser ou não possa restabelecer-se um equilíbrio justo”.

³⁹² Cfr. Carvalho FERNANDES, Ob. Cit., p. 294; Cabe «ao contraente lesado a iniciativa de selecção de um destes meios, embora o interesse do outro seja levado em conta. A liberdade de escolha do lesado não pode ser entendida em termos absolutos».

³⁹³ Cfr. Adriano VAZ SERRA, *Anotação ao Acórdão do STJ de 6 de Abril de 1978*, p. 345 e 348; «Os referidos efeitos não deviam produzir sem mais, à escolha da parte prejudicada ou da outra, mas de acordo com o que for mais consentâneo com a finalidade do contrato e as outras circunstâncias atendíveis.... E nos termos das regras estabelecidas no art.º 239.º do Código Civil».

³⁹⁴ Cfr. António Menezes CORDEIRO, *Da Boa Fé no Direito Civil*, Reimpressão, Almedina, 2001, p. 1105.

³⁹⁵ Cfr. Dário Moura VICENTE, *Direito Comparado*, Vol. II, pp. 238-239. *Idem*, *Crise Económica Mundial e os Contratos Internacionais*, RDC, p. 614.

³⁹⁶ Cfr. Pedro Pais VASCONCELOS, *Teoria Geral do Direito Civil*, 7.ª ed., p. 325.

³⁹⁷ Cfr. Jorge Ribeiro de FARIA, *Direito das Obrigações*, Vol. II (Reimpressão), Almedina, Coimbra, 2001, p. 350, nota 1.

³⁹⁸ Cfr. Carneiro da FRADA, *Crise Mundial e Alteração das Circunstâncias: Contratos de Depósitos vs Contratos de Gestão de Carteiras*, ROA, Ano 69, N.º III/IV, pp. 633 ss e 691

³⁹⁹ Cfr. Nuno Manuel Pinto de OLIVEIRA, *Princípios de Direito dos Contratos*, Coimbra edit., Coimbra, 2011, pp. 314 e 582. «O devedor lesado só terá o direito potestativo de resolução se a adaptação ou modificação for inadequada ou insuficiente para que a continuação da relação contratual ... que o art.º 437.º, n.º 2, é desnecessário».

⁴⁰⁰ Cfr. José de Oliveira ASCENSÃO, *Direito Civil, Teoria Geral*, Vol. II, *Relações e Situações Jurídicas*, Coimbra edit., Coimbra, 2002, pp. 207-208. «A solução que a lei prefere é a modificação do contrato (...) A alteração pode ser tal que só com uma mudança radical seja

A explicação que se pode encontrar acerca do que dispõe o n.º 2 do art.º 437.º é a seguinte:

Para Pinto de Oliveira, o efeito da aplicação do art.º 437.º, é em primeiro lugar, o direito a adaptação ou modificação do contrato segundo juízos de equidade; ao passo que o segundo, é o direito a resolução do contrato. Por esta razão, não há concurso entre os dois efeitos⁴⁰¹. Mas o autor defende ser desnecessário, o n.º 2 do art.º 437.º

Segundo Pais Vasconcelos, o preceito refere que “se pedir a resolução, pode a outra parte oferecer a modificação; no entanto, a lei não prevê a inversa: que pedida a modificação seja oferecida a resolução. Daqui resulta, segundo o autor, que a modificação deveria preferir à resolução. Pelo menos, esta é a manifestação clara do princípio do *favor negotii*”⁴⁰², que visa favorecer a parte lesada, que mais peso sente com a gravidade da circunstância.

Deste modo, a atitude da contraparte de opor-se à resolução e declarar a aceitação da modificação, nos termos do n.º 2 do art.º supra, traduz “a manifestação da ideia de aproveitamento dos negócios jurídicos, na medida do possível, procurando evitar-se a ineficácia destes”⁴⁰³. A lei no art.º 437.º, deixa a entender que a resolução não poderia ser admitida se, daí, resultar uma injustiça maior do que a provocada pela manutenção do contrato⁴⁰⁴. Como é visível, são as circunstâncias que determinam se deverá a alteração ser relevante e, caso seja esse o caminho legal, se deve haver resolução ou modificação⁴⁰⁵; ou seja, a lei reconhece e confere aos contraentes o direito a resolução ou modificação, sempre que se alterem tão profundamente a relação entre as prestações que não possa razoavelmente exigir-se o cumprimento do

possível manter a relação (...), situando no limite de uma modificação substancial as fronteiras da aludida preferência legal».

⁴⁰¹ Cfr. Nuno Manuel Pinto de OLIVEIRA, Ob. Cit., p. 586.

⁴⁰² Cfr. Pais VASCONCELOS, Ob. Cit., 7ª ed., p. 323, no mesmo sentido, Oliveira ASCENSÃO – *Onerosidade Excessiva por Alteração das Circunstâncias*, p. 640 e 642 – Parece que a modificação deveria preferir à resolução, pelo princípio da *favor negotii*. Mas o art. 437.º/2, dispondo que requerida a resolução, a parte contrária pode opor-se, aceitando a modificação, força à conclusão contrária, no caso a resolução prefere a modificação. Resulta da lei que a modificação do negócio é a solução preferida, mas não imposta.

⁴⁰³ Cfr. Dário Moura VICENTE, *Direito Comparado*, Vol. II, p. 238.

⁴⁰⁴ Cfr. Menezes CORDEIRO, *Da Alteração das Circunstâncias*, p. 366.

⁴⁰⁵ Cfr. Oliveira ASCENSÃO – Ob. Cit., p. 645. Na nota 26, o autor refere que, não é só a modificação ou revisão que está na base da avaliação das circunstâncias, mas também a própria resolução do contrato.

contrato nos termos em que foi feito⁴⁰⁶. No fundo é que, na verdade, a resolução ou modificação do contrato, representam um imperativo de justiça contratual, sempre que verificadas certas alterações de circunstâncias sobre as quais as partes alicerçaram a decisão de contratar⁴⁰⁷. Wilhelm Haarmann defende que, “a determinação do meio de reacção adequado e proporcional só pode realizar-se perante circunstancialismo concreto e aquilo que, *in casu*, seja exigível a uma das partes”⁴⁰⁸

No nosso entendimento, a opção por um ou por outro efeito, deve ter em vista a tradução firme de que, é a melhor opção para a situação em causa.

6.1- Modificação do contrato

A modificação consiste no processo segundo o qual, as partes procuram adaptar a base do negócio consoante as novas circunstâncias, em função de ela ter sido gravemente afectada por eventos estranhos e anómalos após a sua formação.

Assim entendida, a modificação tem como função salvar a utilidade das prestações no contrato, pois a parte que sofre o desequilíbrio do contrato deseja cumprir com as suas obrigações, e não extingui-las. Desta feita, a lei permite que à parte prejudicada pelo desequilíbrio lhe seja dada a oportunidade de realizar as prestações ajustadas ao novo contexto circunstancial; “se a modificação não traduzir o interesse da contraparte, esta pode pedir a resolução do contrato, reservando para o julgador a tarefa de tomar a decisão mais ajustada e segundo juízos de equidade”⁴⁰⁹. A adaptação constitui assim, o meio de correcção da alteração de circunstâncias de modos a aproximar o contrato da realidade original.

Recorde-se que, o art.º 437.º estabelece que:

1- Se as circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar tiverem sofrido uma alteração anormal, tem a parte lesada o direito à resolução do contrato, ou à modificação dele segundo juízos de equidade (...).

⁴⁰⁶ Cfr. Vaz SERRA, *Resolução ou Modificação dos Contratos por Alteração das Circunstâncias*, p. 16.

⁴⁰⁷ Cfr. Carneiro da FRADA, Ob. Cit., p. 481.

⁴⁰⁸ Cfr. Catarina Monteiro PIRES, *Efeitos da Alteração das Circunstâncias*, in, O Direito, Ano 145 (2013), Nº I/II, Almedina, Coimbra, p. 185.

⁴⁰⁹ Cfr. AAVV, Ob. Cit., p. 465 ss

2 – Requerida a resolução, a parte contrária pode opor-se ao pedido, declarando aceitar a modificação do contrato nos termos do n.º 1.

Da análise dos dois números podemos facilmente perceber e concluir que, a modificação do contrato pode ser desencadeada por iniciativa: do lesado ou pela contraparte, desde que, seja em seu proveito.

Deste modo, se a iniciativa da modificação for do lesado, em caso de opção sua, o contrato subsistirá com as alterações que no caso couberem ou forem possíveis. Só assim não perdurará se a modificação não se apresentar viável segundo critérios de equidade, tal qual resulta do n.º 1 do art.º 437.º, ficando afastada neste caso a resolução⁴¹⁰. Com base nisso, resulta evidentemente que, é ao lesado que a lei incumbe a iniciativa de recorrer à modificação, quando seja possível a manutenção da base do contrato. Na nossa visão, esta prioridade é justificável na medida em que, a parte mais sacrificada e que mais sente o peso da balança da economia contratual desequilibrada, é realmente o lesado. É ele “o mais interessado” no restabelecimento do equilíbrio perdido com a alteração de circunstância.

Por outro lado, a parte contra quem é pedida a resolução e a ela se opor, a lei confere-lhe a iniciativa de recorrer à modificação do contrato, desde que, declare aceitar a modificação segundo os cânones da equidade⁴¹¹. Nesta senda, entende-se por parte contrária, qualquer sujeito passivo ou activo da relação contratual em causa, isto é, quer seja o credor como o devedor.

Resulta da lei, tal como vimos lá atrás, que a modificação do negócio é a solução preferida, mas não imposta⁴¹². Pais Vasconcelos, defende que, para recorrer ao efeito da modificação do contrato, é preciso partir do sentido originário do contrato, confrontando-o com a gravidade da alteração das

⁴¹⁰ Cfr. Carvalho FERNANDES, Ob. Cit., p. 299. Para Galvão TELLES, Ob. Cit., p. 346, nota 315, se o lesado pretende a modificação do contrato, torna-se imprescindível a via judicial, porque a modificação faz-se segundo juízos de equidade, e é ao tribunal que compete formular e aplicar juízos de equidade.

⁴¹¹ Cfr. Carvalho FERNANDES, Ob. Cit., p. 300.

⁴¹² Cfr. Oliveira ASCENSÃO – Ob. Cit., p. 642. Posição contrária é defendida por Carvalho FERNANDES, Ob. Cit., p. 299, ao afirmar que, desde logo, a imposição, a uma das partes, de um contrato modificado, não acontece só nos casos em que funciona a excepção material do art.º 437.º, n.º 2, mas também, em termos idênticos, no erro sobre a base do negócio, por remissão do n.º 2 do art. 252.º, e na usura (art.º 283.º, n. 2). Em qualquer destes institutos assim determina o legislador que, deve ser dada primazia à modificação do contrato sobre a sua resolução, se a parte contra quem esta é invocada assim o entender. Portanto, no caso de erro sobre a base, como no de usura a modificação é imposta relativamente a negócios inválidos.

circunstâncias e relacionando-o com o sentido do litígio, bem como com a situação da vida⁴¹³. A originalidade não deverá ser entendida *ad pedem litterae* à risca (ser tal qual), como que um retorno ao estado anterior das coisas (*rebus sic stantibus*), mas sim a preservação da raiz “alma” do contrato, de tal sorte que, equacionando o impacto da alteração de circunstância com a nova realidade, se encontre a solução mais ajustada para a subsistência da relação contratual. Quer isto dizer, o legislador ao estabelecer a preferência pela modificação, teve em vista o princípio da preservação do contrato que, apesar do desgaste causado pela mudança das circunstâncias, ainda oferece a possibilidade de ser ajustado e merecer revisão, tendo em vista o restabelecimento do equilíbrio e a paz contratual.

No decurso deste procedimento todo, nem sempre se consegue construir uma modificação do contrato capaz de corrigir o desequilíbrio do negócio ou evitar a frustração do seu ou escopo sem colidir com a autonomia privada⁴¹⁴. Porém, isto não significa que esta colisão afasta a autonomia privada das partes, pelo contrário visa reforçá-la por meio do mecanismo de adaptação do negócio ao novo contexto.

Fruto de um estudo aturado, Oliveira Ascensão, distingue duas modalidades de modificação⁴¹⁵: quantitativa e qualitativa.

a) Modificação quantitativa – pode concretizar-se através da:

- Redução do preço – na nossa visão, a redução do preço tem sentido se o preço ficou mais elevado comparativamente com o antes do surgimento da circunstância imprevista;
- Limitação das quantidades a prestar - ter-se-á em conta as prestações já realizadas e as que ficaram por se realizar;
- Supressão das cláusulas - aquelas que já não têm sentido de constarem do contrato por força da alteração anormal e superveniente, ou aquelas que não se enquadram ao novo contexto;

Outras soluções para a modificação quantitativa do contrato são-nos dadas por Carvalho Fernandes⁴¹⁶ designadamente:

⁴¹³ Cfr. Pais VASCONCELOS, *Teoria Geral do Direito Civil*, 7ª ed., p. 323-324

⁴¹⁴ Cfr. *Ibidem*, p. 324.

⁴¹⁵ Cfr. Oliveira ASCENSÃO *Ob. Cit.*, p. 643-644.

- A redução das prestações devidas pela parte lesada.
- Agravamento das prestações impostas à contraparte.
- Ou uma solução híbrida, em que as posições de cada um dos contraentes sejam reajustadas, em termos de uma (tendencial) recuperação do equilíbrio inicial.

Parece-nos que, a posição híbrida se aproxima mais do critério da modificação segundo juízos de equidade⁴¹⁷, pois que, tem em conta a vertente de cada contraente consentir das suas vantagens e desvantagens para se chegar a um ponto comum que a todos satisfaz, a justiça.

b) Modificação qualitativa – consiste em alterar o conteúdo das cláusulas do negócio, além da mera alteração de quantidades. Nesta modalidade, orienta Oliveira Ascensão, exige-se que a modificação seja feita a requerimento da parte que se opôs, como refere o n.º 2, do art. 437.º.

A modificação qualitativa pode manifestar-se, segundo Vaz Serra⁴¹⁸:

- Na suspensão do cumprimento da obrigação;
- Na prorrogação do prazo para o cumprimento;
- Na verificação pelo tribunal da transitoriedade ou não das causas que tornam excessivamente onerosa a prestação;

Assim, tendo em conta o princípio da autonomia privada, consubstanciado na liberdade de celebração e estipulação, a modificação qualitativa duma cláusula só é possível nos casos previstos por lei ou com o consentimento da outra parte; ela não pode ser imposta, pois que, a imposição de um contrato modificado, se fundamenta na injustiça objectiva do contrato, que necessita de se corrigir⁴¹⁹, refere Oliveira Ascensão.

A par das modalidades acima descritas, ainda pode falar-se na redução ou modificação do contrato com base na equidade “*reductio ad aequitatem*”,

⁴¹⁶ Cfr. Carvalho FERNANDES, Ob. Cit., p. 301.

⁴¹⁷ Para Carvalho FERNANDES, Ob. Cit., p. 302, a modificação deve julgar-se como feita segundo juízos de equidade, quando na execução do contrato modificado fique eliminado o risco de grave atentado contra a boa fé que a sua execução pontual implicaria. Numa outra formulação, isto não significa que não tem de ser assegurada ao contraente lesado uma recuperação da sua posição negocial, tal como ela se configuraria se tivessem mantido inalteradas as circunstâncias que presidiram a celebração do contrato. Em suma, a modificação deste não tem de pôr o lesado a coberto de todos os danos que a alteração das circunstâncias para ele acarreta e, muito menos, de recompor os lucros que ele esperaria obter do negócio.

⁴¹⁸ Cfr. Vaz SERRA, *Resolução ou Modificação dos Contratos por Alteração das Circunstâncias*, p. 64.

⁴¹⁹ Cfr. Oliveira ASCENSÃO, Ob. Cit., p. 641.

onde se exigirá um juízo de ponderação, em termos objectivos, tendo por referência os diversos factores em jogo no caso concreto e que, por sinal, integram os competentes modelos de decisão⁴²⁰, nomeadamente:

- ✓ A vontade determinante das partes – a modificação responderá às seguintes questões: qual é o escopo do contrato? Qual é a solução mais justa para repartir a vantagens e desvantagens? Isto significa que, ter-se-á em conta o objectivo do contrato, repartição do prejuízo, as margens de lucro e de risco que os contratantes nele tenham inserido e o demais clausulado relevante, assim a modificação;
- ✓ A eficácia concreta da alteração – que consiste na ponderação da exacta medida do dano em concreto provocado pela alteração na esfera da parte lesada, com vista a minorar o mal e as possíveis mais-valias que o mesmo acontecimento tenha, eventualmente gerado.

Como opera o recurso à modificação?

Como ficou exposto, tudo aponta que a modificação do contrato pode ser feita por duas vias: extrajudicial e judicial.

A primeira é aquela que é feita por convenção entre as partes, sem necessidades de intervenção do tribunal. Os sujeitos contratantes dentro dos deveres de conduta impostos pela boa fé acordam a adaptação do contrato à nova circunstância.

A segunda é defendida por Oliveira Ascensão, Carvalho Fernandes e Galvão Telles⁴²¹, sem arredar, obviamente, outros autores. Para estes dois últimos autores, se o lesado pretende a modificação do contrato, torna-se imprescindível a via judicial, porque a modificação faz-se segundo juízos de equidade, e é ao tribunal que compete formular e aplicar juízos de equidade. Quer dizer, só há modificação judicial se não houver consenso entre as partes. É o tribunal a quem compete fazer a reconstituição ou o reajuste do contrato com base na equidade^{422, 423}, conforme dispõe, o art.º 437.º. Mesmo que este

⁴²⁰ Cfr. Menezes CORDEIRO, *Da Alteração das Circunstâncias*, pp. 367-368. Está, pois, fora de questão uma modificação que permite, à parte lesada, realizar os lucros que previra e que eventualmente, teriam sido computados, se não tivesse havido alteração das circunstâncias. A parte lesada que beneficia da modificação, vai, sempre, sofrer algum prejuízo ou um não-lucro.

⁴²¹ Cfr. Carvalho FERNANDES, Ob. Cit., p. 299. Ainda, Galvão TELLES, Ob. Cit., p. 346, nota 315.

⁴²² Cfr. Oliveira ASCENSÃO, Ob. Cit., p. 643.

preceito remeta à equidade, ainda assim, modificação equitativa do contrato não supõe um ajustamento perfeito, isto é, que restabeleça a relação entre os valores das duas prestações, que na data do contrato existia⁴²⁴. Isso implica dizer que, o juiz pautará por uma reposição económica do equilíbrio contratual visado pelas partes e quebrado pela alteração anormal das circunstâncias, o mais próximo possível do negócio original.

Uma chamada de atenção que pode ser feita, pelo que à luz do art.º 437 se pode perceber, é a de que a nenhum momento o tribunal substituirá as partes quando o assunto seja a adaptação do contrato à nova realidade. Tudo quanto possa fazer é, com base na equidade, buscar a solução mais ajustável e harmonizável dos interesses das partes envolvidas. Tal, não significa que, a intervenção do tribunal seja encarada como violadora do princípio da autonomia privada, antes, constitui a manifestação firme da tutela da autonomia privada diante da alteração extraordinária das circunstâncias que afectaram os fundamentos da base negocial.

Como foi dito anteriormente, a modificação pelo que parece, não pode ser feita pelo tribunal, no sentido de substituir as partes, mas deve partir da base valorativa que as partes reconhecivelmente tenham posto na convenção⁴²⁵: tendo o tribunal de adaptar apenas o contrato e não de o

Para Menezes CORDEIRO, *Tratado de Direito Civil*, IX, 3ª ed., Almedina, Coimbra, 2017, p. 692, e p. 562, da 2ª ed. – «a equidade visada pelo art.º 437.º, n.º 1, é a equidade em sentido fraco. Não há uma remissão para a justiça do caso concreto: tudo se mantém no campo da ciência do Direito. A *reductio ad aequitatem* implica uma adaptação do contrato, de acordo com bitolas jurídicas, ao que ele deveria ser para não afrontar gravemente a boa fé. Assim, há que restabelecer um certo equilíbrio entre prestações, procurando acompanhar as decisões das partes, reveladas pela interpretação. A equidade pode ainda implicar a reconstituição do regime supletivo do contrato, quando o desequilíbrio resulte do seu afastamento».

⁴²³ Por exemplo, uma subida desenfreada e especulativa, sem relação com a subida do custo de vida, do valor do ouro [do diamante ou da prata], não justificará a resolução de uma cláusula contratual em que as partes previram a actualização de uma prestação pecuniária tomando como índice o valor [do diamante ou da prata] (cláusula-ouro), mas fundamenta, o direito à sua modificação no sentido de um regime que atenda apenas à efectiva desvalorização da moeda, mediante recurso aos índices de preços (salvo algum caso particular, que será o de as partes negociarem em ouro). Vide, Mota PINTO, *Teoria Geral do Direito Civil*, 4ª ed., 2ª Reimp., p. 612.

⁴²⁴ Cfr. Vaz SERRA, Ob. Cit., p. 63 –

⁴²⁵ É o caso de, reconstituir a originária relação de equivalência, deduzido o risco normal a suportar por cada um, seja mediante uma redução da prestação, aumento da contraprestação ou mediante uma pretensão de compensação. Vide LARENZ, *Lehrbuch des Schuldrechts*, 9ª ed., 1968, I, § 20, II, *apud*, Vaz SERRA, *Revista de Legislação e Jurisprudência* (RLJ) n.º 111, p. 349, nota, nº 2; Pires de LIMA e Antunes VARELA, *Código Civil Anotado*, 2ª ed., p. 364, defendem que, o tribunal não pode, oficiosamente, alterar o

substituir. Revisão ou adaptação do contrato, defende Vaz Serra, tem o tribunal de encontrar, na via de uma interpretação correctiva do contrato, os efeitos jurídicos que, no sentido do contrato concreto e do critério da justiça comutativa, estão na base dele⁴²⁶. Nega-se ao tribunal o reconhecimento da possibilidade de decretar, *ex officio*, a modificação do contrato⁴²⁷. Neste processo, às partes está reservada o exercício da autonomia privada e ao juiz, exercer a sua função de árbitro imparcial. Tanto para o tribunal como para as partes, o maior interesse em jogo será indubitavelmente a manutenção da relação negocial e o restabelecimento do equilíbrio em consequência da circunstância anormal e imprevista.

6.2 – Resolução do contrato

Tomemos como ilustração o seguinte caso:

Uma empresa de transportes aéreos celebrou, em 2015, com a sua congénere angolana, um contrato de concessão⁴²⁸ para gestão e assistência técnica desta última. A companhia angolana, tal como foi acordado entre as partes contratantes, ficou obrigada a repatriar os capitais (divisas, moeda estrangeira) advenientes da execução do contrato. Acontece, porém que, com a agudização da crise económica e financeira em Angola, a co-contratante angolana, nunca cumpriu com o dever de repatriamento, com base na alegação do problema de escassez de divisas gerado pela crise da queda da cotação do barril de petróleo no mercado internacional. Como consequência,

pedido formulado pelo lesado, substituir-se ao outro contraente na opção pela modificação do contrato.

⁴²⁶ Cfr. Vaz SERRA, *Revista de Legislação e Jurisprudência* (RLJ) n.º 111, p. 349. Trata-se, outrossim, de uma integração do contrato, tratando de preencher uma lacuna deste para uma situação não prevista, daí resulta que deve o tribunal fixar os efeitos jurídicos que as partes teriam estabelecido se houvessem previsto a nova situação e, preferentemente os impostos pela boa fé (art. 239.º).

⁴²⁷ Cfr. Carvalho FERNANDES, *Ob. Cit.*, p. 300.

⁴²⁸ *Vide*, Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra (TRC), Processo N.º 2287/06.6TBPMS.C, de 18/02/2014, Arlindo Oliveira (Relator), disponível em www.dgsi.pt, acesso, 23/04/18. O contrato de concessão é aquele em que o concessionário, actuando em seu nome e por conta própria, compra ao fabricante ou ao fornecedor mercadorias para revender a terceiros, assumindo os riscos da comercialização, comprometendo-se a satisfazer certas obrigações (como adquirir uma quota mínima de bens e prestar assistência pós-venda aos clientes) e a observar determinadas regras, que visam definir e executar a política comercial e que corporizam a integração do concessionário na rede ou cadeia de distribuição do concedente, beneficiando do monopólio da venda de tais bens. Trata-se de um contrato atípico misto, devendo atender-se, na sua interpretação e integração, em primeiro lugar, ao respectivo clausulado e, naquilo que for omissa, ao regime legal do contrato de agência.

em 2017, a primeira contratante (empresa de transportes aéreos) resolveu unilateralmente pôr termo ao contrato.

Terá, a primeira contratante razão bastante para adoptar esta conduta?

Podemos nos questionar, se a crise terá alguma relação de causalidade, e se a resolução seria o efeito mais apropriado?

A jurisprudência lusa⁴²⁹ tem advertido no sentido de que, não obstante a crise económico-financeira possa criar desequilíbrios económicos susceptíveis de provocarem alterações anormais das circunstâncias, nem todos os incumprimentos em tempos de crise se ficam a dever a essa alteração das circunstâncias, pelo que a doutrina da resolução ou modificação dos contratos insita no nº 1 do artigo 437º, do Código Civil, implica a demonstração factual da correlação entre a crise económico-financeira, anormal e inesperada, e o não cumprimento do contrato. A nota de chamada de atenção dada pela jurisprudência é fundamental para a depuração de um evento como extraordinário e imprevisível.

Diante daquela situação fáctica, e para melhor entendimento, é importante saber o que é a resolução?

Genericamente, por resolução, entende-se, «o negócio jurídico unilateral, receptício ou recipiendo, procedente do exercício de um direito potestativo, que é geralmente irrevogável e incondicionável e que conduz à dissolução do vínculo contratual»⁴³⁰. Constitui requisito fundamental da resolução a existência de um motivo que, aos olhos da lei ou do negócio jurídico em curso, seja considerado razão suficiente para justificar a atribuição de um poder exoneratório a quem a profere⁴³¹ ou requiere.

Para efeitos de alteração das circunstâncias, dá-se a resolução, sempre que a modificação não seja possível; ou então, em todos os casos em que, a base do negócio perdeu o seu fundamento e sentido de adaptação à nova circunstância, seja por razões subjectivas (a parte contrária perdeu o interesse contratual) e objectivas (“existência de um incumprimento contratual do

⁴²⁹ Cfr. Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa (TRL), Processo N.º 400/14.9YRLSB.L1-2, de 18/09/2014, Ondina Carmo Alves (relator), disponível em, www.dgsi.pt, acesso, 23/04/18.

⁴³⁰ Cfr. Fernando A. Ferreira PINTO, *Resolução dos Contratos Duradouros*, p. 467.

⁴³¹ Cfr. Idem.

devedor”⁴³²). A resolução torna clara a ideia de que, já não é possível resgatar o equilíbrio contratual perdido com o impacto da alteração anormal das circunstâncias.

Para Carvalho Fernandes, a resolução do contrato é um dos meios que a lei faculta ao contraente lesado pela alteração das circunstâncias para contra ela reagir⁴³³, quando a adaptação do contrato não se oferecer viável. Realce-se que, a resolução do contrato, embora se apresente como a solução expedita, em termos operacionais e processuais, não será, contudo, na prática a mais corrente⁴³⁴, isto é, a resolução não constitui a regra na prática, pois, ela só tem lugar quando tenham sido postas em acção todos os meios disponíveis para a conservação do contrato.

Por isso, se a execução do contrato nas circunstâncias alteradas se torna absolutamente sem sentido (como acontece nos casos de frustração⁴³⁵), o contrato é resolúvel e por consequência, a parte prejudicada tem direito à sua resolução, já que não pode, então, bastar uma modificação ou revisão do contrato⁴³⁶. Significa que, quando as bases pelas quais o contrato se funda, perderem a qualidade de adaptação ao circunstancialismo novo, o ordenamento jurídico faz depender o efeito do contrato à resolução.

Assim, resolução do contrato pode ocorrer sempre que, sendo pedida pelo lesado, a outra parte não ofereça a modificação ou quando, embora oferecida a modificação, esta se tenha revelado impossível. Nos termos do art.º 439.º, a resolução segue o regime geral⁴³⁷, pois entende-se que, ela traduz uma situação limite, na qual, em face do sacrifício de ambas as partes, deve

⁴³² Cfr. Ruy Rosado de Aguiar JÚNIOR, *Extinção dos Contratos por Incumprimento do Devedor* – Resolução, 2.ª ed., AIDE edit., Rio de Janeiro (RJ), p. 31.

⁴³³ Cfr. Carvalho FERNANDES, *Teoria da Imprevisão...*, p. 295.

⁴³⁴ Cfr. Ibidem, p. 297.

⁴³⁵ Segundo Karl LARENZ – a frustração do fim tem lugar, quando o fim objectivo do contrato, expresso de algum modo no conteúdo do contrato e reconhecido por ambas as partes, se torna, não apenas temporariamente, mas duradouramente inatingível, sem que por isso a prestação como tal se tenha tornado impossível. É o caso de, por exemplo, desaparecimento do substrato da prestação e aqueles em que tenham sido dados locais em locação para determinado fim, que, em virtude de oficial proibição, recusa de uma concessão ou razão análoga, se torna inatingível, apesar do locador poder entregar os locais ao locatário. *apud* Vaz SERRA, anotações ao acórdão do STJ de Portugal de 06.04.1978, Costa Soares (Relator), *in*, Revista de Legislação e Jurisprudência, Ano 111, n.º 3631, p. 348, nota n.º 3.

⁴³⁶ Vaz SERRA, RLJ, n.º 111, p. 348.

⁴³⁷ Cfr. Pais VASCONCELOS, Ob. Cit., 7ª ed., p. 325

ser dada protecção àquela que directamente sofre o impacto da alteração das circunstâncias e que pretende, com tal fundamento, resolver o contrato⁴³⁸.

Embora, nos termos do art.º 434.º, n.ºs 1 e 2, a resolução possa ser retroactiva, ela em princípio não é extensiva às prestações já realizadas. Se porventura, se tratar de um contrato de execução continuada ou duradoura e uma parte dele já tiver sido executada antes da alteração das circunstâncias, a resolução só afecta as prestações futuras, não destruindo retroactivamente o contrato⁴³⁹. Esta é uma particularidade importante a ter em conta por quem por sua iniciativa (lesado ou não), recorra a este efeito.

Ora, já é clara, entre nós, a firme ideia de que o contrato quando afectado pelas circunstâncias anormais está sujeito a dois efeitos: ou a resolução ou a modificação. Por força disto, no n.º 2, do art.º 437.º, o legislador dispõe que: *requerida a resolução, a parte contrária pode opor-se ao pedido, declarando aceitar a modificação nos termos do número anterior*.

Deste modo, o artigo tal como foi transcrito, parece abrir um debate doutrinário em torno do seu entendimento, no sentido de saber, se a resolução pode ou não ser requerida por via judicial ou extrajudicial? Que soluções apresentam os outros ordenamentos jurídicos de matriz romano-germânica?

Uma visão comparativista dá-nos o fôlego de entender, que a questão não reúne consenso, se tivermos em conta o que os respectivos ordenamentos jurídicos consagram. Assim, no Direito germânico, quando por alteração de circunstâncias, a base do negócio sofrer alguma perturbação, a resolução do contrato é feita extrajudicialmente, considerando que as soluções extrajudiciais obedecem à particularidade de estarem subordinados a convenção entre as partes, tal como advoga, Wilhelm Haarmann⁴⁴⁰, só se dá a resolução extrajudicial, se não houver acordo entre as partes, pelo que a parte lesada com a desproporção das prestações poderá requerer judicialmente; no ordenamento jurídico italiano, quando um evento superveniente e extraordinário onerar excessivamente a prestação de uma das partes, pode esta pedir a resolução judicial do contrato, “revestindo a resolução o carácter de um direito potestativo judicial”, ou seja, há um ónus de agir em juízo tendo

⁴³⁸ Cfr. Carvalho FERNANDES, Ob. Cit., p. 298.

⁴³⁹ Cfr. Dário Moura VICENTE, *Direito das Obrigações*, Vol. II, p. 238. *Idem*, *Crise Económica Mundial e os Contratos Internacionais*, p. 612.

⁴⁴⁰ Cfr. Catarina Monteiro PIRES, Ob. Cit., p. 187.

em vista a resolução do contrato por onerosidade excessiva⁴⁴¹; No direito brasileiro, uma leitura ponderada feita aos artigos 317.º e 478.º, do NCCB (Novo Código Civil Brasileiro), garante-nos a conclusão de que, a resolução é feita judicialmente. Os dois regimes jurídicos são expressivos, justamente porque, nos casos em que um evento extraordinário e imprevisível causar desproporção das prestações e onerar excessivamente uma das partes, pode o tribunal através da sentença judicial, decretar a extinção da relação contratual. Embora certa doutrina brasileira, estabeleça a diferenciação entre resolução “legal e convencional”⁴⁴², o certo é que, para que se extinga uma relação jurídica obrigacional, além da manifestação da vontade do requerente, a eficácia resolução necessita da intervenção de um acto do ente público, que é o tribunal (juiz)

No Direito português à mesa do debate em torno da questão, Almeida Costa e Carvalho Fernandes, defendem positivamente que a resolução é feita por via judicial, fundando sua posição, por um lado, na expressão “requerida a resolução” tal como o n.º 2, do art.º 437.º dispõe, bem como no carácter alternativo da providência, e, por outro lado, pelo facto de o recurso a juízo permitir clarificar a situação⁴⁴³. Do lado contrário, rebatendo a posição defendida pelos primeiros, encontra-se Vaz Serra, ao defender a ideia segundo a qual, não é necessário que a resolução seja requerida em juízo (tribunal), bastando apenas que seja declarada pela parte prejudicada à outra parte, nos termos gerais (art. 436.º), e pode até não ser necessária essa declaração se a alteração das circunstâncias for de tal modo óbvia que outra declaração não seja de esperar⁴⁴⁴. Actualmente, a resolução extrajudicial é advogada por Menezes Leitão, que no seu entendimento, não é imperativo o recurso a juízo, pois que, a imperatividade se manifestaria desconforme com o sistema de resolução do art.º 436.º, para onde o art.º 439.º remete expressamente. A expressão “requerida a resolução” explica-se, refere o autor, pelo facto de o

⁴⁴¹ Vide, C. Massimo BIANCA, *Diritto Civile*, Vol. 5, *La Responsabilità*, Giuffrè, Milão, 1997, p. 398; Vincenzo ROPPO, *Il Contratto*, in, *Tratato di Diritto Privato a Cura di Giovanni Iudica e Paolo Zatti*, Giuffrè, Milão, 2001, p. 1027. Em língua portuguesa, Catarina Monteiro PIRES, *Efeitos da Alteração das Circunstâncias*, in, *O Direito*, Ano 145.º, N.ºs I/II, 2013, Almedina, p. 187.

⁴⁴² Cfr. Ruy Rosado de Aguiar JÚNIOR, Ob. Cit., p. 32.

⁴⁴³ Cfr. Almeida COSTA, *Direito das Obrigações*, 12ª ed., p. 347. No mesmo sentido, Carvalho FERNANDES, Ob. Cit., p. 296.

⁴⁴⁴ Cfr. Vaz SERRA, RLJ, Cit., p. 348.

mecanismo de resolução não poder ser decretado imediatamente pela parte, sem certificar-se se a contraparte não lhe impõe a modificação do contrato segundo juízos de equidade, conforme estabelece o n.º 2, do art.º 437.º. Ora, se a outra parte não impuser a modificação, a resolução poderá ser logo decretada, cabendo então à parte que a conteste o ónus de recorrer a juízo. No caso de haver modificação, as partes são livres de fazerem acertos extrajudiciais do conteúdo contratual⁴⁴⁵. Alinhando e concordando com as ideias acima, encontra-se a posição que é defendida por Galvão Telles⁴⁴⁶, para quem, se o lesado opta pela resolução do contrato, pode provocar essa resolução mediante declaração (extrajudicial) dirigida à outra parte; após isso, o contrato deve considerar-se desfeito logo que a declaração chega ao poder do destinatário ou é dele conhecida, nos termos do art.º 224.º, do CC. Porém, sublinha o autor, o recurso à via judicial torna-se praticamente indispensável sempre que o destinatário se não conforme com a resolução, por considera-la sem fundamento.

No âmbito deste debate, para além do conteúdo do art.º 437.º, não pode ser olvidado o regime do art.º 439.º, pois nele, encontra-se a expressa remissão para o regime geral da resolução, o que reforça ainda mais que esta, “é de base extrajudicial”⁴⁴⁷. Para Menezes Cordeiro, a conclusão é a de que, optando-se pela resolução, aplicam-se as regras do art.º 439.º, sendo que a extinção do contrato terá em princípio efeito retroactivo⁴⁴⁸; optando-se pela modificação, deve procurar-se repor o equilíbrio contratual, tendo em conta a vontade das partes no contrato e qual a eficácia concreta que a alteração teve na esfera da parte lesada⁴⁴⁹. Ainda nos termos deste artigo, a resolução

⁴⁴⁵ Cfr. Menezes LEITÃO, *Direito das Obrigações*, Vol. II, 10ª ed, p. 130.

⁴⁴⁶ Cfr. Galvão TELLES, *Ob. Cit.*, p. 345-346, nota 314.

⁴⁴⁷ Cfr. Catarina Monteiro PIRES, *Ob. Cit.*, p. 188, *vide* também nota 36. “ A solução que propomos não padece de qualquer inconsistência, uma vez que a hipótese resolutiva é substancialmente diferente da modificação do contrato. Naquela [resolução], a valoração do tribunal traduzir-se-á apenas na verificação dos pressupostos do art.º 437.º, n.º 1, e na exigibilidade concreta da resolução. Além disso, a produção dos efeitos deverá fixar-se desde a data em que a resolução foi «exercida judicialmente» pela parte afectada. Contudo, a susceptibilidade de confirmação retroactiva da resolução extrajudicial está sujeita a uma condição negativa adicional, traduzida na não oposição pela parte não afectada, a quem é concedida a faculdade prevista no art.º 437.º, n.º 2”.

⁴⁴⁸ Por força do disposto no art.º 434.º, n.º1, a resolução assume efeito retroactivo; significando que o contrato se tem por desfeito desde o início, é como se não tivesse sido firmado. Salvo situações de a rectroactividade contrariar a vontade das partes ou a finalidade da resolução.

⁴⁴⁹ Cfr. Menezes CORDEIRO, *Da Alteração das Circunstâncias*, p. 366-367.

socorre-se das regras referentes a resolução por incumprimento, sendo que, “em princípio, a resolução não produz os seus efeitos a partir da verificação da alteração de circunstâncias, mas a partir do momento em que aquela é invocada pela parte lesada, ou a que se opôs à modificação. Resolvido o contrato deve ser restituído o que tiver sido recebido até ao momento em que a resolução opera”⁴⁵⁰.

Tal como temos vindo a abordar, a alteração das circunstâncias representa assim uma zona de crescimento do Direito, onde o aplicador tem de decidir na base dos modelos que comportam pontos de vista diferentes e contraditórios. No fundo ela deriva da tensão existente entre as insuficiências do Direito e o dever imperioso de não denegar justiça, quando ela seja pedida aos tribunais⁴⁵¹. Isto serve também de reforço da ideia, segundo a qual, à partida, a possibilidade de resolver ou modificar um contrato por alteração das circunstâncias abrange, segundo o art.º 437.º/1 do CC, qualquer tipo de contrato. Inclusivamente aqueles, por conseguinte, que apresentam uma forte exposição a riscos ou os que têm o risco por objecto, desde que, ultrapasse a margem da álea do contrato em causa⁴⁵².

Portanto, na nossa visão, sempre que a ocorrência de um evento anormal provoque desequilíbrios na base do negócio e torne insustentável e sem sentido a adaptação ou revisão do contrato, e desde que verificados os pressupostos constantes no n.º 1 do art.º 437.º, a parte lesada pode socorrer-se do direito de resolução judicial ou extrajudicial para a extinção da relação obrigacional, desde que um e outro se ajustem à necessidade do caso concreto e satisfaça o interesse de quem a ela recorre.

6.3 - A função da equidade na modificação ou resolução dos contratos por alteração de circunstâncias

Quando um contrato é assolado por um evento externo e, consequentemente lhe desequilibra a função económica e financeira, é

⁴⁵⁰ Cfr. Catarina Monteiro PIRES, Ob. Cit., pp. 190 - 191. Se a restituição não for possível, determina o art.º o art.º 289.º, n.º 1 (que é aplicável à resolução do contrato por alteração das circunstâncias em virtude do disposto nos artigos 439.º e 433.º), que a parte resolvente entregue à contraparte o valor correspondente.

⁴⁵¹ Cfr. Menezes CORDEIRO, *Da Alteração das Circunstâncias*, p. 352.

⁴⁵² Cfr. Carneiro da FRADA, Ob. Cit., p.48.

necessário que o intérprete ao procurar resolver ou modificar, se aproxime o mais perto possível do terreno concreto da realidade, de modo que, seja alcançada a realização da justiça. Alias, a revisão de um contrato só se fundamenta na “injustiça objectiva a que chegou o contrato em virtude da alteração de circunstâncias, e tem por fim, exactamente, a correcção da injustiça”⁴⁵³.

Por mais que se faça apelo, à salvaguarda na medida do possível, do princípio da estabilidade dos contratos, do qual depende a segurança das relações contratuais, não parece que ele, por muito respeitável que seja, deva conduzir, em face dos acontecimentos extraordinários e imprevisíveis que modifiquem profundamente o equilíbrio contratual, à manutenção do contrato. É uma hipótese em que a necessidade de segurança parece ceder ante uma maior exigência⁴⁵⁴, pois que, os contratos devem ser entendidos segundo o espírito subjacente a cada caso⁴⁵⁵. Na alteração das circunstâncias estabelece-se um confronto entre a estabilidade e a segurança jurídica, por um lado, e a justiça comutativa, do outro lado⁴⁵⁶.

Historicamente, a figura da equidade ficou marcada por certas manifestações concretas. Já no período clássico do Direito romano, acredita-se que, o pretor já tenha usado os seus poderes sempre que se deparasse com uma norma inadequada⁴⁵⁷. Ele orientava-se pela *aequitas*, para corrigir o *ius*⁴⁵⁸.

Riccobono⁴⁵⁹ define a equidade *aequitas*, como aquela experiência comum e com o conjunto de instintos morais e intelectuais que constituem uma espécie de sabedoria prática empírica, mais profunda e mais densa do que qualquer construção artificial de homens sabedores.

⁴⁵³ Cfr. Diogo Pereira DUARTE, *Modificação dos Contratos Segundo Juízos de Equidade*, in, O Direito, Ano 139 (2007), N.º I, p. 167 ss.

⁴⁵⁴ Cfr. Vaz SERRA, *Resolução ou Modificação por Alteração das Circunstâncias*, p. 15.

⁴⁵⁵ Cfr. Fritz PRINGSHEIM, *Aequitas un Bona Fides*, Conferência XIV Centenário Pandette (1930), pp.183-214 e ainda p. 194.

⁴⁵⁶ Cfr. Pedro Romano MARTINEZ, *Da Cessação do Contrato*, Almedina, Coimbra, 2005, p. 153.

⁴⁵⁷ Vide, PAPINIANO, *Digesta*, 1.1.7, *apud*, Menezes CORDEIRO, *A Equidade como Fonte de Direito*, in, O Direito, Ano 144, n.º 1, Almedina, Coimbra, 2012, p.12.

⁴⁵⁸ Vide, António GUARINO, *Equità (Dirito romano)*, NssD 6 (1960), 620-621, *apud*, Menezes CORDEIRO, *A Equidade como Fonte de Direito*, p.12.

⁴⁵⁹ Vide, Salvatore RICCOBONO, *La Definizione dei “Ius” al Tempo di Adriano*, BIDR 53-54 (1948), 5-82 (33).

O conceito de equidade (derivado do latim *aequitas* que significa igual ou justo⁴⁶⁰), encerra em si vários significados, se tivermos que tomar por recurso os dicionários de língua portuguesa⁴⁶¹. Entre os juristas a equidade é definida como “a justiça do caso concreto, visando a realização do direito e da justiça, adaptando aquele ao caso concreto”⁴⁶².

O art.º 437.º, n.º 1, consagra que, se as circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar tiverem sofrido uma alteração anormal, tem a parte lesada o direito à resolução do contrato ou à modificação segundo juízos de equidade.

Em virtude da equidade, exige-se que haja um certo equilíbrio económico entre a prestação e a contraprestação e que em nome daquele princípio não consentem na ilimitada depauperação de uma parte em benefício da outra. Por excessiva sujeição ao princípio da *pacta sunt servanda* (estabilidade dos contratos, obrigatoriedade do contrato)⁴⁶³

O efeito da verificação dos requisitos exigidos na lei é poder o lesado requerer a resolução do contrato ou a modificação dele, segundo juízos de equidade, que consiste em⁴⁶⁴:

- Redução da sua prestação,
- O aumento da contraprestação
- Uma e outra coisa simultaneamente.

A flexibilidade ou maleabilidade da equidade permite assim, ela estar em condições de tomar em conta alterações de circunstâncias do caso em que a regra da estabilidade do contrato não permite ou despreza, tal como a força ou a fraqueza das partes, o seu estado posicional de vantagem ou

⁴⁶⁰ Cfr. A. Santos JUSTO, *Introdução ao Estudo do Direito*, 7ª ed., Coimbra edit, Coimbra, 2015, p. 69.

⁴⁶¹ Cfr. Susana Brasil de BRITO, *A Justiça do Caso Concreto é a Equidade*, in *Liber Amicorum* de José Sousa e Brito, Almedina, Coimbra, 2009, p. 467. Nota 1, Equidade- segundo Cândido de FIGUEIREDO, é a disposição para reconhecer imparcialmente o direito de cada qual; Justiça natural, que pode não ser conforme às disposições da lei; igualdade, justiça, rectidão. Grande dicionário de Língua Portuguesa: Justiça natural que faz com que se reconheça imparcialmente o direito de cada uma; Justiça natural não sujeita aos critérios normativos da lei mas adaptada às circunstâncias concretas do caso a julgar.

⁴⁶² Cfr. A. Castanheira NEVES, *Curso de Introdução ao Estudo do Direito (Lições proferidas a um curso do 1.º ano da Faculdade de Direito de Coimbra, no ano lectivo 1971-72)*, Coimbra, 1971-72, p. 230 e 246-247.

⁴⁶³ Vide, RUGGIERO, *Instituciones de Derecho Civil* (Trad. Esp. Da 4.ª ed. it), p. 304, *apud*, Carvalho FERNANDES, *Teoria da Imprevisão...*, p. 304.

⁴⁶⁴ Cfr. Pires de LIMA e Antunes VARELA, *Código Civil Anotado*, Vol. I, 2.ª ed. Rev. e actual., (Colab. Henrique esquita), p. 363.

desvantagem, de modos a “chegar a uma solução que se adapte melhor ao caso concreto”⁴⁶⁵.

Para chegar a este exercício, é necessário ter sempre em conta as circunstâncias precisas em que os contraentes fundaram a decisão de contratar. Só deste modo é que pode alcançar a harmonização e a paz no contrato, assinalando a realização da melhor justiça para cada situação obrigacional. A equidade é, afinal, a par do Direito, uma das colunas que sustenta a justiça⁴⁶⁶ “contratual”, pois ela se opõe à rigidez e indiferença⁴⁶⁷ da *lex contratus* perante as circunstâncias. Razão pela qual, a especificidade da equidade alcança-se a partir da consideração de que ela corresponde a uma “forma de justiça”⁴⁶⁸, diferente da lei e do Direito constituído.

A equidade, enquanto justiça do caso concreto, não é critério de aplicabilidade universal, só podendo ser usada quando a lei, directa ou implicitamente, para ela remeter⁴⁶⁹. É o caso do art. 437.º/1, que prevê a resolução do contrato, ou a modificação segundo juízos de equidade. O que releva neste artigo é que, a própria lei permite que as partes não se subordinem à ela para o restabelecimento da justiça na relação contratual, e sim, que elas recorram também a equidade para a correcção dos prejuízos causados pelas circunstâncias anormais.

Apesar de a lei permitir expressamente a resolução ou modificação do contrato com base na equidade, ainda, há quem ache tal permissão como inaceitável. Nesta linha de pensamento de rejeição da equidade para efeitos de alteração de circunstâncias, encontram-se: Flume e Oliveira Ascensão.

Flume considera mesmo como defeito do instituto da alteração das circunstâncias o legislador fazer-nos cair na equidade. Para ele, é uma falha grave, se assim se pode entender, que a resolução ou modificação seja, em caso de alteração das circunstâncias, remetida à equidade. Por sua vez,

⁴⁶⁵ Cfr. José de Oliveira ASCENSÃO, *O Direito Introdução e Teoria Geral uma Perspectiva Luso-Brasileira*, 11.ª, edit. Almedina, Coimbra, 2001, p. 230.

⁴⁶⁶ Cfr. Manuel Carneiro da FRADA, *A Equidade (ou a Justiça com Coração) a Propósito da Decisão Arbitral Segundo a Equidade*, in, *Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda*, Vol. VI, edit. Coimbra, Coimbra, 2012, p. 308

⁴⁶⁷ Cfr. A. Santos JUSTO, *Introdução ao Estudo do Direito*, 7ª ed., Coimbra edit, Coimbra, 2015, p. 70.

⁴⁶⁸ Cfr. Manuel Carneiro da FRADA, *A Equidade (ou a Justiça com Coração) a propósito da Decisão Arbitral Segundo a Equidade*, p. 304.

⁴⁶⁹ Cfr. Oliveira ASCENSÃO, *Onerosidade Excessiva por Alteração das Circunstâncias*, ROA, ano 65, p. 644.

Oliveira Ascensão, considera forçoso o recurso à equidade. Mas, por outro lado, reconhece que, só a análise das circunstâncias do caso concreto permite chegar à solução justa, ou seja, a uma justiça que diz respeito ao conteúdo, justiça do caso concreto, portanto, de equidade⁴⁷⁰. Pelo menos pode entender-se que o autor adopta uma posição dúctil, apesar da postura de rejeição ante a figura em causa. Realmente, quando a base do negócio é atingida por um evento extraordinário, em nada abona manter o *statu quo* do conteúdo contratual. Implicará às partes a eliminação do sofrimento causado pelo impacto da alteração, de tal sorte que, deste acto, não resulte a coroação de perdedor e ganhador, mas sim a satisfação de ambos contratantes.

Quando a lei fala em juízos de equidade, deve querer referir-se aos juízos que, atendendo ao contrato concreto, aos critérios⁴⁷¹ valorativos adoptados pelos contraentes, à vontade hipotética destes e à boa fé, são de utilizar⁴⁷². Estes elementos são tão importantes e essenciais para que, sempre que se fizer recurso à equidade, sejam tidos em conta. Aliás, são a prova clara de que a equidade tem a sua razão de ser e estar no capítulo da alteração das circunstâncias, pois, de modo nenhum vai contra os princípios da justiça, antes pelo contrário, reforça-a e a torna mais visível. É como diz Aristóteles, a equidade é o momento imprescindível da realização do justo “justiça”; Aristóteles compara-a mesmo a uma “régua lésbica”, isto é, maleável, permitindo a sua adaptação às faces irregulares dos objectos a medir⁴⁷³. E esta qualidade de se adaptar a situações de grande impacto na base do negócio, faz da equidade um instrumento necessário e essencial para o art.º 437.º.

Para percebermos um pouco o alcance da equidade, embora afastado do conteúdo do 437.º, tomemos por exemplo o episódio bíblico do primeiro livro dos Reis, capítulo 3, versículos 16-28:

Apresentaram-se diante do rei Salomão, para buscar justiça, duas mães que disputavam por um bebé, quando uma delas tinha perdido o seu. Ambas reclamavam a maternidade do bebé vivo. O rei Salomão, depois de,

⁴⁷⁰ Cfr. Ibidem, p. 645.

⁴⁷¹ Critério vem da palavra grega *Kriterion*, com a qual está relacionado o verbo *Krinein* que significa julgar ou decidir. Assim, etimologicamente critério, é o instrumento com que se julga ou decide. Vide, Susana Brasil de BRITO, *A Justiça do Caso Concreto é a Equidade*, p. 467

⁴⁷² Cfr. Vaz SERRA, *RLJ*, n.º 111, p. 350.

⁴⁷³ Vide, ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, Livro V, capítulo X (e XIV).

inutilmente, ter procurado o entendimento dessas mães, foi confrontado com dificuldade de saber qual delas era a verdadeira mãe do bebê. Mandou chamar um soldado, a quem ordenou que cortasse a criança ao meio com a sua espada por forma a entregar a cada uma delas a sua metade. Uma delas ajoelhou-se diante do rei Salomão suplicando-lhe que o não fizesse, pedindo, em lágrimas, que a outra levasse e ficasse com a criança. O rei Salomão descobriu assim, qual das mulheres era a verdadeira mãe da criança.

Assim, a equidade atende: a divergência de que se trata, os pontos de vista que encerra, as circunstâncias em que se desenvolve, as pretensões, as necessidades e possibilidades das partes, e até a sua forma de actuação e a sua atitude perante o problema, têm também um certo significado que não pode ser desprezado, de tal sorte que, a solução final encontrada para o caso deve merecer a adesão e acordo mais ou menos geral das pessoas envolvidas no contrato⁴⁷⁴. É bem verdade que a equidade não deriva de “formulações aritméticas e pode exigir uma repartição dos riscos contratuais distinta de uma pura igualdade formal de perdas”⁴⁷⁵, pelo que, não deve afastar-se a probabilidade de uma das partes vir a ser onerada em maior medida com o resultado da aplicação do art.º437.º, desde que a tanto conduzam aos critérios de justiça que presidem este preceito⁴⁷⁶.

Se transportarmos aquele exemplo para os contratos privados, que lição podemos tirar dele?

O entendimento que fica é o de que, quando se faz recurso a equidade, em caso de se alterarem as circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar, é preciso (o intérprete, o árbitro, o julgador) ter critérios valorativos ou de valoração, sabedoria para sopesar as posições das partes, ter em conta o fio condutor da sua vontade para a obtenção e concretização da melhor justiça para o caso e a satisfação dos interesses das partes envolvidas. É como afirma Menezes Cordeiro que, com a equidade é possível fazer apelo ao razoável, ao equilíbrio entre as partes e à justa repartição de encargos⁴⁷⁷. Neste exercício o tribunal não pode e de modo nenhum pretender substituir as partes na harmonização dos seus interesses. Tem de realizar a sua função

⁴⁷⁴ Cfr. Pais VASCONCELOS, *Teoria Geral do Direito Civil*, 7ª ed., pp. 323-324.

⁴⁷⁵ Cfr. Catarina Monteiro PIRES, *Ob. Cit.*, p.193.

⁴⁷⁶ Cfr. António Menezes CORDEIRO, *Da Alteração das Circunstâncias*, p. 68.

⁴⁷⁷ Cfr. Menezes CORDEIRO, *A Equidade como Fonte de Direito*, p. 27.

natural de árbitro da relação obrigacional dando solução ao litígio das partes sem preterição da vontade das partes. Para Castanheira Neves, a equidade atende a individualidade de cada caso ou às suas particularidades, em critérios morais, no recto juízo, na *naturalis ratio*⁴⁷⁸. Num contrato, cada particularidade tem um sentido: o ambiente da contratação, a execução do contrato, o posicionamento das partes dentro dele, a alteração em si, a busca de uma solução justa e proporcional para a situação.

Ao proceder a modificação do contrato segundo a equidade, sustenta Pais Vasconcelos, não se deve tentar um equilíbrio contratual que se considere ideal [ou abstracto]. É preciso partir da equação económica originária do concreto contrato a modificar para se proceder à adaptação do contrato às novas circunstâncias que ele enfrenta, mas sem perturbar o seu sentido tal como as partes o construíram⁴⁷⁹. Assim, a equidade permitiria repartir os riscos do contrato, fixar as balizas do sacrifício para cada sujeito contratante, para se atingir um resultado mais equilibrado, harmonizado e justo. Na verdade, se a equidade se guiasse apenas pelo mundo das ideias, então, ela nunca seria definida como justiça do caso concreto, pois que, situar-se-ia cada vez mais longe da atmosfera do contrato, perdendo assim a sua capacidade de flexibilização e actualização ante as novas circunstâncias. «Se há razões que – em nome da justiça do contrato que essencialmente inspira o instituto da alteração de circunstâncias – podem legitimar uma intervenção nos acordos validamente celebrados, essas razões terão de ser, antes de mais, as que provêm de uma esfera “neutra” [o tribunal], que as partes não podem influenciar e cujos riscos constituem, de algum modo, o preço a pagar pela sua inserção numa comunidade humana ampla»⁴⁸⁰. Quer isto dizer que, o tribunal ao decidir a resolução ou revisão ou adaptação do contrato segundo juízos de equidade, está claramente a encarnar os valores da comunidade humana, realizando a justiça contratual conforme contrato em jogo.

Se por exemplo, à luz da equidade, não for possível uma modificação do contrato, o juiz deve absolver o réu do pedido, mas não pode determinar a

⁴⁷⁸ Cfr. A. Castanheira NEVES, *Curso de Introdução ao Estudo do Direito (Lições proferidas a um Curso do 1.º ano da Faculdade de Direito de Coimbra, no ano lectivo 1971-72)*, Coimbra, 1971-72, p. 231.

⁴⁷⁹ Cfr. Pais VASCONCELOS, *Ob. Cit.*, p. 323.

⁴⁸⁰ Cfr. Manuel António Carneiro da FRADA, *Crise Mundial e Alteração das Circunstâncias, Cit.*, p. 689.

resolução de um contrato *ultra petitem*, nos termos do art.º 661.º e 668.º, n.º 1 do CPC [português]. Não sendo possível a modificação e não havendo consenso entre as partes, ao contraente afectado pela alteração de circunstâncias resta a opção entre a manutenção do vínculo originário e a resolução judicial do contrato, desde que, considerando os limites do caso julgado (art.º 677.º do CPCP), esta faculdade não fique precluída⁴⁸¹.

Por conseguinte, numa era de crise financeira que Angola atravessa e que arrastou e ainda arrasta consigo a estabilidade dos contratos privados, o artigo 437.º do CC, constitui a pedra angular para a tutela dos “legítimos” interesses das partes contratantes e suavização do impacto dos danos causados por ela.

⁴⁸¹ Cfr. Catarina Monteiro PIRES, Ob. Cit., p.196.

CAPÍTULO VII

7- Fundamentos do regime da alteração das circunstâncias

Depois de termos abordado, com alguma delicadeza e parcimonialidade a figura da alteração das circunstâncias, eis chegado o momento de abordarmos os princípios sobre os quais ela se fundamenta, que não obstante serem gerais ao Direito, no entanto têm uma forte conexão, um liame entre eles e o instituto objecto de estudo deste trabalho. Por isso achamos conveniente abordá-los e, claramente, não perdendo de vista o seu enfoque prático.

Em termos gerais, “os princípios são fórmulas que contêm o pensamento director de uma regra ou de um instituto jurídico. Os princípios necessitam sempre de concretização”⁴⁸². «Nenhum princípio jurídico é um absoluto, como não o é o princípio da *rebus sic stantibus* [Alteração das circunstâncias]. Sofre a concorrência de outros princípios indispensáveis para a ordem social, que exigem uma conciliação»⁴⁸³. Fica clara a ideia de que os princípios jurídicos coordenam-se. Aliás é como refere Gomes Canotilho⁴⁸⁴: «A contrário de muitas normas, os princípios não se aplicam numa lógica de tudo ou nada, antes valem gradativamente e de forma coordenada com os demais elementos do sistema jurídico, nomeadamente com os outros princípios, incluindo os com eles potencialmente contraditórios». Como nenhum princípio é absoluto, vamos focar a nossa atenção na conexão que a alteração de circunstâncias tem, com os princípios abaixo:

7.1 – Princípio da certeza e segurança jurídica

De um modo geral, a palavra certeza (do latim, *certitudo*, *certitudinis*), indica uma ideia de estabilidade e constância, traduzindo assim, o sentimento e

⁴⁸² Cfr. Karl LARENZ, *Derecho Justo Fundamentos de Etica Juridica*, trad. de Luís Díez-Picazo, edit. Civitas, S. A, Madrid, 1985, p. 14. « Los principios son fórmulas en las que se contiene el pensamiento director de una regulación o de una institución jurídica (...) Los principios jurídicos son los pensamientos rectores de una regulación y se encuentran siempre necesitados de concreción ».

⁴⁸³ Cfr. Oliveira ASCENSÃO, *Onerosidade Excessiva*, cit., p. 638.

⁴⁸⁴ Cfr. José Joaquim Gomes CANOTILHO, *Constituição Dirigente e Vinculação de Legislador, Contributo para a Compreensão das Normas Constitucionais*, Coimbra edit., Coimbra, 1982, pp. 279 ss; António CÔRTEZ, *Jurisprudência dos Princípios*, Universidade Católica edit., Lisboa, 2010, pp. 127 ss.

a convicção das partes contratantes de poder confiar no contrato, enquanto instrumento de regulação dos interesses nele harmonizados. Por isso, enquanto as partes estiverem vinculadas por meio do contrato, este «tem de necessariamente contribuir para a criação duma situação geral de *pax et tranquillitas*»⁴⁸⁵, isto é, um ambiente de paz e tranquilidade contratual, apesar das vicissitudes externas ao contrato.

A certeza e segurança jurídica são indispensáveis para que haja justiça contratual, porque é óbvio que quando surge uma instabilidade económica do negócio, não é possível reconhecer direitos ou exigir o cumprimento de obrigações⁴⁸⁶. É necessário fazer juízos de ponderação para que se restabeleça a paz contratual perdida com a instabilidade.

O princípio da certeza e segurança jurídica, «apesar da imprecisão quer em si mesmo, quer no seu relacionamento com a justiça»⁴⁸⁷, ele é condição principal e essencial que torna possível a convivência entre as partes no que concerne às prestações e contraprestações. Sob ponto de vista do Direito, a «vida jurídica exige estabilidade; não é desejável a judicialização da vida corrente»⁴⁸⁸, no sentido de que, qualquer alteração no decurso da execução do contrato, seja motivo para a resolução ou revisão do conteúdo contratual, tanto judicialmente como extrajudicialmente. Tem de se manter a linha contratual, podendo ser alterada apenas, em casos de gravidade. Com o princípio da certeza e segurança jurídica, as partes orientarão as suas condutas de acordo com o clausulado, de tal sorte que, se dirija à realização do contrato. O mesmo se pode dizer que, o contrato deve permitir que cada contraente possa prever o resultado do seu comportamento.

Por outro lado, a segurança, consiste, no conhecimento dos direitos e deveres estabelecidos contratualmente e na certeza do seu exercício e

⁴⁸⁵ Cfr. Luis LEGAZ e LACAMBRA, *Filosofia del Derecho*, Bosch, Casa editorial S.A, Barcelona, 1979, p. 605; Vide, Francisco AMARAL, *Direito Civil. Introdução*, edit. Renovar, Rio de Janeiro-S.Paulo, 2008, pp. 18-20.

⁴⁸⁶ *Mutatis mutandi*, Vide, Mauro Nicolau JUNIOR, *Segurança Jurídica e Certeza do Direito. Realidade ou Utopia num Estado Democrático de Direito?* in, *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, VIII, n. 21, Maio 2005. Disponível em, <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=677>, Acesso, Maio 2017.

⁴⁸⁷ Cfr. Javier de LUCAS, *Curso de Introducción al Derecho*, Valência, 1994, pp. 186-187.

⁴⁸⁸ Cfr. Oliveira ASCENSÃO Ob. Cit., p. 639.

cumprimento das obrigações⁴⁸⁹. E sempre que a economia da base do negócio se tenha rompido e, para tanto, as partes não tenham chegado a acordo extrajudicial, no que concerne aos efeitos da alteração das circunstâncias, a intervenção judicial para pôr fim ao conflito que envolve as partes, é já a manifestação concreta de do princípio da certeza e segurança jurídica.

Aliás, neste caso há que contar mesmo com a exigência da certeza ou segurança jurídica – que obsta a que todas as relações da vida - paire a ameaça de apreciação judicial, por invocação da alteração das circunstâncias⁴⁹⁰. Se por simples conflito emergente do contrato, as partes se dirigissem ao tribunal, a vida social se transformaria num autêntico caos, e as relações juridico-privadas seriam perigosamente volúveis e, conseqüentemente, ninguém acreditaria nelas. Por isso, quando a base do negócio tiver sido abalada por um evento estranho a anormal, o tribunal não pode recusar intervir no contrato, sob pena de incorrer em denegação da justiça.

Neste sentido, segurança jurídica assim entendida, já é em si mesma garantia contra a anormalidade ou superveniência, na base de que, havendo abalo grave da circunstância em que as partes fundaram o negócio, se procurará encontrar a solução mais equilibrada e ajustada, para que nenhuma das partes na proporção da sua medida, se sinta prejudicada. Enquanto houver contrato, o próprio sistema jurídico encarrega-se, com base na autonomia privada, de colocar à disposição das partes meios jurídicos para minorar ou atenuar os efeitos graves causados pela alteração das circunstâncias. Por isso, é “no âmbito jurídico que da certeza resulta ou forma-se a segurança⁴⁹¹.

Segundo Castanheira Neves, a certeza e segurança jurídica, se oferece, dum lado, como alternativa da intenção de justiça, e por outro lado, como uma dimensão que torna possível o Direito reagir contra situações manifestamente injustas⁴⁹². Neste sentido, parece ser manifestamente injusto e

⁴⁸⁹ Cfr. Francisco AMARAL, *Direito Civil. Introdução*, 3ª ed. (resvista, aumentada e actualizada), edit. Renovar, Rio de Janeiro, 2008, pp. 19.

⁴⁹⁰ Cfr. Oliveira ASCENSÃO, *Ob. Cit.*, p. 639.

⁴⁹¹ Vide Artur Stamford, *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ano 36, nº 141 Janeiro/Março, 1999, p. 265.

⁴⁹² Cfr. António Castanheira NEVES, *Lições de Introdução ao Estudo do Direito*, Proferidas ao curso do 1º jurídico de 1968-69, Coimbra, 1968-69, p. 193. Mas na página 205- o autor refere que, a segurança não prefere a justiça. Aquela, é o imediato resultado do direito positivo, da sua realização enquanto um ordenamento objectivo e eficaz – vide, p. 207.

contrário à boa fé, exigir o cumprimento da obrigação quando a prestação se tenha tornado gravemente desequilibrada e desproporcional. No fundo, neste princípio busca-se a estabilidade e a tranquilidade da relação obrigacional.

Alguém pode questionar, que interesse tem abordar o princípio da certeza e segurança jurídica num tema sobre a alteração das circunstâncias?

Na nossa visão, faz todo o sentido falar deste princípio, pois que, está ligado a ideia de tranquilidade, de paz e equilíbrio, que por sinal e pelo que parece, a figura da alteração das circunstâncias procura se direccionar. Esta ideia sustenta-se na razão de a modificação preferir à resolução. Ou seja, uma vez que a regra é a revisão ou adaptação do contrato às novas circunstâncias, com vista ao alcance do equilíbrio económico do contrato, o legislador colocou ao critério das partes a opção de escolha dos efeitos, como garantia de que, elas podem estar seguras e tranquilas na execução do negócio jurídico e no padrão ou base negocial, contanto que, em caso de surgir um evento extraordinário, existem saídas para a solução do conflito obrigacional causado por circunstância imprevisível.

Aliás, o regime jurídico do art.º 437.º do código civil, tem como propósito a luta contra a instabilidade, desequilíbrio, injustiça e desproporção contratual causada - posterior a sua celebração - por alteração superveniente ou anómala do ambiente em torno do qual, as partes fundaram a decisão de contratar. Com base no regime do art. 437.º, pensamos e acreditamos que há conexão entre a alteração das circunstâncias e o princípio da certeza e segurança jurídica. É de elevado interesse para o Direito civil, que as relações contratuais sejam seguras e equilibradas.

Outrossim, e como afirma Angel Latorre, é a certeza e segurança jurídica que possibilita às partes, por um lado, antever os efeitos jurídicos dos seus actos quando celebram os seus negócios e, por outro lado, “protege-las dos seus direitos dos factos ou eventos que os perturbe”⁴⁹³.

Apesar da anormalidade, contrária à previsão das partes, ter arrasado e declinado os fundamentos do contrato, a lei assegura aos contraentes o desfecho diferente do previsto no momento da celebração do contrato, que é a execução ou realização natural da prestação.

⁴⁹³ Cfr. Angel LATORRE, *Introducción al Derecho*, editorial Ariel, S. A, Barcelona, 1985, p.36.

Há certeza e segurança jurídica quando as partes são capazes de prever o percurso das suas acções antes, durante e depois da execução do negócio. “Sem a condição de previsibilidade a vida, [de um modo geral e o contrato em particular], seria uma bola de neve de cíclicas surpresas e não existiria a estabilidade”⁴⁹⁴, e portanto, não haveria segurança, nem confiança no Direito. E o Direito, por ter um carácter prático, ele é essencial e oportuno para a paz nas relações juris-privatísticas⁴⁹⁵.

7.2- Justiça contratual

Vários têm sido os fenómenos e circunstâncias que têm feito com que o contrato, escape cada vez mais aos cânones de negociação prévia. Na generalidade, o mundo maioritário dos contratos tem seguido este padrão. Com a crescente e massiva industrialização ou produção em massa, alguns estudiosos, atentos ao fenómeno, têm cuidadosamente lançado alerta para a circunstância de o contrato, escapar cada vez mais, “à *acção comum e concertada das partes; deixando de ser uma «entente» realizada sob a égide da liberdade, pelo jogo de vontades iguais e autónomas, para se tornar uma operação dirigida, quer pelos poderes públicos, representados pelo legislador e pelo juiz, quer por um só dos contraentes que impõe a sua fórmula e as suas condições ao outro*”⁴⁹⁶. Quer isto dizer que, o princípio da paridade contratual tem cedido nos últimos tempos, para o princípio da socialização do contrato, na linha de pensamento de que, modernamente, tem sido comum, que uma das partes imponha à outra a disciplina contratual, traduzindo assim, clara limitação liberdade de celebração e da autonomia. No fundo é o fenómeno da chamada massificação da contratação⁴⁹⁷. Para além das partes podem existir entidades (Estado e seus representantes) que possam intervir na relação contratual, sempre que a situação assim exigir.

⁴⁹⁴ Cfr. Luis LEGAZ e LACAMBRA, Ob. Cit., pp. 608-609.

⁴⁹⁵ Cfr. António ARNAUT, *Iniciação à Advocacia História – Deontologia e Questões Práticas*, 5ª ed. (revista e actualizada), Coimbra edit., Coimbra, 2000, pp. 18-19.

⁴⁹⁶ Cfr. Inocêncio Galvão TELLES, *Manual dos Contratos em Geral*, (Reimp.), 3ª ed., edit. Lex, Lisboa, 1965, p. 62.

⁴⁹⁷ Cfr. Adriano Paes Vaz SERRA, *Obrigações – Ideias Preliminares Gerais*, in, BMJ, n.º 77, pp. 95-103; Ainda, Juan B. Vallet de GOYTISOLO, *Sociedad de Masas y Derecho*, edit. Taurus, Madrid, 1968, pp. 188-189.

Relacionar a justiça ao contrato, tem levantado enormes debates na doutrina, até porque, há quem mesmo a encare de “um ponto de vista processual (adjectivo) ou de um ponto de vista substantivo (material)”⁴⁹⁸.

Quando é que o contrato deve ser considerado justo?

Para Wilhelm Canaris, no estabelecimento da relação entre a liberdade de contratar e a justiça contratual, não devemos eleger como regra absoluta a busca de uma justiça comutativa. “Não devemos exigir, a todo o custo, a obtenção de efeitos contratuais justos; basta que nos contentemos com o evitar de graves injustiças contratuais”⁴⁹⁹. Parece-nos que, a ideia do autor baseia-se mais na perspectiva filosófica, que propriamente jurídica. Contudo, a chamada de atenção é conclusiva: evitar situações injustas. Para Flume, o contrato é justo porque livre e esclarecidamente querido pelas partes⁵⁰⁰; Para Menezes Cordeiro, o controlo da justiça interna dos contratos opera pela via do processo de formação⁵⁰¹. Para Raiser, a justiça do contrato fica assegurada com protecção da parte mais fraca⁵⁰².

O contrato, enquanto instrumento de harmonização de interesses, é um módulo de regulação que contém imanente um projecto próprio de justiça cujos parâmetros resultam da estipulação negocial e das coordenadas axiológicas do sistema⁵⁰³. Nesta vertente, pode-se com clarividência entender que, é no momento da celebração do contrato, onde se fixa a sua justiça.

A ser assim, «perturbada a justiça interna do contrato, ele torna-se injusto; e como sabemos, o Direito é uma ordem dirigida à justiça que não se conforma com a injustiça. A injustiça contratual é indesejada e combatida pela ordem jurídica, razão pela qual, o regime jurídico do art.º 437.º do Código Civil, tem como *ratio legis* o combate à injustiça contratual induzida, após a sua

⁴⁹⁸ Cfr. Arthur Von MEHREN, *A General View Of Contract*, in, International Encyclopedia of Comparative Law, Vol. VII, pp. 16,17, 72 e ss, *apud*, Rui Pinto DUARTE, *Equilíbrio Contratual como Princípio Jurídico*, in, Estudos em Memória do Conselheiro Artur Maurício, Coimbra edit., Coimbra, 2014, p. 1333.

⁴⁹⁹ Cfr. Claus Wilhelm CANARIS, *a Liberdade e a Justiça Contratual na «Sociedade de Direito Privado»* in, Contratos: Actualidade e Evolução, Porto, 1997, p. 58.

⁵⁰⁰ Vide, Werner FLUME, *Rectsgeschäft und Privatautonomie*, *apud*, Pedro Pais VASCONCELOS, *Contratos Atípicos*, Almedina, Coimbra, 1995, p. 417. Segundo aquele autor, cada um dos contraentes cuida de si.

⁵⁰¹ Cfr. Menezes CORDEIRO, *Teoria Geral do Direito Civil*, AAFDL, Lisboa, 1987, p. 273.

⁵⁰² Vide, Ludwig RAISER, *Vertragsfunktion und Vertragsfreiheit*, p. 101, *apud*, Pedro Pais VASCONCELOS, *Contratos Atípicos*, p. 418.

⁵⁰³ Cfr. Pedro Pais VASCONCELOS, Ob. Cit., p. 417 e ss.

celebração, por alteração anormal das circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar. Alias, aquele preceito só tem aplicação quando, em consequência da alteração das circunstâncias, o contrato se torne injusto»⁵⁰⁴. Realmente, uma vez instalada a injustiça, crispam-se os valores do contrato e também do Direito. E mais uma vez, nestas circunstâncias de alteração da realidade objectiva na qual assentou a vontade de contratar, «exigir o cumprimento exacto do contrato, poderá revelar-se uma grande injustiça para o devedor»⁵⁰⁵.

A justiça na relação contratual tem “um valor fundamental. Ela indica a necessidade da igualdade entre as partes, da equivalência das prestações, do equilíbrio patrimonial entre as partes nas relações jurídicas”⁵⁰⁶. Não admira que, no âmbito do direito privado a justiça é um dos princípios fundamentais, que se manifesta, particularmente, como mecanismo de defesa e protecção da parte economicamente mais fraca⁵⁰⁷.

Tal como se afirmou anteriormente, com a evolução da sociedade e sobretudo com o fenómeno da contratação em massa, o princípio da paridade entre as partes, tem sofrido bastante desgaste ante a unilateralização das cláusulas por uma das partes. Tal como afirma Galvão Telles, “o contrato moderno, mesmo o patrimonial, não constitui em hipóteses o resultado de um livre debate e de uma livre estipulação; o seu carácter individualista esbateu-se, e tomou cor e vulto o aspecto social”⁵⁰⁸. Por isso, “o ideal da justiça (liberdade e igualdade⁵⁰⁹) mostra-se intimamente ligado à socialização dos contratos e sobretudo à intervenção do Estado no domínio contratual, por meio da imposição dos limites à autonomia privada”⁵¹⁰.

⁵⁰⁴ Cfr. Pedro Pais VASCONCELOS, *Teoria Geral do Direito Civil*, 7ª ed., p. 321

⁵⁰⁵ Cfr. Carneiro da FRADA, *Crise Financeira Mundial e a Alteração das Circunstâncias*, p.483.

⁵⁰⁶ Cfr. Francisco AMARAL, Ob. Cit., pp. 15 e 16-17.

⁵⁰⁷ Cfr. Karl LARENZ e Manfred Wolf, *Algemeiner Teil des Bürgerlichen Rechts*, 8, Auflage, Munchen, Beck, 1977, § 42, *apud*, Francisco AMARAL, Ob. Cit., pp. 18.

⁵⁰⁸ Cfr. Galvão TELLES, Ob. Cit., p. 62.

⁵⁰⁹ Da liberdade resulta que os sujeitos privados podem actuar sempre que o entendam, sem constrangimento e sem subordinação a regras a regras de competência. Surge, a este nível, a ideia de autonomia privada, enquanto sinónimo da liberdade negocial; da igualdade, resulta que os sujeitos privados actuam ao mesmo nível e em idêntico plano, destituídos de poderes de autoridade. *Vide*, Guilherme Machado DRAY, *O Ideal da Justiça e a Tutela do Contraente mais Débil*, in, Estudos em homenagem ao Professor Doutor, Inocêncio Galvão Telles, Vol. I, Almedina, Coimbra, 2002, p. 76.

⁵¹⁰ Cfr. Guilherme Machado DRAY, *O Ideal da Justiça Contratual e a Tutela do Contraente mais Débil*, p. 76.

E esta crise do modelo contratual, que constitui actualmente, o centro da teoria dos contratos, abrirá futuramente, as portas ao debate do papel e fundamentos do negócio jurídico⁵¹¹.

Quando é que se pode dizer, particularmente, para a alteração das circunstâncias que há justiça contratual?

Podemos adiantar que, a alteração das circunstâncias é um princípio fundamental de justiça e de respeito da vinculação realmente assumida⁵¹². Com base nisso, julgamos não haver uma resposta equânime. Certamente, alguém pode achar que, com a protecção do contraente excessivamente onerado, é o suficiente; alterar o conteúdo do contrato, é o bastante; reduzir as prestações, resolve o conflito gerado...

Não existem respostas uniformes, nem tão pouco uma fórmula pré-determinada que funcione como uma panaceia aplicável a todos os casos. Somos do pensamento de que, cada situação concreta vai determinar o modo como se pode achar a justiça do contrato afectado pela anormalidade das circunstâncias, ou seja, cada caso determina a solução justa. Nesta tarefa, exerce papel preponderante, o intérprete-aplicador cuja intervenção para cada tipo contratual (seja ele de execução contínua ou duradoura, aleatório ou gratuito), “influenciará” de certo modo o restabelecimento do equilíbrio da economia do contrato em caso de revisão ou manutenção do contrato, e em caso do termo do contrato, prestará particular atenção na dualidade entre prestações executadas e por executar. Estabelecer para cada relação obrigacional justiça, exige um esforço aturado e um espírito temperado de muita prudência para não cair em excessos.

Interessante pensamento, é o que foi formulado por Brás Teixeira⁵¹³, para quem, “a justiça é um insubstancial que nada depende, mas do qual, o mundo jurídico, tudo depende”; ela não é susceptível de ser objectivada ou expressa em fórmulas ou regras; ela é uma meta, um objectivo a ser alcançado.

A justiça contratual, além do que se disse anteriormente, é algo que se materializa ao nível da concretização; não só da concretização judicial em caso de desacordo ou conflito entre as partes contratantes que o tribunal tem de

⁵¹¹ Cfr. Ibidem, p. 76.

⁵¹² Cfr. Oliveira ASCENSÃO, Ob. Cit., p. 648.

⁵¹³ Cfr. António Brás TEIXEIRA, *Filosofia do Direito*, AAFDL, Lisboa, 1983, p. 322.

dirimir, como também na concretização que as partes vão fazendo do contrato no *iter* da sua vida⁵¹⁴, que durante a caminhada pode sofrer abalos fortes provocados por situações imprevisíveis.

Por exemplo, em Angola, os contratos de fornecimento de água, energia, telefonia, os bens alimentares, os combustíveis e seus derivados, as empreitadas, deixaram e deixam cada vez mais o consumidor numa situação desconfortante e difícil, pois que, os fornecedores, alegando a crise económica actualizaram as tarifas e os preços, sem se importar com a capacidade económica e as escassas possibilidades de pagamento do consumidor. Instalou-se o clima de oportunismo por parte dos fornecedores para praticar preços ao seu bel-prazer.

Diante da factualidade, cumpre ao ordenamento jurídico, perante a este cenário, tutelar a parte mais fraca⁵¹⁵; ou seja, para se alcançar justiça contratual urge a necessidade, nos exemplos acima, tutelar o consumidor pela sua posição desvantajosa.

7.3 – Princípio do equilíbrio contratual

A essência de todo o contrato é buscar e realizar, na medida do possível, uma igualdade entre as vantagens e desvantagens repartidas entre os sujeitos e consubstanciadas nos direitos e deveres contratuais. “As vantagens e as obrigações devem compensar-se, de tal sorte que, se possa formar a contrapartida entre os benefícios prováveis e as perdas previsíveis”⁵¹⁶, no sentido de haver equilíbrio honesto entre aquilo que se presta e a respectiva contrapartida, isto é, aquilo que serve como benefício e o que se exige. No fundo, a ideia subjacente é a da necessidade de haver harmonização de interesses na economia do contrato, *maxime*, quando ocorre um evento anormal. Aliás, só faz sentido o recurso ao princípio do equilíbrio quando houver desequilíbrio do contrato cuja consequência onera excessivamente um dos contraentes.

⁵¹⁴ Cfr. Pedro Pais VASCONCELOS, *Contratos Atípicos*, p. 420.

⁵¹⁵ Cfr. Guilherme Machado DRAY, *Ob. Cit.*, p. 79

⁵¹⁶ Cfr. António CADILHA, *A Teoria da Imprevisão nos Contratos Administrativos: Gênese e Recepção no Direito Português*, in, *Cadernos Sérvulo de contratos públicos*, N.º #02/2016, Coleção Sérvulo, disponível em, https://www.servulo.com/xms/files/00_SITE_NOVO/01_CONHECIMENTO/03_CADERNOS/2016/Cadernos_Servulo_de_Contratos_Publicos_II.pdf, acesso 25/04/18.

Tomemos como exemplo o problema da empresa vocacionada ao fabrico de móveis para escritórios e lares, que antes da crise, firmou com um fornecedor de madeira em touro, um contrato de fornecimento deste produto por tempo indeterminado (longo). Todavia, com o surgimento da crise, viu diminuir gravemente a sua carteira de clientes, forçando a paralisação dos trabalhos. Diante deste facto, terá aquela direito de alterar as modalidades ou condições do contrato?

Vale dizer que, o princípio do equilíbrio é corolário do princípio da justiça contratual, com o qual tem alguma relação, pois que, não se alcança esta sem o equilíbrio de interesses, prestações e contraprestações entre as partes contratantes. Ou seja, “é justo, aquilo que está equilibrado, e que não onera demasiadamente uma pessoa, guardando um nível de razoabilidade entre as prestações dos contratantes. Segundo Aristóteles, é justo o que é proporcional⁵¹⁷ entre sacrifícios e benefícios⁵¹⁸. O contrário, parece-nos que não é admissível: nem tudo o que é proporcional ou equilibrado pode se afigurar justo. Aqui decorre a ideia segundo a qual, a justiça não pode ser entendida de forma automática.

O princípio do equilíbrio tem assim «função aplicativo-integradora como de valor deôntico». O seu principal objecto reside na relação entre o valor das prestações. Não exige que haja igualdade entre os valores das prestações, todavia, serve, dum lado, de limite a desigualdade em função do seu grau e, por outro, em função da correspondência desses valores com a vontade das partes, viabilizando a reposição das proporções iniciais entretanto perdidas⁵¹⁹. Nesta óptica, com base no restabelecimento do equilíbrio perdido e ponderadas as circunstâncias, nada impede que a parte lesada (fábrica de móveis) possa em nome da boa fé recorrer à revisão das condições contratuais.

⁵¹⁷ Cfr. Maira Cauhi WANDERLEY, *O Equilíbrio Económico do Contrato Civil*, in Conteúdo Jurídico, Brasília-DF, disponível em <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,o-equilibrio-economico-do-contrato-civil,51939.html>, acesso 24 de Maio 2017.

⁵¹⁸ Cfr. Paulo OTERO, *Estabilidade Contratual, Modificação Unilateral e Equilíbrio Financeiro em Contrato de Empreitada de Obras Públicas*, in, ROA, Ano 56 (Dez.1996), Lisboa, p. 944.

⁵¹⁹ Cfr. Rui Pinto DUARTE, *Equilíbrio Contratual como Princípio Jurídico*, in, Estudos em Memória do Conselheiro Artur Maurício, Coimbra edit., Coimbra, 2014, p. 1336. O princípio do equilíbrio, aplica-se também durante a execução do contrato, viabilizando a reposição das proporções iniciais entretanto perdidas.

Há quem defenda haver uma separação entre o princípio do equilíbrio contratual e a justiça contratual. O primeiro, se fundamenta unicamente na equivalência ou igualdade das prestações⁵²⁰, ao passo que, o segundo, procura não só o justo equilíbrio entre encargos e benefícios, como também insere a componente ética no equilíbrio entre as prestações, direitos e deveres das partes contratantes⁵²¹, com vista ao justo.

Na base do princípio do equilíbrio contratual, repousa a ideia geral segundo a qual, as partes devem estar em posições e condições de paridade no que concerne aos direitos contratuais e à assunção de deveres ou responsabilidades contratuais. Este princípio visa justamente impedir que a alteração anormal da circunstância piore e sacrifique ainda mais a posição da parte lesada, e crie em contrapartida, um locupletamento sem justa causa da parte que se encontra avantajada com a alteração da circunstância.

É nos contratos de execução duradoura que o princípio de equilíbrio encontra maior expressividade e assume especial importância, pois é aí que os programas contratuais são menos definidos e é aí que mais frequentemente acontece o equilíbrio que estava previsto ser desvirtuado em função de factos não previstos ou imprevistos⁵²². É o caso de por exemplo, em razão de acentuado encarecimento de matérias-primas ou salários, o empreiteiro for obrigado ainda assim, a construir a obra arruinando-se ou sujeitando-se a prejuízo que vai também para lá do risco normal do contrato⁵²³. Neste caso, piora-se a condição difícil do empreiteiro, impondo-lhe sacrifícios incomensuráveis, de ordem física, moral, financeira e intelectual. O lesado realiza a prestação, “mediante descomunal sacrifício económico, realizando dispêndios para além do razoável, ou mediante o sacrifício, igualmente desrazoável, de outros valores de natureza não patrimonial, como a saúde dele”⁵²⁴ e dos seus colaboradores.

⁵²⁰ Cfr. Fernando Rodrigues MARTINS, *A Justiça Contratual enquanto Princípio de Ordem Pública*, disponível, em <http://www.cartaforense.com.br/Materia.aspx?id=5440>>, acesso Maio 2017.

⁵²¹ Cfr. Carlos Eduardo Pianovski RUZYK e Frederico Eduardo Zenedin GLITZ, *A Lesão no Contratos e a Nova Codificação Civil Brasileira: Uma Análise Crítica a partir do Princípio da Justiça Contratual*, in, Revista Trimestral de Direito Civil, Vol. 15, Jul./Set., Rio de Janeiro, 2003, p. 37.

⁵²² Cfr. Rui Pinto DUARTE, Ob. Cit., p. 1337.

⁵²³ Cfr. Galvão TELLES, *Manual dos Contratos em Geral*, p. 352.

⁵²⁴ Cfr. Ibidem, p. 353.

Ora, não haverá aqui razões para se perseguir o equilíbrio, tendo em conta o estado da obra e a condição precária do empreiteiro para prosseguir com a obra?

A resposta parece-nos afirmativa. Situação de género, leva o intérprete-aplicador a atitude de que, ao buscar o equilíbrio, tenha em conta os ditames do princípio do *favor debitoris*, no sentido de que o equilíbrio a alcançar seja mais favorável à parte lesada no negócio jurídico afectado pelo evento anormal ou imprevisto. Concretamente, procura-se neste princípio facilitar ao máximo a tarefa tanto quanto possível do lesado, permitindo-lhe pôr termo ao contrato ou a sua adequação ou revisão equitativa (art. 437.º, n.º1) para o novo contexto.

O legislador civilista, no âmbito do art. 437.º, não esqueceu da especial atenção que deve ser concedida à parte lesada na relação obrigacional, ou seja, teve em conta a necessidade de haver uma certa preocupação de proteger o contraente sacrificado, por ser a parte mais fraca e consequentemente que mais sente o peso do contrato, que está mais onerada com o contrato gravemente afectado pelo evento estranho às partes.

Na concretização do princípio do equilíbrio contratual, deve-se ter em conta a conjugação de outros princípios e mecanismos técnico-jurídicos como: o princípio da boa fé, que por ser o princípio estruturante do Direito civil, está presente em todos os contratos; a equidade – por causa da sua função de servir de análise pormenorizada das circunstâncias; o conteúdo das cláusulas; a vontade das partes; e tudo mais que concorra para a manutenção e o estabelecimento do equilíbrio.

Nos tempos que correm, o equilíbrio contratual é pautado na observação do conteúdo e resultado do contrato, comparando-se as vantagens e encargos assumidos pelos contratantes no início e no decorrer da execução contratual⁵²⁵. Muitos preceitos legais do Código Civil atestam exactamente a importância e relevância do princípio do equilíbrio, cujas bases legais⁵²⁶ são, *v.g.* os artigos: 237.º (*in fine*, no sentido normal da declaração, prevalece o que conduzir maior equilíbrio das prestações), 239.º (integração dos negócios segundo ditames da boa fé; 282.º e 283.º (anulação e modificação dos

⁵²⁵ Cfr. Maira Cauhi WANDERLEY, *O Equilíbrio Económico do Contrato Civil*, in, Conteúdo Jurídico, Brasília-DF, disponível em, <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,o-equilibrio-economico-do-contrato-civil,51939.html>, acesso, 24 de Maio 2017.

⁵²⁶ Cfr. Rui Pinto DUARTE, *Ob. Cit.*, p. 1337.

negócios usurários); 437.º (Resolução ou modificação do contrato por alteração de circunstâncias); 793.º e 802 (redução proporcional da prestação em caso de impossibilidade parcial); 812.º, n.º 1 (redução equitativa da cláusula penal pelo tribunal); 884.º (redução do preço por meio parcelas e por meio de avaliação), entre outros dispositivos legais.

7.4 - Princípio tutela da confiança

É secular a afirmação segundo a qual, o homem é por natureza um animal social. Ele nasce, cresce e realiza-se com os outros. Não há outro espaço que torna possível a vida, se não a comunidade organizada. E o Direito tem nela a função de regular as relações sociais.

Nesta senda, como concluiu o Supremo Tribunal de Justiça português⁵²⁷, *“o equilíbrio social e a paz jurídica assentam largamente na permanência das posições jurídicas e na realização das legítimas expectativas geradas nas relações entre privados e entre estes e o Estado. Fundam-se na tutela da confiança, nomeadamente, a não retroactividade das leis, o efeito de caso julgado das sentenças e a adopção de critérios objectivos de interpretação e integração dos negócios jurídicos”*.

Entre os doutrinários, tem se debatido a questão de saber, se o princípio da tutela da confiança pode ou não se aplicar ao instituto da alteração das circunstâncias?

A resposta em volta da questão, tem merecido tratamento divergente. Alguns, admitem que aplicação do princípio cabe na previsão do art.º437.º, mas em situações ou âmbitos mínimos, isto é, parcialmente; outros ainda, advogam a sua aplicação em toda amplitude do preceito da alteração das circunstâncias. Ora, antes de entrar concretamente no “confronto” ou relação do princípio em causa e a figura da alteração das circunstâncias, parece-nos metódico, abordar sucintamente a ideia geral do princípio da confiança numa relação obrigacional.

⁵²⁷ Cfr. Acórdão do STJ português, Processo N.º 4865/07.7TVLSB.L1, de 07/07/10, Barreto Nunes (Relator), disponível em, www.dgsi.pt, acesso, 26/04/18. O princípio da confiança surge como um dos princípios fundamentais por que se deve reger o ordenamento jurídico.

Não existe nenhuma definição legal expressa acerca da confiança. Tal, deve-se ao facto do seu conceito indeterminado e pela sua pluralidade de emprego comum, o que torna difícil estabelecer os marcos da sua definição. Porém, o certo é que, já no antigo Direito romano já se fez referência à relevância da confiança nas obrigações contratuais. Já havia sido formulado na *Digesto*⁵²⁸ a regra segundo a qual, “*grave est fidem fallere*”, que significa, é grave trair a confiança ou faltar à palavra. Ainda que a palavra dada não implique sempre a formação de um contrato, ela poderá suscitar no espírito de outrem uma expectativa legítima que mereça a tutela do direito⁵²⁹. Tanto se pode dizer que, confia aquele que crê firmemente numa certa realidade, quem espera uma convicção mais moderada, quem chega a adoptar um comportamento determinado apesar da contingência que não domina, decidido a assumir o correspondente risco na expectativa de que ele não se realiza⁵³⁰.

Segundo Larenz, o princípio da tutela da confiança, “está composto por dois elementos importantes: um de ética jurídica e outro de segurança do tráfico” jurídico. O elemento de ética jurídica, baseia-se na boa fé (tendo em especial atenção os seus deveres acessórios: lealdade, informação e protecção), no sentido de que, uma vez criada a confiança, ela deve ser mantida⁵³¹. Para Carneiro da Frada, eticamente, é reprovável defraudar a confiança que se suscitou⁵³². Por esta razão, defende que, a ordem jurídica não pode deixar de tutelar a confiança, sob pena de não corresponder às suas exigências mais profundas⁵³³. O princípio da confiança tem uma forte relação com a boa-fé objectiva, pois, assenta em um dever geral de conduta, de acordo com os usos e costumes e conforme o que se espera das partes, servindo de limite ao exercício de direitos subjectivos e de suporte para interpretação dos

⁵²⁸ Vide, *Digesto*, 13, 5, 1 pr. Ainda, Fernanda CARRILHO, *Dicionário de Latim Jurídico*, Almedina, Coimbra, 2006, p. 165.

⁵²⁹ Cfr. Lino DIAMVUTU, *A Tutela da Confiança nas Negociações Pré-contratuais*, disponível em, <http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Diamvutu-Lino-A-TUTELA-DA-CONFIANCA-NAS-NEGOCIACOES-PRE-CONTRATUAIS.pdf>, acesso, 26/04/18.

⁵³⁰ Cfr. Manuel António Portugal Carneiro da FRADA, *Teoria da Confiança e Responsabilidade Civil*, Almedina, Coimbra, 2004, pp. 17-18

⁵³¹ Cfr. Karl LARENZ, *Derecho Justo Fundamento da Etica Juridica*, edit. Civitas, Madrid, 1985, pp. 95-96.

⁵³² Cfr. Manuel António Portugal Carneiro da FRADA, Ob. Cit., p. 26.

⁵³³ Cfr. Idem; no mesmo sentido, Baptista MACHADO, *Tutela da Confiança e Venire contra Factum Proprium*, in, *Obra Dispersa*, I, Scientia Jurídica, Braga, 1991, p. 352.

contratos. Aos sujeitos contratantes são impostos os deveres de prevenir e de não criar ou sustentar falsas expectativas⁵³⁴.

A tutela da confiança revela-se *prima facie* como um princípio concretizador do Estado de Direito, uma exigência *sine qua non* para a segurança do tráfico jurídico e uma vida colectiva pacífica e de cooperação⁵³⁵. Tal é a razão de Mota Pinto, entender as obrigações como sendo, “um veículo jurídico-privado por excelência da movimentação dos bens e serviços e da cooperação entre os homens: são instrumento de dinâmica jurídico-privada, e, por assim o serem, demandam para a funcionalidade do mercado, um elemento central: a Confiabilidade”⁵³⁶, isto é, a confiança. Ora, se a vida colectiva carece de paz e cooperação, a *fortiori*, o contrato e os seus sujeitos também devem adoptar condutas tendentes a manter firme o programa contratual em qualquer circunstância, a fim de evitar o ferimento das expectativas geradas no momento da celebração do contrato.

Via de regra, as relações entre pessoas, defende Pais de Vasconcelos, pressupõem um mínimo de confiança sem a qual não seriam possíveis: a confiança na outra parte e confiança nas circunstâncias do negócio e nas aparências⁵³⁷. O contrato deixa assim de ser concebido como um instrumento de interesses antagónicos, para ser entendido como uma relação equilibrada e equitativa baseada na confiança mútua⁵³⁸.

Segundo entendimento jurisprudencial⁵³⁹, “o princípio da protecção da confiança pressupõe um mínimo de previsibilidade em relação aos actos do poder [das partes], de molde a que a cada pessoa seja garantida e assegurada a continuidade das relações em que intervém e dos efeitos jurídicos dos actos

⁵³⁴ Cfr. Ezequiel MORAIS, *O Princípio da Confiança nas Relações Contratuais Cíveis e Consumeristas*, disponível em, [//www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/2144/1582](http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/2144/1582), acesso, 26/04/18.

⁵³⁵ Cfr. Dário Moura, VICENTE, *Da Responsabilidade Pré-Contratual em Direito Internacional Privado*, Colecção Teses, edit. Almedina, 2001, p. 42.

⁵³⁶ Cfr. Carlos Alberto da Mota PINTO, *Teoria Geral do Direito Civil*, p. 119.

⁵³⁷ Cfr., Pedro Pais de VASCONCELOS, *Teoria Geral do Direito Civil*, 3.^a ed., Almedina, Coimbra, 2005, p. 19 e ss.

⁵³⁸ Cfr. Patrícia Buendgens SCHNEIDER, *A Tutela da Confiança na Contratação Contemporânea*, CCJS, Curitiba, 2006, p. 11, disponível em, http://www.biblioteca.pucpr.br/tede/tde_arquivos/1/TDE-2006-10-23T090950Z-438/Publico/PATRICIA%20Dto.pdf, acesso 26/04/18.

⁵³⁹ Cfr. Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte (TCAN) de Portugal, Processo N.º 01312/07.8BEPRT, de 11/02/2010, Carlos Luís Medeiros de Carvalho (Relator), disponível em, www.dgsi.pt.

que pratica, assistindo às pessoas o direito de poderem confiar que as decisões sobre os seus direitos ou relações/posições jurídicas tenham os efeitos previstos nas normas que os regulam e disciplinam”

Assim, em termos gerais e obrigacionais, quando se celebra um contrato, as partes sabem de antemão, que ele vai ser executado ou cumprido na mais pura normalidade, razão pela qual se entende que, o cumprimento é o momento capital e decisivo, verdadeiro centro de gravidade da relação obrigacional⁵⁴⁰. Na realidade a obrigação de prestar, assenta sem dúvidas na confiança que o credor tem da capacidade de solvabilidade do devedor. Ao celebrar o contrato, e longe de qualquer evento externo, o credor (*creditor*) crê e confia no devedor, na sua vontade e capacidade de cumprir a prestação a que se vincula⁵⁴¹. Por isso é que, afirma *Larenz*, a confiança a nenhum momento pode ser defraudada, porque nela repousa a vinculação e a autovinculação⁵⁴². O credor acredita no normal desenvolvimento da vida da relação, segundo a vontade das partes e a função económica tida em vista no momento inicial da constituição da obrigação.

Oliveira Ascensão atribui à confiança três realidades, designadamente: abstracta, potencial e concreta⁵⁴³.

1) Abstracta: a confiança é factor pré-legislativo, quer dizer, o direccionamento à confiança servirá apenas como factor de interpretação das normas.

2) Potencial: exige-se a verificação histórica duma situação potencialmente apta a criar confiança;

3) Concreta: implica a criação histórica duma posição de confiança dum sujeito, perante certa situação. É esta que verdadeiramente interessa, como realidade pessoal e subjectiva.

⁵⁴⁰ Cfr. Jean CARBONNIER, *Flexible Droit*, 3ª edição, Paris, 1976, pp. 221-222. Ainda, João Calvão Da SILVA, *Cumprimento e Sanção Pecuniária Compulsória*, in, BFDUC, (Suplemento XXX), Coimbra, 1987, p. 55 e ss.

⁵⁴¹ Cfr. Manuel de ANDRADE, *Teoria Geral das Obrigações*, 3ª ed., Coimbra, 1966, p. 17.

⁵⁴² Cfr. Karl LARENZ, *Ob. Cit.*, p. 90. Adianta o autor, a causa da vinculação não é a confiança/suscitada, se não o acto enquanto tal, que normalmente origina uma confiança especial.

⁵⁴³ Cfr. José de Oliveira ASCENSÃO, *Direito Civil – Teoria Geral*, Vol. II, 2.ª Ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2003, p. 395-396. Na primeira realidade, a regra visará criar um ambiente de confiança, mas não há que pesquisar se essa confiança foi realmente criada; na segunda, prescinde-se da verificação da criação subjectiva de confiança, em consequência dessa situação, e na terceira, traduz a manifestação do princípio da confiança.

Uma questão pode ser erigida: quando é que num contrato obrigacional se quebra a confiança?

Para a larga maioria dos autores, a tutela da confiança pressupõe a verificação de quatro requisitos⁵⁴⁴:

- a) Uma situação de confiança traduzida na boa fé própria da pessoa que acredita numa conduta alheia;
- b) Uma justificação para essa confiança, sem desacerto dos deveres de indagação razoáveis;
- c) Um investimento de confiança consistente em, da parte do sujeito, ter havido um assentar efectivo de actividades jurídicas sobre a crença consubstanciada em termos que desaconselham o seu preterir;
- d) Uma imputação da confiança à pessoa atingida pela protecção dada ao confiante.

A confiança contratual fundamenta-se sinteticamente, segundo Marc-Philippe Waller, em três pilares: 1- «na vinculação e estabilidade das promessas, 2 – no primado do cumprimento natural, 3 – na boa fé»⁵⁴⁵.

Assim, por exemplo, o devedor viola o princípio da confiança, sempre que, por causa imputável a ele, houver a diminuição das garantias prestadas ou a falta das garantias prometidas, nos termos do art.780.º do CC, ou então, quando dá de garantia, coisa de que não é titular⁵⁴⁶. É o caso de por exemplo, um neto ao solicitar um crédito a uma entidade credora, dá de garantia hipotecária a residência oficial dos avós, mesmo sabendo, que não tem direito de propriedade sobre o imóvel.

Outro facto ocorre nas situações em que se dá uma venda a prestações (*vide* art.ºs 781.º e especificamente 934.º ambos do CC), onde o devedor é obrigado a realizar o número de prestações acordadas. Se porém, ele falhar

⁵⁴⁴ Cfr. Pedro Pais de VASCONCELOS, *Teoria Geral do Direito Civil*, 3ª ed., p. 21; António Menezes CORDEIRO, *Tratado de Direito Civil Português*, I; Parte Geral, I, 2ª ed., Almedina, Coimbra, 2000, pp. 234 e ss.

⁵⁴⁵ Cfr. Marc-Philippe Waller, *Die Vertragstreue*, Tubinga, 2009, pp. 40, ss, *apud*, Catarina Pires MONTEIRO, *Limites dos Esforços e Dispendios Exigíveis ao Devedor para Cumprir*, in, ROA, Ano 76, n.º 1-4 (Jan.-Dez. 2016), Lisboa, p. 107. A autora chama a atenção de que estes três pilares nem sempre revelam, porém, uma perfeita harmonização, surgindo zonas de tensão entre o respeito pela palavra dada e as exigências objectivas do sistema, fundado em valores de justiça e de tutela de autodeterminação dos contraentes.

⁵⁴⁶ Cfr. Antunes VARELA, *Das Obrigações em Geral*, Vol. II, 7ª edição, Almedina, Coimbra, 2010, p. 49.

com uma prestação, importará o vencimento de todas e consequentemente haverá quebra da confiança, pela razão de se ter rompido a cadeia ou corrente da realização da prestação. Como diz Manuel Andrade, «se o credor permitiu ao devedor que pagasse por prestações, foi para lhe facilitar o pagamento, de maneira que, se este deixa de pagar uma prestação, o credor perde a confiança que nele tinha (...), e o credor pode exigir o total pagamento da dívida»⁵⁴⁷.

Tenha-se presente que, nas situações acima, se o credor não confiasse no cumprimento não celebraria o contrato. A confiança, é, assim, “uma condição fundamental para uma relação contratual pacífica, pois, exige que as partes adotem posturas e condutas de cooperação, com vista a preservação da paz jurídica. Por isso, o contraente que defrauda a confiança que a contraparte depositou nela no momento da celebração do negócio jurídico, viola uma exigência do Direito⁵⁴⁸ (segurança do tráfico jurídico). Como sabemos, toda a relação contratual gera obrigações, e estas nascem para serem cumpridas, sendo o seu cumprimento, sem dúvida, o essencial e principal efeito querido pelas partes ao concluírem o contrato⁵⁴⁹.

Julgamos nós que, com base nestas modestas e humildes ideias, achamos estarem criadas as condições para a abordagem do princípio da tutela da confiança no âmbito da alteração das circunstâncias.

O esforço para analisar o enquadramento do princípio da tutela da confiança no instituto da alteração das circunstâncias, deve-se a Wolfgang Fikentscher⁵⁵⁰. Particularmente, Menezes Cordeiro, não aceita a aplicação plena do princípio da tutela da confiança⁵⁵¹. No entanto, admite-o em casos limites, no regime legal do art.º 437.º, mas só em casos de, a tutela da confiança, ser aproveitada para delimitar a alteração das circunstâncias, porquanto se soma, “à vaguidade da alteração da circunstância, a indeterminação da tutela da confiança”⁵⁵². Reconheça-se, no entanto, que a

⁵⁴⁷ Cfr. Manuel A. Domingues ANDRADE, *Teoria Geral da Relação Jurídica*, Vol. II, Livraria Almedina, Coimbra, 1960, n.º 71, p. 319.

⁵⁴⁸ Cfr. Karl LARENZ, *Ob. Cit.*, p. 91.

⁵⁴⁹ Cfr. João Calvão Da SILVA, *Ob. Cit.*, p. 55 e ss.

⁵⁵⁰ Cfr. Menezes CORDEIRO, *Da Alteração das Circunstâncias*, p. 339; *Idem*, *Da Boa Fé*, Vol. II, p. 1060 e ss.

⁵⁵¹ Cfr. Menezes CORDEIRO, *Da Boa Fé*, Vol. II, p. 1060 e ss.

⁵⁵² Cfr. Menezes CORDEIRO, *Da alteração das Circunstâncias*, p. 340

demarcação das fronteiras entre aquele princípio e a figura da alteração das circunstâncias não é uma empresa fácil.

O princípio da tutela da confiança concretiza-se por meio de duas vias⁵⁵³:

- Por meio de dispositivos legais especiais – quando o Direito retrate situações típicas nas quais uma pessoa que, legitimamente, acredite em certo estado de coisas ou o desconheça, receba a vantagem que, de outro modo, não lhe seria conhecida;
- Por meio de institutos gerais susceptíveis de proteger a confiança – que aparecem conectados aos valores fundamentais da ordem jurídica e surgem estreitamente associados, à regra objectiva da boa fé. “A tutela da confiança e a boa fé são, de facto, institutos supletivos, aplicáveis na falta de *ius strictum* que assegure soluções equivalentes”⁵⁵⁴.

Pode afirmar-se que a tutela da confiança poderá ser um corolário da boa fé⁵⁵⁵, ou então, é um imperativo de defesa deste⁵⁵⁶, colocando assim limites precisos aos poderes da parte no que tange a escolha do efeito, seja ele, modificação ou resolução da base negocial da relação contratual, considerando obviamente, as condições em que se encontra a parte lesada.

Carvalho Fernandes defende que, a tutela da confiança do contraente afectado pela alteração anormal das circunstâncias nunca poderia ir além das medidas previstas nos art.ºs 437.º e seguintes, pois, são estes os preceitos que no fundo fixam a tutela de que o contraente lesado é merecedor⁵⁵⁷.

Dito assim, sempre que, dos factos problemáticos, resulte tutela da confiança, as regras de alteração das circunstâncias são preteridas: assim sucederá, perante normas específicas de protecção da confiança⁵⁵⁸, no sentido de que, o regime legal do art. 437.º cede diante de aplicação específica da protecção da confiança. Ou seja, e mais concretamente, há protecção da

⁵⁵³ Cfr. Ibidem, p. 340. Não existe preferência, por nenhum dos requisitos acima, ou seja, não há verticalidade ou ordem hierárquica na sua articulação, são requisitos inter-complementares (*vide* ainda, p. 343).

⁵⁵⁴ Cfr. Ibidem, p. 347.

⁵⁵⁵ Cfr. Luís Cabral de MONCADA, *Boa Fé e Tutela da Confiança no Direito Administrativo*, in, Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Sérvulo Correia, Vol. II, Coimbra edit., Coimbra, Coimbra, 2010, p. 579.

⁵⁵⁶ Cfr. Cfr. Karl LARENZ, *Ob. Cit.*, p. 92.

⁵⁵⁷ Cfr. Carvalho FERNANDES, *Teoria da Imprevisão no Direito Civil Português*, p. 271.

⁵⁵⁸ Cfr. Menezes CORDEIRO, *Da alteração das Circunstâncias*, p. 349-350.

confiança quando se dá a aplicação das disposições legais específicas⁵⁵⁹; fora destas situações, a confiança só é relevante quando os valores fundamentais do ordenamento jurídico, expressos como a boa fé ou sob outra designação, assim o determinarem⁵⁶⁰. O princípio da confiança encontra-se presente em todos os momentos da vida contratual, nos preliminares, na negociação, na celebração, na execução e posterior a execução. O princípio da confiança joga um papel importante na interpretação das declarações⁵⁶¹ das partes e sobretudo no momento em que o intérprete-aplicador poderá, quando necessário, ser chamado a intervir no restabelecimento do equilíbrio económico do negócio afectado gravemente por um evento externo. Assim, fundam-se na tutela da confiança, nomeadamente, a não retroactividade da *lex contractus*, a adopção de critérios objectivos de interpretação e integração do negócio jurídico⁵⁶².

Portanto, se partirmos do pressuposto de que, os princípios não se aplicam numa lógica de tudo ou nada, antes porém, valem gradativamente e de forma coordenada com os demais elementos do sistema jurídico, designadamente com os outros princípios, tal como defendem Gomes Canotilho⁵⁶³ e António Cortês⁵⁶⁴, logo compreende-se que, o princípio da confiança caminha supletivamente com o princípio da boa fé (boa-fé objectiva), pois, pressupõe a observância de deveres de conduta entre as partes. Por outra, se o princípio da confiança é admissível em casos limites (por força de normas específicas) no instituto da alteração de circunstâncias, tal como defende Menezes Cordeiro, isto não significa dizer que não se aplica ao regime legal do art.º, 437.º. Está justamente a dizer que, aplica-se o princípio é aplicável ao regime da alteração de circunstâncias, sempre que normas específicas não o afastarem, pois estas fazem com que ela ceda diante do regime do art.º 437.º

⁵⁵⁹ Ex: art.ºs, 179.º, 184.º, n.º 2, 226.º, 243.º, 291.º, 1009.º, 1301.º, e 2076.º, n.º 1, todos do Código Civil.

⁵⁶⁰ Cfr. Menezes CORDEIRO, Ob. Cit., p. 340.

⁵⁶¹ Cfr. Karl LARENZ, Ob. Cit., p. 92.

⁵⁶² Vide, Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça português, processo n.º 4865/07.7TVLSB.L1.S1, de 07-07-2010, Nuno Barreto (Relator), disponível em, www.dgsi.pt, O princípio da confiança surge como um dos princípios fundamentais por que se deve reger o ordenamento jurídico.

⁵⁶³ Cfr. José Joaquim Gomes CANOTILHO, Ob. Cit., p. 279 ss;

⁵⁶⁴ Cfr. António CORTÊS, Ob. Cit., p. 127 ss.

Capítulo VIII

8- Figuras afins da alteração das circunstâncias

O nosso propósito neste capítulo, baseia-se em saber ao certo, se dentro ou fora do nosso sistema jurídico-civil, existem figuras que tenham alguma afinidade ou aproximação com o instituto da alteração das circunstâncias. Não partimos de um vácuo. Tivemos em linha de conta um critério selectivo e reflexivo para determinar com alguma certeza as figuras afins à alteração de circunstâncias. Dentre as figuras afins destacam-se:

8.1 - Cláusulas de renegociação ou “*hardship clauses*”

A cláusula de *hardship*, também designada como cláusula de renegociação, nasceu da prática comercial internacional, como mecanismo de tutela das relações contratuais, ante, a acontecimentos imprevisíveis, capazes de provocar uma alteração grave que afecte a execução de contratos de longa duração ou de execução duradoura. Tal é o caso de, por exemplo, “num contrato de fornecimento a longo prazo, em que o preço pré-fixado de cada remessa deve ser pago em determinada moeda, verifica-se uma forte desvalorização da moeda, razão por que o montante pago fica muito aquém da mercadoria fornecida”⁵⁶⁵.

Veja-se por exemplo, o caso típico da nacionalização da companhia anglo-francesa *Suez canal company* (Canal de Suez) feita pelo presidente egípcio Gamal Abdel Nasser a 30 de Junho de 1956, única via marítima que liga rapidamente a Europa a Ásia sem contornar a África pelo Cabo da Boa Esperança, bloqueando a passagem de vários navios comerciais da Ásia para Europa e vice-versa, causando prejuízos incalculáveis para os contratos de transporte marítimo. Alguns contraentes lesados com a medida, recorrendo aos tribunais ingleses para a adaptação dos contratos, viram suas pretensões indeferidas, porquanto, não haviam inserido nos respectivos contratos a cláusula de *hardship* ou de renegociação. Como consequência, alguns

⁵⁶⁵ Cfr. Luís de Lima PINHEIRO, *Cláusulas Típicas dos Contratos do Comércio Internacional*, in, Separata da Obra “Estudos de Direito Comercial Internacional”, Almedina, Coimbra, 2004, p. 247.

contraentes tiveram de suportar o sacrifício contratual causado pelo surgimento do evento superveniente.

Na essência, esta cláusula prevê, a obrigação de as partes renegociarem o contrato quando a sua execução se mostre excessivamente onerosa em virtude de um evento com que não pudesse razoavelmente contar-se ao tempo da conclusão do contrato⁵⁶⁶; ou seja, estabelece um dever de renegociar um contrato quando ocorre uma modificação substancial das circunstâncias, modificação essa susceptível de afectar o equilíbrio global do contrato⁵⁶⁷, causando assim, o aumento do valor do custo das prestações ou diminuição do valor da contra-prestação.

A cláusula de hardship, permite uma renegociação do contrato diante de uma dificuldade económica causado por uma circunstância imprevisível e inevitável, que tornou a obrigação de uma das partes muito penosa, sacrificando-a, desequilibrando gravemente o contrato, nos termos em que foi celebrado. As cláusulas de renegociação “funcionam como mecanismos para atenuar os efeitos inevitáveis e imprevisíveis de natureza económica”⁵⁶⁸, e não só.

Por esta razão, quando ocorrer um evento que ponha em causa o equilíbrio e as condições que rodearam inicialmente o ambiente da celebração do contrato e, mediante o qual, sujeitar uma delas a um sacrifício injusto, pode esta socorrer-se da revisão do contrato. É justamente este o papel da cláusula de *hardship*, que é de “provocar uma renegociação do contrato quando a alteração em causa tenha ocorrido”⁵⁶⁹.

⁵⁶⁶ Cfr. Dário Moura VICENTE, *Crise Económica Mundial e os Contratos Internacionais*, p. 629.

⁵⁶⁷ Cfr. António Pinto MONTEIRO e Júlio GOMES, *A «Hardship Clause» e o Problema da Alteração das Circunstâncias*, Separata da Revista *Jure Et de Jure* no 20 anos da Faculdade de Direito da UCP, Porto, 1998, pp. 21-22. A expressão “*hardship*” faz alusão às dificuldades com que as partes se podem deparar na execução de um contrato; no mesmo sentido, Luís de Lima PINHEIRO, *Ob. Cit.*, p. 248; Carvalho FERNANDES, *Teoria da Imprevisão no Direito Civil Português*, p. 316.

⁵⁶⁸ Vide, Paula BORGES, *A Cláusula de Hardship nos Contratos Internacionais*, disponív. em, <https://direitodiario.com.br/clausula-de-hardship-contratos-internacionais/>, acesso so 26/04/18.

⁵⁶⁹ Cfr. Bruno, OPPETIT, *L'Adaptation des Contrats Internationaux aux Changements de Circonstances: la Clause de «Hardship»*, in, *Journal du Droit International*, vol. 101, 1974, p. 797; Maurício Almeida PRADO, *Le Hardship dans le Droit du Commerce International*, FEC, Bruylant, 2003, p. 119. Para este autor as cláusulas de *hardship* são aquelas que visam governar a situação onde uma modificação das circunstâncias, imprevisível e que escapa ao controlo das partes, afecta o contrato de tal maneira que o seu equilíbrio é perturbado”.

Segundo Pinto Monteiro e Júlio Gomes⁵⁷⁰, uma das características destas cláusulas consiste no seu teor genérico: o seu escopo é, em regra, manter o equilíbrio global das prestações a que as partes se obrigaram. Elas podem “assumir a forma de cláusulas de indexação ou revisão de preços, que desencadeiam a modificação automática do contrato caso de verifiquem determinadas circunstâncias”⁵⁷¹

Tipicamente, estas cláusulas desdobram-se em dois momentos: num primeiro momento, procura-se indicar quando é que surge ou se concretiza aquele dever de renegociar o contrato, ao passo que, num segundo momento, se especifica o procedimento a empregar para a revisão do contrato e se explicitam as consequências do seu incumprimento ou, de modo mais geral, do seu insucesso.

Confere-se à parte que demonstrar essa circunstância a faculdade de resolver o contrato na falta de acordo quanto à revisão do mesmo⁵⁷². Assim, quanto aos Direitos português e angolano, não se acolhe especificamente o dever de renegociar⁵⁷³ o contrato em caso de alteração das circunstâncias; mas nada obsta que as partes o estipulem, através da inclusão nele de uma cláusula de *hardship*⁵⁷⁴. O professor Dário Moura Vicente, defende que, é admissível nos nossos dias (nos Direitos nacionais), com as devidas vantagens, a associação das cláusulas de *hardship* a convenções de arbitragem, que conferem a árbitros o poder de adaptarem o contrato a novas circunstâncias na falta de acordo entre as partes a este respeito⁵⁷⁵.

⁵⁷⁰ Cfr. Clive M. SCHITTHOFF, *Hardship and Intervener Clauses*, The Journal of Business Law, 1980, p. 85; António Pinto MONTEIRO e Júlio GOMES, Ob. Cit., pp. 22.

⁵⁷¹ Cfr. Luís de Lima PINHEIRO, Ob. Cit., p. 248.

⁵⁷² Cfr. Dário Moura VICENTE, Ob. Cit., p. 629.

⁵⁷³ Há quem defenda que, a cláusula de renegociação é uma cláusula *rebus sic stantibus* aperfeiçoada, pois que, por intermédio daquela, as partes obrigam-se a pôr-se de acordo quanto à adaptação do contrato às superveniências e, por isso, acham-se autorizadas a requerer a revisão periódica do contrato. Vide A. Aníbal ALTERINI, “Teoria de la Imprévision y cláusula de hardship”, in, *Revista Roma e América*, 2002, p. 62.

⁵⁷⁴ Cfr. António Pinto MONTEIRO e Júlio GOMES, Ob. Cit., pp. 35.

⁵⁷⁵ Cfr. Dário Moura VICENTE, Ob. Cit., p. 630. Em Portugal, por exemplo, o art.º 1.º, nº 4, da Lei da Arbitragem Voluntária de 2011, consagra que, os árbitros podem actualizar e rever os contratos quando as partes lhes confiarem essa função; Em Angola, o art.º 2.º, nº 4, da Lei da Arbitragem Voluntária, estipula que as partes podem na convenção de arbitragem, estender o respectivo objecto a outras questões relacionadas com o litígio conferindo aos árbitros, nomeadamente, o poder de precisar, completar, actualizar e, inclusivamente, rever os contratos ou as relações jurídicas que determinaram a convenção de Arbitragem. Vide Linu DIAMVUTU, *A Convenção de Arbitragem no Direito Angolano*, Almedina, Coimbra, 2016, pp. 36-37.

Na verdade, defende Carvalho Fernandes⁵⁷⁶, o recurso às cláusulas de renegociação ou de *hardship*, permite encontrar soluções mais ajustadas às particularidades dos contratos em cujo conteúdo se inserem, razão pela qual, manifesta o seu acordo quanto à validade daquelas no ordenamento jurídico português e, conseqüentemente, o angolano; o autor entende que, se as partes, com base na autonomia privada, celebrarem validamente o negócio, nada impede que renegoceiem o negócio, verificadas determinadas circunstâncias. No fundo, quer isto dizer que, as cláusulas de renegociação ou de *hardship* são apenas mais um meio, de regulamentação autónoma dos efeitos da alteração das circunstâncias⁵⁷⁷, de modo que, sejam um instrumento apto a permitir o equilíbrio do contrato, através do qual se poderá interferir nele para promover a sua readaptação, de forma a distribuir entre as partes os prejuízos decorrentes do desequilíbrio contratual e, assim, torná-lo novamente equilibrado⁵⁷⁸.

A cláusula de *hardship* não pode ser confundida com a cláusula de *force majeure*, pois que esta diz respeito a factos ou eventos que escapando ao controlo e/ou previsibilidade das partes tornam a execução do contrato impossível. É o caso das guerras, incêndios, terremotos, tempestades, catástrofes naturais. Ao passo que, aquela se reporta a alterações fundamentais e profundas das condições económicas que, embora, tornem a execução particularmente onerosa para uma das partes, não a tornam impossível⁵⁷⁹.

Quais são as condições para que o lesado recorra a cláusula de renegociação ou de *hardship*?

Com base em tudo quanto foi dito antes a respeito da cláusula, resulta do nosso entendimento que, e salvo melhor compreensão, deverão existir três condições, designadamente:

- a) Que os eventos supervenientes ocorram após a conclusão do contrato;

⁵⁷⁶ Cfr. Carvalho FERNANDES, Ob. Cit., p. 316.

⁵⁷⁷ Cfr. Ibidem, p. 317.

⁵⁷⁸ Cfr. Maria Lúcia Pereira de BRITO, *Da Alteração das Circunstâncias à Cláusula de Hardship: A emergência do princípio geral da renegociação dos contratos*, Dissertação apresentada à FDUC, Coimbra, 2013, p. 34.

⁵⁷⁹ Cfr. Luís de Lima PINHEIRO, Ob. Cit., p. 248.

- b) Que a parte afectada ou lesada não teria concluído o contrato se os eventos fossem dela conhecidos;
- c) Que o risco do contrato ultrapasse aquele que o lesado assumiu no momento da constituição da obrigação;
- d) Que a execução do contrato se torne excessivamente onerosa em virtude do evento imprevisto.

Uma chamada de atenção impõe-se fazer: como a cláusula de *hardship* é típica do comércio internacional, a sua eficácia só poderá ser lograda pela parte lesada ou em desvantagem, se porventura, estiver inserida no contrato. Se não estiver inserida no contrato, a parte afectada pelo desequilíbrio, obriga-se a cumprir o contrato, independentemente do sacrifício excessivo que o evento imprevisto lhe tenha causado. Assim é porque, “a cláusula de *hardship* dentro dos usos do comércio internacional não é permitida ou considerada como elemento normativo do contrato, depende de uma estipulação das partes”⁵⁸⁰. Desta feita, é muito importante que nos contratos execução continuada ou de longa duração, os contraentes tenham a perspicácia de que, no decurso da vida do contrato há factores, “económicos, sociais, financeiros, legais, tecnológicos, políticos, ou outros”⁵⁸¹, que podem provocar a alteração substancial do equilíbrio do contrato acarretando graves prejuízos para qualquer um deles. Dali o fundamento da necessidade de inclusão no contrato das cláusulas de renegociação ou de *hardship*, como mecanismo de amortecimento do impacto causado por circunstâncias imprevistas, permitindo assim, a sua adaptação.

A maior afinidade entre as cláusulas de renegociação ou de *hardship* e a alteração de circunstâncias, consiste no facto de terem como campo de incidência os contratos de execução contínua, duradoura ou de trato sucesso, isto é, contratos cuja execução se prolonga no tempo. São estes contratos que estão sujeitos a abalos causados por eventos estranhos no decurso da sua execução. Por outro lado, há neles o mote de redistribuição dos prejuízos e vantagens para a reposição do equilíbrio.

⁵⁸⁰ Cfr. Luís de Lima PINHEIRO, Ob. Cit., p. 251.

⁵⁸¹ Cfr. Leonardo Gomes de AQUINO, *As Particularidades Conceituais da Cláusula de Hardship*, disponível em, http://repositorio.uportu.pt/bitstream/11328/1086/1/Leonardo_aquino.pdf, acesso, 20/04/18.

Haverá alguma articulação entre a alteração das circunstâncias dos art.ºs 437.º - 439.º, com as cláusulas de renegociação ou de *hardship*?

Pelo que nos parece, Carvalho Fernandes⁵⁸², não vê obstáculo algum a esta articulação. Este autor, baseia seu pensamento na ideia segundo a qual, tendo em conta a natureza supletiva dos art.ºs 437.º-439.º, se no contrato contiver uma cláusula de renegociação ou de *hardship*, esta tem precedência sobre a solução legal; e se a renegociação não for possível ou adequadamente suficiente para o negócio jurídico, se pode fazer ou não recurso aos art.ºs 437.º-439.º. Não obstante, o Direito português não reconhecer e consagrar expressamente, a estipulação de uma cláusula de *hardship* constituiria um “*plus*” relativamente ao que o art.º 437.º estabelece⁵⁸³, advoga o professor Dário Moura Vicente. Por isso, é recomendável a sua estipulação, quer seja nos contratos internacionais, nas convenções de arbitragem⁵⁸⁴, sem arredar, obviamente, sua estipulação nos direitos internos, por meio da autonomia de vontade das partes.

À primeira vista parece não ser possível, pois que, a escolha da cláusula de renegociação afasta o regime legal e pugna por uma solução mais conforme a vontade das partes. Mas, defende Carvalho Fernandes, nada impede que, verificando-se os necessários requisitos, o contraente afectado com a alteração das circunstâncias ser admitido a submeter o caso a tribunal nos termos dos art.ºs 437.º e seguintes, requerendo preferivelmente a modificação do contrato ou então a sua resolução.

8.2 - A frustração do contrato “*frustration*”

Existem figuras que, embora, o nosso ordenamento jurídico não consagra expressamente como alteração das circunstâncias, porém, reportam-se concretamente a eventos estranhos à vontade das partes. Tal é o caso das figuras da *frustration of purpose or of contract* e da *impracticability*.

A primeira desenvolvida pela jurisprudência inglesa, que tanto pode ser aplicada a casos de impossibilidade de cumprimento, como também em alguns

⁵⁸²Cfr. Carvalho FERNANDES, Ob. Cit., p. 318-319.

⁵⁸³ Cfr. Dário Moura VICENTE, Ob. Cit., p. 630.

⁵⁸⁴ Cfr. Luís de Lima PINHEIRO, Ob. Cit., p. 251. À face de sistemas como o português e alemão, resulta da cláusula de *hardship* que imponha a adaptação do contrato um dever de renegociar o contrato de boa fé.

casos de alteração de circunstâncias, ao passo que a segunda, vigente no Direito americano no art.º 2-615 do *Uniform Commercial Code*, que consagra a doutrina da “impraticabilidade ou *impracticability*” entendida em termos semelhantes⁵⁸⁵. Dadas as suas semelhanças com o regime legal do art.º 437.º-439.º (alteração de circunstâncias), julgamos que faz todo o sentido tecer algumas referências sobre elas neste trabalho.

A grosso modo, a ideia de que uma alteração das circunstâncias pode, em si mesma, levar à adaptação ou a cessação de uma obrigação contratual é desconhecida no Direito inglês⁵⁸⁶. De facto, a figura da alteração das circunstâncias não tem acolhimento nos sistemas da *common Law*, e logo, os ingleses desconhecem-na completamente.

Apesar do desconhecimento da figura do nosso art.º 437.º, pelos ingleses, não falta, entre nós, quem defenda que, o problema da alteração das circunstâncias, é tratado na doutrina inglesa, na perspectiva da frustração “*frustration*” do contrato⁵⁸⁷, *frustration of purpose* e da *impracticability*⁵⁸⁸.

Segundo Lord Radcliffe, a *frustration* «ocorre sempre que a ordem jurídica reconhece que, sem que haja incumprimento de qualquer das partes, uma obrigação contratual se tornou insusceptível de ser executada, porque as circunstâncias em que a sua execução teria lugar a transformariam em algo radicalmente diferente daquilo que foi convencionado no contrato. *Non haec foedera veni. Não foi isto o que prometi fazer*»⁵⁸⁹.

Por outras palavras, a frustração prende-se com a representação incorrecta de como as coisas virão a ser mais tarde, ao tempo da execução do

⁵⁸⁵ Cfr. Luís de Lima PINHEIRO, Ob. Cit., p. 249.

⁵⁸⁶ Cfr. Ewoud HONDIUS/Hans Christoph GRIGOLEIT (org), *Unexpected Circumstances in European Contract Law*, Cambrige, 2011, p. 164, *apud*, Dário Moura VICENTE, *Crise Económica Mundial e os Contratos Internacionais*, p. 619.

⁵⁸⁷ Cfr. Pedro Pais VASCONCELOS, *Teoria Geral do Direito Civil*, 7ª ed., p. 313.

⁵⁸⁸ Cfr. Dário Moura VICENTE, Ob. Cit., p. 619. Nada obsta que as partes estipulem o dever de renegociar, através da inclusão nele da cláusula de *hardship*. Mas ele não põe em causa a imperatividade do art.º 437.º, que apenas não consente a exigência das prestações devidas ao abrigo do contrato quando tal se mostre contrário à boa-fé. No mesmo sentido, *vide*, Luís de Lima PINHEIRO, Ob. Cit., p. 249.

⁵⁸⁹ *Vide*, *Davis Contractors Ltd. v. Fareham U.D.C.*, [1956], 2 A11 E.R. 145, *apud*, Dário Moura VICENTE, Ob. Cit., p. 619. Tratava-se de um contrato de empreitada cuja execução levou 22 meses em lugar dos oito estipulados no contrato, devido a escassez de mão-de-obra e de materiais, daí resultando um custo para o empreiteiro muito superior ao preço estipulado. A câmara dos Lordes rejeitou a pretensão do empreiteiro de um pagamento adicional fundado na excessiva onerosidade do contrato.

contrato⁵⁹⁰; ou ainda, tem lugar quando o evento superveniente e imprevisto compromete o propósito fundamental de uma das partes ao celebrar o contrato, desde que ambas as partes o conhecessem ao tempo da celebração⁵⁹¹. Aliás, é o que acontece exactamente quando a alteração de circunstâncias conduz à frustração do fim visado com o contrato⁵⁹², ou com o negócio jurídico celebrado⁵⁹³. Ou seja, desaparece o objecto do negócio, pois que, não se realiza devido ao impacto grave causado pelo surgimento do evento inesperado e inimputável às partes.

Dito deste modo, a construção inglesa da “*frustration*” não difere fundamentalmente da construção da alteração das circunstâncias. Na sua

⁵⁹⁰ Cfr. Pedro Pais VASCONCELOS, Ob. Cit., p. 313.

⁵⁹¹ Dário Moura VICENTE, Ob. Cit., p. 619. Nota 59 - A consagração jurisprudencial da doutrina da *frustration* remonta a Inglaterra no caso *Taylor v. Caldwell*, julgado em 1863 pelo *High Court (Queen's Bench Division)*, [1863] 122 E.R.309. O caso dizia respeito ao arrendamento de um imóvel para a realização de uma série de concertos. Pouco antes da data prevista para estes, o imóvel foi destruído por um incêndio. Os arrendatários demandaram os proprietários do imóvel pelos danos sofridos em consequência do alegado incumprimento por estes do contrato. Na sua opinião, o juiz Blackburn sustentou que a existência do imóvel era uma condição implícita da execução do contrato. Tendo o mesmo sido destruído sem culpa de qualquer das partes, ambas teriam, por isso, ficado exoneradas das suas obrigações. Cabe aqui referir a decisão proferida pelo *Court of Appeal inglês* num dos célebres *coronation cases* suscitado pelo adiamento da coroação de Eduardo VII: cfr. *Krell v. Henry*, [1903] 2 K.B. 740, *Griffith v. Brymer* – tiveram como fundo, contratos de locação, por verbas avultadas, de quartos com vista para o cortejo da coroação; no primeiro (*Krell v. Henry*), o contrato foi celebrado antes e, no segundo (*Griffith v. Brymer*), depois do cancelamento do cortejo real, embora no desconhecimento desse cancelamento. Em ambos os casos, o tribunal libertou as partes da vinculação assumida com o fundamento na frustração do fim contratual. Caso *Herne Bay Steamboat Co. v. Hutton* (1903) – o litígio centrou-se no aluguer de um barco de recreio para observar a frota de guerra britânica que, para a celebração do evento, se encontrava fundeada ao largo de *Portishead* no dia da coroação do rei Eduardo VII. A cerimónia de coroação foi cancelada por doença do rei, mas o tribunal manteve o contrato considerando que se não tinha frustrado o fim de ver a frota que, apesar do cancelamento das cerimónias, se manteve no local. Vide, Pedro Pais VASCONCELOS, *Teoria Geral do Direito Civil*, 7ª ed., p. 314.

⁵⁹² Cfr. Luís de Lima PINHEIRO, Ob. Cit., p. 249.

⁵⁹³ Cfr. Mário César GIANFELICI, *La Frustración del Fim del Contrato*, edit. Hammurabi, Bueno Aires, 2004, p. 163. Tal é v.g, o caso *Alerse S.R.L. c vs Carrefour Argentina S/A (CNVCiv., Sala M, 13/10/97)*. Em causa estava um contrato de locação celebrado entre as duas empresas: a *Carrefour Argentina S/A*, deu de locação (*Alerse S.R.L.*) um estabelecimento comercial, situado num *shopping center*. Depois de celebrado o contrato, circunstâncias não imputáveis às partes (conjuntura económica, inauguração de um novo shopping nas proximidades, a localização geográfica), forçaram o encerramento do shopping, causado pela queda considerável nos volumes de venda, perda dos consumidores e do público em geral a favor do shopping concorrente. A empresa locatária (*Alerse S.R.L.*), intentou uma acção contra a *Carrefour Argentina S/A*, pedindo para o efeito a resolução do contrato, além dos danos e prejuízos causados. O tribunal da primeira instância julgou procedente o pedido da autora, e consequentemente, condenou a ré a reembolsar à autora as despesas efectuadas com a instalação da empresa no local e a restituir os equipamentos que ali permaneceram. O tribunal de recurso (Tribunal da alçada) confirmou a sentença da primeira instância, considerando que havia a frustração do fim do contrato, justificando que, o objectivo principal que levou a locatária (autora) a celebrar o contrato, tinha como base a funcionalidade, na organização e na atracção do público devido a agregação de várias empresas no shopping em causa.

fundamentação, é possível encontrar semelhanças de base que revelam o fundo comum juscultural dos juristas europeus⁵⁹⁴. Parece-nos que o fundo comum de que aqui se refere, consiste num olhar aos fundamentos da sua origem, desde os canonistas até ao século XX. A *frustration* cobre fundamentalmente as situações que nos sistemas romanísticos integram o conceito de impossibilidade superveniente da prestação⁵⁹⁵.

Do exposto, resulta que, a figura da *frustration* mereceu dois enquadramentos: o primeiro, tem a ver com a afirmação de que, a *frustration* é para os ingleses tal como é para nós, o problema da alteração das circunstâncias, tal como defende Pais Vasconcelos; o segundo, centra-se em considerar a frustração “*frustration*” do contrato na perspectiva da impossibilidade superveniente da prestação, defendida pelo professor Dário Moura Vicente. Resta saber por qual consideração devemos nos centrar.

Faz algum sentido erigir esta questão?

Pensamos que, de nada adianta entrarmos nessa discussão, porquanto, por si só, pode nos desviar da questão central e nos remeter a posição de “*offside*”. No fundo, cabe salientar que, o que importa tanto numa posição, quanto na outra, é ter presente o traço comum, que é a influência das circunstâncias anormais e inesperadas na realização da prestação.

Ora bem, a questão sobre a influência do tempo ou das circunstâncias na estabilidade dos negócios jurídicos, já remonta há muitos séculos, e dele já se terá dito muito. Desta feita, em qualquer circunstância, e por mais simples que ela seja, a frustração leva sempre o contraente lesado a um estado de insatisfação por não realização do programa contratual.

Segundo o professor Dário Moura Vicente, o efeito principal da ocorrência de um evento frustrante “*frustrating event*” consiste na exoneração “*discharge the contract*” do devedor em virtude da sua resolução “*termination*”, podendo ainda haver lugar à restituição de quantias recebidas e à compensação das despesas realizadas⁵⁹⁶. Nas palavras de Lord Summer, este

⁵⁹⁴ Cfr. Pedro Pais VASCONCELOS, Ob. Cit., p. 316.

⁵⁹⁵ Cfr. Dário Moura VICENTE, Ob. Cit., p. 620.

⁵⁹⁶ Cfr. *Law Reform (frustrated contracts) Act 1943*, seccção 1 (2) e (3), *apud*, Dário Moura VICENTE, Ob. Cit., p. 621. No Direito americano o termo, *impracticability* exige cumulativamente três requisitos capazes de exonerar o devedor: a) A ocorrência de uma contingência, ou seja, de facto inesperado; b) Que o risco da ocorrência desse facto não recaia

efeito, ocorreria «*forthwith, without more and automatically*»⁵⁹⁷, isto é, imediatamente, sem mais e automaticamente.

Se analisarmos bem os precedentes dos “*coronations cases*” (*Taylor v. Caldwell*, *Krell v. Henry* e *Griffith v. Brymer*), vamos perceber que todas as decisões foram tomadas no sentido da exoneração do devedor da prestação, dado que a superveniência do evento não se produziu por culpa de nenhum contraente, pelo que, o(s) credor(es) teve(ram) que suportar os prejuízos causados pela impossibilidade. Neste sentido, é fácil notar que, em caso de alteração das circunstâncias, o direito inglês não é condescendente com a modificação do contrato, pugna imediatamente para a resolução. Liberta o devedor em caso de frustração do fim contratual, o que às vezes leva à grandes “injustiças”⁵⁹⁸.

Nos parece que, a frustração da finalidade do contrato atinge, bem vistas as coisas e salvo opinião contrária, a utilidade prática da prestação; não atinge a própria prestação (objecto do contrato)⁵⁹⁹, que se afigura activamente possível de ser realizada ou cumprida pelo devedor, porém, deixou de ter interesse ao credor. Esse pensamento parece fazer *jus* ao caso *Herne Bay Steamboat Co. v. Hutton* (1903). O litígio centrou-se no aluguer de um barco de recreio para observar a frota de guerra britânica no dia da coroação do rei Eduardo VII. A cerimónia de coroação foi cancelada por doença do rei, mas o tribunal manteve o contrato considerando que se não tinha frustrado o fim de ver a frota e que, apesar do cancelamento das cerimónias, se manteve no local.

A *frustration* pode incidir afectar os contratos de execução diferida como também contratos duradouros. Estes contratos, como tivemos oportunidade de ver anteriormente, têm como característica precípua o decurso do tempo que medeia o momento da celebração e da conclusão do contrato. E neste decurso do tempo, podem surgir circunstâncias imprevistas que

sobre uma das partes por força do contrato; c) que a ocorrência deste facto tenha tornado o contrato “”

⁵⁹⁷ Cfr. Catarina Pires MONTEIRO, *Impossibilidade da Prestação*, Almedina, Coimbra, 2017, p. 393.

⁵⁹⁸ Vide, Raymond YOUNGS, *English, French & German Comparative Law*, 3ª ed, Londres/Nova Iorque, 2014, p. 673, *apud*, Dário Moura VICENTE, Ob. Cit., p. 622.

⁵⁹⁹ Cfr. Filipe Rocha DEIAB, *O Alargamento do Conceito de Impossibilidade no Direito das Obrigações: Inexigibilidade e a Frustração do Fim do Contrato*, in: *Revista Quaestio Iuris*, Vol. 05, n.01, pp. 137-177 (137).

impossibilitam, no todo ou em parte, a realização da prestação ou do fim do contrato. Portanto, no direito inglês, sempre que se verifique um “*frustrating event*” o efeito ou a consequência principal do contrato é a resolução “*termination*”⁶⁰⁰. Assim, se uma alteração de circunstâncias retarda o cumprimento ou altera tanto a sua natureza, transformando-o em algo radicalmente diferente daquilo que foi querido e contemplado pelas partes no momento da celebração do contrato (*frustration*), nestas situações, o tribunal pode adaptar o contrato ou considerá-lo terminado, defende Lima Pinheiro⁶⁰¹.

8.3 - Impossibilidade superveniente da prestação

A impossibilidade superveniente da prestação cabe, a título comparativo, na ideia de perturbação das prestações do actual e/ou vigente BGB alemão, que incorporou nos §§ 275⁶⁰² as diversas situações de incumprimento e que na sua simplicidade, veio tratar unitariamente: das impossibilidades objectiva e subjectiva, de facto e de Direito e das impossibilidades inicial e superveniente⁶⁰³, incluindo aquela. O § 275 corresponde, para o nosso caso, com o art.º 790.º do Código Civil, diferindo assim da forma unitária do BGB de 2002.

No nosso ordenamento jurídico, a impossibilidade superveniente da prestação vem regulada no art.º 790.º, com a epígrafe “impossibilidade objectiva”, cuja finalidade do regime consiste «em resolver um problema de cumprimento ou de não cumprimento»⁶⁰⁴, ao dispor o seguinte:

⁶⁰⁰ Cfr. Dário Moura VICENTE, Ob. Cit., p. 621.

⁶⁰¹ Cfr. Luís de Lima PINHEIRO, Ob. Cit., p. 249.

⁶⁰² Cfr. António Menezes CORDEIRO, *A Modernização do Direito das Obrigações*, ROA, Ano 62, Abril 2002, Lisboa, pp. 337-339. Na sua nova redacção, com a epígrafe “exclusão do dever de prestar” dispõe: 1 – a pretensão à prestação é excluída sempre que esteja impossível para o devedor ou para todos; 2 – O devedor pode recusar a prestação sempre que esta requeira um esforço que esteja em grave desproporção perante o interesse do credor na prestação, sob a consideração do conteúdo da relação obrigacional e regra da boa fé. Na determinação dos esforços imputáveis ao devedor é também de ter em conta se o impedimento da prestação deve ser imputado a este último; 3- O devedor pode recusar ainda a prestação quando deve realizar pessoalmente a prestação e esta, quando ponderados os impedimentos do devedor perante o interesse do credor na prestação não possa ser exigível. O n.º 2, consigna a impossibilidade prática ou fáctica, competindo ao devedor decidir se lança a mão dela. O n.º 3, consigna a impossibilidade pessoal (casos de obrigações infungíveis)..

⁶⁰³ Cfr. Ibidem, pp. 328-330.

⁶⁰⁴ Cfr. Nuno Manuel Pinto de OLIVEIRA, *Princípios de Direito dos Contratos*, Coimbra edit., Coimbra, 2011, p. 543. Os princípios e regras sobre a impossibilidade superveniente da prestação por causa não imputável ao devedor podem dividir-se em três categorias: a) Os art.ºs 790.º a 794.º, 801.º, n.º 1, e o 803.º, constituem o regime geral, aplicando-se, como se

1- A obrigação extingue-se quando a prestação se torna impossível por causa não imputável ao devedor;

2- Quando o negócio do qual a obrigação procede houver sido feito sob condição ou termo, e a prestação for possível na data da conclusão do negócio, mas se tornar impossível antes da verificação da condição ou do vencimento do termo, é a impossibilidade considerada superveniente e não afecta a validade do contrato.

Neste artigo, subjaz a ideia segundo a qual, a impossibilidade superveniente provoca a extinção da relação obrigacional. «Em Direito, diz-se impossibilidade a situação na qual o devedor não possa, independentemente da sua vontade, realizar a prestação»⁶⁰⁵. «A impossibilidade superveniente da prestação verifica-se, pois, quando um obstáculo se opõe a que o devedor a realize: este, mesmo que quisesse, não poderia em absoluto cumprir; [ou podendo cumprir, o devedor realizaria a prestação] com maior esforço ou sacrifício, ou maior onerosidade da prestação»⁶⁰⁶. A nível da jurisprudência, a impossibilidade, diz-se superveniente, sempre que se verificar um evento que torna impossível a realização da prestação, depois da celebração do contrato⁶⁰⁷. Aliás, e como afirma Titze - é impossível o que, tendo em conta a boa-fé, não possa ser exigido ao devedor»; quer dizer, “obrigar alguém a fazer o impossível parece tornar-se numa farsa”⁶⁰⁸.

E a prestação em si, consiste numa conduta do devedor (*facere ou non facere*), com vista a proporcionar ao credor um resultado, por meio da

aplicam, à impossibilidade superveniente do objecto de todas as obrigações; b) Os art.ºs 795.º a 797.º e o 801.º, n.º 2, constituem o regime particular, só se aplicando à impossibilidade superveniente do objecto de algumas obrigações, daquelas que tenham sido constituídas por um contrato bilateral sinalagmático; c) Os art.ºs 796.º e 797.º, constituem um regime particularíssimo, só se aplicando à impossibilidade superveniente do objecto de algumas obrigações constituídas por um contrato bilateral sinalagmático.

⁶⁰⁵ Cfr. António Menezes CORDEIRO, *Tratado de Direito Civil*, IX, 2ª ed, Almedina, Coimbra, 2016, p. 300.

⁶⁰⁶ Cfr. Fernando Pessoa JORGE, *Ensaio Sobre os Pressupostos da responsabilidade Civil*, Almedina, Coimbra, 1995, p. 112. É frequente a doutrina, nomeadamente a portuguesa, empregar as expressões impossibilidade absoluta e impossibilidade relativa. No entanto, para o autor, é preferível utilizar as palavras impossibilidade e agravamento, não só porque a impossibilidade relativa não é verdadeira impossibilidade, mas também porque as expressões impossibilidade absoluta e impossibilidade relativa aparecem por vezes a designar aquilo que mais generalizadamente se chama impossibilidade objectiva e impossibilidade subjectiva. No mesmo sentido, vide, Adriano Paes VAZ SERRA, *Objecto da Obrigação – A Prestação – Suas Espécies, Conteúdo e Requisitos*, in, BMJ, N.º 74, p. 81

⁶⁰⁷ Cfr. Acórdão do TRL, Proc. N.º 497/15.4T8PDL.L1-4, de 13/01/2016, Relator Alves Duarte, disponível em, www.dgsi.pt.

⁶⁰⁸ Palavras de Reinhard Zimmermann, *The Law of Obligations*, p. 687, *apud*, António Menezes CORDEIRO, *Tratado de Direito Civil*, IX, 2ª ed, p. 300.

implementação de um programa obrigacional (cumprimento)⁶⁰⁹. A ser assim, «Desde que a prestação se torne impossível por causa não imputável ao devedor, a obrigação extingue-se, pois não é possível satisfazer, mediante a prestação, o interesse do credor, que a justificava, e não se impõe ao devedor um dever de indemnização, visto que não lhe é imputável a causa da impossibilidade»⁶¹⁰. Se, realmente, se imputasse ao devedor todas as situações que, longe do seu círculo de culpabilidade, não dependam da vontade dele, parece que as incertezas tomariam conta dos contraentes e, por sua vez, multiplicar-se-iam as injustiças contratuais.

Se, por exemplo, uma mega indústria de determinado tipo de motores de veículos automóveis, por qualquer circunstância é consumida por um incêndio de larga escala, e, conseqüentemente, a magnitude do fogo destruir os motores que já tinham sido fabricados e pagos, julgamos que, neste particular a prestação tornou-se impossível e irrealizável. Por outro lado, se, os devedores, pressionados pelos credores, recorrem à importação da mercadoria, porém, uma lei vem em consequência fazer proibições de importação ou exportação⁶¹¹, daquela mercadoria específica, nada obsta considerar haver lugar a impossibilidade superveniente da prestação.

É por estas e várias razões que se entende que, “a prestação se torna impossível quando, por qualquer circunstância (legal, natural ou humana), o comportamento exigível do devedor, segundo o conteúdo da obrigação (prestação), se torna inviável”⁶¹², impossível e irrealizável. É como dizem os latinos: “*Impossibilium nulla obligatio est*”⁶¹³, o que significa, «a obrigação impossível é nula»⁶¹⁴. Tal é o caso de, por exemplo, se, num contrato-promessa de compra e venda de um imóvel, posteriormente, “em sede de preparação da celebração do contrato prometido, se verifica a impossibilidade de obtenção da licença de utilização, com base na configuração inicial do

⁶⁰⁹ Cfr. João Baptista MACHADO, *Risco Contratual e Mora do Credor*, in, Revista de Legislação e Jurisprudência, ano 116, Coimbra edit., Coimbra, 1983-1984, p. 167.

⁶¹⁰ Cfr. Adriano Paes da Silva Vaz SERRA, *Impossibilidade Superveniente Desaparecimento do Interesse do Credor casos de não Cumprimento da Obrigação*, Separata do BMJ, n.ºs, 46, 47 e 48, Lisboa, 1955, p. 5.

⁶¹¹ Cfr. Ibidem, p. 15.

⁶¹² Cfr. Antunes VARELA, *Das Obrigações em Geral*, 7ª ed., Almedina, Coimbra, 2012, p. 67.

⁶¹³ Cfr. Ibidem, p. 66.

⁶¹⁴ Cfr. *Digesto*, 50, 17, 185., apud, Dário Moura VICENTE, *Direito Comparado*, Vol. II, p. 308.

imóvel prometido vender, estaremos perante uma impossibilidade legal superveniente reportada ao exacto conteúdo do contrato prometido”⁶¹⁵

Bem, ante ao exposto, é preciso saber se a impossibilidade existia ou não no momento da celebração do contrato e quais as consequências?

Se a impossibilidade existia já na data em que o negócio se concluiu, diríamos que, estamos em presença da chamada impossibilidade originária da prestação, cuja consequência principal é a nulidade do negócio jurídico, nos termos dos art.ºs, 280.º e 401.º do CC, e, por outro lado, dá-se o impedimento do nascimento da obrigação⁶¹⁶, quer a impossibilidade seja conhecida ou reconhecível pelos contraentes⁶¹⁷. Ou seja, “se a impossibilidade é originária, é impeditiva da constituição da obrigação, por ser geradora de nulidade; se é superveniente e imputável ao devedor, valem as regras do incumprimento”⁶¹⁸. A impossibilidade superveniente releva das consequências da não realização da prestação, objecto de uma obrigação validamente assumida⁶¹⁹ por razões de força maior e por causas não imputáveis ao devedor. Nestes casos a obrigação se extingue. Neste sentido, para que a impossibilidade da prestação seja bastante para provocar a extinção da obrigação ela tem que ser superveniente, objectiva (salvo nas obrigações de prestação infungível), absoluta e definitiva⁶²⁰.

É verdadeira a afirmação segundo a qual, “não se pode confundir a impossibilidade da prestação com a alteração das circunstâncias, que torne a prestação excessivamente onerosa “*difficultas praestandi ou difficultas agendi*”⁶²¹, como defendem Pires de Lima e Antunes Varela. No entanto, Menezes Leitão, advoga que, apesar de a *difficultas praestandi* ou impossibilidade relativa da prestação, não importar a extinção da obrigação, ela

⁶¹⁵ Cfr. Acórdão do TRC, Proc. N.º, 364/04.7TBFND.C1, de 28/10/2008, Teles Pereira (Relator), disponível em, www.dgsi.pt.

⁶¹⁶ Cfr. Adriano Paes da Silva Vaz SERRA, Ob. Cit., pp. 6 e 7. Por exemplo, quando alguém se obriga a construir uma casa, mas descobre que existem grandes cavernas, devendo, portanto, fazer-se trabalhos excessivamente onerosos, p. 9. No mesmo sentido, Luís Manuel Teles de Menezes LEITÃO, *Direito das Obrigações*, Vol. II, 9.ª, pp. 113-114.

⁶¹⁷ Cfr. Pires de LIMA e Antunes VARELA, *Código Civil Anotado*, Vol. II, 4ª ed., Coimbra edit., Coimbra, 1997, p. 42, anotações ao art.º 790.º

⁶¹⁸ Cfr. Acórdão do STJ, Proc. N.º, 06A1003, de 09/05/2006, Sebastião Póvoas (Relator), disponível em, www.dgsi.pt.

⁶¹⁹ Cfr. Eduardo Santos JÚNIOR, *Da Impossibilidade Pessoal de Cumprir*, in, Centenário do Nascimento do Professor Doutor Paulo Cunha Estudos em Homenagem, Almedina, Coimbra, 2012, p. 319.

⁶²⁰ Cfr. Luís Manuel Teles de Menezes LEITÃO, Ob. Cit., p. 113.

⁶²¹ Cfr. Pires de LIMA e Antunes VARELA, Ob. Cit., p. 42, anotações ao art.º 790.º

em si, desencadeia a aplicação do instituto da alteração das circunstâncias, verificados os respectivos pressupostos⁶²².

Relativamente a não confundibilidade entre as duas figuras, somos da visão de que, tal, não impede, salvo melhor entendimento, que se estabeleça a relação de proximidade ou os pontos de contactos entre a alteração de circunstâncias e da impossibilidade superveniente da prestação, pois que, na execução de um contrato não releva apenas o *facere e non facere* da conduta do devedor, relevam também as vicissitudes, contingências ou circunstâncias estranhas e externas que escapam ao controlo do devedor ou das partes no geral.

Importa ter presente que, Pires de Lima e Antunes Varela, advogam que, desde que não haja impossibilidade, a obrigação não se extingue, tal como vem consagrado nos termos do artigo 790.º, embora [nada impeça que] o devedor possa obter a resolução ou a modificação do contrato, segundo juízos de equidade, caso se verifiquem os demais requisitos exigidos no art.º 437.⁶²³. Mas, se houver impossibilidade, a prestação se extingue, pois entende-se que o credor perdeu interesse nela. Ora, «o interesse do credor é o elemento essencial da obrigação e, portanto desaparecendo ele, a obrigação extingue-se»⁶²⁴.

Será que só se deverá atender ao interesse do credor como resulta da ideia atrás referida?

Diante da questão, diríamos que a resposta não reúne consensos nem tão pouco aclamações por unanimidades. Para alguns doutrinadores alemães (*Stoll, Heck e Enneccerus-Lehmann*), nas situações em que a prestação se tenha tornado extraordinariamente onerosa ou gravosa, o devedor apenas estaria obrigado a realizar esforços e despesas que, segundo os princípios da boa fé, lhe podem ser razoavelmente exigidos.

Pires de Lima e Antunes Varela, defendem que, no caso do nosso direito, ficou bem assente que, sem prejuízo no que vem disposto no art.º

⁶²² Cfr. Luís Manuel Teles de Menezes LEITÃO, Ob. Cit., p. 113.

⁶²³ Cfr. Pires de LIMA e Antunes VARELA, Ob. Cit., p. 42, anotações ao art.º 790.º no mesmo sentido, Fernando Pessoa JORGE, *Ensaio Sobre os Pressupostos da Responsabilidade Civil*, pp. 113-114.

⁶²⁴ Cfr. Adriano Paes da Silva Vaz SERRA, *Impossibilidade Superveniente Desaparecimento do Interesse do Credor casos de não Cumprimento da Obrigação*, p. 135.

437.º, só a impossibilidade absoluta libera o devedor da obrigação⁶²⁵. Por exemplo, é o caso da obrigação de prestação de uma coisa que no entanto pereceu sem culpa do devedor; ou então, o caso da realização de um negócio que a lei posteriormente veio a proibir; É caso de, o carro que devia ser reparado, segundo o contrato firmado com a oficina, foi furtado ao seu dono na véspera do dia em que devia ser entregue para a reparação⁶²⁶. Muitas situações deviam ser chamadas, para servir de fundamento à impossibilidade absoluta.

Portanto, chegados aqui, cabe-nos dizer que, o regime legal do 437.º-439.º, não se confunde com o regime do art.º 790.º, mas, guardam alguma afinidade, nos casos em que, a alteração de circunstâncias (437.º) “produz um grosseiro desequilíbrio das prestações contratuais das partes ou conduz a uma situação em que a finalidade do contrato não pode mais ser prosseguida”⁶²⁷. Ademais, uma outra afinidade consiste, a nosso ver, no facto de que, tanto na impossibilidade superveniente, quanto na alteração de circunstâncias, a execução da prestação poder ser posta em causa por um evento superveniente e imprevisto. Neles concorrem situações ou eventos que escapam à previsibilidade das partes.

⁶²⁵ Cfr. Pires de LIMA e Antunes VARELA, Ob. Cit., p. 43, anotações ao art.º 790.º

⁶²⁶ Cfr. João Baptista MACHADO, *Risco Contratual e Mora do Credor*, RLJ, p. 167.

⁶²⁷ Cfr. Eduardo Santos JÚNIOR, Ob. Cit., p. 322.

8.4 - Sinopse comparativa das figuras afins da alteração das circunstâncias

Figura	Características/Distinções	Afinidade com a alt. de circunstâncias	Principal efeito
1 – Hardship	<ul style="list-style-type: none"> - Cláusula de renegociação dos contratos em casos de alteração grave das circunstâncias; -Cláusula típica do comércio internacional; - Pode ser associada aos direitos nacionais por meio da convenção de arbitragem. 	<ul style="list-style-type: none"> -Corrigir desequilíbrios da economia do contrato; - Alcançar o equilíbrio contratual; solução mais ajustada. 	<ul style="list-style-type: none"> - Regra geral: Revisão ou modificação; - Excepção: resolução do contrato.
2 – Frustration	<ul style="list-style-type: none"> - Desaparecimento do objecto do negócio; ou, - Desaparecimento do fim do contrato querido pelas partes no momento da celebração do contrato; - Desaparecimento do interesse do credor na prestação; 	<ul style="list-style-type: none"> - Surgimento de um evento externo e imprevisto. 	<ul style="list-style-type: none"> - Resolução “<i>termination</i>” - Restituição das prestações recebidas; - Compensação das despesas realizadas.
3- Impossibilidade superveniente da prestação	<ul style="list-style-type: none"> - Celebração do contrato sob condição ou termo, que torna impossível a realização da prestação, antes da verificação da condição ou termo, inimputável ao devedor; - Impossibilidade da realização do fim contratual. 	<ul style="list-style-type: none"> - Surgimento de um evento externo e superveniente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Extinção da obrigação.
O ponto comum, reside no facto de se tratar de remédios para a mesma situação: consequência da alteração das circunstâncias em negócios de longa duração ou a influência do tempo nos contratos.			

CONCLUSÃO

Ficou assente que, desde a antiguidade (quer seja na doutrina ou na lei), a influência do tempo nas relações obrigacionais foi motivo de grande preocupação, mormente quando surgem eventos ou circunstâncias imprevistas pelas partes e que, porém, põem em causa a estabilidade dos negócios jurídicos, tornando desequilibradas e desproporcionais as prestações de um dos sujeitos contratuais. Tal é que, o mundo está cheio de exemplos de consequências que as crises económicas causaram tanto nos contratos internacionais como nos contratos internos.

Face a isso, facilmente chegamos a perceber o impacto grave que a crise económica angolana, que surgiu em 2014, causou nas relações contratuais privadas e não só. Facto é que, ela provocou a desvalorização abrupta da moeda, a inflação gritante, a escassez de divisas, as limitações de importação, a perda dos postos de trabalho, a falta de meios de pagamentos para prosseguir com a realização das prestações e fazer face aos compromissos contratuais, a queda e o agravamento abrupto dos preços das matérias-primas essenciais aos contratos de prestação de serviços e de empreitada, agravou e generalizou os inadimplementos das obrigações creditícias, especialmente o crédito mal parado, causou a insolvência de devedores e falência das empresas, aumentou o desemprego, impôs ainda um sacrifício elevado aos consumidores (famílias), piorando a sua condição de parte mais fraca nas relações de consumo, diminuindo, com efeito, o seu poder de compra.

Com base nestes elementos factuais, podemos concluir que a crise económica e financeira angolana causou um impacto acentuadamente grave nos contratos privados. Esse impacto negativo pode muito bem, na base do juízo de ponderabilidade, ter enquadramento no regime da alteração das circunstâncias.

Com maior razão, nosso Ordenamento Jurídico-Civil, consagra um regime especial previsto nos art.ºs 437.º - 439.º do CC, para que, sempre que as circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar, se tenham alterado de forma anormal, imprevisível e/ou extraordinária, onerando excessivamente uma das partes, de tal sorte, que exigindo as prestações viole

as bitolas da boa-fé, tem a parte lesada o direito de requerer a modificação ou resolução extrajudicial ou judicial do negócio jurídico, conforme um e outro se ache mais conveniente ao caso concreto.

Por isso, por força da boa-fé, enquanto princípio que serve de prumo da conduta das partes nas relações contratuais, não será lícito a um dos contraentes obrigar ao outro a realização das suas obrigações sempre que um evento anormal e externo ao momento posterior à celebração do contrato leve a um desequilíbrio das prestações que lese de forma grave essa parte⁶²⁸. Neste sentido, o desequilíbrio só pode ser entendido sempre que o risco do contrato se tenha alterado gravemente.

Todavia, o recurso aos efeitos consagrados na lei, só terá a eficácia desejada, se houver uma relação de causalidade entre o evento imprevisível e anormal e o desequilíbrio grave causado por ele na esfera jurídica da parte lesada. Para o nosso caso, exige-se que se verifique uma conexão causal entre a crise económica e a desproporção das prestações. De outro modo, tratar-se-á de uma crise em abstracto.

Aliás, a este respeito, a jurisprudência portuguesa – a qual manifestamos inteira adesão - por meio do acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, é concludente: «É necessário que haja uma correlação directa e demonstrada factualmente nos autos entre a crise económica geral e a actividade económica concreta de determinado agente para que se possa falar de uma alteração anormal das circunstâncias»⁶²⁹. Ou seja, a crise económica não pode tornar-se em ocasião de aproveitamento para que os co-contratantes invoquem a alteração das circunstâncias sem fundamentos e ao seu bel-prazer, nem tão pouco deve servir de escapatória para a não realização das prestações a que as partes estão obrigadas, com base na justificação de que estamos em crise. É preciso que a crise tenha um impacto específico e anormal no contrato. Para que um facto seja relevante para efeitos de alteração das circunstâncias é necessário que seja anormal e cause lesão de grande envergadura na esfera jurídica da contra-parte que dela sofre.

⁶²⁸ Cfr. Luís Manuel Teles de Menezes LEITÃO, *Direito das Obrigações*, Vol. II, 10ª ed, p. 123.

⁶²⁹ *Vide*, Acórdão do STJ, de 10/01/13, Processo 187/10.4TVSLSB.L2.S1, Orlando Afonso (Relator).

Por conseguinte, estamos de acordo com o argumento segundo o qual, num clima ou situação de crise económica, «os diversos contratos e demais estruturas jurídico-sociais devem comportar-se como uma teia amortecedora: cabe-lhes redistribuir e difundir o risco, de modo a que os diversos agentes absorvam, em termos tanto quanto possível comportáveis, os danos ou os menores lucros ocasionados»⁶³⁰. Por isso defendemos que, as partes contratuais devem fazer o esforço e adoptar condutas tendentes a minimizar os danos causados pela crise e lutar pelo restabelecimento do equilíbrio económico do contrato, não olvidando com efeito, a redistribuição do risco. As partes têm de estar dispostas a consentir sacrifícios correspectivos, de tal sorte que, se elimine ou atenua a desproporcionalidade das prestações ou, então, o desequilíbrio gerado.

É bem verdade, que não se trata de um exercício fácil, mas é um exercício possível tendo em conta as exigências da boa fé. Por outro lado, sempre que não seja possível o restabelecimento do equilíbrio contratual, por meio da adaptação do contrato ao novo contexto, deverão as partes ou tribunal minimizar ao máximo os prejuízos que a resolução ou extinção da relação obrigacional venha gerar.

⁶³⁰ Cfr. Menezes CORDEIRO, *Tratado de Direito Civil*, IX, 2ª ed., p. 577.

BIBLIOGRAFIA GERAL

AAVV, *Código Civil Anotado*, Regina Beatriz Tavares da Silva (Coord.) e Ricardo FIUZA, 9.^a ed., edit. Saraiva, S. Paulo, 2013.

ALBUQUERQUE, Pedro de, *A Representação Voluntária em Direito Civil (Ensaio de Reconstrução dogmática)*, Almedina, Coimbra, 2004.

ALBUQUERQUE, Pedro de e Miguel Assis RAIMUNDO, *Direito das Obrigações (Contratos em Especial)*, Vol. II, edit. Almedina, Coimbra, 2012.

ALMEIDA, Carlos Ferreira de, *Contratos III. Contratos de Liberalidade, de Cooperação e de Risco*, 2.^a ed., Almedina, Coimbra, 2013.

_ *Contratos IV*, Almedina, Coimbra, 2014.

ALMEIDA, José Carlos Moitinho de, *A Locação Financeira (Leasing)*, in, Separata do Boletim do Ministério da Justiça (BMJ), N.º 230, Lisboa, 1973.

ALTERINI, A. Aníbal, “*Teoría de la Imprevision y Cláusula de Hardship*”, in, Revista Roma e América, 2002.

ALVES, José Carlos Moreira, *A Parte Geral do Projecto de Código Civil Brasileiro*, edit. Saraiva, S. Paulo, 1986.

AMADO, João Leal, *Contrato de Trabalho*, 4.^a ed., Coimbra edit., Coimbra, 2014.

AMARAL, Francisco, *Direito Civil. Introdução*, 3.^a ed. (Resvista, aumentada e actualizada), edit. Renovar, S. Paulo, 2008.

ANDRADE, Manuel A. Domingues de, *Teoria Geral da Relação Jurídica*, Vol. II, Livraria Almedina, Coimbra, 1983.

_ *Teoria Geral da Relação Jurídica*, Vol. II, Livraria Almedina, Coimbra, 1960.

_ *Teoria Geral da Relação Jurídica*, Vol. I, Livraria Almedina, Coimbra, 1964.

_ *Teoria Geral das Obrigações*, 3.^a ed., Livraria Almedina, Coimbra, 1966.

ANTUNES, José Engrácia, *Os Instrumentos Financeiros*, 3.^a ed., Almedina, Coimbra, 2017.

AQUINO, Leonardo Gomes de, *A Cláusula de Hardship no Contrato Internacional*, Dissertação de Mestrado na área de Ciências Jurídico-Empresariais, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2005.

_ *As Particularidades Conceituais da Cláusula de Hardship*, disponível em, <http://repositorio.uportu.pt/bitstream/11328>.

ARNAUD, André Jean, *O Pensamento Jurídico Europeu*, edit. Internacional, Lisboa, 1995.

ARNAUT, António, *Iniciação à Advocacia - História – Deontologia e Questões práticas*, 5ª ed. (revista e actualizada), Coimbra edit., Coimbra, 2000.

ASCENSÃO, José de Oliveira, *Direito Civil – Teoria Geral*, Vol. II, 2.ª Ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2003.

_ *Direito Civil, Teoria Geral*, Vol. II, *Relações e Situações Jurídicas*, Coimbra edit., Coimbra, 2002.

_ *Onerosidade Excessiva por Alteração das Circunstâncias*, ROA, Ano 63, N.º 3, (Dez. 2005).

_ *Onerosidade Excessiva por “Alteração das Circunstâncias”*, in, Separata do livro Estudos em Memória do professor Doutor José Dias Marques, edit. Almedina, 2007.

_ *O Direito Introdução e Teoria Geral uma Perspectiva Luso-Brasileira*, 11.ª, Almedina, Coimbra, 2001.

_ *Teoria Geral do Direito Civil*, Vol. IV, *Relações e Situações Jurídicas*, Lisboa, 1993.

_ *O Direito Introdução e Teoria Geral uma Perspectiva Luso-Brasileira*, 7ª edição, edit. Almedina, Coimbra, 1993.

_ *Direito Civil – Teoria Geral*, II, *Acções e factos jurídicos*, 2ª ed., Coimbra edit., Coimbra.

BIANCA, Massimo, *Diritto Civile*, Vol. 5, *La Responsabilità*, Giuffrè, Milão, 1997.

BORGES, Paula, *A Cláusula de Hardship nos Contratos Internacionais*, disponível em, <https://direitodiario.com.br/clausula-de-hardship-contratos-internacionais/>.

BRITO, Maria Lúcia Pereira de, *Da Alteração das Circunstâncias à Cláusula de Hardship: a emergência do princípio geral da renegociação dos contratos*, Dissertação apresentada à FDUC, Coimbra, 2013.

BRITO, Rodrigo Toscano de, *Equivalência Material dos Contratos*, edit. Saraiva, S. Paulo, 2007.

BRITO, Susana Brasil de, *A Justiça do Caso Concreto é a Equidade*, in, *Liber Amicorum* de José Sousa e Brito, Almedina, Coimbra, 2009.

CADILHA, António, *A Teoria da Imprevisão nos Contratos Administrativos: Génese e recepção no Direito português*, in, *Cadernos Sérvulo de contratos públicos*, N.º #02/2016.

CAETANO, Marcelo, *Manual de Direito Administrativo*, Vol. I, 1973.

CALHEIROS, Maria Clara, *O Contrato de Swap*, Coimbra edit., Coimbra, 2000.

CANARIS, Claus Wilhelm, *a Liberdade e a Justiça Contratual na «sociedade de Direito privado»*, in, *Contratos: Actualidade e evolução*, Porto, 1997.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes, *Constituição Dirigente e Vinculação de Legislador, Contributo para a Compreensão das Normas Constitucionais*, Coimbra edit., Coimbra, 1982.

CARDOSO, Luiz Philipe Tavares de Azevedo, *A Onerosidade Excessiva no Direito Civil Brasileiro*, USP, 2010.

CARRILHO, Fernanda, *Dicionário de Latim Jurídico*, Almedina, Coimbra, 2006.

COELHO, J. G. Pinto, *Das Cláusulas Acessórias dos Negócios Jurídicos*, Vol. I, 1910.

COLÍN, Ambroise e Henri CAPITANT, *Curso Elemental de Derecho Civil*, Tomo 1 e 2, edit. Reus, Madrid, 1941.

CORBONNIER, Jean, *Droit Civil*, Tomo 4: *Les Obligations*, 22ª ed., Paris, 2000.

_ *Flexible Droit*, 3ª edição, Paris, 1976.

CORDEIRO, António Manuel da ROCHA e Menezes, *Da Boa Fé no Direito Civil*, Vol. II, Almedina, Coimbra, 1984.

_ *Tratado de Direito Civil Português*, I; Parte Geral, I, 2ª Ed., Almedina, Coimbra, 2000.

_ *Tratado de Direito Civil*, Vol. II, Tomo I, Almedina, Coimbra, 2009.

_ *A Modernização do Direito das Obrigações*, ROA, Ano 62, Lisboa, Abril 2002.

_ *Da Modernização do Direito Civil*, Vol. I, Aspectos Gerais, Almedina, Coimbra, 2004.

_ *Introdução ao Direito dos Transportes*, in, ROA, ano 68, Lisboa, (Jan. 2008).

_ *Tratado de Direito Civil Português*, Vol. II, Direito das Obrigações, Tomo IV, Almedina, Coimbra, 2010.

_ *Tratado de Direito Civil*, IX, (Direito das Obrigações), 2.^a ed. (totalmente revista), Almedina, Coimbra, 2016.

_ *Tutela do Consumidor dos Produtos Financeiros*, in, ROA, Ano 69, (Jul./Set., Out./Dez.), N.ºs III/IV, Lisboa, 2009.

_ *A Crise e a Alteração de Circunstâncias*, in, Revista de Direito Civil, N.º 1, (2016), Almedina, Coimbra.

_ *A Crise Planetária de 2007/2010 e o Governo das Sociedades*, Revista de Direito das Sociedades (RDS), Almedina, Coimbra, 2009.

_ *A Equidade como Fonte de Direito*, in, O Direito, Ano 144, n.º 1, Almedina, Coimbra, 2012.

_ *Ciência do Direito e Metodologia Jurídica nos Finais do século XX*, Separata da ROA, Lisboa, 1989.

_ *Da alteração das Circunstâncias*, in, Estudos em Memória do Professor Doutor Paulo Cunha, Lisboa, 1989.

_ *Direito das Obrigações*, 2.^a Ed., Vol. 3, AAFDL, Lisboa, 1991.

_ *Direito das Obrigações*, Vol. II, AAFDL, Lisboa, 1980.

_ *Direito dos Seguros*, 2.^a ed. (Revista e atualizada), Almedina, 2016.

_ *O Princípio da Boa-Fé e o Dever de Renegociação em Contextos de “Situação Económica Difícil”*, in, II Congresso de Direito de insolvência, Catarina Serra (Coord.), Almedina, Lisboa, 2013.

_ *Tratado de Direito Civil Português*, I, Parte Geral, Tomo I, *Introdução. Doutrina Geral. Negócio Jurídico*, 3.^a ed., Almedina, Coimbra, 2005.

_ *Tratado de Direito Civil*, II, 4.^a ed., com a colab. de António Barreto Menezes Cordeiro, Almedina, Coimbra, 2014.

_ *Tratado de Direito Civil*, IX, 3.^a ed., Almedina, Coimbra, 2017.

CORREIA, A. Ferrer, e Lobo XAVIER, *Contrato de Empreitada e Cláusula de Revisão: Interpretação e Erro; Alteração das Circunstâncias e Aplicação do art. 437.º do Código Civil*, in, Separata da Revista de Direito e Economia, n.º 1, Janeiro/Junho, Coimbra, 1978.

CÔRTEZ, António, *Jurisprudência dos Princípios*, Universidade Católica (UCP) edit., Lisboa, 2010.

COSTA, Almeida, *Direito das Obrigações*, 12^a ed. Almedina, Coimbra, 2009.

_ *Direito das Obrigações*, 7^a ed. Almedina, Coimbra, 1998.

COSTA, Judith MARTINS, *A Boa-fé no Direito Privado: Critérios Para a sua Aplicação*, edit. Marcial Pons, S. Paulo, 2015.

_ *Comentários ao Novo Código Civil: Do Direito das Obrigações, do Adimplemento e da extinção das Obrigações*, Vol. 5, Tomo I, edit. Forense, Rio de Janeiro, 2005.

CURA, António Alberto Vieira, *Mora Debitoris no Direito Romano Clássico* (Contributo para o seu estudo), Coimbra, 2003.

DEIAB, Filipe Rocha, *O Alargamento do Conceito de Impossibilidade no Direito das Obrigações: Inexigibilidade e a Frustração do Fim do Contrato*, in: *Revista Quaestio Iuris*, Vol. 05, N.º 01.

DIAMVUTU, Linu, *A Convenção de Arbitragem no Direito Angolano*, Almedina, Coimbra, 2016.

_ *A Tutela da Confiança nas Negociações Pré-contratuais*, disponível em, <http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12>.

DRAY, Guilherme Machado, *O Ideal da Justiça Contratual e a Tutela do Contraente mais Débil*, in, *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor, Inocêncio Galvão Telles*, Vol. I, Almedina, Coimbra, 2002.

DUARTE, Diogo Pereira, *Modificação dos Contratos Segundo Juízos de Equidade*, in, *O Direito*, Ano 139 (2007), N.º I.

DUARTE, Rui Pinto, *A Locação Financeira* (Estudo jurídico do *Leasing*), edit. Danubio Lda, Lisboa, 1983.

_ *Equilíbrio Contratual como Princípio Jurídico*, in, *Estudos em Memória do Conselheiro Artur Maurício*, Coimbra edit., Coimbra, 2014.

EIRÓ, Pedro Camargo de Sousa, *Do Negócio Usurário*, Almedina, Coimbra, 1990.

FARIA, Jorge Ribeiro de, *Direito das Obrigações*, Vol. II (reimpressão), Almedina, Coimbra, 2001.

FERNANDES, Luis A. Carvalho, *A Teoria da Imprevisão no Direito Civil Português* (Reimp.), edit. Quid Juris?, Lisboa, 2001.

FERREIRA, Eduardo Paz, *Serviços de Interesse Económico e Europa Social: o Caso das Telecomunicações*, in, Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Sérvulo Correia, Vol. IV, Coimbra edit., Coimbra, 2010.

FLUME, Werner, *El Negocio Jurídico- Parte General Del derecho Civil*, Tomo II, 4ª, (Trad. De José Maria Gonzáles y Esther Gómes Calle), edit. Fundación Cultural del Notariado, Madrid, 1998.

FONSECA, Arnaldo Madeiros da, *Caso Fortuito e Teoria da Imprevisão*, 3ª ed., edição Revista Forense, Rio de Janeiro, 1958.

FRADA, Manuel António Portugal Carneiro da, *Teoria da Confiança e Responsabilidade Civil*, Almedina, Coimbra, 2004.

_ *Contrato e Deveres de Protecção*, Coimbra edit, Coimbra, 1994.

_ *Crise Financeira Mundial e Alteração das Circunstâncias: Contratos de Depósitos vs. Contratos de Gestão de Carteiras*, in, Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Sérvulo Correia, Vol. III, Coimbra edit., Coimbra, 2010.

_ *A Equidade (ou a Justiça com Coração) a propósito da Decisão Arbitral Segundo a Equidade*, in, Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda, Vol. VI, Coimbra edit., Coimbra, 2012.

FRADA, Manuel António Carneiro da e Mariana Fontes da COSTA, *Sobre os Efeitos de Crises Financeiras na Força Vinculativa dos Contratos*, in, XX Estudos comemorativos dos 20 anos da FDUP, Vol. II, Almedina, 2017.

FREITAS, José Lebre de, *Contrato De Swap Meramente Especulativo - Regimes de Validade e de Alteração de Circunstâncias*, disponível em, <http://www.oa.pt/upl/%7B24d07a7e-a1e3-4f43-b06a-300e112c9896%7D.pdf>.

GESTHIN, Jacques/Cristophe Jamim/Marc Billiau, *Les Effets du Contrat*, in, Traité de Droit Civil sous la direction de Jacques GESTHIN, 3ª ed., Paris, 2001.

GIANDOMENICO, Giovanni di, *Il Contratto e l'Alea*, Cedam Ed., Padova, 1987.

GIANFELICI, Mário César, *La Frustración del Fim del Contrato*, edit. Hammurabi, Bueno Aires, 2004.

GODINHO, Adriano Marteleto, *A Lesão no Novo Código Civil Brasileiro*, Mandamentos editora, Belo Horizonte, 2008.

GOMES, Manuel Januário Da Costa, *Contrato de Mandato*, AAFDL, Lisboa, 1990.

GONÇALVES, Cunha, *Tratado de direito Civil*, Vol. IV, 1931.

GONZÁLEZ, María Paz Sánches, *Alteraciones económicas y Obligaciones contractuales: La cláusula rebus sic stantibus*, editorial Tecnos, Madrid, 1990.

GOSÁLBEZ, Luís Humberto Clavaria, *Actos y Contratos Gratuitos en el derecho Cubano y en el Español*, in, *Revista General de Legislación y Jurisprudencia*, época III, nº 2, Abril-junho, 2010.

GOUVEIA, Alfredo Rocha de, *Da Teoria da Imprevisão nos Contratos Cíveis*, Suplemento da RFDUL, nº 5, 1958.

_ *Do Instituto da Superveniência ou a Teoria da Imprevisão nos Contratos Cíveis*, (1956-1957, dactilografado).

GOUVEIA, Jaime Augusto Cardoso De, *Da Responsabilidade Contratual*, edição do autor, Tipografia da seara nova, Lisboa, 1933.

GOYTISOLO, Juan B. Vallet de, *Sociedad de Masas y Derecho*, edit. Taurus, Madrid, 1968.

HÖRSTER, Heinrich Ewald, *A Parte Geral do Código Civil Português – Teoria Geral do Direito Civil*, Almedina, Coimbra, 1992.

JORGE, Fernando Pessoa, *Ensaio Sobre os Pressupostos da Responsabilidade Civil*, Almedina, Coimbra, 1995.

JÚNIOR, Eduardo dos Santos, *A Imprevisão ou Alteração das Circunstâncias no Direito Privado Francês e as Perspectivas de Evolução em face dos Projectos de Reforma do Direito das Obrigações no Code Civil*, in, *Estudos em Homenagem ao Prof. Dr. Jorge Miranda*, Vol. VI, ed. FDUL, Coimbra edit., Coimbra, 2012.

_ *Da Impossibilidade Pessoal de Cumprir*, in, *Centenário do Nascimento do Professor Doutor Paulo Cunha Estudos em Homenagem*, Almedina, Coimbra, 2012.

JUNIOR, Mauro Nicolau, *Segurança Jurídica e Certeza do Direito. Realidade ou Utopia num Estado democrático de Direito?* In, *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, VIII, N.º 21, Maio, 2005.

JÚNIOR, Ruy Rosado de Aguiar, *Extinção dos Contratos por Incumprimento do Devedor – Resolução*, 2.ª ed., AIDE edit., Rio de Janeiro, 2009.

JUSTO, António Santos, *Introdução ao Estudo do Direito*, 7ª ed., Coimbra edit, Coimbra, 2015.

_ *Manual de Contratos Cíveis – Vertentes Romana e Portuguesa*, edit. Petrony, 2017.

KARAM, Munir, *Da Teoria da Imprevisão nos Contratos Bancários*, in, Revista dos Tribunais, N.º 638.

LACAMBRA, Luis LEGAZ e, *Filosofia del Derecho*, Bosch, Casa editorial S.A, Barcelona, 1979.

LACOMBIÈRE, *Traité Pratique et Théorique des Obligations*, Vol. I, n.º 5

LARENZ, Karl, *Derecho Justo Fundamentos de Etica Juridica*, trad. de Luís Díez-Picazo, edit. Civitas, S. A, Madrid, 1985.

_ *Base del Negocio Juridico e Cumplimiento de los Contratos*, trad. De Carlos Fernandez Rodrigues, Editorial Revista de Direito Privado, Madrid, 1956.

LATORRE, Angel, *Introducción al Derecho*, editorial Ariel, S.A, Barcelona, 1985.

LEITÃO, Alexandra, *O Tempo e a Alteração das Circunstâncias Contratuais*, disponível, https://www.icjp.pt/sites/default/files/media/o_tempo_e_a_alt._das_circ._contratuais-2.pdf.

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, *Direito da Insolvência*, 6.ª ed., Almedina, 2015.

_ *Direito das Obrigações*, Vol. I, 9ª ed., Almedina, Coimbra, 2010.

_ *Direito das Obrigações*, Vol. I, 14ª ed., Almedina, Coimbra, 2017.

_ *Direito das Obrigações*, Vol. II, 9.ª ed., Almedina, Coimbra, 2014.

_ *Direito das Obrigações*, Vol. II, 10ª edição, edit. Almedina, Coimbra, 2016.

_ *Direito do Trabalho*, 3ª ed., Almedina, Coimbra, 2012.

_ *O impacto da Crise financeira no Regime do Crédito a Habitação*, in, JULGAR, n.º 25 – Janeiro/Abril 2015, Coimbra edit., Coimbra, 2015.

LEITE, Gisele, *A Evolução Doutrinária do Contrato*, In, Âmbito Jurídico, Rio Grande, X, n. 45, Set. 2007.

LIMA, Pires de e Antunes Varela, *Código Civil Anotado*, Vol II, 4ª ed. (colab. de M. Henrique Mesquita) Revista e actualizada, Coimbra edit., Coimbra, 1997.

_ *Código Civil Anotado*, Vol. I, 2.^a ed. Rev. e actual., (Colab. Henrique Mesquita), Coimbra, 1979.

LIRA, José-Ricardo Pereira, *A Onerosidade Excessiva no Código Civil e a Impossibilidade de Modificação Judicial dos Contratos Comutativos sem Anuência do Credor*, in, *Revista de Direito Renovar - RDR*, Vol. 44-45, Ano 2009.

LOPES, Maria Clara, *Seguro Obrigatório de Responsabilidade Automóvel*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

LUCAS, Javier de, *Curso de Introducción al Derecho*, Valência, 1994.

MACARIO, Francesco, *Eccessiva Onerosità, Riconduzione Ad Equità e Poteri del Giudice*, FI, 1990.

MACHADO, João Baptista, *Risco Contratual e Mora do Credor*, in, *Revista de Legislação e Jurisprudência*, ano 116, Coimbra edit., Coimbra, 1983-1984.

_ *Risco e Mora do Credor*, in, RLJ, Anos 116.^o (1983-1984), Ano 117.^o (1984-1985).

_ *Risco Contratual e Mora do Credor*, in, *Obra Dispersa*, Vol. I, Scientia Iuridica, Braga, 1991.

_ *Tutela da Confiança e Venire contra Factum Proprium*, in, *Obra Dispersa*, I, Scientia Jurídica, Braga, 1991.

MACHADO, Miguel Nuno Pedrosa, *Sobre Cláusulas Contratuais Gerais e Conceito de Risco*, in, *Separata da RFDL*, Lisboa, 1988.

MAGALHÃES, Barbosa de, *A Teoria da Imprevisão e o Conteúdo Clássico da Força Maior*, *Gazeta da Relação de Lisboa*, ano 37, 1923.

MAGNE, Fabre-, *Droit des Obligations*, Vol. I, 4^a ed., Paris, 2016.

MAIA, Rei, *Direito Geral das Obrigações*, 1929.

Maira Cauhi WANDERLEY, *O Equilíbrio Económico do Contrato Civil*, in, *Conteúdo Jurídico*, Brasília-DF, disponível em, <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,o-equilibrio-economico-do-contrato-civil,51939.html>.

MARINO, Francisco Paulo de Crescenzo, *Direito dos Contratos*, *Classificação dos Contratos*, edit., Forense, S. Paulo, 2009.

MARTINEZ, Pedro Romano, *Cumprimento Defeituoso, em Especial na Compra e Venda e na Empreitada*, Almedina, Coimbra, 1994.

_ *Da Cessação do Contrato*, Almedina, Coimbra, 2005.

_ *Direito Das Obrigações*, Programa 2010/2011 – Apontamentos, 3.^a ed., AAFDL, Lisboa, 2011.

_ *Direito do Trabalho*, 4.^a ed., Almedina, Coimbra, 2007.

MARTINS, Fernando Rodrigues, *A Justiça Contratual enquanto Princípio de Ordem Pública*, disponível em, <http://www.cartaforense.com.br/Materia.aspx?id=5440>>.

MADEIROS, Rui, *O Controlo de Custos nas Empreitadas de Obras Públicas através do Novo Regime de Trabalhos de Suprimento de Erros e Omissões e de Trabalhos a Mais*, in, *Estudos de Contratação Pública - II*, Pedro Gonçalves (org.), Coimbra edit., Coimbra, 2010.

MEHREN, Arthur Von, *A General View Of Contract*, in, *International Encyclopedia of Comparative Law*, Vol. VII.

MONCADA, Cabral de, *Elementos de História do Direito Romano*, Vol. I, edit. Coimbra, 1923.

_ *Lições de Direito Civil*, Vol. II, 2.^a ed., edit. Coimbra, Coimbra, 1957.

_ *Boa Fé e Tutela da Confiança no Direito Administrativo*, in, *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Sérvulo Correia*, Vol. II, Coimbra edit., Coimbra, Coimbra, 2010.

MONTEIRO, António Pinto e Júlio GOMES, *A «Hardship Clause» e o Problema da Alteração das Circunstâncias*, Separata da Revista *Jure Et de Jure* no 20 anos da Faculdade de Direito da UCP, Porto, 1998.

MONTEIRO, António Pinto, *Sumários de Introdução ao Estudo do Direito*, ed. Policopiada (em harmonia com as Lições do Doutor Castanheira Neves), Coimbra, 1978.

MONTEIRO, Catarina Pires, *Impossibilidade da Prestação*, Almedina, Coimbra, 2017.

MOREIRA, Guilherme, *Instituições de Direito Civil*, Vol.I, 1907.

MORAIS, Ezequiel, *O Princípio da Confiança nas Relações Contratuais Cíveis e Consumeristas*, disponível em, [//www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view](http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view).

MOTA, Francisco Guerra da, *O Contrato de Seguro Terreste*, Vol. I, Lisboa.

NETO, Abílio, *Código Civil Anotado*, 15.^a ed., Ediforum, Lisboa, 2006.

NEVES, Frederico Ricardo de Almeida, *Alteração das Circunstâncias; Efeitos Gerais e Alguns Aspectos Processuais*, Edições Bagaço, Recife, 1999.

NEVES, A. Castanheira, *Curso de Introdução ao Estudo do Direito (Lições proferidas a um curso do 1.º ano da Faculdade de Direito de Coimbra, no ano lectivo 1971-72)*, Coimbra, 1971-72.

_ *Lições de Introdução ao Estudo do Direito*, Proferidas ao curso do 1º jurídico de 1968-69, Coimbra, 1968-69.

NONATO, Orozimbo – *Aspectos do Modernismo Jurídico*, in, Boletim do Instituto da Ordem dos Advogados, Vol. VIII.

_ *Aspectos do Modernismo Jurídico*, in, Boletim do Instituto da Ordem dos Advogados brasileiros, Vol. VIII, Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Nuno Manuel Pinto de, *Princípios de Direito dos Contratos*, Coimbra edit., Coimbra, 2011.

OPPETIT, Bruno, *L'Adaptation des Contrats Internationaux aux Changements de Circonstances: La Clause de «Hardship»*, in, Journal du Droit International, vol. 101, 1974.

OTERO, Paulo, *Estabilidade Contratual, Modificação Unilateral e Equilíbrio Financeiro em Contrato de Empreitada de Obras Públicas*, in, ROA, Ano 56 (Dez.1996), Lisboa.

PEREIRA, Caio Mário da Silva, *A Lesão nos Contratos*, 5.ª ed., edit. Forense, Rio de Janeiro, 1993.

PINHEIRO, Luís de Lima, *Cláusulas Típicas dos Contratos do Comércio Internacional*, in, Separata da Obra “Estudos de Direito Comercial Internacional”, Almedina, Coimbra, 2004.

PINTO, Carlos Alberto da Mota, *Teoria Geral do Direito Civil*, 4ª ed. (Reimp.), Coimbra edit., Coimbra, 2012.

_ *Teoria Geral do Direito Civil*, 4ª edição, Coimbra edit., Coimbra, 2005.

PINTO, Eduardo Vera-Cruz, *O Conceito Romano de Obligatio e a Definição Legal de Obrigação no Código Civil Português*, in, Interpretatio Prudentium, I, 2016, I, THDULisboa, Lisboa.

PINTO, Fernando A. Ferreira, *Resolução do Contratos Duradouros*, in, Edição Comemorativa do Código Civil, Universidade Católica (UC) edit., Lisboa, 2017.

PIRES, Catarina Monteiro, *Efeitos da Alteração das Circunstâncias*, in, O Direito, Ano 145 (2013), Nº I/II, Almedina, Coimbra.

_ *Limites dos Esforços e Dispendios Exigíveis ao Devedor para Cumprir*, in, ROA, Ano 76, n.º 1-4 (Jan.-Dez. 2016), Lisboa.

PRADO, Maurício Almeida, *Le “hardship” Dans le Droit Du Commerce International*, Bruxelles, 2003.

PRINGSHEIM, Fritz, *Aequitas un Bona fides*, conferencia XIV centenario Pandette (1930).

REGO, Margarida Lima, *Contrato de Seguro e Terceiros*, Coimbra edit., Coimbra, 2010.

RICCOBONO, Salvatore, *La Definizione dei “lus” al Tempo di Adriano*, BIDR53-54, 1948.

RODRIGUES, Sílvio, *Direito Civil, Parte Geral, das Obrigações*, Vol. II, 4.ª ed., edit. Saraiva, S. Paulo, 1973.

ROPPO, Vincenzo, *Il Contratto*, in *Tratato di Diritto Privato a Cura di Giovanni Iudica e Paolo Zatti*, Giuffrè, Milão, 2001

RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski e Frederico Eduardo Zenedin GLITZ, *A Lesão no Contratos e a Nova Codificação Civil brasileira: Uma Análise Crítica a partir do Princípio da Justiça Contratual*, in, Revista Trimestral de Direito Civil, Vol. 15, Jul./Set., Rio de Janeiro, 2003.

SANTOS, Amílcar Freire Dos, *Teoria da imprevisão no Direito Privado*, Lisboa, 1947.

SCHITTHOFF, Clive M., *Hardship and Intervener Clauses*, The Journal of Business Law, 1980.

SCHNEIDER, Patrícia Buendgens, *A Tutela da confiança na contratação contemporânea*, CCJS, Curitiba, 2006.

SERRA, Adriano Paes da Silva Vaz, *Impossibilidade Superveniente Desaparecimento do Interesse do Credor casos de não Cumprimento da Obrigação*, Separata do Boletim do Ministério da Justiça (BMJ), n.ºs 46, 47 e 48, Lisboa, 1955.

_ *Resolução ou Modificação dos Contratos por Alteração das Circunstâncias*, Separata do Boletim do Ministério da Justiça, nº 68.º, Lisboa, 1957.

_ *Objecto da Obrigação – A Prestação – Suas Espécies, Conteúdo e Requisitos*, in, BMJ, N.º 74.

_ *Anotações ao acórdão do STJ de Portugal de 06.04.1978*, Costa Soares (Relator), in, *Revista de Legislação e Jurisprudência*, Ano 111, n.º 3631, 1978.

_ *Obrigações – Ideias Preliminares Gerais*, in, BMJ, n.º 77.

SILVA, Beatriz Lavares da, *Cláusula Rebus Sic Stantibus ou Teoria da Imprevisão - Revisão Contratual*, CEJUP, Belém, 1989.

SILVA, João Calvão da, *Contratos Bancários e Alteração das Circunstâncias*, in, BFDUC, Vol. 90, Tomo II, Coimbra, 2014.

_ *Cumprimento e Sanção Pecuniária Compulsória*, in, BFDUC, (Suplemento XXX), Coimbra, 1987.

SILVA, José Vladmir Fernando da, *O Impacto do Petróleo na Crise Financeira angolana*, Luanda, 2014.

SILVEIRA, Luís Novais Lingnau da, *Teoria da Imprevisão nos Direitos Cíveis Alemão e Português – Tentativa de confronto*, Dissertação apresentada à Faculdade de Direito de Lisboa, ano Lectivo 1961/1962.

SOUSA, Adalberto Pimentel Diniz, *Risco Contratual, Onerosidade Excessiva e Contratos Aleatórios*, Juruá edit., Curitiba, 2015.

SOUSA, Aiston Henrique de, *Modificação do Contrato por decisão judicial – onerosidade excessiva por alteração das circunstâncias no Direito português e brasileiro*, FDUL, Lisboa, 2006.

SOUSA, Marcelo Rebelo de e Sofia GALVÃO, *Introdução ao Estudo do Direito*, Lisboa, 2000.

STAMFORD, Artur, *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, ano 36, N.º 141 Janeiro/Março, 1999.

TEIXEIRA, António Brás, *Filosofia do Direito*, AAFDL, Lisboa, 1983.

TELLES, Inocêncio Galvão, *Aspectos Comuns aos Vários Contratos*, Separata da RFDUL, vol. VII, Lisboa, 1950.

_ *Manual dos Contratos em Geral*, Refundido e actualizado, 4ª ed., Coimbra edit., Coimbra, 2002.

_ *Manual dos Contratos em Geral*, Reimp., 3ª ed., edit. Lex, 1965.

VARELA, João do Matos Antunes, *Das Obrigações em Geral*, Vol. I, 10.ª ed., Almedina, Coimbra, 2003.

- _ *Ensaio sobre o Conceito do Modo*, edit. Atlântida, Coimbra, 1955.
- _ *Das Obrigações em Geral*, Vol. II, 7ª edição, Almedina, Coimbra, 2010.
- _ *Ineficácia do Testamento e Vontade Conjectural do Testador*, Coimbra edit., Coimbra, 1950.
- VASCONCELOS, Pedro Pais de, *Contratos Atípicos*, Almedina, Coimbra, 1995.
- _ *Teoria Geral do Direito Civil*, 3ª ed., Almedina, Coimbra, 2005.
- _ *Teoria Geral do Direito Civil*, 6ª ed., Almedina, Coimbra, 2010.
- _ *Teoria Geral do Direito Civil*, 7ª ed., Almedina, Coimbra, 2012.
- VICENTE, Dário Moura, *A Crise económica Mundial e os Contratos Internacionais*, Revista de Direito Civil (RDC), Ano II (2017), N.º 3, Almedina, Coimbra.
- _ *Da Responsabilidade Pré-Contratual em Direito Internacional Privado*, Coleção Teses, Almedina, 2001.
- _ *Direito Comparado*, Vol. I, 3ª ed., Almedina, Coimbra, 2015.
- _ *Direito Comparado*, Vol. II (Obrigações), Almedina, Coimbra, 2017.
- _ *O Lugar dos Sistemas Jurídicos Lusófonos entre as Famílias Jurídicas*, in, IUSTITIA, Revista da Faculdade de Direito da Universidade, n.º1, UnIA edit., 2013.
- WANDERLEY, Maira Cauhi, *Equilíbrio Económico do Contrato*, disponível em: <https://jus.com.br/artigos/34444/o-equilibrio-economico-do-contrato>; ou, em [//www.conteudojuridico.com.br/artigo,o-equilibrio-economico-do-contrato-civil,51939.html](http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,o-equilibrio-economico-do-contrato-civil,51939.html).
- WIEACKER, Franz, *História do Direito Privado Moderno*, 2ª ed., Trad. portuguesa de António M. Botelho Hespanha, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1967.
- XAVIER, Bernardo da Gama Lobo, *Compensação por Despedimento*, in: Revista de Direito e Estudos Sociais, Ano, 53, n.ºs 1-2 (Jan.-Jun. 2012), Almedina, Coimbra.
- YOUNGS, Raymond, *English, French & German Comparative Law*, 3ª ed., Londres/Nova Iorque, 2014.

SITES E JURISPRUDÊNCIA

JURISPRUDÊNCIA

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) de Portugal (Proc. 07B2759) de 27/09/2007, relator (Gil Roque).

Acórdão do STJ de Portugal, Processo N.º1387/11.5TBBCL.G1, de 10/10/2013, Granja Fonseca (Relator).

Acórdão do STJ de Portugal, Processo N.º 540/11.6TVLSB.L2.S1, de 22/06/2017, Tomé Gomes (Relator).

Acórdão do STJ de Portugal de 13/11/14, Processo N.º 138/2001.S1, Mário Mendes (Relator).

Acórdão do STJ de Portugal, de 10.01.2013, Processo 187/10.4TVSLSB.L2.S1, Orlando Afonso (Relator).

Acórdão do STJ português, Processo N.º 4865/07.7TVLSB.L1, de 07/07/10, Barreto Nunes (Relator).

Acórdão do STJ, Processo N.º, 06A1003, de 09/05/2006, Sebastião Póvoas (Relator).

Acórdão do STJ de 6 de Abril de 1978, in, RLJ, N.º 3631.

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa (TRL), Processo N.º 648/2007-1, de 03/07/2007, Rui Vouga (Relator).

Acórdão do TRL, Proc. N.º 9688/2007-2, de 07/02/2008, Ezaguy Martins (Relator).

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra (TRC), Processo n.º 1167/10.5TBACB-E.C, de 05/11/13, José Avelino Gonçalves (Relator).

Acórdão do TRC, de 11/02/2014, Processo N.º 1198/12.0TBCVL.C1, Jorge Arcanjo (Relator).

Acórdão do TRC, Processo N.º 2287/06.6TBPMS.C, de 18/02/2014, Arlindo Oliveira (Relator).

Acórdão do TRC, Proc. N.º, 364/04.7TBFND.C1, de 28/10/2008, Teles Pereira (Relator).

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães (TRG), Proc. N.º 1387/11.5TBBCL.G1, de 31/01/2013, Conceição Bebucho (Relator).

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte (TCAN) de Portugal, Processo N.º 01312/07.8BEPRT, de 11/02/2010, Carlos Luís Medeiros de Carvalho (Relator).

SITES:

<http://www.oa.pt>

<http://estadodedireito.com.br>

<http://www.revistas.unifacs.br/>

<http://www.biblioteca.pucpr.br>

<http://www.dgsi.pt>

<http://www.asf.com.pt>

<https://pt.wikipedia.org>

<https://www.estudopratico.com.br>

<http://www.expansao.co.ao>

<https://observador.pt>

<https://direitodiario.com.br>

<http://repositorio.uportu.pt>

www.conexaolusona.org

<https://www.dn.pt>

<https://jus.com.br>

www.ine.gov.ao

www.bna.ao

<http://www.angop.ao>

<http://Club-k.net>

<https://www.servulo.com/xms/files>

<http://www.conteudojuridico.com.br>

<http://www.ambito-juridico.com.br>

<http://www.loboeibeas.com.br>

<http://penaldere.blogspot.pt>

RELATÓRIOS ECONÓMICOS - ANGOLA

Relatório da *Deloitte*, Nova Era, Novos Caminhos. O Desenvolvimento do Sector Financeiro - *Banca em Análise*, 2017.

Relatório de Inflação IV Trimestre de 2017, Banco Nacional de Angola.

Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, *Programa de Reforma e Modernização da Administração Pública*, Conteúdo e Resultados, 1991 – 2016, Luanda.

Universidade Católica de Angola, *Relatório Económico de Angola 2016*, Edit. UCAN, 2017.